

Norte Araguaia: **Territórios e Conflitos**



João Carlos Barrozo
Organizador

 **NAEA**
EDITORA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação : Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA

Diretor: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Sílvio José de Lima Figueiredo

Editora

Editor-Chefe : Durbens Martins Nascimento

Diretor Executivo: Lairson Costa

Conselho Científico

Presidente - Prof. Dr. Durbens M. Nascimento – Universidade Federal do Pará.

Vice-Presidente - Prof. Dr. Sílvio José de Lima Figueiredo – Universidade Federal do Pará.

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade Nacional de Brasília.

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodríguez - Universidad de La Habana, Cuba.

Prof. Dr. Germán Alfonso Palácio Castañeda - Universidad Nacional de Colômbia, Letícia.

Prof. Dr. Julien Mayer – Université Stendhal Grenoble 3, Grenoble, França.

Prof. Dr. Josep Pont Vidal – Universidade Federal do Pará.

Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro, Portugal.

Prof. Dr. Miguel Penedo-Vasquez – Columbia University – Nova York, EUA.

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará.

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Durbens Martins Nascimento (interino)

João Carlos Barrozo

Organizador

**NORTE ARAGUAIA:
territórios e conflitos**

Belém NAEA
2019

Texto revisado conforme as regras do novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Diagramação:
Rodrigo Silva

Criação da capa:
Paulo Sergio Delgado e Rodrigo Silva

Revisão:
Lairson Costa e Albano Gomes

Imagem da capa:
(Acervo no NERU; foto de máquina usada na agricultura de larga escala; foto de plantação de banana - agricultura familiar; e foto plantação de soja - agricultura de larga escala)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N863 Norte Araguaia : territórios e conflitos / João Carlos Barrozo,
organizador. — Belém : NAEA, 2019.
270 p. : il. ; 23 cm

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-7143-185-0

1. Território nacional - Mato Grosso - História. 2. Posse da terra -
Mato Grosso, Microrregião do Norte Araguaia. 3. Mato Grosso - Emi-
gração e imigração - Aspectos sociais. 4. Índios Canela. 5. Agricultura
familiar - Mato Grosso, Microrregião do Norte Araguaia. I. Barrozo,
João Carlos, org.

CDD 22. ed. – 320.12098172

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

© Direitos Reservados à Editora NAEA
Av. Perimetral, nº 1 - Campus Universitário do Guamá
Belém - PA - CEP: 66.075-750 - (91)3201-7231
editora_nea@ufpa.br

SUMÁRIO

Apresentação

Prefácio

Parte I

DESLOCAMENTOS E TERRITORIALIZAÇÃO NO NORTE ARAGUAIA

Fluxos migratórios do “Norte” para os varjões do Araguaia-MT

João Carlos Barrozo 21

O processo de esbulho territorial, *silenciamento* e a luta pelo reconhecimento étnico e territorial dos Kanela do Araguaia: a aldeia Tapiraka em Santa Terezinha, Mato Grosso

Paulo Sergio Delgado e Juliana Cristina da Rosa 51

A problemática da desterritorialização do pequeno produtor na microrregião Norte Araguaia Mato-Grossense

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa 73

Parte II

O CONFLITO EM MARÃIWATSÉDÉ

Apropriação da Terra Indígena Marãiwatsédé no Araguaia Mato-Grossense

Armando Wilson Tafner Júnior e Fábio Carlos da Silva 99

A luta pela terra dos posseiros do Posto da Mata: do sonho da terra ao pesadelo da desintração (1991-2015)	
<i>Elioni Barros dos Santos</i>	129

O processo histórico de renitente esbulho dos Xavante da TI Marãiwatsédé e sua relação com a tese do Marco Temporal	
<i>Juliana Cristina da Rosa e Paulo Sergio Delgado</i>	161

Parte III

TRABALHO, ASSENTAMENTOS RURAIS E AGRICULTURA FAMILIAR

Avanço do capital e suas implicações nas relações de trabalho rural na microrregião do Norte Araguaia Mato-Grossense	
<i>Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa e Rogério Rego Miranda</i>	189

A produção de leite por agricultores familiares frente à expansão da produção de grãos no município de Canabrava do Norte, Mato Grosso e sua relação com a economia local	
<i>Luiz Antônio Barbosa Soares e Jhony Neves de Souza</i>	209

A luta pela terra nos projetos de assentamento do INCRA de Vila Rica-MT (1980-2010)	
<i>Maria do Rosário Soares Lima</i>	237

APRESENTAÇÃO

João Carlos Barrozo

O norte do Araguaia, no estado de Mato Grosso é classificado pelo IBGE como a microrregião Norte do Araguaia. Esta microrregião é constituída por 14 municípios, ocupando um território com uma área de 84.955 km², tendo como limites ao norte o estado do Pará e ao sul os municípios de Querência e Canarana, no leste o rio Araguaia e a oeste o rio Xingu.

Alguns membros do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU) da UFMT trabalham em cursos de formação de professores e desenvolvem pesquisas, há muitos anos nos municípios de Luciara e Confresa.

Este livro resultou do projeto de pesquisa *Impactos econômicos, ambientais, sociais e culturais do avanço da agricultura moderna no Norte Araguaia mato-grossense* financiado pela FAPEMAT, que executamos entre os anos de 2015 e 2017.

Até o início do século XX o que veio a se configurar como municípios desta microrregião, era território exclusivo de vários povos indígenas. A partir de 1920, começaram os primeiros deslocamentos de famílias do sul do Pará para as várzeas do Araguaia, no nordeste de Mato Grosso. Esses migrantes se estabeleceram nas margens do rio Araguaia, onde fundaram os povoados de Santa Terezinha, Mato Verde e São Félix do Araguaia. Estes povoados permaneceram em relativo isolamento até meados do século XX, no qual a economia local era baseada na agricultura para o autoconsumo, na pecuária extensiva, no extrativismo e na pesca praticada pelos ribeirinhos.

No final da década de 1960 a SUDAM passou a incentivar a instalação de grandes projetos agropecuários na Amazônia. Naquele contexto o vale do Araguaia, inserido na Amazônia Legal, recebeu muitos empreendimentos agropecuários, aprovados pela SUDAM, incentivados e financiados com recursos públicos. Não obstante, os primeiros empreendimentos agropecuários desse período foram instalados nos municípios de São Félix do Araguaia e Luciara e no povoado de Santa Terezinha.

Esses empreendimentos agropecuários produziram impactos socioeconômicos e ambientais, afetando sobretudo as populações tradicionais, indígenas e não

indígenas. Milhares de trabalhadores braçais, os “peões”, arregimentados pelos “gatos”, em regime “análogo ao trabalho escravo”, foram levados para as fazendas que estavam sendo abertas. Muitos agricultores foram expropriados, e as populações indígenas viram seus territórios serem ocupados e expropriados por empresários incentivados pelo governo federal, como foi o caso, por exemplo, dos Xavante que viviam em Marãiwatsédé.

A partir da década de 1990, o governo federal reduziu gradativamente os incentivos fiscais e os financiamentos generosos para as empresas na Amazônia. Sem os incentivos fiscais, muitos empreendimentos agropecuários foram desativados e as propriedades divididas e vendidas. Não obstante, manteve-se a predominância da grande propriedade rural sob domínio de uma elite agrária e econômica. A modernização e o progresso prometidos ficaram restritos a alguns poucos empreendimentos.

Os povos Kanela e Xavante, assim como Karajá e Tapirapé, sofreram esbulho territorial, sendo desterritorializados e/ou “confinados” em terras indígenas. Parte dos posseiros expropriados foram assentados em lotes de 50 hectares nos projetos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Entretanto, centenas de famílias de posseiros que não foram contemplados nos processos de reassentamento gerenciados pelo INCRA, foram morar nas periferias das cidades, onde vendem sua força de trabalho por preços aviltados.

Depois do período de incentivo às agropecuárias, na última década a monocultura do plantio da soja, com exceção de dois municípios do Araguaia, Canarana e Querência, onde o cultivo desta leguminosa teve início nos anos 1990, começou a se expandir rapidamente na microrregião Norte do Araguaia. Pode-se avaliar que esta é a mais nova e, talvez, a última fronteira da soja em Mato Grosso. Por analogia com outras regiões, podemos conjecturar que a microrregião Norte do Araguaia continuará com o processo de concentração fundiária, bem como, será afetada de forma mais intensa pela contaminação por agrotóxicos (também rotulados de *produtos fitossanitários*, *agroquímicos* etc.) e assoreamento dos cursos de água. Tais impactos trarão, certamente prejuízos ao meio ambiente, aos agricultores familiares, indígenas, pequenos fazendeiros, assentados dos projetos do INCRA e trabalhadores rurais.

Estas são algumas das questões abordadas neste livro, que está dividido em três partes, cada uma com capítulos relacionados com o tema enunciado.

A primeira parte, denominada *Deslocamentos e territorialização no Norte Araguaia*, é constituída por três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Fluxos migratórios do “Norte” para os varjões do Araguaia-MT*, o autor João Carlos Barrozo mostra os primeiros deslocamentos de camponeses do sul do Pará, para o nordeste de MT, onde fundaram povoados nas margens do rio Araguaia.

Esses migrantes levaram as primeiras cabeças de gado bovino, a partir das quais se desenvolveu naquele espaço uma pecuária com alguma relevância.

O segundo capítulo apresenta *O processo de esbulho territorial, silenciamento e a luta pelo reconhecimento étnico e territorial dos Kanela do Araguaia: a aldeia Tapiraka em Santa Terezinha, Mato Grosso*, de autoria de Paulo Sergio Delgado e Juliana Cristina da Rosa. Os autores analisam o processo de expropriação territorial de parte do povo Kanela, ainda quando os mesmos viviam no estado do Maranhão, sendo forçados a migrarem para outras regiões até se estabelecerem na microrregião Norte do Araguaia, onde reconfiguraram formas de organização social, interagindo, sobretudo, com o regime das águas do varjão, ou seja, com a vargem do Araguaia.

O último capítulo dessa parte do livro, com o título de *A problemática da desterritorialização do pequeno produtor na microrregião Norte Araguaia Mato-Grossense*, escrito por Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa, analisa o deslocamento dos pequenos produtores expropriados pela expansão da pecuária e do agronegócio nos municípios da região em estudo.

A segunda parte do livro, denominada *O conflito em Marãimatsédé*, é constituída por três capítulos. O primeiro intitulado *Apropriação da Terra Indígena Marãimatsédé no Araguaia Mato-Grossense*, escrito por Armando Wilson Tafner Júnior e Fábio Carlos da Silva. Os autores analisam o conflito entre os Xavante e os invasores do território indígena, até a desintração dos invasores.

O próximo capítulo, denominado *A luta pela terra dos posseiros do Posto da Mata: do sonho da terra ao pesadelo da desintração (1991-2015)*, de autoria de Elioni Barros dos Santos, aborda o fim do sonho por melhores condições de existência dos posseiros que haviam ocupado a área da Fazenda Suiá Missu, que fora expro-

priada do território de ocupação tradicional dos Xavante de Marãiwatsédé, os quais lutaram para não serem retirados daquela área, após o reconhecimento por parte do Estado brasileiro como território dos Xavante de Marãiwatsédé.

Por fim, em *O processo histórico de renitente esbulho dos Xavante da TI Marãiwatsédé e sua relação com a tese do Marco Temporal*, Juliana Cristina da Rosa e Paulo Sergio Delgado mostram como o povo Xavante foi expropriado e expulso de seu território ancestral, ao qual retornaram por via judicial depois de várias décadas.

A terceira parte denominada *Trabalho, assentamentos rurais e agricultura familiar*, está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo desta parte, denominado *Trabalho e trabalhadores no contexto da reestruturação produtiva na microrregião do Norte Araguaia Mato-Grossense*, os autores Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa e Rogério Rego Miranda analisam a precariedade do trabalho e a situação dos trabalhadores nas fazendas cuja produção e organização do trabalho estão caracterizadas como voltadas ao agronegócio, ou seja, onde se produz *commodities* voltadas, sobretudo, ao comércio exterior. Luiz Antônio Barbosa Soares e Jhony Neves de Souza, autores do capítulo sobre *A produção de leite por agricultores familiares frente à expansão da produção de grãos no município de Canabrava do Norte, Mato Grosso e sua relação com a economia local, Mato Grosso*, mostram que naquele município, desde o início de sua formação e até recentemente, predominavam os agricultores familiares, que produziam principalmente para o auto consumo. Os autores constatam que com a chegada do agronegócio, as áreas de produção de alimentos estão se reduzindo, cedendo espaço para a cultura da soja e pastagens. Por fim, o capítulo denominado *De posseiros a assentados nos projetos do INCRA de Vila Rica, Mato Grosso (1980-2010)* escrito por Maria do Rosário Soares Lima, mostra como os posseiros que ocuparam algumas fazendas em Vila Rica se organizaram e resistiram às tentativas de expulsão das áreas de posse, até conseguirem do INCRA o reconhecimento do direito à terra.

Neste livro pretendemos informar e analisar alguns problemas relevantes relacionados com as áreas rurais da microrregião Norte do Araguaia. Esperamos, sobretudo, contribuir, ainda que modestamente, para a compreensão dos problemas do Araguaia, região que até hoje é pouco estudada e conhecida mesmo nos cursos universitários de Mato Grosso.

Cuiabá, março de 2019.

PREFÁCIO

Edna Ramos de Castro¹

Este livro, *Norte Araguaia: territórios e conflitos*, cuidadosamente organizado por João Carlos Barrozo, colega de muitos encontros e intelectual de presença marcante na pesquisa realizada na Amazônia desde os anos 1980, traz uma contribuição relevante ao conhecimento do vale do Araguaia, em sua porção mato-grossense, ainda pouco conhecida. Atualiza o debate sobre as dinâmicas agrárias e seus sujeitos, nesse imenso território formado por 14 municípios, entre dois rios, o Araguaia e o Xingu. Os capítulos resultam do projeto de pesquisas *Impactos econômicos, ambientais, sociais e culturais do avanço da agricultura moderna no Norte Araguaia mato-grossense*, realizado no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso, no Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU). Eles retratam a perspicácia e a observação rigorosa de seus autores aliadas a uma perspectiva metodológica de pesquisa-intervenção, e interdisciplinar, realizada sobretudo nos municípios de Luciara e Confresa, em Mato Grosso.

Com narrativas vivas sobre o território, cada artigo revela situações de deslocamentos de grupos sociais no espaço e no tempo. Examina a mobilidade forçada de camponeses e indígenas decorrente do avanço capitalista de frentes relacionadas à pecuária, à agricultura intensiva e de outras formas de reprodução do latifúndio no Pará e no Maranhão, e cartografa os movimentos em direção ao vale do Araguaia mato-grossense. A mobilidade desses grupos retrata ainda a história de lutas, de resistência e de confrontos de atores sociais expulsos da terra, mas em dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização em outros espaços. Trata, portanto, da violência que tem representado a sucessão da terra no Brasil, a partir de um olhar sobre os des-

¹ Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França, Pesquisadora de produtividade do CNPq, e professora do PPG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/NAEA e do PPG em Sociologia e Antropologia, IFCH, ambos da UFPA.

locados, camponeses e povos indígenas, mas também extrativistas, pescadores e ribeirinhos. As pesquisas revelaram três rotas migratórias, descritas nos capítulos da coletânea: 1) Rota pelo Rio Araguaia, em direção às suas cabeceiras; 2) Rota por terra, margeando o Rio Araguaia; 3) Rota por terra, pelo sertão de Goiás.

As rotas migratória têm alternâncias. Conforme Barrozo, a década de 1920 é um marcador dos primeiros deslocamentos de famílias do sul do Pará que foram se estabelecer às margens do rio Araguaia, deslocamento que está na origem de alguns municípios e povoados tais como Santa Terezinha, Mato Verde e São Félix do Araguaia, que guardam, em suas histórias, os registros dos conflitos decorrentes do encontro de agentes e de agência do Estado, de fazendeiros e madeireiros recém-chegados, com os povos indígenas e os posseiros, os empurrando em direção à novas fronteiras na Amazônia. O rio Araguaia é seminal nesse processo. Ele percorre os estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará, e é um rio divisor de limites entre esses estados. Foi um dos cursos d'água mais importantes na ocupação do Brasil central, desde a colonização portuguesa. Nasce nos altiplanos de Goiás e Mato Grosso e segue para o norte até encontrar-se com o rio Tocantins, no Bico do Papagaio, região marcada de conflitos agrários e lugar de concentração e irradiação da Guerrilha do Araguaia (1970-1974). Havia também grupos originários do Pará que seguiram para os garimpos de diamante próximo das cabeceiras do Araguaia e do Garças. Os autores ressaltam, também, as novas ameaças ao reconhecimento étnico e territorial de povos indígenas, e examinam o caso dos Kanela do Araguaia, antes expropriados de suas terras no Maranhão e assentados no Araguaia. Situação examinada igualmente para grupos de pequenos produtores rurais expulsos pela expansão do agrogócio, nos municípios estudados. Havia também grupos originários do Pará que seguiram para os garimpos de diamante próximo das cabeceiras

do Araguaia e do Garças. Os autores ressaltam as novas ameaças ao reconhecimento étnico e territorial de povos indígenas, e examinam o caso dos Kanela do Araguaia, antes expropriados de suas terras no Maranhão e assentados no Araguaia. Situação examinada igualmente para grupos de pequenos produtores rurais expulsos pela expansão do agronegócio, nos municípios estudados.

Das três partes que compõem esta coletânea, a primeira traz uma problematização singular sobre a ocupação dos *varjões do Araguaia*, que representa, para os moradores, um encontro do Pará e Maranhão em terras matogrossenses. Esses estudos mostram como grupos diferentes migraram e se espalharam em direção aos vales dos rios Tocantins, Itacaiúnas e Araguaia. Inicialmente eram lavradores e criadores de gado, e, depois foram os seringueiros e os castanheiros. Havia também grupos originários do Pará que seguiram para os garimpos de diamante próximo das cabeceiras do Araguaia e do Garças. Os autores ressaltam, também, as novas ameaças ao reconhecimento étnico e territorial de povos indígenas, e examinam o caso dos Kanela do Araguaia, antes expropriados de suas terras no Maranhão e assentados no Araguaia. Situação examinada igualmente para grupos de pequenos produtores rurais expulsos pela expansão do agronegócio, nos municípios estudados.

Um segundo bloco de capítulos se curva sobre o *conflito e a apropriação da Terra Indígena Marãiwatsédé*, mapeia os invasores do território indígena e os procedimentos jurídicos de desintrusão. Um capítulo aborda as condições de vida e os sentimentos dos posseiros que haviam ocupado a área da Fazenda Suiá Missu, que fora expropriada do território de ocupação tradicional dos Xavante de Marãiwatsédé, território ao qual estes retornaram, por via judicial, depois de várias décadas.

Outro eixo de contribuição vem dos estudos feitos sobre o trabalho e as práticas na agricultura familiar e, também, uma análise sobre

o trabalho realizado em fazendas e empresas do agronegócio, na produção de *commodities*, comparando as mudanças ocorridas na economia local. Alguns capítulos analisam a precariedade do trabalho e a situação dos trabalhadores em fazendas de gado e em empresas da agricultura intensiva, notadamente de soja voltadas à produção de *commodities* para o mercado exterior. Exemplo da produção de leite por agricultores familiares frente à expansão da produção de grãos no município de Canabrava do Norte. Mostram, como as estruturas do agronegócio tem levado à redução da diversidade na produção de alimentos. Mas também há processos evidenciados na pesquisa, de reterritorialização, tais como os posseiros que ocuparam algumas fazendas em Vila Rica, ali permanecendo até o reconhecimento pelo INCRA de seu direito legal à terra.

Os capítulos são pertinentes para mostrar a dinâmica de atores sociais e o contexto de seus deslocamentos, nesse imenso território conformado pelos vales dos rios Araguaia e Xingu, na fronteira amazônica e a emergência de novos povoados criados desde as margens do rio Araguaia até suas terras interiores, e citamos o Furo de Pedra (1909), o Lago Grande, o Crisóstomo, e ainda, Santa Terezinha, Luciara, São Félix do Araguaia e Porto Alegre do Norte, Canabrava e Santo Antônio do rio das Mortes. Quanto aos povos indígenas, os Karajá viviam em territórios de várzeas do rio Araguaia; os Tapirapé, nas várzeas do rio Tapirapé até sua desembocadura no Araguaia; os Xavante tinham seu território mais ao sul, entre os rios das Mortes e Xavantinho. A dos Kayapó se estendia do sul do Pará ao nordeste de Mato Grosso entre os rios Araguaia e Xingu. As referências sobre a memória dos moradores, um capítulo refere-se à figura do “caçador de índio”. E lembram das “caçadas aos índios”. Neste caso, essas empreitadas eram contratadas por fazendeiros do Araguaia, com muitos episódios e encontros violentos com os Kayapó. Igualmente sangrentos foram os contatos dessas frentes com o povo Xavante.

Os camponeses que chegaram em Mato Grosso nas primeiras décadas do século XX, vinham do sul do Pará, do norte de Goiás (atual Tocantins) e do Maranhão. A saga desses grupos ao longo de um século é descrita de forma singular por Barrozo, retomando as categorias de frentes de expansão e fronteira. Muitos migrantes subiram pelo rio Araguaia, até os garimpos de diamante de Mato Grosso, incentivados pelas narrativas fantásticas sobre os veios de ouro e diamante, despertando os sonhos que atraíram ex-seringueiros e lavradores do sul do Pará, do Maranhão e do norte de Goiás para o vale do Araguaia. Mas essa região passaria ao domínio de fazendas e de latifúndios.

Assim como as terras do vale do Tocantins, as do Araguaia foram as primeiras a serem ocupadas por grupos que vinham de fora para se estabelecer no modelo de grandes fazendas com recursos do Estado, em particular os *projetos* da SUDAM, e apoiados em discursos desenvolvimentistas. Mas, as terras que pretendiam, em grande parte, estavam efetivamente ocupadas por diferentes grupos, entre eles indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, pequenos e médios agricultores. Essa saga faz parte da história da Amazônia e os projetos desenvolvimentistas dos governos militares que fizeram suas experimentações com o modelo de grandes projetos e de modernização. Na sucessão da terra, pequenas agricultores familiares se mantiveram em São Félix do Araguaia, Luciara e Santa Terezinha, praticando a agricultura e pequenas criações de animais. Mas, na década de 1960, chegaram ao Araguaia as empresas agropecuárias e colonizadoras privadas que se apropriaram ilegalmente, e se estabeleceram, casos das fazendas Suiá Missú e CODEARA apontadas nos textos da coletânea. Nas décadas seguintes, esse processo se ampliou e os migrantes tiveram que disputar a posse da terra também com grandes grupos econômicos no setor agropecuário.

Nas proximidades, no vale do rio Tocantins, o mesmo processo se dava, e de forma intensiva, um lugar de consideráveis investimentos públicos em infra-estrutura rodoviária, abrindo novas fronteiras aos empreendimentos de pecuária, da exploração da madeira e de minérios. E, por consequência, ocorreria, e ocorre até o presente, intensos processos de conflito e violência que se impuseram aos antigos ocupantes do território, associados às práticas colonizadoras e desenvolvimentistas. Na região do Rio Itacaiúnas, afluente do Rio Tocantins, a descoberta de seringais nativos, em 1897, deu início à exploração do látex (borracha) da seringueira e do caucho. E também da castanha desde o final do século XIX, sobretudo na região conhecida como Polígono dos Castanhais, que abrigava, em boa parte, os *castanhais do povo*, substituídos por grandes fazendas, entre elas, grandes bancos apareciam como seus proprietários. Os fazendeiros passaram a ocupar o Sul e o Sudeste do Pará, e a pecuária predominaria como economia em Marabá.

Cidades como Marabá, Conceição do Araguaia, Xinguara, Redenção, no Pará, e Imperatriz e Açailândia, no Maranhão, tem a sua história marcada de sangue das chacinas de posseiros e do genocídio de povos indígenas, ainda pouco esclarecidos na história do país. Hoje, Marabá, Imperatriz e Araguaína são três cidades médias que representam pólos na economia regional. Para o vale do Araguaia também empreendimentos agropecuários, aprovados pela SUDAM, incentivados e financiados com recursos públicos, se impuseram sobre os territórios ocupados. Nesse contexto os Xavante que viviam em Marãiwatsédé viram seus territórios serem ocupados e expropriados por empresários incentivados pelo Estado. O *boom* da instalação de fazendas foi acompanhado de conflitos, de grilagem e pistolagem. As famílias dos assentamentos analisados no livro, guardam também a memória dos processos jurídicos fraudulentos e dos cartórios corruptos que serviam para *limpar o sangue* ainda na terra. A

partir dos anos 1990 começa outro processo de sucessão na terra, sob o modelo neoextrativista, de intensificação agrícola, voltado à produção de *commodities* para o mercado exportador. Avança, assim, a monocultura do plantio da soja, com exceção de dois municípios do Araguaia.

Os capítulos que compõem esta coletânea concentram-se sobre temas que convergem entre si, e se desdobram em aprofundamentos mais pontuais, permitindo perceber as diferentes lógicas sociais, econômicas e políticas que envolvem o processo de ocupação de terras no vale do Araguaia. Ao elucidar a trajetória de grupos sociais no espaço e no tempo, revela com dados de pesquisa, como essa região central é parte de uma história comum do país em relação à terra.

Barrozo, no seu texto introdutório, considera o norte do Araguaia como a mais nova e, talvez, a última fronteira da soja em Mato Grosso. Pelas dinâmicas em curso, é provável que se expandirá o processo de concentração fundiária, bem como a contaminação por agrotóxicos e o assoreamento do rio Araguaia, com impactos sobre o meio ambiente, o trabalho e a vida de agricultores familiares, indígenas, pequenos fazendeiros, assentados dos projetos do INCRA e de trabalhadores assalariados.

Um saque esquecido, apagado e silenciado por meio de narrativas coloniais. Longe de um resgate desses heróis que resistem às invasões de suas terras, e, se permanecem na terra, é na contracorrente do Estado, de suas políticas elitistas, racistas e coloniais, de grupos que se dizem rentores e visionários da modernidade, incluindo mesmo empresas com poder e apoio do Estado, nacionais ou multinacionais. Este livro traz, de forma viva e contundente, a história brasileira silenciada, obscurecida no imaginário social que permanece elitista e que tem acionado, ao longo do tempo, mecanismos de dominação, ilegais e ilícitos, para favorecer interesses dos grupos que se acham donos da terra, do poder e da vida das pessoas.

Em síntese, a descrição minuciosa dos acontecimentos e o olhar de pesquisadores comprometidos que percebem a trama das relações sociais, os processos que acionam as estruturas de poder, os interesses em jogo, portanto, explicitam, para os leitores, os desfechos que se dão nos territórios. Eles identificam tais processos a partir da experiência vivida e contada por aqueles que foram protagonistas. Desse lugar do olhar, a perspectiva é crítica e reveladora de quão colonial e autoritário têm sido os processos de modernização e expansão do capital. Uma imposição que desvaloriza, menospreza e inviabiliza o outro, e, mais ainda, que o extermina se necessário for, para impor seu poder de usurpar terras e recursos naturais. Esses processos que sempre estiveram presentes fazem parte, ainda hoje, da essência de uma certa elite brasileira extremamente colonial e racista no seu imaginário e em suas práticas, incapaz, portanto, de pensar o conjunto da sociedade. Os textos deste livro atualizam, em um momento de obscurantismo que vivemos hoje no país, que somente a resistência tenaz à invasão de práticas subterrâneas, como a reveladas nesta obra, podem restabelecer os princípios de uma construção coletiva e plural, ideário de tantas lutas e insurreições populares no correr da história brasileira.

Belém, junho de 2019.



Parte I

DESLOCAMENTOS E TERRITORIALIZAÇÃO NO NORTE ARAGUAIA

FLUXOS MIGRATÓRIOS DO “NORTE” PARA OS VARJÕES DO ARAGUAIA-MT

João Carlos Barrozo¹

Resumo

O Araguaia de Mato Grosso permaneceu como território tradicional de várias etnias indígenas até o início do século XX. A partir de então começaram a chegar os primeiros migrantes não indígenas. Estes migrantes “nortistas” eram lavradores paraenses, goianos, maranhenses, expulsos pelo latifúndio, pela falta de terras e/ou por fatores climáticos. Eles migraram em grupos familiares para a ilha do Bananal e para Mato Grosso. Grupos de maranhenses, pressionados pela frente pastoril, deslocaram-se pelo rio Tocantins para o sudeste do Pará, onde trabalharam nos seringais. Quando a frente pastoril chegou ao sudeste do Pará, e os seringais entraram em decadência, parte destes migrantes foram para o Araguaia de Mato Grosso. Os maranhenses que haviam migrado para o norte de Goiás, depois de uma ou duas gerações, deslocaram-se para a ilha do Bananal e, desintrusados pelo governo quando foi criado o parque nacional, estabeleceram-se em povoados ao longo do rio Araguaia, em Mato Grosso. Este texto pretende mostrar estes deslocamentos, destacando algumas das rotas utilizadas.

Palavras-chave: Deslocamentos Populacionais. Lavradores. Araguaia. Mato Grosso.

Introdução

No início do século XX, nos vales dos rios Araguaia e Xingu, no nordeste de Mato Grosso e ao norte do rio das Mortes, os povos indígenas eram praticamente os únicos habitantes daquele território. As várzeas do rio Araguaia eram majoritariamente território dos Karajá, enquanto os Tapirapé viviam nas várzeas do rio Tapirapé até sua desembocadura no Araguaia. Os Xavante tinham

¹ Dr. em Sociologia, professor do PPGHis da Universidade Federal de Mato Grosso, Pesquisador Associado, Coordenador do NERU (Núcleo de Estudos Rurais) da UFMT e Professor Visitante (PVNS) na UNIR.

seu território mais ao sul, entre o rio das Mortes e o Xavantinho. Por sua vez, os Kayapó se deslocavam em outro território, entre o rio Xingu, a oeste, e o rio Araguaia, a leste.

Os primeiros ocupantes não indígenas, constituídos por famílias que vieram do sul do Pará, do norte de Goiás (atual Tocantins) e do Maranhão, começaram a chegar ao nordeste de Mato Grosso, nas primeiras décadas do século XX.

Os paraenses viajaram através do rio Araguaia, subindo contra a corrente em batelões. Alguns foram para os garimpos de Baliza e do rio das Garças.² Outros, sobretudo aqueles que eram criadores de gado no Pará, ao se deparar com as pastagens nativas dos varjões do Araguaia, se estabeleceram naqueles lugares. Os maranhenses e goianos viajaram pelos chapadões de Goiás, até chegar ao rio Araguaia, para atravessar para Mato Grosso. Alguns permaneceram por algum tempo na ilha do Bananal.

Por que estes migrantes saíram do Pará, do Maranhão e de Goiás, deslocando-se com as famílias e pertences, para tão longe, enfrentando tantas dificuldades e tantos sacrifícios?

Para responder a essa pergunta, vamos voltar, no tempo e no espaço geográfico, até os lugares de origem dos migrantes.

O deslocamento da “frente pastoril”

Marabá, no estado do Pará, é um lugar emblemático. Segundo Otávio G. Velho (1972, p. 14), Marabá é um “local de encontro de povoamentos oriundos do Pará, Goiás e Maranhão”, ou o ponto de contato entre a Amazônia e o Brasil Central (IBGE, 1967, v. 1). Além de ser um local de encontro de três grandes regiões geográficas, Marabá, mesmo antes das rodovias, podia ser acessado com relativa facilidade por via fluvial, pelos rios Tocantins, Araguaia e Itacaiúnas.

Essa região, fronteira com o norte de Goiás (atual Tocantins), se caracteriza pelo deslocamento das “frentes de expansão, constituídas pelos segmentos externos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não

² Nas primeiras décadas do século XX, garimpeiros descobriram diamante no rio Araguaia (em Baliza) e afluentes, próximo das cabeceiras destes (no rio das Garças e afluentes).

exploradas, e apenas ocupadas pelas sociedades indígenas” (VELHO, op. cit. p. 13). O autor mostra que havia um inter-relacionamento das diversas frentes com a frente agropecuária que chegou àquela parte da Amazônia. Ainda segundo Velho (op. cit.), estas frentes se caracterizam pela diversidade e pela heterogeneidade.

O avanço da frente de expansão pastoril, a partir do sul do Maranhão, em direção ao norte de Goiás e sul do Pará foi favorecida pela existência dos campos de pastagens nativas, que “direcionaram o avanço das frentes de ocupação” territorial no Maranhão, no norte de Goiás e sul do Pará. No final do século XIX e início do século XX, a “estrada do boi” interligava o sul do Maranhão, o norte de Goiás e o sudeste do Pará, por onde transitavam as comitivas de gado.

Nessa mesma época, grupos de criadores, da bacia do rio Tocantins (norte de Goiás e sudeste do Maranhão), desceram o rio Tocantins até Itacaiúnas, onde encontraram os campos de Conceição do Araguaia. Esta “frente pastoril” era constituída predominantemente por maranhenses,

Durante toda a primeira metade do século XIX e boa parte da segunda, prossegue a expansão pastoril no Maranhão. Atravessa-se o Tocantins e vai-se ocupando os campos do Norte de Goiás entre o Tocantins e o Araguaia. Em 1868 surge São Vicente, atual Araguatins [...] o caráter dessa frente pecuarista tornava-se inseparável dos campos naturais (VELHO, 1972, p. 17).

Capistrano de Abreu (p. 212, *apud* VELHO, 1972, p. 24) registra que em 1751 já havia 44 fazendas de gado em Pastos Bons, no sudeste do Maranhão. A partir de 1806, as primeiras expedições partiram de Pastos Bons em direção ao rio Tocantins, à procura de novos campos de pastagem com o objetivo de expandir a pecuária.³

Segundo Velho (1972, p. 27), os criadores de gado seguiram os campos naturais ocupando o vale do rio Tocantins.

Um grupo de criadores desceu pelo rio Tocantins em direção ao norte, chegando até Imperatriz, limite dos campos naturais com a floresta amazônica,

3 A origem dessas frentes pastoris foi no litoral da Bahia e de Pernambuco. Os criadores adentraram o sertão da Bahia e de Pernambuco, seguindo para oeste pelo vale do rio São Francisco. Embora o avanço fosse lento, chegaram ao rio Parnaíba, adentrando os pastos nativos do sudeste do Maranhão. Quase um século depois, esta frente se movimentou ao longo do Tocantins em direção ao norte de Goiás e sudeste do Pará.

no estado do Maranhão, área de transição, com vegetação do cerrado e da caatinga no leste, e a floresta ao oeste.

Outros grupos de criadores continuaram descendo pelo rio Tocantins até Itacaiúnas, no Pará. Por terra, os criadores que ocupavam os campos do norte de Goiás, atravessaram o rio Araguaia, entrando no Estado do Pará, ao sul de Itacaiúnas, ocupando os campos da Barreira, onde se encontravam “os últimos campos naturais”, no Pará, próximo de Pau d’Arco, que deu origem a Conceição do Araguaia (VELHO, 1972, p. 30).

Ao contrário do que pensavam os criadores de gado, não havia uma grande área de pastos nativos no sul do Pará. Mas, em compensação, no final do século XIX, eles descobriram os seringais nativos (seringueiras e caucho) no entorno de Itacaiúnas, no sudeste do Pará. A “febre da borracha” estimulou uma corrente migratória para essa região, conforme Velho (1972).

A certeza do caucho atrai multidões de muitas partes, especialmente do Maranhão e do Norte de Goiás, ainda transbordamentos da frente pecuarista; e também do Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia e outros Estados (VELHO, 1972, p. 41)

A pecuária não se desenvolveu muito no Itacaiúnas devido à limitação dos pastos nativos e à concorrência da borracha. A descoberta de seringais nativos na região, em 1897, deu início à exploração do látex (borracha) da seringueira e do caucho, em torno de Itacaiúnas. Ainda no final do século XIX desenvolveu-se naquela região a exploração da castanha (VELHO, op. cit.).

Na primeira década do século XX, [1911], durante o “boom” do “ciclo” da borracha, Conceição do Araguaia tinha “[...] uma população de seis mil almas, e seu território contava mais de quinze mil habitantes, espalhados pelas beiras do rio, nos campos e nas matas que se estendem em direção do Xingu” (AUDRIM 1963, *apud* VELHO, 1972, p. 62).

Segundo Ianni (1978), o Censo do IBGE registrou uma população de 11.000 habitantes em Conceição do Araguaia. Depois de vinte anos a população daquele município se reduzira para 4.714 habitantes, dos quais 70% viviam na área rural. O autor mostra o crescimento relativamente vertiginoso da população

de Conceição do Araguaia, em consequência do “boom da borracha”, e o posterior declínio populacional, em consequência da queda da demanda do látex da Amazônia, a partir da década de 1920.

A “febre” ou o “boom” da borracha foram efêmeros. A partir de 1914 veio a crise do comércio da borracha e a consequente queda de seu preço no mercado internacional, desestruturando a economia dos povoados do sul do estado do Pará, particularmente de Conceição do Araguaia, importante centro comercial da borracha e da castanha. A redução da demanda internacional do látex e a consequente redução da extração na Amazônia levaram à desmobilização de milhares de seringueiros.

Após a crise da borracha no início do século XX, a pecuária se desenvolveu no sul do Pará, substituindo a borracha na economia local e regional. Segundo Almeida (1995), os fazendeiros e criadores de gado substituíram os seringalistas daquela região do Pará.

O desenvolvimento da pecuária, atividade econômica que demanda grandes áreas e emprega poucos trabalhadores, expulsou centenas de famílias de agricultores/lavradores do sudoeste do Pará. As crises econômicas do extrativismo da borracha e da castanha, com a posterior expansão da pecuária produziu um fluxo migratório que desde as primeiras décadas do século XX se encaminhou para o vale do Araguaia no nordeste de Mato Grosso.

Esses migrantes, constituídos por grupos familiares, criaram vários núcleos populacionais às margens do rio Araguaia, em Mato Grosso, os quais se tornariam os povoados de Furo de Pedra (1909), Lago Grande, Crisóstomo, Santa Terezinha, Luciara (1934), São Félix do Araguaia (1942) e Porto Alegre do Norte (1946). Na década de 1950 foram constituídos os povoados de Canabrava, no sertão, longe do rio, e Santo Antônio do rio das Mortes (ESTERCI, 1987; SOARES, 2004).

Um dos povoados do Araguaia era o Furo de Pedra, descrito por Wagley (1988, p. 36), o qual funcionava como um entreposto comercial.

Em 1939, Furo de Pedra era um dos maiores povoados [...] do médio Araguaia. Nele moravam cerca de 35 a 40 famílias [...]. Havia duas modestas casas de negócio que serviam mais como entrepostos comerciais, recebendo couro cru e peles (pele de porco selvagem, jacaré e onça) e produtos tais como pirarucu salgado, em

troca de artigos manufaturados e comidas enlatadas. Seu estoque de aguardente era farto, mas havia uma falta constante de roupas, implementos agrícolas e outros artigos básicos (WAGLEY, op. cit., p. 36).

Segundo Esterci (1987, p. 13):

[...] o primeiro ponto alcançado pelos camponeses [...] na área do município de Luciara, por volta de 1910, foi o chamado Furo de Pedras, durante muito tempo o posto mais importante para os barqueiros que cruzavam o médio Araguaia trazendo sal, tecidos e óleo, e levando, em troca, peles de animais.

Devido às constantes inundações nas cheias do Araguaia, parte da população de Furo de Pedra se deslocou para o Morro de Areia, ponto inicial do povoado de Santa Terezinha. Em 1931 os padres dominicanos⁴ de Conceição do Araguaia construíram a igreja católica, a escola e moradia dos padres no Morro de Areia, dando um impulso ao povoado. Com o crescimento do povoado, os moradores desceram o morro, ocupando as matas ao redor. Em homenagem à padroeira da igreja, o lugar recebeu o nome de Santa Terezinha (1987, p. 14).

Esterci (1987, p. 29) descreve o povoado de Santa Terezinha onde realizou sua pesquisa na década de 1970:

A vila localizada nas imediações do rio, com as casas dos moradores tendo ao fundo pequenos quintais de criação doméstica e fruteiras - , casas comerciais, a escola, os templos...; depois a área de criação comum (aguada e cerrado) e extração da palha (mata de coqueiros); em seguida, a mata ou sertão, onde se dispunham os principais núcleos de posseiros (na linha de frente, de um lado o João Nunes, de outro o Antônio Grosso, e o Papa Mel, no centro; em linha reta, para quem chegava na vila, como se fosse a porta de entrada para o sertão, o Joaquim da Mata.

Os deslocamentos dos migrantes a partir do Pará, de Goiás e do Maranhão para o Araguaia seguiram três rotas principais:

4 Padres dominicanos - ordem religiosa fundada por São Domingos.

1) Rota pelo rio Araguaia

Os migrantes do sul do Pará, no deslocamento para Mato Grosso, seguiram pelo rio Araguaia, viajando contra a corrente do rio, em direção às cabeceiras. A viagem era em batelões de madeira, os quais transportavam as pessoas, os pertences da família, alimentos e pequenos animais. Os batelões eram impulsionados pela “zinga”⁵, que é mais eficiente que o remo quando o rio não é profundo. Esta viagem demorava em torno de 30 dias até o povoado de Mato Verde.

Em 1934 as primeiras famílias chegaram ao local onde posteriormente se desenvolveu o povoado de Mato Verde, atual Luciara. Este grupo saiu dos povoados de Conceição do Araguaia, Barreira do Santana, Barreirinha e Furo de Pedra. Estes povoados situam-se no sudeste do Pará, na área onde o extrativismo do látex e da castanha teve uma ascensão e um ocaso muito rápidos. Perduraram a pecuária e a agricultura para o autoconsumo, mas a disponibilidade de terras para os camponeses diminuiu à medida que a pecuária se expandia. Estes fatores contribuíram para o deslocamento dos agricultores/lavradores e pequenos criadores de gado para os varjões do Araguaia em Mato Grosso.

Grande parte destes migrantes se deslocou pelo rio Araguaia, em batelões de madeira, em viagens de muitos dias ou semanas. Nos deslocamentos eles passaram pelos povoados ribeirinhos, nos quais compravam alimentos e onde procuravam abrigo e apoio. No sudeste do Pará, havia povoados ao longo do rio Araguaia do lado do Pará e do lado de Goiás, atual Tocantins (Mapa 1).

Esses migrantes se deslocavam principalmente no tempo da estiagem, de junho a agosto, quando o rio estava na vazante, e a correnteza era mais fraca, facilitando o trabalho dos remadores e “zingadores” dos batelões.

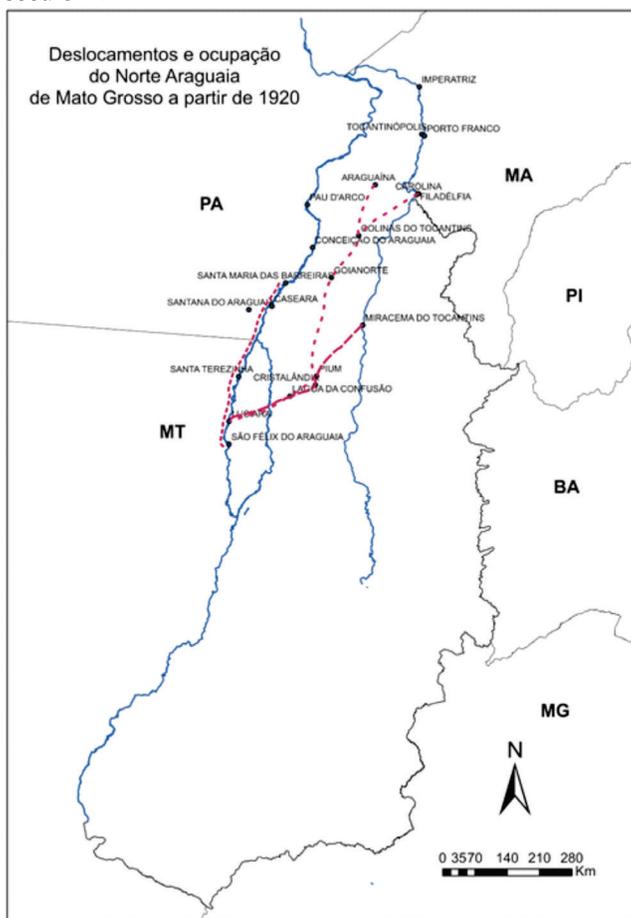
Dona Nedina relata a viagem pelo rio:

Vimos todos juntos, eu, meu marido, meus irmãos e uns homens que vinham trabalhando, remando o batelão. Demorou muito tempo essa viagem, mais de um mês, subindo o rio remando [...].

5 A zinga é uma vara de madeira rija e longa, utilizada pelo “remador” para impulsionar a canoa. Ela, diferentemente do remo, se apoia no fundo do rio para dar o impulso para frente.

Nós trazia os mantimentos de lá (Barreira de Santana). Saímos carregado de mantimento e quando chegamos aqui (Luciara) tinha pouquinho, porque passou muito tempo na viagem, trazia: arroz, farinha, carne comprava nessas beiras de rio. Encostava e comprava carne e o que estava faltando. Quando não estava chovendo a gente dormia na praia, quando chovia, juntava todos dentro do Batelão e passava a noite. Não viajava à noite. [...] e quando o dia principiava a clarear soltava o barco⁶.

Esse relato mostra como os agricultores e criadores e suas famílias se deslocaram do Pará para os povoados do Araguaia de Mato Grosso na primeira metade do século XX.



6 Entrevista realizada por L. A. Soares, com dona Nedina, em Luciara, MT, em março de 2000.

2) Rota por terra, margeando o rio Araguaia

Alguns migrantes viajavam por trilhas terrestres margeando o rio Araguaia. Esta rota foi utilizada pelas comitivas de vaqueiros de Lúcio da Luz, que tocaram o gado bovino do povoado de Barreirinha no estado do Pará para o povoado de Mato Verde, em Mato Grosso, no ano de 1934 (SOARES, 2004).

Dona Adauta relata a viagem que fez com a comitiva de Lúcio da Luz, seu pai, levando gado de Barreirinha para Mato Verde. A comitiva se deslocou por terra, percorrendo trilhas e trechos de mata, acompanhando a margem do rio Araguaia.

Meu pai trouxe nós para cá (Luciara) em 1934 e em 35 trouxe a primeira boiada para cá. Eu já era menina [...] acostumada a montar cavalo, então eu vim em uma dessas viagens. Nós saímos da Barreirinha, e viemos dormir na Barreira de Pedra, na casa do seu Lino, [...] A segunda marcha, viemos dormir no Crisóstomo. Depois nós viemos dormir no Furo de Pedra, na casa do pai da Marina. [...] A outra marcha, viemos dormir na casa de um senhor fazendeiro que tinha no caminho, [...] De lá nós viemos para outro ponto, dormir na beira do rio Tapirapé, aí atravessamos o Tapirapé. Isso era vinte dias de viagem[...] Nós saímos do Tapirapé, e viemos dormir na fazenda da Dona Inês, prima do meu pai, onde hoje é a reserva dos Tapirapé. Atravessávamos mais dois dias de marcha para chegar e dormir no Lago dos Veados, depois chegava aqui no Mato Verde. Entre gado de vaqueiro e de meu pai, veio uns oitocentos gados naquela época. Não trouxe tudo de uma única vez.⁷

A depoente enumera os lugares e pontos de referência por onde a caravana passou com a tropa. Saindo de Barreirinha, os lugares por onde passaram foram: Barreira de Pedra, Furo de Pedra (rio) Crisóstomo, em Mato Grosso, no rio Tapirapé, fazenda da prima de Lúcio da Luz, situada na atual reserva dos Tapirapé. Do Tapirapé, foram até o Lago dos Veados, e dali para Mato Verde. A viagem demorou vinte dias “tocando umas 800 reses” (cabeças) de gado.

7 Entrevista realizada por L. A. Soares, com dona Adauta, em Luciara, MT, em agosto de 2000.

3) Rota por terra, pelo sertão de Goiás

A rota percorrida pelos maranhenses, e por aqueles que vieram do norte de Goiás (atual Tocantins), atravessava o sertão de Goiás, até chegar à ilha do Bananal. Muitos permaneceram na ilha por algum tempo, onde fizeram roças e criaram gado. Destes, uma parte resolveu permanecer na ilha⁸. Quando se deslocaram da ilha para o lado de Mato Grosso, os migrantes atravessavam o rio Araguaia no “verão”, em lugares onde o rio é mais espreado, lugares onde tinha bancos de areia, sendo mais fácil cruzar o rio. Havia vários pontos de passagem onde era possível atravessar o rio Araguaia sem muita dificuldade.

Os deslocamentos destes grupos, do Maranhão e do norte de Goiás para o vale do Araguaia em Mato Grosso nas décadas de 1940 e 1950, foram feitos a pé, transportando os pertences no lombo de jumentos até a ilha do Bananal. Dependendo do ponto de partida, os migrantes percorriam diferentes caminhos. Os migrantes, em sua maior parte, passaram pela ilha do Bananal, que era um ponto de referência para os que vieram no período a que nos referimos. Depois da década de 1970, os migrantes se deslocaram em caminhões ou ônibus, passando por Barra do Garças.

Para dona Maria, que se deslocou através de Goiás com sua família na década de 1940, ficaram as lembranças relatadas a seguir:

Lembro muito essa viagem, lembro da estrada, aquele comprimento de gente andando no trilheiro, aquela procissão de animal [...] A estrada era trilho, uma estradinha assim estreitinha, como se fosse estradinha de gado. [...] Era mata mesmo, cerrado e varjão, não tinha estrada, [...] aquela estradinha. Teve momento que a gente passou em mata, mata fechada, outro lugar era varjão, era assim. No inverno dizem que lá é tudo cheio de água, mas neste tempo era uma seca danada.⁹

A narradora diz que a estrada era um “trilho”, uma “estradinha estreita”, como se fosse “uma estradinha de gado”. De fato, era o trilho do gado, ligando o pasto aos cursos de água onde os animais bebiam água. Este trilho de

8 Os moradores mais antigos dos varjões do Araguaia, quando dizem que moraram na “ilha”, estão se referindo à ilha do Bananal.

9 Entrevista realizada por L. A. Soares, com dona Maria, em Luciara, MT, em novembro de 1999.

gado era seguido pelos migrantes, porque ligava o rio/riacho ao centro da ilha. Quanto à vegetação, ela diz que “era mata mesmo, cerrado, varjão”. A ilha é plana, alagadiça, constituída por campos naturais, e ilhas de cerrado e mata ciliar. Ela continua, dizendo que “no inverno lá é tudo cheio de água”. O “inverno” na região é o tempo da chuva, de outubro a março, quando o Araguaia e o Javaés transbordam cobrindo grande parte da ilha. A depoente conclui dizendo que “neste tempo”, ou seja, quando eles passaram pela ilha, “era uma seca danada”. Com isso, ela está revelando que eles passaram no “verão”, ou seja, entre junho e setembro, tempo da estiagem na região.

Como esses migrantes se orientavam no deslocamento para chegar aos pontos de passagem na ilha do Bananal? Alguns membros dos grupos já conheciam o caminho ou tinham informações de outros parentes ou conhecidos que tinham feito a viagem. As redes de parentesco e conhecidos faziam circular as informações de boca em boca. Eles informavam as cidades, os povoados, as fazendas, os rios, os acidentes geográficos que eram pontos de referência por onde deveriam passar.

Dona Maria, em depoimento a Luís Antônio Soares, relata as dificuldades que seu grupo enfrentou no deslocamento para Mato Verde.

Logo que entramos dentro da ilha (ilha do Bananal), eles tiveram que arrumar vasilha para conduzir água, porque não tinha água, passamos um lugar muito longo que não tinha água, ia sempre sem água. Ai eles diziam: nós temos que andar mais rápido para chegar à beira de um rio tal. Ai eles falavam (os nomes) dos rios, tinha o Javaé, eles falavam muito rio. Eles falavam para a gente andar rápido para chegar na beira daquele rio, porque era lá que a gente ia almoçar, porque tinha água, eles sempre falava assim. Nós andamos, eu acho, mais ou menos um dia e meio sem água. Nesse dia que a gente chegou no rio Javaés, não tinha mais água, a gente chegou morrendo de sede, é por isso que a velha até passou mal. Estava com bastante sede, já era tarde, o sol estava bastante quente, naquela hora a gente não andava, andamos neste dia porque tinha que chegar na beira daquele rio, e meu tio já tinha vindo na frente com o cavalo correndo, correndo para pegar água e encontrar com a gente, porque estava faltando água mesmo, e todo mundo com fome. [...] A viagem foi [...] muito dura, porque além de tudo a pé. Olha! Foi uma alegria quando chegamos à beira deste Araguaia, porque é muito difícil caminhar.¹⁰

10 Entrevista realizada por L. A. Soares, com dona Maria, em Luciara, MT, em novembro de 1999.

As referências à falta de água na viagem revelam as dificuldades e adversidades vivenciadas por estas pessoas que se deslocaram com suas famílias naquele período. Estas experiências sofridas, penosas, marcaram a memória destas pessoas. Estas lembranças ficaram porque marcaram aquelas pessoas, pelo sofrimento causado. Parafraseando Bosi (1994, p. 66), “fica o que significa”, ou seja, para o narrador, os eventos narrados são os mais significativos.

A maior parte desses migrantes eram camponeses pobres, expulsos pela seca, pelo coronel, pelo não acesso à terra para se reproduzirem. Como eram pobres, eles viajavam a pé, levando algum animal de carga, quase sempre um ou dois jumentos, para transportar os pertences, as crianças pequenas e/ou pessoas idosas ou doentes. Poucos, como relata dona Odília, “vieram de tropa”, porque eram muito pobres para ter uma tropa de jumentos. Dona Odília diz:

Nós viemos de tropa, ali trazia tudo, comida [...] Doze dias de viagem de Paraíso do Norte (até) aí na beira desse rio (Araguaia). Nós chegamos aí, era doze horas da manhã, mas eu vinha com febre, aí atravessamos para cá para o Mato Verde só seis horas da tarde, bem aí, na beira era casa desse povo que atravessava gente. Nós era em três e três crianças. Eu tinha medo aí dentro da Ilha. Isso aí tinha lugar feio, lugar bonito. Lembro do varjão, era um varjão que você olhava assim era até azul, não tinha um pau [...]. Nessas passagem de rio eu tinha medo, [...] mas graças a Deus nós passamos em paz.¹¹

Esses relatos revelam os deslocamentos de diferentes grupos familiares para o Araguaia, onde estavam se constituindo diversos povoados. Alguns eram constituídos pelo agrupamento de muitas famílias que, segundo dona Maria, formava “aquela filona de gente andando” que parecia “um formigueiro”.

Eu não lembro quantas pessoas. Lembro que minha mãe falava que eram dez famílias. Era muita gente, eu lembro que a gente via aquela filona de gente andando longe, aquele monte de gente. Lembro disso como hoje, [...] olhava na estrada, e tinha uns lugar que tinha aqueles estirão reto e a gente olhava e tinha aquele monte de gente andando, parecendo um formigueiro. Era muita gente, as famílias eram (grande). Só de meu povo, [...] nem pai não tinha, nós éramos oito pessoas, sete irmão e minha mãe. A família de meus tios era muita criança, muita gente. Tinha um de meus tios que tinha um filho casado, que tinha a família dele, e era um monte de menino. Tinha o outro irmão dele

¹¹ Entrevista realizada por L. A. Soares, com dona Odília, em Luciara, MT, em maio de 1999.

*que era uma família muito grande, tinha um monte de filho, porque a mulher dele quando casou com ele, ela tinha filho, e depois eles teve muito filho com ela também. Era muita gente, criança, menino assim neném só tinha dois, eu lembro que tinha uma mulher que ganhou neném lá já quando ia sair, e até por isso mesmo demorou um pouco, porque a mulher ganhou neném, e minha irmã que tinha um ano e pouco, a mais nova. Crianças assim de três a cinco anos era menino demais, mocinha assim era um monte.*¹²

Esses grupos eram constituídos por várias famílias, ligadas por laços de parentesco e solidariedade. Dona Maria diz que era “tudo parente”, “só de meu povo”, visto que eles tinham “muitos filhos”. Estes deslocamentos, constituídos por grandes grupos familiares, podem ser entendidos como estratégias para enfrentar a nova vida em um ambiente desconhecido e hostil. Por outro lado, podem revelar que as condições no lugar de origem eram precárias e difíceis, a ponto de levar grandes grupos a se deslocarem para lugares tão distantes e enfrentando grandes sacrifícios físicos e emocionais.

O relato a seguir mostra formas de solidariedade e reciprocidade manifestas no trabalho em conjunto, na partilha de alimentos durante os deslocamentos.

*Meu tio matou uma vaca e secaram essa carne, e essa carne foi dividida para fazer comida para todo mundo. Era assim, no dia que era para sair para cá, as mulheres juntaram e fizeram bolo de polvilho. Eles já tinha feito farinha, eram coisas que eles tinham na roça, eles tinham polvilho e farinha. Aí juntaram todo mundo e fizeram bolo de polvilho, aquele monte de bolo que era para tomar café da manhã. Fizeram farofa, cozinham aquela carne cortada em pedaço e depois fritaram e fizeram farofa, um monte de farofa. Cada lugar que a gente acampava, fazia comida, começaram fazer porque demorou muito tempo (a viagem) e não ia comer só farofa. Cozinhou a comida e colocava nas coisas (vasilha), cozinhou carne com abóbora, com mandioca, essas coisas que a gente comia na estrada, onde parava comia. A carne tinha, porque meu tio matou essa vaca quando a gente veio e, aquela vaca foi dividida entre todas as famílias, porque lá não tinha esse negócio de cada um fazer a sua comida não, todo mundo fazia junto para todo mundo.*¹³

12 Entrevista realizada por L. A. Soares, com dona Maria, em Luciara, MT, em novembro de 1999.

13 Entrevista realizada por L. A. Soares, com dona Maria, em Luciara, MT, em novembro de 1999.

Os relatos mostram que essas famílias dependiam do apoio e solidariedade dos parentes para enfrentar os grandes deslocamentos, e para superar as dificuldades nos primeiros tempos no novo lugar, como mostra o depoimento a seguir.

Chegamos aqui (Luciara, MT), tinha um tio meu que morava na beira do rio ali naquela rua, daí ficamos lá na casa dele, depois nós passamos para beira do rio Xavantinho, onde já morava uns primo meus, inculido com gado né, na fazenda lá. Fomos para lá, só que eu não me dei bem lá, uma muriçoca, e agora, o índio bravo. Aqui e acolá o povo dava notícias. Lá na beira do Xavantinho, o povo vivia dando notícias, os índios acabou de andar lá. Eu morria de medo, fiquei um ano lá e voltei para a rua e estou aqui até hoje.¹⁴

Quando chegaram a Mato Verde, os membros da família de dona Odília tiveram o apoio de parentes, um tio e primos, que já moravam no povoado. Segundo Soares (2004), as famílias provenientes do norte de Goiás (atual Tocantins), residentes em Luciara, em sua maior parte, descendem da segunda ou terceira geração de famílias do estado do Maranhão.

O relato de dona Nedina confirma a origem dos deslocamentos dos grupos familiares através de Goiás até chegar ao Araguaia, em Mato Grosso.

Meus avós era do Maranhão. Minha mãe era do Goiás. Vieram para o Goiás, aí casou isso tudo no Goiás. Eu nasci do outro lado do Tocantins, pelo lado de Novo Acordo, perto de Palmas, [...] lá que meus pais morava, depois mudaram para o lado de cá. [...] Chegou muita gente (em Luciara), vinha do Pará, de Goiás, até mesmo do Maranhão e Ceará. O “inculimento” deles era criar gado, outros inculiram em pesca, porque dizia que era muito bom para pescar [...]. Mas aqui era muito bom mesmo.¹⁵

Os migrantes que vinham para Mato Grosso, por Goiás, atravessavam a ilha do Bananal, até chegar às barrancas do rio Araguaia, onde procuravam as passagens mais favoráveis, próximas ou em frente aos povoados de Luciara, Santa Terezinha e, posteriormente, de São Félix do Araguaia.

Nas últimas décadas os migrantes vieram em caminhões ou ônibus, passando por Barra do Garças, em Cocalinho ou em Nova Xavantina.

14 Entrevista realizada por L. A. Soares, com dona Odília, em Luciara, MT, em maio de 1999.

15 Entrevista realizada por L. A. Soares, com dona Odília, em Luciara, MT, em maio de 1999.

Os depoimentos revelam que muitos maranhenses se deslocaram por etapas. Do Maranhão eles foram para o sudeste do Pará e para o norte e noroeste de Goiás seguindo as pastagens naturais para criar gado.

Muitos maranhenses se deslocaram até a confluência dos rios Tocantins e Araguaia, no sul do Pará, no primeiro momento para explorar o látex nos seringais. Posteriormente, os criadores de gado, que há mais de um século avançavam pelos campos naturais do sul do Maranhão e do norte de Goiás, chegaram ao “Bico do Tucano”¹⁶, entrando na região do Itacaiúnas, no Pará, onde também havia campos com pastagem nativa (VELHO, 1972).

Parte desses que tinham migrado para o norte de Goiás, atual estado do Tocantins, depois de alguns anos, se deslocaram para a ilha do Bananal e posteriormente para os varjões do Araguaia, em Mato Grosso. Ou seja, muitos migrantes que saíram de Goiás para o Araguaia de Mato Grosso não são goianos, mas maranhenses ou filhos e descendentes de maranhenses.

Um grupo da etnia Kanela, oriundo de Barra do Corda, Maranhão, em diferentes fluxos igualmente migrou para a região de Santa Terezinha, no Araguaia de Mato Grosso, no início da década de 1970. O relato de dona Juventina, “matriarca” de um grupo de famílias que vive em Santa Terezinha, nos revelou sua trajetória desde o Maranhão até o Araguaia de Mato Grosso, onde se estabeleceram. Dona Juventina relata que nasceu próximo do município de Barra do Corda (MA), em São Raimundo das Mangabeiras. Ela se recorda que seu local de moradia estava localizado próximo da aldeia Porquinhos, e Mangaval, localizadas entre Barra do Corda e Grajaú. Expulsos do Maranhão, eles foram para Goiás, fixando-se provisoriamente nas proximidades de Miracema, onde se casou. Dona Juventina se recorda que ali o grupo de Kanela se reuniu, passando a residir juntos por alguns anos, até empreenderem novo deslocamento.

Segundo dona Juventina, eles saíram de Goiás para Mato Grosso porque *não tinha aonde morar, e quando a gente chegava no lugar, começava a correr, era todo mundo perseguido*. Dona Juventina¹⁷ disse que eles “[...] saíram “corrido” de Goiás”, como eles haviam saído do Maranhão.

16 O extremo norte de Tocantins é conhecido como “Bico do Papagaio”, mas os indígenas Timbira que viviam naquele território o denominavam “Bico do Tucano”.

17 Entrevista realizada em Santa Terezinha, na casa da depoente, em outubro de 2016. Para a entrevista, a depoente reuniu os filhos, netos, genros e noras. Eram mais de dez pessoas.

os fazendeiros não queria nós lá perto. [...] Lá de onde eu nasci e morei dez anos, nós saímos de lá corrido. Saímos da nossa casa uma meia noite. Corrido. Com medo de matar nós e colocar fogo na nossa casa. Nós saímos de lá e viemos embora para cá, para cá numa distância de uns 5... uns 8 km, e de lá desse lugar que nós viemos embora e estamos aqui.

Dona Juventina, com idade de dez anos, se recorda que vários grupos domésticos, reunidos em torno de uma liderança, deixaram a região de origem. *Era... era só a família do meu avô, da minha mãe com os irmãos, e o pai dela e a mãe dela. Meu avô que era o índio legítimo, que nasceu na aldeia* (Relato de dona Juventina, Santa Terezinha, em outubro de 2016).

O deslocamento até o Araguaia, no estado de Mato Grosso, foi um processo longo e demorado, marcado por interrupções. O grupo era constituído de crianças, adultos e idosos. A carga, composta de utensílios, e objetos de uso pessoal, era carregada em cangalhas no lombo de animais. Quando os mantimentos acabavam, estrategicamente, eles acampavam e ofertavam sua força de trabalhos em alguma fazenda para juntar um pouco de dinheiro para comprar mantimentos.

Após reunirem provisões e condições favoráveis, os Kanela empreenderam novo fluxo migratório, partindo do norte de Goiás (atual Tocantins), passando por vários povoados, como a vila Mercedes, e pequenas cidades. O grupo cruzou o rio Javaés atravessando no norte da ilha do Bananal até atingirem o rio Araguaia, muito mais largo e caudaloso naquele ponto. Subindo pela margem esquerda do Araguaia o grupo passou pelo Lago Grande de onde foram para o Antônio Rosa até chegarem em definitivo ao local conhecido como Furo de Pedra, povoado situado no norte do município de Santa Terezinha.

Conforme relato de dona Juventina, este deslocamento igualmente se deu em fluxo descontínuo, pois afirma que alguns parentes Kanela já tinham se fixado na região do Araguaia.

Após se fixarem no Araguaia eles reconstruíram modos de vida e organização social, porém, temendo as situações de violência sofrida no passado, o grupo dos Kanela manteve por anos sua identidade étnica oculta. Atualmente eles buscam, sob liderança de dona Juventina, que vive em Santa Terezinha, o reconhecimento de um território.

Entre os migrantes não indígenas que se instalaram em Porto Alegre do Norte, muitos vieram do norte de Goiás, de povoados e cidades como Pium, Cristalândia e Porto Nacional. Outra leva de migrantes que foi para Confresa, Canabrava e São José do Xingu veio principalmente de municípios do norte do antigo estado de Goiás.¹⁸

As narrativas revelam que os migrantes se deslocavam em grupos familiares unidos por laços de parentesco. Isto fica evidente no relato de dona Adauta no qual aponta que, das onze famílias que chegaram a Mato Verde, em 1934, seis eram parentes consanguíneos¹⁹.

O povoado de Mato Verde

Dona Nedina relata que quando chegou em Mato Verde, em 1939, no lugar havia apenas um ajuntamento de “casinhas de palha” de famílias paraenses, construídas na beira do rio: *tinha umas casinhas de palha aqui nesta beira de rio, só tinha mesmo uns caminhos para gente passar, as casinhas eram dentro do mato.*²⁰ Posteriormente, quando chegaram os paraenses oriundos de Barreirinha abriram a Vila Nova, visto que as proximidades da margem do rio já estavam tomadas por moradores (SOARES, 2004).

A atividade econômica predominante em Mato Verde era a criação de gado desenvolvida pelo senhor Lúcio da Luz, com o qual trabalhavam algumas das famílias que chegavam ao povoado. Outra atividade para as famílias que chegaram a Mato Verde era a agricultura. Segundo dona Nedina, quem chegava

só tinha dois caminhos: ser vaqueiro para o Lúcio que nesta época tinha muito gado, ou então, ir para roça [...]. Quem queria ser vaqueiro ficava aí, era muito gado e vivia solto, o gado

18 Informações obtidas em entrevistas nos assentamentos de alguns municípios do Araguaia, para o Projeto “Expansão da soja no Araguaia”, executado pelo NERU, com financiamento da FAPEMAT. Municípios de onde vieram os agricultores que migraram para os assentamentos pesquisados para no Araguaia: Nova Crixás, Itapuranga, São Miguel do Araguaia, Santa Tereza, Mara Rosa, Jussara, Faina, Santa Fé, Piranhas, Diorama, Baliza, Iporã, Mutunópolis e outros com menos migrantes.

19 Entrevista realizada por L. A. Soares, com dona Adauta, em Luciara, MT, em agosto de 2000.

20 Entrevista realizada por L. A. Soares, com dona Nedina, em Luciara, MT, em março de 2000.

*ia onde queria, não tinha arame. Era criado na larga mesmo [...]. Agora que estão botando cerca de arame.*²¹

A produção agrícola era basicamente destinada ao consumo dos grupos domésticos, “[...] tudo o que plantavam e colhiam era para o sustento da família”. O pequeno excedente era trocado por sal, querosene e peças de pano. Ademais, outra forma econômica de circular bens e produtos dava-se por meio da prática do escambo, *pois naquele tempo nem dinheiro aqui tinha.*²²

Naquele tempo o único comerciante que comprava e fornecia mercadorias para os moradores de Mato Verde era o Lúcio da Luz, que viajava de barco pelo rio Araguaia até Aruanã, em Goiás, de onde trazia as mercadorias. Herbert Baldus (1970)²³ escreveu em 1947 um relatório para o diretor do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) reclamando que todo o comércio dos ribeirinhos dos povoados do Araguaia era monopólio do senhor Lúcio da Luz.

A principal atividade econômica desenvolvida no antigo povoado de Mato Verde era a criação de gado. O relato de dona Nedina revela que não havia uma preocupação em definir a terra como propriedade privada. As pastagens eram extensas áreas de capim nativo. O gado vivia solto e era identificado pela marca de seu proprietário. Os antigos moradores relatam que os vaqueiros recebiam um percentual da renda do gado (1/4 das crias) que estavam sob seus cuidados.

O senhor Lúcio tinha o domínio de uma grande extensão de terras, de Mato Verde até o rio Tapirapé, fazenda São Pedro e, em direção ao sul, até o rio Xavantinho. Embora ocupasse uma grande extensão de terras, Lucio da Luz não registrou no cartório as terras que ocupava como sua propriedade.²⁴

Os antigos moradores de Mato Verde não cercavam suas terras. Quando uma área era cercada, era para evitar que o gado entrasse na roça, e não para caracterizar uma propriedade privada.²⁵

21 Entrevista realizada por L. A. Soares, com dona Nedina, em Luciara, MT, em março de 2000.

22 Entrevista realizada por L. A. Soares, com dona Nedina, em Luciara, MT, em março de 2000.

23 O antropólogo Herbert Baldus percorreu o Araguaia em 1949. Ele esteve em Mato Verde para conhecer e estudar os Tapirapé.

24 Segundo L. A. Soares, não há registro de terra em seu nome no cartório de registro de Imóveis de Barra do Garças, onde eram registradas as terras desta região do Estado de Mato Grosso.

25 Entrevista realizada por L. A. Soares, com dona Nedina, em Luciara, MT, em março de 2000.

Contatos com os povos indígenas do Araguaia, a partir da memória dos migrantes

A população não indígena que se deslocou para o Araguaia a partir das primeiras décadas do século XX ocupou territórios indígenas, terras da União e terras não caracterizadas como propriedades privadas, sem ocupação produtiva.

A região era majoritariamente ocupada por diferentes povos indígenas (Karajá, Tapirapé, Xavante e Kayapó). A ausência de moradores não índios não pode caracterizar aquele espaço como “espaço vazio”. A título de exemplo, o povoado de Mato Verde, que veio posteriormente a se tornar o município de Luciara, foi constituído em território Karajá.

A partir da década de 1960, chegaram ao Araguaia as empresas agropecuárias e colonizadoras. A pressão da frente de expansão sobre os territórios indígenas provocou muitos conflitos, dos quais resultaram mortes de ambos os lados, sobretudo, dos indígenas. Ademais, em consequência do processo expansionista, houve ocupação e expropriação de territórios indígenas e de outras populações tradicionais.

A frente de expansão sobre os territórios indígenas provocou igualmente situações de conflito entre os próprios povos indígenas. Na década de 1940, os Kaiapó-Gorotire atacaram Tampiitaua, a grande aldeia dos Tapirapé, saqueando e matando quase toda a população daquela aldeia. Os Tapirapé remanescentes, sobreviventes, dispersaram-se procurando abrigo nos antigos povoados do vale do Araguaia.

Segundo Herbert Baldus (1970, p. 50):

Quem salvou os fugitivos foi o senhor Lúcio Penna da Luz, dando-lhes abrigo e comida. Em setembro de 1948, Harald Schultz, meu saudoso assistente do Museu Paulista, encontrou a maior parte deles morando em galpões da fazenda São Pedro, propriedade do senhor Lúcio, situada na margem direita do Tapirapé. Outro grupo se retirou até o posto de Serviço de Proteção aos Índios, instalado próximo à foz do mesmo rio. Assim todos os remanescentes de Tampiitaua ficaram na dependência direta de representantes de nossa civilização.

Os primeiros migrantes que se estabeleceram em pequenos grupos nas várzeas do Araguaia, do Tapirapé e do Xavantinho, tinham medo do contato com os indígenas.

Um dos moradores do início do povoado de Porto Alegre do Norte, na década de 1940, o senhor João Lima, relata e opina sobre os indígenas:

O índio era muito perigoso. Quando os velhos nossos pais iam [...] para roça ou outro lugar, tinha que ficar um barraqueiro, junto com as mulheres, porque senão os índios matava. Naquele tempo todo mundo andava armado. Os Xavante era de passagem feito chuva, agora os Kayapó aperreava muito nós. E os Tapirapé vivia nesse Urubu Branco, mas não mexia com ninguém não.²⁶

A experiência do contato com os povos indígenas contribuiu para a construção de uma imagem positiva a respeito dos Karajá e dos Tapirapé, que passaram a ser considerados como “índios mansos”, “amigos”. Os Kayapó, ao contrário, eram muito temidos pelos moradores antigos (SOARES, 2004). Neste contexto, as considerações e as adjetivações de “índios mansos” ou “índios bravos” dizem respeito ao grau de resistência ao processo de esbulho de seus territórios.

A “mansidão” dos Karajá possibilitou um processo lento de expropriação do seu território. O conflito se explicitou mais tarde, nas décadas de 1980 e 1990, com a titulação das terras e a demarcação de uma reserva para os Karajá, no município de Luciara.²⁷

A Frente de Expansão que avançou sobre a região que hoje é reconhecida como microrregião Norte do Araguaia é constituída pelos migrantes que vieram do “norte”, pelo rio Araguaia, e pelos sertões de Goiás, pelos colonos do sul, por meio das empresas de colonização, e pelos grandes empresários das agropecuárias, estimulados pela SUDAM. Os membros destas frentes, em diferentes tempos históricos, tiveram um contato mais ou menos direto com as sociedades indígenas, na linha de frente do processo de expansão da sociedade não indígena e de incorporação de novas áreas na fronteira.

26 Relato do senhor João Lima morador antigo de Porto Alegre do Norte. Entrevista realizada por Maria do Rosário S. Lima, em Porto Alegre do Norte-MT, em junho de 2001.

27 Relatório da Equipe Pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia. Arquivo da Prelazia S. F. do Araguaia.

No final da década de 1930, Hermano Ribeiro organizou uma expedição para explorar o vale do Araguaia, com o objetivo de chegar até às lendárias minas de ouro da Serra do Roncador. O fotógrafo da expedição, Antônio Senatore (1937), relatou em seu diário os contatos estabelecidos com os povos Xavante e Karajá, no rio Araguaia e no rio das Mortes.

Os primeiros moradores de Mato Verde tiveram alguns contatos com os Kayapó. Dona Valdeniza relata um episódio dramático relativo aos Kayapó:

Quando minha avó foi assistir um parto lá perto da fazenda São João, ela era parteira, eles (os Kayapó) mataram a mulher que ela ia assistir, mataram um homem e uma mulher e deixou outra como morta. Quando veio a notícia minha mãe quase morre, pois minha avó tinha ido para lá. Eles (os Kayapó) mataram e ia embora, pois tinha medo também.²⁸

Willy Aureli (1964)²⁹, que percorreu os povoados do Araguaia na década de 1950, relata o temor que a população destes povoados tinha dos Kayapó. O autor encontrou Negro Grande, temido e famoso caçador de índio, contratado por fazendeiros do Araguaia, o qual relatou para ele (Aureli) alguns encontros violentos com os Kayapó. O relato revela a violência cometida contra os indígenas. Segundo Aureli (op. cit., p. 156), os relatos de caçada aos índios eram recorrentes entre a população mais velha do Araguaia.

Os relatos evidenciam que os Kayapó percorriam um território que se estendia do sul do Pará ao nordeste de Mato Grosso entre os rios Araguaia e Xingu, sendo atacados e atacando os primeiros ocupantes não índios do Araguaia.

O território que o povo Xavante dominava era descontínuo. Eles viviam em vários territórios, situados ao sudoeste e sul do povoado de Mato Verde. Conforme David Maybury-Lewis (1984),

Os Xavante não constituem uma unidade política. Suas comunidades são autônomas e raramente estão separadas por uma distância menor que a equivalente a um dia de viagem. Uma vez que os Xavante calculam o tempo de viagem de acordo com a distância que pode ser percorrida a pé, isto significa que as suas

28 Entrevista realizada por L. A. Soares, com dona Valdeniza, em Luciara, MT, em agosto de 2000.

29 Willy Aureli chefiou a Bandeira Piratininga, a qual percorreu o vale do Araguaia, no estado de Mato Grosso, com o objetivo conhecer e explorar este território.

comunidades estão geralmente separadas por 50 quilômetros, pelo menos (MAYBURY LEWIS, 1984, p. 50).

Os contatos mais frequentes dos Xavante ocorreram com moradores de São Félix do Araguaia. Aureli (1964) relata o ataque dos Xavante à família de João Irineu, morador do Caracol, próximo a São Félix, no qual os Xavante mataram João Irineu e um de seus filhos chamado Augusto, e deixaram o outro, Luciano, que mesmo espancado e ferido conseguiu escapar e sobreviveu (AURELI, 1964, p. 124).

Como predominam os relatos e versões dos não índios sobre tragédias como a mencionada acima, temos uma visão parcial dos que participaram da frente que se expandiu sobre os territórios indígenas. Segundo Martins, a fronteira tem dois lados. Mas, em geral, vemos apenas um dos lados.

Se entendemos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano (MARTINS, 1997, p. 162).

Do sul do Pará para os garimpos de diamantes do leste de Mato Grosso

Muitos migrantes que vieram do Pará para Mato Grosso através do rio Araguaia não se fixaram nos povoados situados nos “varjões” do Araguaia. Eles continuaram a viagem pelo rio Araguaia, até os garimpos de diamante de Mato Grosso para onde foram muitos seringueiros do sul do Pará no início do século XX (GUIMARÃES NETO, 2006).

Hermano Ribeiro da Silva (1948) relata que em sua viagem encontrou muitas embarcações navegando no rio Araguaia, transportando migrantes do Pará para os garimpos do leste Mato-Grossense.³⁰

Segundo relato de dona Nedina, *lá de Barreira de Santana foi muita gente para esses garimpos de Registro (Registro do Araguaia). Quando nós viemos, já tinha alguns*

³⁰ Ribeiro participou de duas expedições ao Araguaia na primeira metade do séc. XX.

*barqueiros que vinham de Barreira de Santana para estes garimpos de Registro.*³¹ Dona Adauta revela que seu pai, Lúcio da Luz, conseguiu acumular seu patrimônio inicial nos garimpos do leste Mato-Grossense, onde esteve no início da década de 1920.³²

As notícias sobre os garimpos de diamante de Mato Grosso e de terras de pastagens para criação de gado corriam de “boca em boca”, atraindo ex-seringueiros e lavradores do sul do Pará, do Maranhão e do norte de Goiás para o vale do Araguaia, em Mato Grosso.

Durante este fluxo migratório, algumas famílias se dividiram. Uma parte da família ficou nos povoados, enquanto outros membros seguiram pelo rio para os garimpos, como ocorreu com a família de dona Nedina,³³ filha de vaqueiro, nascida em Canjirana, um “arraialzinho” perto de Barreira de Santana, no Pará. Em 1939, a família de dona Nedina [ela, o marido e seus três irmãos e uma irmã] se mudou para Mato Verde. Seus três irmãos “[...] foram tentar a sorte nos garimpos de Baliza”.³⁴ Alguns parentes de João Irineu já moravam em Furo de Pedra, povoado situado ao sul de Barreira de Santana, que era um ponto de referência para os migrantes que se deslocavam pelo rio Araguaia (WAGLEY, 1988).

Os primeiros moradores dos povoados do Araguaia eram agricultores, pequenos criadores de gado e pescadores. Desde o início da ocupação, as terras utilizadas para criação de gado são terras de uso comum, localizadas nos “varjões”, que são áreas alagadiças nas várzeas dos rios Araguaia, do Tapirapé e do Xavantinho.

Uma segunda corrente migratória de “nortistas”, constituída por famílias de agricultores goianos, mineiros, e maranhenses, deslocou-se para o Araguaia, a partir do final da década de 1950, ocupando terras na ilha do Bananal, onde se reproduziram como camponeses plantando roças para o auto sustento e criando gado.

Quando a ilha do Bananal foi transformada em Parque Nacional e território do indígena em 1959, os migrantes goianos e maranhenses que

31 Entrevista realizada por Luís Antônio Soares com dona Adauta, em Luciara, MT, em 2000.

32 Entrevista realizada por L. A. Soares com dona Nedina, em Luciara, MT, em março de 2000.

33 Entrevista realizada por L. A. Soares com dona Nedina, em Luciara, MT, em março de 2000.

34 Entrevista realizada por L. A. Soares, com dona Nedina, em Luciara, MT, em março de 2000.

habitavam a ilha atravessaram o rio Araguaia, passando para o estado de Mato Grosso, onde ocuparam terras em São Félix do Araguaia, Luciara e Santa Terezinha, estabeleceram posses, continuando a praticar a agricultura para o autoconsumo, e pequenas criações de animais. As terras ocupadas por estes migrantes eram, em parte, terras ainda não apropriadas pelas empresas agropecuárias e colonizadoras até a década de 1980. Pode-se afirmar que esta forma de ocupação feita pelos migrantes possibilitou o desenvolvimento, no vale do Araguaia, de uma agricultura com base no trabalho familiar, a qual produzia predominantemente para o autossustento (CANTUÁRIO, 2012).

Nas décadas de 1970 e 1980, os migrantes disputaram a posse da terra com grandes grupos econômicos, as empresas agropecuárias incentivados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A disputa pela terra entre migrantes pobres e grandes grupos econômicos resultou em conflitos, violência e expropriação de muitos agricultores, quase todos posseiros, que viviam na terra e da terra, tinham “morada habitual e cultura efetiva” (ESTERCI, 1987; SOUZA, 2002).

A partir dos povoados inicialmente constituídos, nas margens do rio Araguaia, algumas famílias que fundaram outros povoados, abriram novas “frentes” em direção ao rio Tapirapé e Xavantinho. Um exemplo é o caso de Severiano Neves, que em 1942 juntou-se com outras famílias de Mato Verde, subindo algumas léguas pelo rio Araguaia, instalando-se em território Xavante, onde iniciaram o povoado de São Félix do Araguaia.

No final da década de 1950, algumas famílias de Mato Verde, lideradas por José Pereira de Souza, subiram o Araguaia e o rio das Mortes formando o núcleo inicial do povoado de Santo Antônio do rio das Mortes.³⁵

Na década de 1940 outras famílias subiram o rio Tapirapé, dando início ao povoado de Porto Alegre do Norte. A partir de Porto Alegre do Norte, na década de 1950, outro grupo “fundou” o povoado de Canabrava do Norte (SOARES, 2004). Canabrava foi o primeiro povoado desta região que se desenvolveu no sertão, em terra firme, longe da margem de um rio. Até então todos os povoados estavam nas margens dos rios Araguaia, Tapirapé ou das Mortes.

35 Jornal Alvorada – Prelazia de São Félix do Araguaia-MT, v. 28, n. 207, 1998.

No final da década de 1960 e, sobretudo, ao longo das décadas de 1970 e 1980, o Araguaia, desde Barra do Garças até Vila Rica, foi “invadido” pelas empresas agropecuárias e pelas colonizadoras privadas, apoiadas e estimuladas pelo governo federal (BASA e SUDAM) com incentivos fiscais, oferta de terras abundantes e baratas, apropriando-se de grandes áreas de terra. Entre as empresas agropecuárias que se instalaram na região as maiores e mais conhecidas estão a Suiá Missú,³⁶ a CODEARA (ESTERCI, 1987), em Santa Terezinha, e o BCN (Banco de Crédito Nacional).

Ainda no início da década de 1970, chegaram também as empresas colonizadoras que se instalaram nas áreas onde atualmente estão os municípios de Vila Rica, Confresa, Canarana, Água Boa e Querência (SCHWANTES, 1989).³⁷ Com a chegada das colonizadoras e agropecuários cresceram os conflitos, a violência, a expropriação das terras dos posseiros e indígenas e o (re)surgimento do trabalho escravo nas empresas agropecuárias (ESTERCI, 1987; SOUZA, 2009; CASTRAVECHI, 2012).

Os migrantes que vieram dos estados do Pará, de Goiás e do Maranhão, nas décadas anteriores, haviam ocupado terras sem dono e sem cultura, estabelecendo-se como posseiros, retireiros, agricultores, ribeirinhos e criadores de gado. A partir da década de 1970, com a chegada das empresas agropecuárias e das empresas colonizadoras (privadas), muitos posseiros foram expulsos e expropriados de suas terras, que não haviam sido registradas, as quais foram vendidas pelo estado de Mato Grosso para terceiros.

Para amenizar os conflitos, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) interveio, regularizando várias áreas de posse, as quais foram transformadas em Projetos de Assentamento Rural, destacando-se o município de Confresa pelo número de assentamentos e pelo número de famílias assentadas.

Nos últimos anos os agricultores tradicionais, posseiros, retireiros e assentados de projetos do INCRA e indígenas estão novamente ameaçados, agora

³⁶ Ver mais em: Rosa (2015) e Tafner e Silva (2015).

³⁷ Os lotes nos projetos de colonização de Canarana e Água Boa, planejados e executados pelo pastor Norberto Schwantes, foram adquiridos por agricultores de Tenente Portela e do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul (RIBEIRO, 1987). A colonizadora de Vila Rica vendeu lotes para agricultores no Sul do Brasil.

pela expansão da cultura da soja, que cresce exponencialmente nos municípios do médio e baixo Araguaia.

Considerações finais

Os deslocamentos de populações camponesas, autodenominados lavradores e agricultores são recorrentes nas regiões áridas do Nordeste, e nas áreas onde a frente de expansão constituída por criadores de gado e empresas agropecuárias avançam. Diante dessa pressão das empresas agropecuárias, muitos agricultores optam pela migração para outras áreas para não se proletarizar. Para eles, a fronteira tem um caráter de “portão de escape”, possibilitando ocupar áreas de terra com maior extensão, e “sem dono”³⁸, reduzindo a tensão e a disputa pela posse da terra e a pressão demográfica nos locais de origem.

Grande parte dos migrantes que se estabeleceram no Araguaia de Mato Grosso a partir da década de 1920 veio do norte de Goiás (atual Tocantins), do sudeste do Maranhão e do sudeste do Pará. No Pará, os migrantes se estabeleceram em povoados nos vales dos rios Tocantins, Itacaiúnas e Araguaia. No início, eles foram lavradores, criadores de gado e, posteriormente seringueiros e castanheiros. Mas no início do século XX a crise da borracha, a crise da castanha (1930 em diante) e a pressão dos criadores de gado os expulsaram daquela região. Os relatos dos entrevistados confirmam que os primeiros deslocamentos daquela região para o Araguaia de Mato Grosso ocorreram a partir de 1920. Os primeiros migrantes originários do Pará foram para os garimpos de diamante próximo das cabeceiras do Araguaia e do Garças.³⁹

Posteriormente vieram grupos familiares, viajando em batelões, os quais se estabeleceram em lugares situados ao longo do rio Araguaia, no nordeste de Mato Grosso. Pouco a pouco estes lugares cresceram, tornando-se povoados, vilas, sedes de municípios, e outros, como Crisóstomo, Lago Grande, Furo de Pedra, que ainda hoje são pequenos povoados.

Do Maranhão migraram grupos constituídos por famílias de lavradores pobres, pressionados pela frente pastoril. Parte dos maranhenses migraram para

38 As novas áreas ocupadas já eram habitadas por diferentes povos indígenas. As terras ocupadas por aqueles povos não estavam inseridas na lógica da propriedade privada. São terras de uso coletivo.

39 Lúcio da Luz, segundo depoimento da senhora Adauta, foi para os garimpos de Registro na década de 1920.

o Pará, viajando pelo rio Tocantins, ou por terra, através de Goiás até atingir e transpor o rio Araguaia. Os maranhenses que migraram para o norte de Goiás (atual Tocantins) permaneceram naquela região, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Depois de alguns anos estes grupos também foram pressionados pelos grandes criadores de gado. Do norte de Goiás, eles se deslocaram por etapas para o sul de Goiás, em direção à Ilha do Bananal. Pouco a pouco alguns grupos de famílias começaram a entrar na ilha do Bananal, território dos Karajá e outros povos indígenas.

Após a transformação da ilha em parque nacional e território indígena⁴⁰, os moradores não indígenas foram obrigados a abandonar a ilha. A maior parte destes migrantes se deslocaram para Mato Grosso, estabelecendo-se em São Félix do Araguaia, Luciara e Santa Terezinha. Nestes lugares de Mato Grosso eles ocuparam posses para se reproduzirem como lavradores.

Porém, para muitos o Araguaia não foi o lugar seguro que eles procuravam, pois, assim como as empresas agropecuárias os expropriaram nas décadas de 1970 e 1980, nos últimos anos a soja, que está se expandindo na região, está pressionando os agricultores familiares, as populações tradicionais e indígenas. Por analogia com o histórico da expansão da soja em outras regiões do Brasil, podemos afirmar que muitos serão expropriados novamente.

A história dos agricultores pobres é uma história de deslocamentos, de constantes recomeços, de expropriações, de novos recomeços. Até quando?

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Movimentos sociais na Amazônia. **Cadernos do CESI**, Salvador, 1995.

AUDRIM, José M. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1963.

_____. **Entre índios e sertanejos do norte**. Rio de Janeiro: Editora AGIR, 1946.

AURELI, Willy. **Rio da solidão**. São Paulo: Livraria Editora Importada Americana, 1964.

40 Povos indígenas que vivem na Ilha do Bananal: Karajá, Javaé, Tapirapé, Tuxá e Avá-Canoeiro.

BALDUS, Herbert. **Tapirapé**: Tribo Tupi no Brasil Central. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

BEATRIZ AZAMBUJA, Elizete. **O índio Karajá no Imaginário do Povo de Luciara**. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2000.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANTUÁRIO, Maria Raimunda. **Oh de casa! Oh de fora! Vamos chegando e vamos entrando: lavradores às margens do Araguaia mato-grossense (1950-1990)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - PPGHIS, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**. Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, Rio de Janeiro, 1924.

CASTRAVECHI, Luciene Aparecida. **Correntes do Araguaia**: a exploração de trabalhadores migrantes no nordeste de Mato Grosso na década de 1970. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - PPGHIS, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia**. Peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1987.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração**. Memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: Editora da UFMT, 2006.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis-RJ: Vozes, 1978.

IBGE. Esboço preliminar da divisão do Brasil nas chamadas “Regiões Homogêneas”. V. 1, R.J., 1967.

LEITE MORAES, Joaquim de Almeida. **Apontamentos de viagem**: introdução, cronologia e notas de Antônio Cândido. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAYBURY-LEWIS, D. **A sociedade Xavante**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1984.

ROCHA, Leandro Mendes. **O estado e os índios: Goiás 1850-1889**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

ROSA, Juliana Cristina da. **A luta pela Terra Marãiwatsédé: Povo Xavante, Agropecuária Suiá Missú, posseiros e grileiros do Posto da Mata em disputa (1960-2012)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

SCHWANTES, Norberto. **Uma cruz em Terra Nova**. São Paulo: Ed. Scritta, 1989.

SENATORE, Antônio. **Bandeira Anhanguera: Viagem à Serra do Roncador**. São Paulo: Lemos Editorial, 1937.

SILVA, Hermano Ribeiro da. **Nos Sertões do Araguaia**. São Paulo: Editora Saraiva, 1948.

SOARES, Luís Antônio Barbosa. **Trilhas e caminhos: povoamento não indígena no Vale do Araguaia, parte do estado de Mato Grosso, na primeira metade do séc. XX**. Dissertação de Mestrado, 2004, PPGHis da UFMT.

SOUZA, Maria Aparecida Martins. **Retalhos de vida: escravidão contemporânea nas agropecuárias no Araguaia (1970-2005)**. Dissertação de Mestrado em História. PPGHIS, UFMT, 2009.

TAFNER JUNIOR, Armando. W.; SILVA, Fábio C. Expropriação de terras e exclusão social na Amazônia Mato-grossense. **Revista PRACS**, v. 8, n. 2, 2015.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

WAGLEY, Charles. **Lágrimas de Boas Vindas - Os índios Tapirapé do Brasil Central**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

FONTES DOCUMENTAIS

Jornal Alvorada – Prelazia de São Félix do Araguaia, MT. Ano 28. N. 207 – 1998.

Arquivo da Prelazia São Félix do Araguaia.

ENTREVISTAS GRAVADAS

As entrevistas foram realizadas pelo professor Luís Antônio Soares, nos anos de 1999 e 2000 com antigos moradores de Luciara. Entrevistadas: dona Adauta, dona Nedina, dona Maria, dona Odília e dona Valdeniza.

A entrevista com o senhor João Lima, de Porto Alegre do Norte, foi realizada por Maria do Rosário S. Lima, em junho de 2001, em Porto Alegre do Norte-MT.

O PROCESSO DE ESBULHO TERRITORIAL, *SILENCIAMENTO* E A LUTA PELO RECONHECIMENTO ÉTNICO E TERRITORIAL DOS KANELA DO ARAGUAIA: A ALDEIA TAPIRAKA EM SANTA TEREZINHA, MATO GROSSO

*Paulo Sergio Delgado*¹

*Juliana Cristina da Rosa*²

Resumo

Este texto apresenta uma discussão sobre o processo de esbulho territorial de grupos indígenas ocorrido no sul do estado do Maranhão no início do século XX e sua relação com a trajetória do grupo de Kanela do Araguaia que fugiu dali em direção a terras situadas no estado de Goiás e, depois de uma nova expulsão, em direção às terras do Araguaia Mato-Grossense. Esse processo foi permeado de violência física, psicológica e simbólica e resultou no *silenciamento* por parte de membros desses grupos por medo de novas represálias e expulsões. A partir do início do século XXI, alguns membros desses grupos passaram a desenvolver estratégias com o objetivo de obter reconhecimento étnico e a delimitação de um território, e, dentro desse contexto, a análise se encerra com a formação da aldeia Tapiraka no município de Santa Terezinha, que se deu por meio da ocupação de uma área de terras da União.

Palavras-chave: Kanela. Esbulho Territorial. Reconhecimento Étnico. Aldeia Tapiraka.

Introdução

A partir dos anos 2000, os Kanela do Araguaia passaram a ser inseridos em reportagens e notícias por estarem envolvidos em processos de novos aldeamentos e expulsões ocorridas na cidade de Luciara, Mato Grosso. Além desse município, os Kanela também residem em São Félix do Araguaia, Canabrava do

1 Antropólogo, professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Mato Grosso, membro do Núcleo de Estados Rurais e Urbanos da UFMT.

2 Cientista social, historiadora e membro do Núcleo de Estados Rurais e Urbanos da UFMT.

Norte, Confresa e Santa Terezinha, onde desenvolveram relações sociais com os moradores não índios por mais de meio século, depois de chegarem ao Araguaia Mato-Grossense, vindos de terras goianas e maranhenses das quais haviam sido sistemática e constantemente expulsos.

Este texto tem como objetivo apresentar algumas reflexões e apontamentos sobre esse processo de esbulho territorial sofrido pelos Kanela do Araguaia desde a aldeia de Porquinhos, situada dentro dos limites do município de Barra do Corda, perpassando acampamentos e lugares pelos quais os grupos de Kanela passaram e foram expulsos até chegarem ao Araguaia Mato-Grossense, analisando as motivações envolvidas no processo de silenciamento destes por décadas até a adoção de novas estratégias de luta pelo reconhecimento étnico e territorial.

Porém, esse processo histórico não foi narrado pela história e/ou memória consolidada como oficial e/ou da nação, que, segundo Ricoeur (2000, p. 455), está envolvida em disputas de poder envolvidas em diferentes temporalidades e que resulta “[...] no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial”. Essa história oficial não narrou parte significativa de deslocamentos de povos indígenas que passaram por esbulhos territoriais, que por vezes, não foram sequer documentados e caíram no esquecimento. Ainda há casos em que a memória coletiva de grupos que sofreram violência e esbulho não foi considerada como fonte histórica apropriada para subsidiar narrativas históricas, como o caso de historiadores do século XIX como Varnhagen, Taunay, Salvador, Pombo, entre outros, analisados por Leonardi (1996, p. 24-54)³.

Entretanto, para além desses *esquecimentos* presentes nessas narrativas historiográficas, ainda ocorre o *silenciamento* de grupos indígenas e seus descendentes em relação à sua origem e ao esbulho territorial vivenciado, constantemente acompanhado de violência física, psicológica e simbólica. Em certos casos, a memória coletiva desse grupo é carregada de traumas em relação à origem e à violência sofridas pelo grupo, e as reflexões de Pollak (1989,

3 Um panorama que mudou significativamente com a consolidação de Grupos de Trabalho sobre História Indígena, Etno-história e Presença Indígena na História que ocorreu nas reuniões da Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH) e que aglutinou uma série de novos estudos oriundos de pesquisas realizadas sobretudo no âmbito dos programas de pós-graduação das universidades públicas.

p. 05) parecem apropriadas para analisar situações nas quais a relação com o trauma se entrelaça com a memória e a narrativa do que o autor denominou “memórias subterrâneas”, que são silenciadas por gerações. Porém, para Pollak (1992), essas memórias têm relação direta com a identidade do grupo; sendo assim, surgem e se manifestam quando seus membros têm interesse em trazer à tona as especificidades da história do grupo que contribuem para a construção de sua identidade, de modo que as memórias subalternas entram no campo de disputa, e “[...] isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos”, conforme Pollak (1992, p. 05).

As reflexões de Pollak (1992) são fundamentais para se pensar a trajetória dos Kanela do Araguaia, marcada pelo *esquecimento* da história oficial, o *silenciamento* dos membros do grupo em relação à origem e à violência sofrida, e, principalmente, à memória subterrânea que emerge em dadas situações históricas nas quais o grupo tem interesse em reforçar sua identidade, no caso, étnica ligada aos Canela Apaniekrá.

Porém, para além das reflexões teóricas, o procedimento analítico adotado tem como base a análise de referências bibliográficas que permitem localizar o esbulho territorial dos Canela em Porquinhos, Maranhão, e, em segundo lugar, fontes orais que subsidiaram a cartografia social elaborada em 2009, além de relatos orais oriundos de entrevistas com Joventina Pereira dos Santos de Jesus, identificada como Cinita por seus parentes, e seu filho Vilmar Koxywary Kanela, que era o cacique dos Kanela do Araguaia no município de Santa Terezinha. O foco analítico será o grupo familiar de Joventina Pereira dos Santos de Jesus que possui uma trajetória específica e que resultou na formação da aldeia Tapiraka em Santa Terezinha, Mato Grosso.

Para compreender esse processo histórico marcado pelo esbulho territorial, violências, *silenciamento* e pela luta pelo reconhecimento étnico e territorial dos Kanela do Araguaia, será preciso seguir uma narrativa linear que identifique as origens do grupo em questão que remetem à outra territorialidade: as terras de Porquinhos.

O esbulho territorial da aldeia de Porquinhos e em outras terras no Maranhão

Os Canela ocupavam territórios que foram delimitados como pertencentes ao estado do Maranhão. Segundo a apresentação da etnia elaborada pelo Instituto Socioambiental (ISA, 2018):

Canela é o nome pelo qual foram conhecidos dois grupos Timbira: os Ramkokamekrá e os Apanyekrá. Há diferenças significativas entre esses grupos vizinhos, mas ambos falam a mesma língua e são pautados pelo mesmo repertório cultural. Até a década de 1940, os Ramkokamekrá tinham menor contato com a sociedade nacional e com outros grupos indígenas do que os Apanyekrá. Depois disso, a situação inverteu-se. Não obstante, atualmente ambos grupos têm sofrido uma forte interferência por parte de algumas agências de contato, como Funai, fazendeiros e missionários. Em contrapartida, têm procurado reaver a autonomia de suas atividades produtivas e manter sua vitalidade cultural, expressa por uma complexa vida ritual, práticas xamânicas e intrincada organização social.

Os contatos com os não índios podem ser documentados a partir de relatos orais coletados, como o caso das anotações de caderno de campo sobre os Krahô, feitas, em 1963, pelo antropólogo Júlio Melatti, nas quais apresentava uma visão sobre o contato e as relações entre os povos indígenas que ali habitavam e os criadores de gado bovino que passaram a adentrar suas terras, sobretudo no século XIX. Esse contato, que inicialmente ocorreu em meio a alianças, se tornou conflituoso e o antropólogo relatou um ataque de fazendeiros aos Krahô que ocorreu em 25 ou 26 de agosto de 1940, e que foi a ele contado por indígenas e não indígenas da região. O antropólogo levantou o número de 29 mortos oriundos da aldeia de Bacaba, Cabeceira Grossa e Galheiro, identificando homens, mulheres e crianças que estão reunidos em um documento intitulado “Os Craôs mortos no ataque de 1940” (MELATTI, 2009 [1965], p. 2-6). Nessas anotações, o antropólogo também descreveu um ataque anterior, ocorrido em 1913, à aldeia Quencatejê:

Akrei {227} morava em Travessia, que foi atacada por Arruda; por isso Akrei veio para cá quando era menino e aqui cresceu. Informa que nos Porquinhos estão os Kenpokamekrá (eu lhe tinha dito Kenkateyê e ele corrigiu para Kenpokamekra), os Krutkateiê e os Krinkatire. Estes últimos são os mais antigos no local. No Ponto estão os Txokamekrá, os Koimakrare, os Mukurukateiê, os Iromkateiê, os Krëiê. Quanto aos Ramkokamekrá, primeiro negou que estivessem no Ponto e depois corrigiu, confirmando que são do Ponto. **Os habitantes do Ponto e dos Porquinhos são Canelas.** Um irmão do pai de Akrei, Krãkoañ, morreu por bala do pessoal de Arruda. Para Akrei, os únicos Krahôs puros são Pãnãrã {316}, Chiquinho {329} e Joãozinho {358}. [Anotado em 18/12/1962, na aldeia de Lagoa (2.1) — D1: 605] (MELATTI, 2009 [1965], p. 16-17. Grifo nosso).

Além desses ataques, também foram relatados a Melatti (2009, [1962], p. 18-21) o ataque de Tavares e o “perene sentimento de insegurança” que envolvia os Krahô e também outros moradores, como os da aldeia Porquinhos, que eram Canela. Nesse sentido, a descrição elaborada pelo ISA é importante para situar as origens comuns entre grupos:

Os Canela são compostos das cinco nações remanescentes dos Timbira Orientais, sendo a maior dos Ramkokamekrá, descendentes dos Kapiekran (como eram conhecidos em 1820). O nome Canela também era utilizado pelos sertanejos para os Apanyekrá e os Kenkateye, que foram massacrados e dispersos em 1913, Os Kenkateye separaram-se dos Apanyekrá por volta de 1860 (ISA, 2018).

Os Ramkokamekrá Kanela da aldeia Escalvado, nas proximidades de Porquinhos, também relataram para Rodolpho Rodrigues de Sá (2009, p. 100-101) que os contatos com não índios “são marcados por casos de desconfiança e conflitos” em grande medida por conta da memória do “massacre do Alto Alegrete”, de 1901, decorrente da “utilização” desses índios contra outros, além do “massacre de 1913”, que estão situados dentro do “tempo do Alto Alegrete”, quando ocorria a retirada de crianças das famílias por parte de missionários interessados em “cristianizar selvagens”. O resultado desses conflitos foi a repercussão em Barra do Corda e região da ideia estereotipada de que esses “índios” seriam, além de preguiçosos, assassinos de freiras e padres.

Outras fontes documentais podem ser encontradas, como os documentos oficiais do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) citados por Luiz Rizzo de Oliveira (2006), e que apresentam relatos que corroboram com a visão de que havia conflitos entre povos indígenas e fazendeiros na região desde o final do século XIX e início do XX. O autor também teve acesso a algumas correspondências de criadores de gado direcionadas ao Presidente da República, Getúlio Vargas, pedindo solução para os conflitos da região, que, segundo estes, eram gerados pelas ameaças feitas pelos indígenas.

Tais tensões, violências e ataques foram se intensificando nas primeiras décadas do século XX, e, segundo Victor Ferri Mauro (2011, p. 62):

O clima de hostilidades entre índios e segmentos da sociedade envolvente permaneceu acirrado ao longo de boa parte do século XX. Giraldiv (2002, p.122) narra que “Em 1940, por motivo de roubo de gado dos fazendeiros da região, duas aldeias Krahô foram atacadas. Mais de 20 pessoas foram mortas. Dois fazendeiros, um de Pedro Afonso e outro de Carolina, foram julgados e condenados pelo massacre”.

As pessoas que se identificavam como indígenas na região carregavam um estigma muito pesado. Eram sempre vistos com inferioridade pelos não-índios e discriminados. Até hoje o preconceito é muito forte. É possível que neste contexto desfavorável, alguns indígenas tenham deixado suas aldeias e se ocupado como mão-de-obra nas fazendas da região, perdendo contato com suas comunidades e se casando com não-indígenas (Grifo nosso).

É importante situar que os Ramkokamekrá Kanela, os Apaniekrá Kanela e os Krikati e Pukobyê são povos indígenas Macri-Jê que ocupavam o sul e o sudoeste do Maranhão e estavam inseridos nesse contexto de contatos com não índios e conflitos com criadores de gado bovino que resultaram em mortes e violência de tal modo que diversos desses grupos fugiram da região.

A partir dessas referências bibliográficas, é possível identificar que o sul e o sudeste do Maranhão estavam imersos em situações de violências, e, nesse sentido, a aldeia de Porquinhos se insere, após o massacre de 1940. O clima de tensão e ameaças constantes fez com que muitos deixassem suas aldeias, entre eles, alguns grupos de Kanela Apanyekrá que se espalharam e fugiram, como

foi relatado por alguns Kanela do Araguaia durante a oficina de mapas realizada no município de Canabrava do Norte, entre 26 e 28 de novembro de 2008, e a reunião em São Félix do Araguaia, de 21 de julho de 2009. Essas duas atividades fizeram parte do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, e geraram um documento denominado “Povos e comunidades tradicionais do Brasil Central. *Povo Indígena Kanela do Araguaia*”, onde Joaquim Pereira dos Santos, na época vice-cacique do povo Kanela de Luciara, afirmou que: *Nós como índios do Maranhão, nós mudamos em 1948. Saímos de lá por causa do massacre, o pessoal queria matar os índios – os fazendeiros –, meus pais correram mais meus avós. Nós morávamos no Morro do Chapéu onde é aldeia dos índios Kanela.*

Joaquim é irmão de Joventina Pereira dos Santos de Jesus, que em 2017⁴ relatou que havia nascido em 1938 numa localidade chamada São Raimundo da Mangabeira, a quarenta quilômetros da aldeia Porquinhos. Ela relata que sua mãe, Ana de Nazaré Batista dos Santos, era *índia legítima, filha de índio que nasceu dentro de aldeia*, o avô materno José Batista dos Santos. Assim como indicado por Mauro (2011) a respeito de fugas ocorridas na região, seu avô havia fugido da aldeia e sua mãe se casou com um não índio, de modo que a família passou a trabalhar para “fazendeiros”⁵ da região.

O sentimento de medo foi relatado ao falar sobre a realização de festas e rituais: *Tinha nada! Por que a gente tinha medo! Não podia nem comemorar nada. Que a agente trabalhava lá era com medo. Os fazendeiros eram muito... e nós vivia num lugarzinho cercado deles. E aí... nem comemorava, só trabalhava*⁶. Assim, trabalhando para “fazendeiros” e cercados por eles, tiveram que “ficar caladinhos”, *Se não, aí eles perseguia nós. Porque eles sabiam que meu avô e minha mãe tinham vindo lá de dentro da aldeia e eles sabiam disso não é. E aí a gente ficava caladinho por lá*.⁷ O seu irmão Joaquim, ao ser indagado sobre o motivo que fez com que saíssem do Maranhão, afirmou que:

4 Joventina Pereira dos Santos de Jesus. Entrevista realizada em 12 de junho de 2017, na Aldeia Indígena Kanela Tapiraka, município de Santa Terezinha, Mato Grosso, pelos pesquisadores Paulo Sérgio Delgado, Juliana Cristina da Rosa e Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.

5 O termo “fazendeiro” será utilizado por se tratar de uma expressão presente tanto nas referências bibliográficas quanto nos relatos orais analisados. Ressalta-se que, assim como “índios”, pode ser uma categoria genérica que engloba não índios, posseiros e proprietários de extensões de terra que nem sempre podem ser consideradas como fazendas. Como não há fontes históricas suficientes e não é o foco da análise, a categoria será adotada, mas entre aspas para ressaltar sua possível distorção, mas considerando como categoria nativa.

6 Joventina Pereira dos Santos de Jesus, 2017.

7 Joventina Pereira dos Santos de Jesus, 2017.

[...] porque os fazendeiros queriam matar os índios lá, matou um bocado e foi dessa família nossa, eles estavam com medo deles vierem... Hein Albertina, você lembra que quando nós chegamos do Maranhão, você já estava grandinha, ninguém queria dizer que era índio com medo do povo vim de lá...? (PROJETO..., 2009).

Portanto, o *silenciamento* desse grupo de Kanela quanto à sua origem étnica estava instaurado desde o Maranhão motivado pelo medo de serem mortos, e foi no ano do massacre na aldeia Porquinhos que seu grupo familiar resolveu ir embora para um lugar ainda mais longe dali. *Nóis tinha que ir embora... fazer o quê, não é? No ano daquele massacre que teve lá na aldeia dos Porquinhos... mataram muito índio... até padre morreu lá! [...] Não queriam nenhum índio morando lá⁸.*

Outro grupo Kanela era o da família de Bernardino Carlos Costa, que relatou (PROJETO..., 2009, p. 4): que foram expulsos uma década antes: *O meu pai saiu de lá na base de [19]31, por essa base aí, eu acho que ele saiu naquela primeira confusão que teve. Apesar de serem grupos familiares com trajetórias de fuga diferentes, a memória dessa situação remete igualmente à ameaça e violência por parte de fazendeiros [...] que não queria nós lá perto. Não queria nós perto. Lá de onde eu nasci e morei dez anos, nós saímos de lá corrido. Saímos da nossa casa uma meia noite. Corrido. Com medo de matar nós e colocar fogo na nossa casa⁹.* Assim, em 1949, o grupo familiar de Joventina foi novamente expulso de terras situadas dentro do estado do Maranhão.

As novas expulsões de terras em Goiás e Tocantins e o caminho para o Araguaia

A partir das expulsões das terras maranhenses, esses grupos de Kanela ultrapassaram os limites do estado e se deslocaram em direção a Goiás e ao atual Tocantins, através de diferentes trajetórias e caminhos. Segundo seu irmão Joaquim, o grupo familiar seguiu a seguinte trajetória:

Aqui era a aldeia Morro do Chapéu, ficava no município Barra do Corda. Daqui, do Morro do Chapéu nós saímos pelo Olho D'Água das Cunbas, era

8 Joventina Pereira dos Santos de Jesus, 2017.

9 Joventina Pereira dos Santos de Jesus, 2016.

outra aldeia Kanela ... Do Olho D'Água das Cunbãs nós fomos para uma cidade Fortaleza dos Nogueiras, ela já está mais para perto aqui de Goiás (atual Estado de Tocantins), era município de Carolina... No Fortaleza dos Nogueiras foi uma aldeia, mas só que foi desativada, o povo correu atrás dos índios também em Fortaleza dos Nogueiras ... era Kanela. De Fortaleza dos Nogueiras nós pegamos estrada, atravessamos o Tocantins, num porto por nome Panela de Ferro. Panela de Ferro era uma cidadezinha que tinha do outro lado, já em Goiás, pegamos e beiramos o Tocantins. Nós viajamos mais ou menos uns quinze dias beirando (o rio) Tocantins, largamos o Tocantins e cortamos para o rumo de Goiás e foi lá onde ficamos... Lá era município de Miracema, Miracema do Norte, era um sertãozinho... naquele tempo tinha um gerais monstro que não tinha ninguém, você chegava e ia escolhendo aonde achava bonito para morar ali e ficava. Não tinha morador e nada. A terra ninguém sabia se tinha dono... Era geraisção mesmo (PROJETO..., 2009, p. 4).

Se a memória de Joaquim fornece elementos que identificam o roteiro da trajetória de seu grupo familiar, Joventina agrega elementos da vida cotidiana em seus relatos, pois nos três anos (1949-1952) em que permaneceram em Miracema, Goiás, ela se casou com um primo, Raimundo Batista dos Santos, que também era índio filho de Valeriano Batista dos Santos, que tinham saído antes de Porquinhos. Segundo ela: *Nóis era parente. Primo segundo;* e como ela, outros parentes casavam com primos. Ou seja, seus relatos remetem a uma prática de casamento endogâmico como uma forma estratégica de continuidade étnica, que havia sido recomendado pela sua mãe, pois *minha mãe era que queria assim, que não ficasse entrando muitas família... de fora, sem ser índio no meio da família*¹⁰.

Outro elemento importante desse relato é a situação de encontro, alianças e casamento entre diferentes membros de grupos Kanela que haviam fugido da aldeia Porquinhos em momentos distintos e que se encontraram em alguns locais. A estratégia do *silenciamento* em relação à origem étnica parece ter sido adotada por todos os grupos familiares, e no relato de Bernardino é possível identificar que, mesmo após saírem do Maranhão, esses Kanela permaneceram sem falar sobre o assunto:

Naquela época nem podia falar que era índio... porque tinha medo de alguma coisas. Quando o padre veio para me batizar ele falava, "não fala que é índio".

10 Joventina Pereira dos Santos de Jesus, 2017.

Aí quando eu fui alistar lá no Tiro de Guerra eles falaram “uai, cadê o nome de seu pai, o seu oai o que que era?” – “era índio” – “não, então só tem mãe, índio não é gente mão, não é batizado, não é registrado”, desse tipo... Naquele tempo não queria ser reconhecido, mas antes disso quando eu era novo, ave Maria, ave Maria, não podia nem falar, matava, matava mesmo... Às vezes nem tinha isso, mas era uma lenda que contava (PROJETO..., 2009, p. 5).

Apesar do *silenciamento*, esses grupos não puderam permanecer nessas terras, e, no caso do grupo de Joventina, ocorreu uma nova expulsão depois que os “fazendeiros” identificaram que eram índios, pois “*pra eles, índio era um bicho*”¹¹.

*Descobriram que nós era índio. Que viemo do Maranhão, por que nós viemo correndo de lá por que os fazendeiro no expulsaram de lá e nós chegemos, não tinha terra, um homem chamou nós pra morar lá num lugar... lugar dele. E nós foi mora lá. Ai, ele foi e descobriu que nós era índio... e... mandou nós embora. Nois saímos e viemo embora aqui pro Mato Grosso*¹².

Entretanto, as trajetórias seguidas por esses grupos, que se autodenominam Kanela do Araguaia, são diferentes até chegarem ao Mato Grosso. O grupo de Bernardino, por exemplo, não morou em Miracema, Goiás, e, segundo o seu relato:

Eu nasci em Porto Franco, divisa do Maranhão com Goiás. Nós viemos aqui para a divisa de Goiás, depois atravessei junto com esse pessoal do Ribamar para cá, o Elpidio, o avó dele. O Elpidio era de lá, das aldeias de lá, mas eu não conhecia ele, naquele tempo o cara não queria nem saber se era índio, que era perseguido, negava ... é complicado. Lá de Porto Franco viemos para Cristalândia, que é o Pium, nós saímos de Pium em [19]55, nós viemos para dentro da Ilba, Barreira do Gado, Ilba do Bananal, depois para o Antonio Rosa. Nós moramos juntos lá com o pessoal do Ribamar. Em 1956 nós atravessamos para o Antonio Rosa, em [19]57 teve uma enchente grande, em [19]58 nós mudamos, todo mundo, aqui para Mato Verde, hoje é Luciara (PROJETO..., 2009, p. 4).

Portanto, existem diferentes rotas e trajetórias seguidas por diferentes grupos até o Araguaia que podem ser mais bem identificadas pelo mapa elaborado

11 Joventina Pereira dos Santos de Jesus, 2017.

12 Joventina Pereira dos Santos de Jesus, 2017.

mais antigos como Luciara, São Félix do Araguaia, Santa Terezinha e também Confresa, Canabrava do Norte e Porto Alegre do Norte. Dessa forma, os Kanela foram se espalhando, conforme relatado por Joana:

Quando nós chegamos em Mato Grosso, no Antonio Rosa, lembro como hoje, foi em [19]55, em [19]58 os agrimensores desceram medindo essas terras todas de Mato Grosso. Chegamos em Luciara foi acabando a possibilidade de nós morar juntos, os fazendeiros foram chegando, as perseguições foram empilhando e aí ficamos. Aí voltou um bocado para Santa Terezinha e outros ficaram em Luciara... (PROJETO..., 2009, p. 4).

Joventina permaneceu com o marido e os filhos em Santa Terezinha e os seus irmãos foram para as terras de Luciara onde trabalharam como vaqueiros para Lucio da Luz e mais tarde se tornaram *retireiros*¹³. Nessas novas terras, essas famílias tiveram contato com outros povos indígenas, principalmente os Carajá e os Tapirapé, mas não ocorreram casamentos entre eles. Porém, os Kanela foram casando com não índios nas décadas seguintes. Lenimar relatou que:

O povo do Araguaia hoje é isso, é a mistura do mato-grossense, é o povo ribeirinho, nós estamos impregnados com os ribeirinhos da nossa região, nós estamos impregnados com os retireiros da nossa região, nós estamos impregnados com os posseiros da nossa região, porque tem filho de kanela casado com posseiro, filho de kanela casado com ribeirinho, filho de kanela casado com retireiro. Então, hoje os kanelas vivem integrados a essas comunidades da região do Araguaia: uns kanelas são retireiros, outros são posseiros, alguns estão na vida urbana, sendo funcionário da prefeitura, sendo de várias áreas (PROJETO..., 2009, p. 3).

Em meio a retireiros, posseiros, ribeirinhos e trabalhadores rurais e citadinos, os Kanela permaneceram ocultando sua origem étnica. Joventina relata que, além do medo de novas represálias, essa estratégica foi adotada também por conta de um conselho do padre Francisco Jentel, de Santa Terezinha, e do bispo dom Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia:

Falei pro padre Francisco. Ele me apoiou e ele que falou assim pra mim: 'você não fala que você é índia e que veio do Maranhão. Fique quieta. Espera que o

13 Criadores de gado em retiros que trabalham conforme o ciclo das águas do rio Araguaia e afluentes em áreas alagadiças denominadas varjões.

seu tempo vai chegar'. [...] Falei pra ele, falei pra Bispo Pedro [Casaldáliga] lá de São Félix e ele também falou pra mim: 'fique calada, não diga nada, quando você achar... um lugar pra você morar e você acha que você pode morar e que aquele é seu lugar, aí você pode falar. Pode falar'. Dom Pedro falou isso pra mim¹⁴.

Assim, permaneceram silenciados nas décadas seguintes com medo de novas situações de violência, mas enfrentaram outros conflitos. Segundo Pedro:

Agora veja bem, o que fica preocupante para gente, quando nas décadas de 60 até 70, na expansão do gado de corte os kanelas já existiam no Araguaia e os fazendeiros chegaram aqui, as grandes empresas latifundiárias, excluiu esse povo, tirou o direito à terra desse povo. Tanto é que, a gente morando aqui presenciou vários momentos de conflitos, de fazendeiros contra os pequenos e ali a gente estava no meio, e sofremos aquelas consequências. A gente como kanela, o que a gente mais quer é sobreviver da terra ... A cultura branca nos oprimiu de forma que nos tirou a nossa identidade, o que a gente mais luta é o resgate dessa identidade e essa identidade ela não representa somente a nossa cultura, mas o nosso espaço, esse espaço onde nos possa habitar, criando os nossos filhos, vivendo em comunidade (PROJETO..., 2009, p. 11).

Depois de décadas no Araguaia, os Kanela passaram a se organizar no sentido de lutarem por um território e outros direitos garantidos pela legislação aos povos indígenas.

A luta pelo reconhecimento étnico e territorial dos Kanela do Araguaia

Mauro (2011, p. 62-63), ao analisar o contexto de violência no qual os povos indígenas do sul e sudeste do Maranhão estavam inseridos no início do século XX, observou que

Algumas dessas comunidades, em tempos recentes, têm afirmado publicamente a identidade que antepassados teriam sido obrigados a camuflar. Agora elas lutam para serem reconhecidas oficialmente como indígenas. **Os Krahô-Kanelasão um entre vários grupos indígenas que emergem nas últimas décadas, reivindicando perante o Estado os seus direitos territoriais e procurando**

14 Joventina Pereira dos Santos de Jesus, 2017.

reatar os laços sociais e culturais com as etnias as quais alegam pertencer seus antepassados (Grifo nosso).

Nesse sentido, alguns Kanela do Araguaia fizeram uma viagem em 2008 para a aldeia Porquinhos no Maranhão, entre eles Joaquim, que relatou que foram reconhecidos como descendentes de Kanela que saíram de lá:

No mês de abril eu voltei no Maranhão, nós voltamos em cinco pessoas, fomos pegar o nosso reconhecimento. Ainda tinha gente que reconhecia, tinha índio na aldeia lá que conheceu o irmão da minha mãe, fomos reconhecido. Nós chegamos no índio e eu comecei a contar o caso, o caso do meu avô e tinha índio velho que conhecia o meu avô, tinha gente lá da família que conhecia. Está com muito tempo, mas tinha quem conhecia... O cacique ficou ouvindo, dois caciques, um daqui outro de lá. Quando eu estava terminando o caso o cacique que estava ali falou, “não, está tudo bem, você pode parar e tal, eu conheci o irmão da tua mãe, ele morreu faz tantos anos”¹⁵.

No ano de 2008, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), por intermédio do coordenador de pesquisas da entidade, Claudio dos Santos Romero, emitiu uma declaração de que tanto Bernardino Carlos Costa quanto Joaquim Pereira dos Santos eram índios Kanela e que se autoidentificavam e “são identificados pelos demais membros do povo Kanela/MA”. Dessa forma, alguns outros membros desse grupo passaram a se autodenominar Kanela do Araguaia, fazendo carteirinhas com declarações nominais, além de inserir no nome dos bebês recém-nascidos o sobrenome “Kanela”. Segundo Lenimar:

Agora, o que nós precisamos mesmo é do território para vim outras coisas, outros benefícios, outras reivindicações, que é a partir disso. Por isso que todos estamos batendo na mesma tecla: território. Porque a partir disso aí nós vamos poder reivindicar na área de educação, área de saúde, ter os nossos postos de saúde, nossos profissionais, igual outras aldeias têm... Então, o pivô central, a nossa necessidade central hoje, a prioridade é o território¹⁶.

15 Projeto Nova Cartografia Social. Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil central. [Cartilha] Fascículo 01. Povo Indígena Kanela do Araguaia, Manaus: 2009, p. 05.

16 Projeto Nova Cartografia Social. Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil central. [Cartilha] Fascículo 01. Povo Indígena Kanela do Araguaia, Manaus: 2009, p. 11.

Em 2013, a aldeia Porto Velho foi formada na margem direita do rio Tapirapé, em Luciara, Mato Grosso. A reivindicação do grupo que ocupou a área tinha relação com a presença do casal Caciano Pereira de Abreu e Maria Pereira dos Santos e seus filhos que, em 1939, registraram ter estabelecido residência no povoado Porto Velho naquela mesma área. A filha, Julia Pereira Rocha, nascida em 1949, reivindicava o reconhecimento dessa área como território pertencente ao seu grupo familiar por meio de cartas enviadas ao então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2005 e 2006.

Outro grupo fundou, em 24 de junho de 2015, a “aldeia Pukanu, localizada no município de Luciara, que foi formada a partir da ocupação da pousada abandonada Rio Bonito. Ali permaneceram até 7 de julho do mesmo ano, quando foram removidos por conta de um mandado de cumprimento de liminar de reintegração de posse. Segundo relatos orais levantados e publicados em reportagem do Instituto Socioambiental (ISA, 2015), essa remoção ocorreu de forma violenta:

Índios foram retirados em caminhões de transportar gado

Depois da reintegração, os indígenas foram divididos em dois caminhões gaiola – utilizados para transporte de gado –, junto com seus pertences e animais, em uma viagem que durou aproximadamente sete horas. “Fomos todos empilhados, tinha chovido muito, foi horrível”, lembra Antônia. João, nome fictício de outra das lideranças da comunidade, que não quer ser identificado, relata que a ação policial foi violenta: “Teve quem levou coronhada na cabeça, porrada nas costas, fora os xingamentos”. Ele conta que havia pessoas hipertensas e um bebê de dois meses no local, todos tratados de forma agressiva pelas autoridades. Ainda assim, ele reitera que a comunidade não vai desistir. “A área é nossa, faz parte de nós, é a nossa vida, nossa dignidade. Não vamos em momento algum recuar”, afirma.

Esses e outros conflitos envolvendo a luta dos grupos de Kanela do Araguaia pelo reconhecimento étnico e territorial foram previstos pelo procurador do Ministério Público Federal (MPF), Wilson Rocha Assis. Em novembro de 2014, ele havia enviado a *Recomendação Número 05* à FUNAI que indicava a “demarcação prioritária da terra indígena dos Kanela do Araguaia”, conforme solicitação realizada anteriormente. Sua justificativa tinha como base os seguintes elementos:

CONSIDERANDO que, conforme relatado no Memorando nº 572/SEGAT/GAB/CRAT/2014, oriundo da Coordenação Regional Araguaia-Tocantins da FUNAI, a indefinição em relação à demanda territorial do povo Kanela do Araguaia tem gerado: “a) a exposição dos indígenas a violência cotidiana exercida pelos latifundiários e grileiros da região, com ameaça aos membros da comunidade e restrição de acesso à aldeia e de liberdade de circulação na região; b) tensionamento da relação entre etnias (em especial Kanela do Araguaia e Tapirapé) por haver interesses conflitantes em relação ao referido território; e c) tumulto no ambiente de trabalho da CR e CTL de Confresa (a mesma foi ocupada pelos indígenas Tapirapé na data de 05 de agosto de 2014), ameaças e pedido de exoneração a servidores, dentre outras violências e confusões” [...] (MPF, 2014, p. 6).

CONSIDERANDO ainda a existência de interesse de órgãos ambientais, dado que tramita perante o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade proposta de criação de Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mato Verdinho, nas proximidades da região em que se insere a Aldeia Porto Velho, destinada a garantir e preservar o modo tradicional de vida dos retireiros do Araguaia (MPF, 2014, p. 8).

O documento mencionava um “estado de extrema vulnerabilidade” dos Kanela e um interesse do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre as terras nas quais a aldeia Porto Velho havia sido formada, demonstrando a complexidade das disputas fundiárias existentes no Araguaia.

Apesar da recomendação expressa do MPF, a FUNAI alegou não ter condições de realizar os estudos antropológicos necessários com a urgência solicitada. Diante de uma situação de espera por ações por parte da FUNAI, novas estratégias foram adotadas pelos grupos de Kanela do Araguaia, entre elas, a ocupação de uma área em Santa Terezinha e a criação da aldeia Tapiraká.

A aldeia Tapiraká

Joventina relata que era sonho da sua mãe, Ana de Nazaré Batista dos Santos, ter uma terra.

sempre tinha esse sonho de ter uma terra, ter um lugar pra nós morar. Minha mãe começou também a entrar nesse assunto, e aí logo morreu. E antes dela morrer ela disse assim pra nós.... fez uma reunião com todos os filhos na porta da casa dela, e falou assim pra nós: ela sabe que ela não tem mais muitos dias de vida, já está muito curto o tempo de vida dela, ‘mas eu entrego o meu sonho, a minha realidade na mão da Sininha’ – foi pra mim. Eu me levantei, abracei ela e falei: ‘eu vou ficar com a sua causa’. [Pausa para choro]¹⁷.

O sonho da mãe passou para a filha, e, depois da morte da mãe em 2004, Joventina passou a quebrar o silêncio e participar de reuniões para poder saber mais sobre a possibilidade de ter uma terra onde pudesse unir seus descendentes e os seus irmãos e familiares.

Eu resolvi assim... eu chamei meus filhos, fiz uma reunião com eles, aí falei pra eles ‘agora... nós vamos fazer assim: toda reunião que tiver por aí assim, Luciara, reunião de retireiro, reunião disso, daquilo outro, eu vou participar. Eu quero ver como e por onde a gente começa a entrar nas coisas’. Por que eu não sabia. E assim fiz. Fui em reunião em São Félix [do Araguaia], Luciara, Porto Alegre [do Norte], é... como é que chama? O outro lugar... Altopeba, perto de Luciara, tudo eu fui em reunião pra mim escutar como é que era. Fui andando e fui ali. Quando chegou de eu ter ido numa reunião em São Félix com um índio Krabó-Kanela, eu falei vou lá conversar com ele e vou explicar pra ele quem eu sou e da onde eu sou. Moço, quando eu sentei com ele pra conversar, ele levantou e me abraçou e chorou... é... chorou. O índio chama-se Mariano e mora na Lagoa da Confusão. Ele falou ‘parenta, tô aqui’ e falou ‘meus pais me contaram essa história... de vocês’. Ele disse ‘parenta, vamos morar na Lagoa da Conceição?’, eu falei ‘não, eu vou caçar outro lugar pra mim’. Aí cheguei em casa, conversei com meus filhos e falei ‘eu já não guento mais andar pra cima e pra baixo’ e deixei o cargo na mão deles e falei ‘te vira, meu filho’¹⁸

Esse reconhecimento por parte de um parente não resultou em estardalhaço, pois Joventina preferiu ficar em silêncio: “*Caladinho... calado, vendo por onde podia entrar, onde nós podia fica. O que que a gente podia arrecadar primeiro por fora, pra depois, ser reconhecido*”¹⁹.

17 Joventina Pereira dos Santos de Jesus, 2017.

18 Joventina Pereira dos Santos de Jesus, 2017.

19 Joventina Pereira dos Santos de Jesus, 2017.

Assim, identificaram uma “área branca”, ou seja, uma área sem títulos legais de propriedade expedidos, sendo considerada área da União. Com aproximadamente 17 mil hectares, chamada por eles de “terra do meio” por estar situada entre as Terras Indígenas dos Karajá e Tapirapé, e com divisa com um assentamento rural. Essa área engloba partes de matas, cerrado e varjões alagáveis nas proximidades do rio Tapirapé. Localizada a área e delimitada por eles como território dos Kanela do Araguaia, passaram a ocupar suas terras a partir de 06 de janeiro de 2016 quando fundaram a aldeia Tapiraká, que fica localizada na área mais alta, próxima à divisa com o assentamento rural e sua entrada foi fotografada em 2017.



Figura 2: Entrada Aldeia Kanela Tapiraká

Fonte: Arquivo NERU/UFMT (2017)

Segundo Joventina, essa área e outra localizada na margem do rio Tapirapé são “patrimônios” onde ela e seus familiares moraram antigamente ou desenvolveram atividades de caça e pesca. A mudança da casa da “rua” (cidade) em direção à aldeia ocorreu com entusiasmo por parte de Joventina, que trouxe todas as roupas, móveis e pertences para Tapiraká:

Todas, minhas roupas, minhas galinhas, minhas dormida. Separei e reparti minha cozinha lá da rua e trouxe... panela, prato véio, tudo, tudo. Metemo num caminhãozinho e viemo com a mudança. [...]. Paramo bem ali na frente, derrubamo a mudança e os menino entraram aqui de facão²⁰.

A abertura da área onde está situada a aldeia foi feita de facão com a coordenação do seu filho, Vilmar Koxywary Kanela, que é o cacique dos Kanela do Araguaia no município de Santa Terezinha. A partir disso, casas foram construídas com madeiras reaproveitadas, conservando as árvores maiores, tal qual pode ser observado na Figura 3.



Figura 3: Casas da aldeia Kanela Tapiraka

Fonte: Arquivo NERU/UFMT (2017)

As novas casas foram ocupadas pela família de quatro de seus nove “filhos criados”, além de Joventina, que tem uma família extensa com muitos netos e bisnetos, mais dois genros e uma nora. Segundo Joventina, o aldeamento dela e sua família era necessário e fruto de uma

20 Joventina Pereira dos Santos de Jesus, 2017.

[...] *vontade de ter um lugar pra morar, pra criar os filhos da gente, pra tirar da rua. Porque senão nós vamos criar os filhos sem lugar e nós vamos trabalhar, não é? Por que lá na rua, qual é o serviço que tem? É estudar, voltar pra casa... não tem nada pra... Então, eu pensei e juntei meus filhos, todos pai e mãe de filho, “nós vamos procurar um lugar pra morar e criar nossos filho lá dentro. Lá também estuda, lá também foram, tudo, olha, o colégio deles é bem ali. Quando terminar o... o... aviso... não temos até como melhorar. Nós tamo aqui com mais tranquilidade. Ensinar eles trabalhar como eu fui criada, trabalhando na roça, tendo as coisa, pra sair daquela dificuldade de comprar as coisa na rua*²¹.

Entretanto, o entusiasmo diante da possibilidade de formarem a aldeia Tapiraka convivia com as ameaças reais por parte de “fazendeiros” que ocupavam a área ocupada e pleiteada como território dos Kanela do Araguaia. Porém, Joventina não afirmou sentir medo nem indicou a possibilidade de fugir da área por conta de ameaças, como no passado:

Quando o filho do fazendeiro veio, nove hora da manhã, aqui e falou pra nós... ali naquela porteira, que cinco hora da tarde ele vinha, e que ele vinha e não queria mais nós aqui. Eu falei ‘não vou sair’. Quando deu cinco hora que ele chegou [falou]: ‘eu não falei que eu não queria mais vocês aqui?’. ‘O senhor falou, mas eu não vou fazer. Não vamos sair. Eu não falei pra você que nós não vamos sair? E não vamos’. Falei ‘senhor, eu não vim, pra cá pra voltar’, eu disse assim.

[Pausa].

*Chega de tanto correr!*²²

Assim, com uma frase emblemática, Joventina mostra que pertence àquele lugar, pois não é apenas uma Kanela vinda do Maranhão, mas uma Kanela do Araguaia.

21 Joventina Pereira dos Santos de Jesus, 2017.

22 Joventina Pereira dos Santos de Jesus, 2017.

Referências

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Entre árvores e esquecimentos**: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

MAURO, Victor Ferri. **A trajetória dos índios Krahô-Kanela**: etnicidade, territorialização e reconhecimento de direitos territoriais. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2011.

NASCIMENTO, Luiz Augusto Souza do. **Prwncwyj**: drama social e resolução de conflito entre os Apãniekra Jê-Timbira. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

OLIVEIRA, Alberto Luiz Rizzo de. **Messianismo Canela**: entre o indianismo de Estado e as estratégias do desenvolvimento. 2006. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas-SP: UNICAMP, 2000. p. 423-459.

SÁ, Rodolpho Rodrigues de. **Nunca deixamos de ser índio**: educação escolar e experiência na (da) cidade entre os Ramkokamekrá-kanela. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

FONTES DOCUMENTAIS

ISA. **Após despejo, Kanela do Araguaia lutam pelo reconhecimento de seu território**. 21.07.2015. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/apos-despejo-kanela-do-araguaia-lutam-pelo-reconhecimento-de-seu-territorio>>. Acesso em: 15 ago. 2017. (Reportagem)

ISA. **Povos Indígenas do Brasil**. Canela Apanyekrá. 2018. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Canela_Apanyekr%C3%A1>. Acesso em: 12 fev. 2018.

Joentina Pereira dos Santos de Jesus. 23 de setembro de 2016. Local: Residência da entrevistada no município de Santa Terezinha, Mato Grosso. Entrevistadores: Paulo Sergio Delgado, Juliana Cristina da Rosa, João Carlos Barrozo, Sandro Aparecido Lima dos Santos e Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa. (Entrevista)

Joentina Pereira dos Santos de Jesus. 12 de junho de 2017. Local: Aldeia Indígena Kanela Tapiraka, município de Santa Terezinha, Mato Grosso. Entrevistadores: Paulo Sergio Delgado, Juliana Cristina da Rosa e Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa. (Entrevista)

MELATTI, Júlio César. **Os Craões mortos no ataque de 1940**. 2009. (Relatório) Disponível em: <<http://www.juliomelatti.pro.br/craodados/craomassacre.pdf>> Acesso em: 24 fev. 2017.

Ministério Público Federal (MPF). **Recomendação n. 005/2014**. (Documento)

Projeto Nova Cartografia Social. Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil central. Fascículo 01. **Povo Indígena Kanela do Araguaia**. Manaus: 2009. (Cartilha)

Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/download/01-povo-indigena-kanela-do-araguaia/>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

A PROBLEMÁTICA DA DESTERRITORIALIZAÇÃO DO PEQUENO PRODUTOR NA MICRORREGIÃO NORTE ARAGUAIA MATO-GROSSENSE

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é problematizar a dinâmica de ocupação territorial na microrregião Norte Araguaia Mato-Grossense, resultante de uma construção de territorialidades que determinou as relações de trabalho bem como os lugares sociais destinados aos diferentes sujeitos sociais que historicamente ocuparam aquele cenário. O foco das análises a partir da documentação e do diálogo com a bibliografia será a atuação do Estado nos financiamentos para a pequena e para a grande propriedade que se constitui em elemento diferenciador do grau de produtividade da grande propriedade agrícola. O diálogo com a documentação permite afirmar que as políticas empreendidas pelo Estado contribuíram para o processo de concentração territorial, cuja consequência é a desterritorialização do pequeno produtor agrícola.

Palavras-chave: Ocupação Territorial. Microrregião Norte Araguaia Mato-Grossense. Estado. Desterritorialização.

Introdução

A exclusão de trabalhadores foi decorrente do projeto de modernidade e, no formato em que se processou no Brasil, criou contingentes de humanos “redundantes”. A tese de IANNI 1978 é uma possibilidade para fundamentar os argumentos que permitem entender que, ao longo da constituição territorial brasileira, o Estado atuou na colocação dos imprescindíveis representantes da cultura do capital em detrimento dos trabalhadores, cujas políticas posteriores a este período foram criando mecanismos de exclusão e de produção de pessoas

¹ Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Professora no Departamento de História – UFMT/Rondonópolis. Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos NERU/UFMT.

“redundantes”, espécie de efeito colateral do progresso. O ano de 1970 é bastante representativo, considerando que foi quando,

[...] se puseram ostensivamente em prática projetos de colonização dirigida oficial, os interesses dos grileiros, latifundiários, fazendeiros e empresários se mostraram cada vez mais fortes, procurando influenciar a política de colonização. Esses interesses do capital privado poderiam ser prejudicados por uma política governamental que realizasse algum tipo de reforma agrária. A burocracia estatal, constituída no INCRA e em outros órgãos federais, estaduais, territoriais e mesmo municipais, poderia tomar muito a sério a ideia de distribuir terras às populações “famintas”, “angustiadas”, “desassistidas” ou “flageladas” que falava o discurso do General Médici de 6 de junho de 1970 (IANNI, 1978, p. 80).

Ao percorrer a historicidade do acesso à terra no Brasil é importante remeter aos anos de 1950 sob governo de Eurico Gaspar Dutra que se caracterizou pelo livre exercício democrático e de atividades parlamentares. No entanto, para coibir abusos relativos à farta distribuição da terra pública e a subsequente especulação do solo, algumas medidas foram tomadas. De acordo com Lenharo (1986, p. 49):

As diversas medidas tomadas coíbiam excessos de exploração do trabalho, mas facilitavam a prática de outras; no conjunto, elas visavam intervir sobre o trabalhador com a finalidade de dirigir seu trajeto migratório, esquadrihá-lo espacialmente quando de sua chegada e decidir sobre seu jeito de tratar a terra, inculcando-lhe o desejo de retirar lucratividade dela, e de subir na vida.

No contexto do jogo político partidário da época, tais medidas, em vez de servir de barreira à depredação do bem público, serviram para converter em riqueza, extensos territórios, obtidos a baixos preços, loteados em seguida, ou estocados para gerar riqueza sem trabalho. Diante disso, a análise da produção discursiva do período em que o governo federal era presidido por Getúlio Vargas e no estado de Mato Grosso o governo estava sob a condução de Fernando Corrêa da Costa, possibilita perceber que os discursos proferidos pelas lideranças políticas não coincidiam com as medidas adotadas pelo poder público, no tocante à distribuição de terras na região,

Por sua vez as terras produtivas não foram transferidas do Estado a agricultores, para a devida exploração através do trabalho criador. O seu domínio foi dado a indivíduos que, hoje, delas apoderados, pretendem explorar não as atividades rurais da lavoura ou da criação, mas explorar aos próprios agricultores que a desejam para o seu trabalho, e isso mediante transações de enriquecimento expressado, com o sacrifício do Estado, a presa indefesa em que saciam a voracidade negociasta (LENHARO, 1986, p. 52).²

No decorrer dos anos de 1980, o debate sobre a distinção no acesso à terra continuou. Em artigo publicado na Revista Brasileira de História, em 1986, Alcir Lenharo ao analisar a distribuição e ocupação de terras no Oeste Brasileiro, com foco no território que correspondia aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, antes da divisão territorial, apresenta os critérios políticos que favoreceram a atribuição de terras,

O problema que mais chama a atenção, no entanto, é o mapeamento de extensos territórios por grupos capitalistas, fechando-se a porteira, já antes dos anos 60, para as populações trabalhadoras que acorriam ao estado de Mato Grosso, em busca da terra própria para plantar. Há diferentes tipos de famílias trabalhadoras que estão sendo expulsas de seus lugares de origem, e se põem a cominho do oeste. Extensos territórios, aparentemente sem dono, despovoados e sem plantação, esperavam o seu trabalho. Pelo modo como a terra estava sendo apropriada, no entanto, não havia lugar para aqueles trabalhadores, não. Ou melhor, lugar havia, mas somente para trabalhar para os outros, e continuar sem terra, como antes (LENHARO, 1986, p. 48).

A recorrência ao passado e aos discursos produzidos em tempos históricos distintos são representativos de que a ocupação do território Mato-Grossense envolve uma multiplicidade de questões complexas. Estes territórios configurados e reconfigurados ao longo da história brasileira, “[...] são espaços marcados por uma rede de utilização de trabalhadores braçais, temporários, muitas vezes flagrados como trabalho análogo a escravo” (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 67).

² Mensagem do governador Fernando Corrêa da Costa à Assembleia Legislativa, 1951 *apud* Lenharo (1986, p. 52).

Na compreensão dessas narrativas, torna-se fundamental buscar em tempos distintos aquilo que seria o “campo de experiência histórica”³. Ao nos referirmos a uma política dos governos em diferentes períodos da História do Brasil como incentivadora de uma configuração espacial, o que pretendemos é problematizar questões como: a quem o progresso atingiu e quais os efeitos das políticas de Estado, bastante intensificadas no período posterior a 1970, mas que são continuadas no presente.

Não obstante, este artigo se dedica ao tempo presente e aborda os lugares sociais ocupados por trabalhadores e de como estes lugares são definidos por políticas de Estado. Para tanto, recorreremos a um conjunto documental com o qual dialogaremos ao longo do texto. O primeiro deles, um documento da Embrapa, publicado no ano de 2014 que positiva a lógica de ocupação dos espaços rurais via grande propriedade. Tal documento será pensado em relação aos dados de pesquisa realizada na microrregião do Norte Araguaia Mato-Grossense, a partir do projeto “Impactos econômicos, ambientais, sociais e culturais do avanço da agricultura moderna no Norte Araguaia Mato-Grossense”⁴. Deste modo serão analisadas duas entrevistas produzidas durante o mês de outubro de 2016, a primeira com o presidente de uma associação de pequenos produtores, Associação PA Presidente⁵; a segunda com Carlos Roberto Bastos, gerente de uma grande propriedade rural, Fazenda Santa Terezinha; ambas as entrevistas gravadas no município de Santa Terezinha, durante as atividades de pesquisa do referido projeto. O trabalho documental será cotejado ainda por dados do IBGE

3 O conceito foi sistematizado por Reinhart Koselleck fundamentalmente no livro “Passado presente: contribuição à semântica dos tempos históricos”, mas também está presente em outras produções do autor como “Crítica e crise” e “Estratos de tempo”.

4 Projeto aprovado (Edital Universal 2015) e financiado pela FAPEMAT.

5 PA é a sigla para Projeto de Assentamento Federal, que consiste num conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do(a) trabalhador(a) rural e de seus familiares. Obtenção da terra, criação do Projeto, seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A), Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica), parcelamento do projeto e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA. Criados pela INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 15, DE 30 DE MARÇO DE 2004, art. 3º). **Modalidade dos Projetos de Assentamento Criados pelo INCRA na Atualidade.** Disponível em: https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/DefinicaoTiposdeAssentamentoeCrditos.pdf Acesso em: 10 out. 2017.

por meio do seu banco de dados integrado e do Sistema IBGE de recuperação Automática (SIDRA).

O papel desterritorializador do Estado e seus reflexos no Município de Santa Terezinha-MT

O município de Santa Terezinha, um dos catorze que compõem a microrregião Norte Araguaia Mato-Grossense, é a região da qual nos ocupamos para problematizar o formato de propriedade vigente, bem como os reflexos deste formato na geração de emprego e renda aos trabalhadores da região.

Os dados da Tabela 1 permitem notar o aumento nas áreas de cultivo de soja, produto característico da grande propriedade. Os demais gêneros agrícolas do quadro que se destinam à alimentação são o arroz, banana e mandioca, sendo que no caso do arroz, nenhuma área foi destinada ao seu cultivo após o ano de 2013.

Por outro lado, as áreas destinadas ao cultivo da soja denotam o crescente interesse e investimento em áreas destinadas à produção das *commodities*, termo inglês que pode ser traduzido para mercadoria, mas assume outros sentidos no mercado internacional, fazendo referência principalmente aos minérios e gêneros agrícolas, produzidos em larga escala e comercializados em nível mundial. Como são negociados em bolsas de valores, seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional. Constituem-se de produtos que podem ser estocados por um período de tempo sem perda de qualidade e caracterizam-se ainda por não ter passado por processo industrial, o que coloca a agricultura do município de Santa Terezinha entre os produtores de mercadorias para o mercado internacional.

Tabela 1 - Principais produtos da agricultura cultivados no município de Santa Terezinha-MT entre os anos de 2012 e 2016

Município:		Santa Terezinha-MT				
Variável:	Área colhida (Hectares)					
Produto das lavouras temporárias e permanentes	2012	2013	2014	2015	2016	
Arroz (em casca)	50	-	-	-	-	
Banana (cacho)	40	40	40	40	40	
Borracha (látex coagulado)	2.848	2.848	2.848	2.848	2.848	
Mandioca	1.200	1.200	1.200	1.200	1.200	
Soja (em grão)	7.500	11.500	12.100	18.000	16.090	
Sorgo (em grão)	704	-	500	500	200	

Fonte: IBGE Produção municipal (2017)⁶

O aumento de áreas agrícolas para cultivo de soja na região de estudo pode ser lida pela lógica modernizadora que atravessa os discursos contidos no documento “O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola”, produzido pela EMPRAPA em 2014, contendo 1.186 páginas, nas quais a defesa pela grande propriedade parece desconhecer os desequilíbrios produzidos por esta e a exclusão humana dela decorrente. Para os propósitos deste artigo, foi considerado e analisado o anexo do referido documento com o título: “Sete teses sobre o mundo rural brasileiro”⁷, escrito por Antônio Márcio Buainain (economista), Eliseu Alves (economista), José Maria da Silveira (engenheiro agrônomo) e Zander Navarro (engenheiro agrônomo e doutor em Sociologia).

O referido documento apresenta a grande propriedade como a principal tendência para o futuro. Ao explicar o nascimento da agricultura moderna, os autores argumentam que,

6 Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/download/Produção%20-%20Santa%20Terezinha-1.csv>. Acesso em: 10 out. 2017.

7 Publicado primeiramente em: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. DA; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, v. 22, p. 105-121, abr./jun. 2013.

[...] as raízes mais promissoras da moderna agricultura brasileira nasceram na década de 1960, com a instituição do sistema de crédito rural e a implantação de um modelo de modernização da agricultura largamente inspirado no caso norte-americano e fundado em um tripé indissolúvel: crédito rural subsidiado, extensão rural e pesquisa agrícola por instituições públicas (BUAINAIN *et al.*, 2014, p. 1164).

Entretanto, os investimentos públicos para a propriedade rural no Brasil historicamente foram concedidos ao grande produtor, o que torna a produção para o agente da agricultura familiar um exercício de resistência para permanecer na terra. Para o agricultor familiar, mesmo mantendo um histórico que o liga à terra, como o que foi narrado por Sadi Anghben⁸, criado na agricultura familiar, os dez irmãos foram criados no espaço rural. Viver das atividades agrícolas e do cultivo agrícola é um exercício de luta por políticas de incentivo que lhes atenda. Assim, ao ser questionado sobre o acesso dos assentados do PA Presidente às linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o entrevistado faz referência ao conjunto de fatores que não o permitiu tal acesso.

Nós não conseguimos exatamente por causa desse bloqueio que a gente já estava num tal de “código 3” que chamava, que todos os servidores públicos caíam nesse “código 3”. [...] um código dentro do Incra, o tal de “código 3” de quem é funcionário público, ou se você [...] tem alguma firma no nome, ou que você tem carteira assinada, então você entra nesse tal de “código 3”. Ai desde que a gente foi assentado que a gente caiu nesse tal de “código 3”. Ai a gente foi notificado, e ai através da notificação do Incra que a gente fez a defesa. A defesa nossa foi feito baseado naquilo que aconteceu: ela (a esposa do entrevistado) nasceu, cresceu, se criou aqui, nós casamos, somos funcionários públicos, mas trabalhamos dentro do assentamento. Comprovamos tudo isso. Isso foi em 2007 que a gente fez isso [...] a gente foi desbloqueado no ano passado. [...] Ai eu nem sabia que tínhamos sido desbloqueados. Ai o menino do Incra veio almoçar aqui em casa, aqui na hora do almoço que ele me deu essa notícia e eu falei “Graças a Deus”. Ai quando desbloqueou acho que em novembro, outubro, novembro, quando foi em janeiro bloqueou tudo, bloquearam de novo [risos do entrevistado]. Ai tai, nós conseguimos o Adaf que é um, um

8 Presidente da Associação PA Presidente.

dos documentos pra conseguir o Pronaf A [...] e, e estamos indo, não tá parado não (ANGHBEN, 2016, p. 02).

A narrativa aponta os caminhos institucionais que contribuem para a configuração da propriedade nos moldes da Tabela 2.

Tabela 2 - Rendimento médio da produção das lavouras temporárias entre os anos de 1990 e 2015

Município: Santa Terezinha-MT							
Variável: Rendimento médio da produção, em toneladas.							
Ano	Abacaxi	Arroz (em casca)	Cana-de-açúcar	Mandioca	Milho	Soja	Sorgo
1990	-	765	46.212	15.000	1.320	2.400	-
1991	-	1.320	38.896	15.000	1.500	-	-
1992	-	1.478	50.000	15.000	1.343	-	-
1993	-	900	-	15.000	1.520	-	-
1994	-	1.199	-	15.000	1.680	-	-
1995	-	1.200	-	15.000	1.319	-	-
1996	15.000	1.200	-	5.000	1.320	-	-
1997	15.000	1.200	-	8.000	1.320	-	-
1998	-	1.200	-	15.000	1.500	-	-
1999	-	1.200	-	15.000	1.500	-	-
2000	-	1.200	-	15.000	1.500	1.800	-
2001	-	1.199	-	15.000	1.500	1.800	-
2002	-	1.200	-	15.000	1.500	1.800	-
2003	-	1.200	-	15.000	1.500	2.400	-
2004	-	1.500	-	15.000	1.800	-	-
2005	-	1.800	-	15.000	1.800	2.800	-
2006	-	1.600	-	15.000	1.800	2.800	-
2007	-	1.800	-	15.000	1.800	3.000	-
2008	-	1.800	-	15.000	2.920	3.000	1.800
2009	-	2.220	-	15.000	3.292	3.000	-
2010	-	2.800	-	15.000	1.800	-	-
2011	-	2.800	-	15.000	3.000	-	-
2012	-	3.200	-	15.000	5.280	3.480	2.401
2013	-	-	-	15.000	5.400	2.400	-
2014	-	-	-	15.000	5.400	2.670	1.500
2015	-	-	-	15.000	5.400	3.300	1.500

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2016)⁹.

⁹ Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/download/Rendimento%20das%20lavouras%20temporárias> Acesso em: 10 out. 2017.

Os dados da tabela acima apontam para a presença de gêneros agrícolas cultivados em grandes propriedades rurais. A produção de alimentos que compõem a cesta básica é quase inexistente ou teve sua produção reduzida a zero (0), como é o caso do arroz, quando se considera os anos de 2013 a 2015. O milho, que historicamente fazia parte da produção de pequenas propriedades rurais, devido à demanda no mercado externo sofreu expansão nas áreas de cultivo sendo produzido na entressafra de cultivo da soja, portanto são as mesmas unidades agrícolas que se destinam ao cultivo tanto de soja quanto de milho.

O produto (milho) migrou da cesta básica para a condição de *commodity*. Com base nos dados do IBGE é possível afirmar que houve significativa ampliação no cultivo, especialmente no período pós-2012, quando também foi intensificado o cultivo de soja, produzida para o abastecimento do mercado externo e não para a alimentação humana como historicamente foi o perfil agrícola deste cultivar.

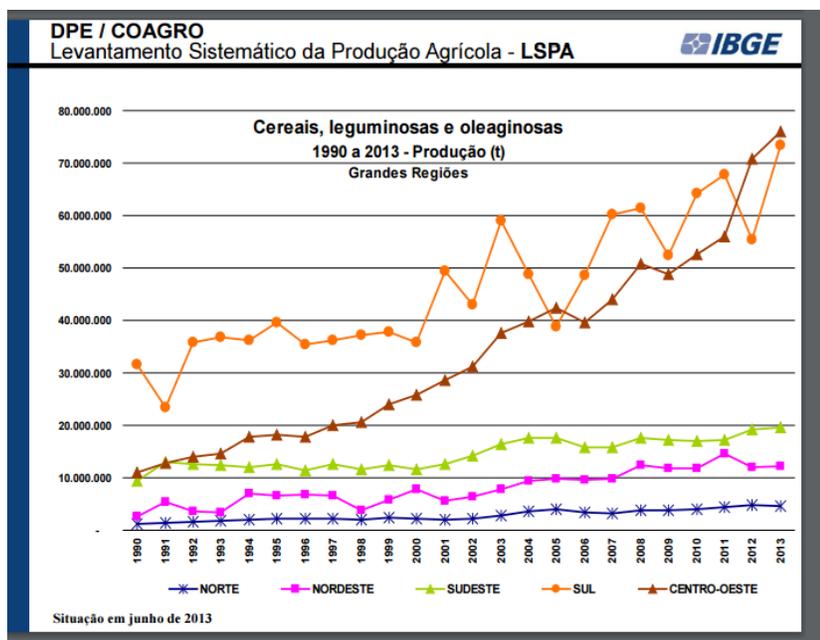


Figura 1: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)

Fonte: IBGE (2013)¹⁰

¹⁰ Levantamento Sistemático da Produção Agrícola/Pesquisa Mensal de Previsão e Acompanhamento das Safras Agrícolas no Ano Civil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-links.html>
Acesso em: 10 maio 2017.

Por meio do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), observa-se que os índices do cultivo de cereais, leguminosas e oleaginosas, entre os anos de 1990 e 2013, passou por grande crescimento e expansão, colocando o Centro-Oeste Brasileiro como maior produtor. Entretanto, a estas informações deve-se agregar dados anteriores que mostram o baixo índice de produtividade para cereais (arroz) e leguminosas (feijão).

O Levantamento Sistemático de Produção Agrícola (LSPA) do IBGE permite igualmente notar que há no Brasil dois sistemas diferenciados de produção agropastoril: o patronal-monocultural e o familiar-policultural.

O cultivo patronal-monocultural diferencia-se do familiar-policultural quanto ao uso do solo, as relações de trabalho e o acesso aos recursos financeiros, sendo que “[...] o primeiro deles está associado à grande propriedade, ao trabalho assalariado de baixa qualificação e à produção sucessiva ao longo do tempo, de madeira e gado, muitas vezes seguido de abandono; o segundo articula a pequena propriedade, o trabalho familiar e a produção diversificada (MAITELLI; ZAMPARONI, 2007, p. 24).

A produção de alimentos que vai para a mesa do brasileiro diariamente sai do cultivo realizado nas propriedades com perfil familiar-policultural. O novo modelo agrícola defendido pelos autores das sete teses, que seria o responsável por tamanho aumento na produção agrícola, baseia-se no formato de cultivo patronal-monocultural e foi possível devido ao amplo investimento de dinheiro público, convertido em lucros para a iniciativa privada, que levou à conformação de um modelo agrícola tecnologicado, dependente de insumos e excludente, problemáticas analisadas em produções alternativas de filmes como “O veneno está na mesa I e II” e “O mundo segundo a Monsanto”.

O documentário de Silvio Tendler, “O veneno está na mesa” é impactante por revelar o amplo consumo de agrotóxicos, sendo que 28% dos alimentos consumidos pelos brasileiros seriam insatisfatórios para o consumo. A produção se baseia no dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), que foi divulgado no ano de 2012 e mostra que em 2008 o Brasil ultrapassou os Estados Unidos na utilização de agrotóxicos passando a ser o país que mais o utiliza no mundo.

O formato agrícola construído no Brasil com base em incentivos historicamente legados ao grande produtor cria o sentimento de impotência

àquele que faz do espaço rural seu lugar de reprodução, conforme depreende-se do relato abaixo:

[...] se eu fosse vizinho lá eu teria vendido minha terra já [...] por causa do [...] por causa do veneno. Os alunos que moram lá, são alunos nossos e vivem falando que usou e as plantas de frente de casa morreram todas [...]. Então tem essa desvantagem, a questão do veneno, do agrotóxico que é muita, muito ruim [...] com relação ao agrotóxico [...] é difícil. Você vai ter que brigar com um gigante... é brigar com um gigante (ANGHBEN, 2016).

No anexo “Sete teses sobre o mundo rural brasileiro” (EMBRAPA, 2014), os autores tratam ainda da migração que provocou a expansão do que chamam de um “novo padrão técnico” para a agricultura, o que reforça a tese de que migrantes do Sul acessaram as terras e aos demais migrantes restou os piores trabalhos que também lhes foram negados com o advento do modelo tecnologicizado atual.

A primeira tese “Uma nova fase do desenvolvimento agrário” trabalha com a ideia de que, “a partir do final de 1990, o desenvolvimento agrícola e agrário passou a experimentar uma nova, inédita e irreversível dinâmica produtiva e econômico-social no Brasil – um verdadeiro divisor de águas em nossa história rural”. (BUAINAIN *et al.*, 2014, p. 1167). Ao apontar como ocorreu a mercantilização das terras públicas, os autores defendem que o novo padrão teria provocado a inserção de capital em todas as atividades do desenvolvimento agrícola e agrário, o que teria rebaixado o valor da terra, pois “a produção e as rendas agropecuárias passam a depender, crescentemente dos investimentos em infraestrutura, máquinas, tecnologia e na qualidade da própria terra, além do investimento em recursos ambientais e no treinamento do capital humano” (BUAINAIN *et al.*, 2014, p. 1167).

O discurso de que a constituição territorial permitiu a criação de um padrão sustentável, poupador da terra, é falacioso se considerarmos as discussões sobre o crescente envenenamento do solo e da água, sem contar o uso intensivo de água demandada na aplicação dos agrotóxicos. Quanto à afirmação de que o valor da terra tem sido minimizado pelo maior investimento em tecnologia, também merece ser problematizada, pois ainda existem grandes extensões de

terra para especulação, o que denota ser a mesma ainda entendida como fonte de riqueza.

A segunda tese “Inovações na agricultura – o maior de todos os desafios”, defende:

O processo de produção e difusão de inovações na agropecuária mudou completamente sua natureza, quando comparado com o de algumas décadas passadas. É hoje um desafio gigantesco, pois opõe distintos interesses sociais e econômicos (rurais e não rurais). Considerando-se o tema das mudanças climáticas, ultrapassa inclusive as fronteiras nacionais (BUAINAIN *et al.* 2014, p. 1169).

De acordo com os dados do IBGE (Produção Agrícola Municipal, 2009), no município de Santa Terezinha, considerando o ano de 2006, dos 20.175 hectares destinados às lavouras permanentes e temporárias, 16.090 hectares destinam-se ao plantio de soja. Tal cenário, quando comparado à segunda tese, mostra uma situação de inovação duvidosa, pois o novo modelo foca na monocultura em detrimento da pluralidade de cultivares da agricultura familiar que chega à mesa dos brasileiros.

A terceira tese intitulada “O desenvolvimento agrário bifronte” discute o paradoxo do modelo produtivo agrícola no qual o pequeno produtor está próximo da marginalização. Tais argumentos servem para fazer a defesa pela proletarianização do pequeno produtor. A sugestão é que se eliminem os pequenos e médios estabelecimentos, ampliando os investimentos ou agregando a pequena propriedade aos projetos capitalistas da grande propriedade agrícola ou, ainda, para seguir a lógica do documento, o Estado deveria continuar atuando para a ampliação da grande indústria rural moderna. Entretanto, ao confrontarmos a proposta desta tese com os dados do IBGE, verificamos que no município de Santa Terezinha a grande propriedade é a que menos emprega.

Tabela 3 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 2006

Município: Santa Terezinha-MT	
Variável: Pessoal ocupado em estab. agropecuários em 31.12.2006	
Áreas	Pessoas ocupadas
De 2 a menos de 3 ha	5
De 4 a menos de 5 ha	2
De 5 a menos de 10 ha	3
De 10 a menos de 20 ha	18
De 20 a menos de 50 ha	472
De 50 a menos de 100 ha	561
De 100 a menos de 200 ha	143
De 200 a menos de 500 ha	111
De 500 a menos de 1.000 ha	118
De 1.000 a menos de 2.500 ha	64
De 2.500 ha e mais	70
Total	1.567

Fonte: IBGE Censo Agropecuário (2006)¹¹.

Os elementos contidos na Tabela 3, mesmo para um olhar menos atento, são bastante explícitos sobre qual é o formato de propriedade que efetivamente gera emprego nas atividades agropecuárias do município de Santa Terezinha. Do total de 1.567 trabalhadores empregados, 1.315 estavam¹² em atividades nas propriedades de até 500 hectares, sendo que o maior número se refere ao estrato de propriedades entre 50 e 100 ha, justamente o tamanho dos módulos do PA Presidente, em torno de 10 alqueires, ou seja, a maioria dos lotes estão inseridos no estrato entre 50 e 100 hectares que são os maiores geradores de emprego nas atividades agropecuárias do município. Ademais, conforme já sinalizado, é justamente nas pequenas propriedades que se observa maior diversidade de produtos para consumo humano.

Por outro lado, uma das empresas agropecuárias na qual realizamos atividades de pesquisa, a Fazenda Santa Terezinha, possui uma área de 40 mil hectares, sendo 18 mil desta destinada ao cultivo da soja¹³ e gera 40 empregos.

¹¹ Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/download/Pessoal%20Ocupado-4.csv> Acesso em: 20 set. 2017.

¹² Considerando-se o ano de 2006.

¹³ Considerando que as terras da referida fazenda começaram a ser destinadas ao cultivo de soja nos últimos cinco anos.

O total das propriedades (estabelecimentos rurais) de Santa Terezinha no extrato de 50 a 100 hectares empregam 561 pessoas, segundo dados da tabela do IBGE de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários. Se considerarmos que uma área de 18.000 hectares poderia ser dividida em 360 lotes de 50 hectares, e que uma unidade agrícola familiar emprega em torno de 4 trabalhadores, esta unidade empregaria 1.440 trabalhadores (4 por unidade). O que se apresenta, são indicativos de que a grande propriedade é exclusora de mão de obra.

Paradoxalmente o aumento da produção via incentivos agrícolas ocorre nas áreas onde se gera menos empregos. O aumento de produção e os investimentos públicos são indissociáveis. Entretanto, o pequeno produtor pouco ou nada recebe desses recursos. Essas questões que envolvem o investimento orientam o pequeno produtor no tocante ao que produzir,

A maioria, a maior parte trabalha com gado de corte. Agora, por exemplo, lembra que eu falei que no começo o pessoal plantava muito arroz? Arroz, milho[...]e a mandioca. Só que daí o gado de corte foi tomando proporção no assentamento. Porque, na verdade, o que a gente vê é assim: é muito mais fácil você criar o gado de corte, porque não tem data pra você [...] plantar ele, cuidar dele, entendeu? Você tem a vacina pra fazer. O arroz não: se você não tiver a data certinha pra você plantar, se você não cuidar a praga toma de conta, o pássaro come, se não der um período chuvoso você não colhe. O gado não, o gado é diferente. Então é mais fácil você criar o gado e é por isso que o pessoal foi mais, largou da agricultura e foi mais pro lado do gado. [...] mas o pessoal ainda planta a mandioca [...] ainda é forte a mandioca aqui dentro. Não do jeito que era diminuiu bastante. Mas ainda tem o plantio da mandioca, e agora começou o gado leiteiro, agora de uns dois anos pra cá, o gado leiteiro começou a tomar proporção, porque o pessoal percebeu que o leite também é uma fonte (ANGHBEN, 2016, p. 03).

A quarta tese, “A história não terminou, mas o passado vai se apagando”, defende que, no formato agrário contemporâneo, alguns temas do passado vão desaparecendo, tal como a reforma agrária. A metáfora do *Treadmill*, uma dinâmica de modernização agrícola, que foi muito bem descrita, no final dos anos 1950, por Willard W. Cochrane através da feliz imagem do *Treadmill*. Trata-se de

um aparelho muito usado até o século XVIII, para transformar o andar humano em força motriz; foi empregado para supervalorizar a inserção de tecnologias no campo (VEIGA, 1991, p. 49).

O foco do ataque dos autores nesta quarta tese foi a reforma agrária, afirmando que esta dispense “volumoso orçamento” com as políticas de distribuição de terras, assim “a evolução da agricultura, das regiões rurais e da sociedade vem sepultando definitivamente a questão agrária, pelo menos nos termos propostos no passado” (BUAINAIN, 2014 *et al.*, p. 1174).

A afirmação da quarta tese de que “o passado vai se apagando” parece ser uma releitura do que Francis Fukuyama escreveu no livro, publicado pela editora Rocco, em 1992, “O fim da História e o último homem”. Tal obra foi escrita no contexto da crise do Socialismo, que provocou o avanço do capitalismo no mundo. O autor faz a análise histórica e econômica do homem, mostrando que o modelo econômico liberal seria o melhor caminho para os países “civilizados”, portanto o último estágio do avanço econômico mundial.

As afirmações de Fukuyama eram uma crítica à visão marxista discutida por Hobsbawm de que “o capitalismo [...] não era permanente, estável, ‘o fim da história’, mas uma fase temporária da história da humanidade, e, como suas predecessoras, uma fase destinada a ser substituída por outro tipo de sociedade” (HOBSBAWN, 1998, p. 301). O que se coloca aqui é a necessidade de não naturalizar a história, feita tanto por Fukuyama quanto pelos autores das “Sete teses sobre o mundo rural brasileiro”.

Essa perspectiva se fecha para as possibilidades do tempo histórico no qual o passado não se apaga porque é nele que as sociedades contemporâneas encontram seu “campo de experiência” e não há possibilidade de um fim da história, pensando que o presente é o *locus* gestacional do “horizonte de expectativa”, “[...] A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais lúgubres do final do século XX” (HOBSBAWN, 1995, p. 13).

As afirmações dos analistas das sete teses negam a historicidade e o movimento da História. Isso para justificar um projeto elitista de sociedade, no qual o projeto de reforma agrária não teria espaço. Segundo os autores das sete teses,

O tema da reforma agrária, concretamente, perdeu sua relevância, e a insistência (e correspondente alocação de recursos) em ações estatais nesse campo não encontra nenhuma justificativa razoável. Ignorando-se outros aspectos já também vencidos, sequer cabe menção a certa literatura que propõe uma discussão sobre “campesinatos”, os quais seriam outra via possível de desenvolvimento agrário. É argumento tão estapafúrdio que não merece comentário (BUAINAIN *et al.*, 2014, p. 1175).

Conforme pôde ser visto no excerto acima, os autores das sete teses irrompem contra qualquer alternativa de análise que não seja o modelo que defendem. Assim, ao negar o passado, interrompe-se a possibilidade de discussão, sem levar em conta que a não discussão sobre alternativas ao modelo produtivo sustentado na grande propriedade se traduz na aceitação da negação de lugar ao trabalhador rural expropriado nesta construção histórica.

Não há argumentos válidos para a negação do passado, especialmente se considerarmos que “ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado [...] ainda que apenas para rejeitá-lo” (HOBSBAWN, 1998, p. 22). A discussão temporal que a sétima tese tenta negar é o que torna possível historicizar os fenômenos históricos e entender o passado como “[...] uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” (HOBSBAWN, 1998, p. 22). É na busca de sentidos do passado que o historiador pensa as transformações pelas quais as sociedades humanas passaram ao longo do tempo. Portanto, a compreensão dos sentidos que o passado assume fornece os elementos para afirmar no presente que as sete teses não se sustentam.

A quinta tese do documento “O Estado – da modernização às novas tarefas” defende que os atores privados serão os principais atores do desenvolvimento, “[...] o financiamento da agropecuária vem crescendo vigorosamente, sem a necessidade de aportes diretos do Tesouro Nacional” (BUAINAIN *et al.*, 2014, p. 1175). A afirmação não leva em conta as políticas ainda vigentes de sustentação da grande propriedade, entre elas a Lei Kandir que,

[...] acarretou significativas alterações na legislação do tributo. Talvez a mais importante tenha sido a **completa desoneração das operações que destinassem mercadorias ao exterior,**

alcançando inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados (arts. 3º, II, e 32, I). Ademais, a LC nº 87/96 **garantiu aos exportadores o aproveitamento integral do crédito de imposto relativo aos insumos utilizados nas mercadorias exportadas** (art. 21, § 2º) (SOARES, 2007, p. 04. Grifos nossos).

Essa lei, apresentada pelo deputado Antonio Kandir em 1996, foi aprovada no governo de Fernando Henrique Cardoso, passando a ser então chamada de Lei Kandir, que promoveu mudanças na legislação e implicou redução da base tributável do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), pela ampliação da gama de operações de exportação desoneradas, pela maior liberdade no aproveitamento dos créditos do imposto.

Existem ainda outros cálculos que são ignorados pelos autores das sete teses como os investimentos do Tesouro Nacional em infraestrutura que estão voltados diretamente para atender a demandas do agronegócio. Neste sentido, os projetos de pavimentação e duplicação de rodovias, bem como a construção de ferrovias é bancada pelo Estado e não pela iniciativa privada. Portanto, as demandas do *agro* se tornam um negócio bancado pelo Estado. Assim, esvai-se a tese de que a agropecuária se sustenta em termos de autofinanciamento.

Algumas questões do texto das sete teses são bastante contraditórias, como a problemática apontada na quinta tese que, ao mesmo tempo que defende o protagonismo dos agentes privados, cobra do Estado medidas regulatórias para “[...] desempenhar o papel de coordenador e indutor de processos consistentes com os objetivos do desenvolvimento rural” (BUAINAIN *et al.*, 2014, p. 1176).

O paradoxo reside na proposta de saída do Estado do setor de investimento agrário, concentrado nas mãos do empresariado rural, ao mesmo tempo que cobra a participação estatal no fornecimento de infraestrutura para viabilizar os lucros aos produtores.

Outra contradição do documento reside na sexta tese “A ativação de uma relação perversa”, em que se defende:

Mesmo nas regiões rurais que prosperaram em virtude de alguma “dinâmica agrícola”, acaba prevalecendo uma tendência perversa em relação aos estabelecimentos rurais de menor porte econômico, ainda que apenas por duas razões. Primeiramente, os filhos migram

para não mais voltar, pois existe um custo de oportunidade muito elevado. E, segundo, porque a oferta de trabalho contratado também se reduz, pelo abandono do campo, o que eleva os salários rurais (BUAINAIN *et al.*, 2014, p. 1177).

Os argumentos apresentados, ao se propor defender o modelo agrário fundamentado no Brasil, na verdade mostra suas deficiências, como a problemática do Nordeste brasileiro, exportador histórico de mão de obra para o restante do país, cujo território está organizado em torno do minifúndio que para os autores das teses devem ser inseridos no sistema produtivo da grande unidade territorial agrícola. A proposta para resolver o problema do excedente de mão de obra defendida por tais autores é a via urbana.

A sétima e última tese do documento “Rumo à via argentina de desenvolvimento” defende que não houve uma política de desenvolvimento rural no Brasil, o que levou à imposição de uma “via argentina”, “[...] com esvaziamento demográfico do campo, o predomínio da agricultura de larga escala, a alta eficiência produtiva tecnológica, e o posicionamento, no caso brasileiro, como o maior produtor mundial de alimentos” (BUAINAIN *et al.*, 2014, p. 1176). Encurralados, os pequenos e médios estabelecimentos rurais não se sustentarão em longo prazo.

A historicidade das narrativas fundamentadas no documento da EMBRAPA pode ser buscada ainda na produção discursiva do final dos anos de 1970, além da produção da imprensa escrita local. Os jornais que circulavam na região entre os anos de 1974 e 1978, momento de maior força do projeto desenvolvimentista, eram amparados em nível nacional pelas ações ainda decorrentes do “Milagre Econômico”, vigente entre os anos de 1968 e 1973. O período que ficou conhecido como “milagre”, recebeu esse rótulo devido às extraordinárias taxas de crescimento econômico. A partir de 1973, o crescimento do Produto Interno Bruto foi acompanhado de inflação declinante, portanto fazia-se necessário, no campo da produção discursiva, manter o ideal de desenvolvimento do período anterior. A imprensa local, neste sentido, cumpriu o papel de fundamentar o ideário nacional do período.

O projeto de desenvolvimento encaminhado no Brasil, especialmente no campo, deveria trazer em seu bojo a pluriatividade, considerada uma forma avançada de desenvolvimento rural, e decisiva na redução da pobreza nos países

desenvolvidos, como apontado por Kageyama (2008). Entretanto, essa não foi a rota seguida para a superação dos problemas enfrentados pelo desenvolvimento rural na maioria das regiões brasileiras, onde as atividades não agrícolas vêm ampliando seu espaço no campo nas últimas décadas. Enquanto, de um lado, a atividade agropecuária ainda ocupa a maioria da população rural brasileira (71% do total ocupado), de outro, os empregos rurais não agrícolas são geralmente de baixa qualidade na maioria das regiões (KAGEYMA, 2008, p. 197).

A presença no campo de um número cada vez maior de trabalhadores residentes nas cidades mostra que o “rural não agrícola” e o “agrícola-urbano” (trabalhadores agrícolas com residência urbana) são possivelmente as novas categorias que deverão ser conceituadas e descritas para entender o desenvolvimento rural no Brasil.

É verdade que tais categorias já existem há algum tempo – a explosão do fenômeno do boia-fria residente nas periferias urbanas data das décadas de 1960 e 1970 – mas a novidade é a sua magnitude, passando a predominar, em algumas regiões, em relação às formas tradicionais do agrícola-rural e não-agrícola urbano. O aspecto marcante do rural não agrícola brasileiro, diversamente do que reza a literatura para os países desenvolvidos, é a baixa qualificação e precariedade das ocupações não agrícolas (KAGEYAMA, 2008, p. 212).

Além da situação de precariedade no trabalho apontado por Kageyama, há uma situação também bastante perversa, a do desemprego. Moraes Silva relata que o desemprego manifesto, por meio da exclusão de milhares de trabalhadores, já vem ocorrendo desde o início da década de 1990, ou, antes ainda, segundo Lopes (1978). As consequências desse processo podem ser notadas na presença de peões de trecho, andarilhos e homens alcoolizados, tanto nas cidades da região objeto de estudo de Moraes Silva quanto nas cidades do Norte Araguaia Mato-Grossense.

Aos que ainda conseguem se manter na estrutura produtiva, muitas vezes são vítimas de uma flexibilização da força de trabalho. Esta flexibilização pode ser constatada nas grandes fazendas do Norte Araguaia Mato-Grossense onde as atividades temporárias são narradas pelos agentes do agronegócio, *o que acontece* [...] tem um pessoal que eu contratei que são polivalente. Logo que eu cheguei

eu contratei uns oito para ir fazendo esse serviço sabe? Vai juntando, vai catando [...] ¹⁴ então, isso tem uns 8, 10 que vão fazer esse trabalho (BASTOS, 2016).

As atividades, como as descritas pelo gerente da Fazenda Santa Terezinha referentes à catação de pedras e de raízes, são temporárias e logo deixarão de existir. Nas fazendas do agronegócio, um número cada vez menor de trabalhadores é empregado; estes foram substituídos pela tecnologia resultante dos projetos de modernização que atingiram o campo nos últimos anos, o que levou à drástica redução dos postos de trabalho.

Um exemplo paradigmática de redução dos posto de trabalho no mundo rural, diz respeito às atividades na produção de cana de açúcar, nos territórios nos quais predominam seu cultivo, houveram profundas mudanças que resultaram na reestruturação produtiva, o principal efeito colateral da modernização do setor foi a negação da condição humana via trabalho para os empregados do setor canavieiro.. O corte mecanizado, de acordo com Mendonça (2006), acabou se tornando referência para a quantidade de cana cortada pelos trabalhadores, que subiu de 5 a 6 toneladas por dia para cada trabalhador, na década de 1980, para 9 a 10 toneladas por dia, na década de 1990. Antes da mecanização, era comum a exigência das usinas de 12 a 15 toneladas, isso principalmente em regiões em que o ritmo das máquinas se tornou referência de produtividade,

A mecanização gera super exploração do trabalho porque cria novas exigências como o corte rente ao solo (para maior aproveitamento da concentração de sacarose) e a ponteira da cana bem aparada. Isso aumentou o esforço dos trabalhadores e a jornada de trabalho. Com a mecanização do setor, foi transferido para os trabalhadores o corte da cana em condições mais difíceis, onde o terreno não é plano, o plantio é mais irregular e a cana é de pior qualidade (MENDONÇA, 2006, p. 15).

O caráter itinerante desses trabalhadores pode ser percebido como fruto de uma construção histórica do Brasil que legou desemprego, exclusão, devolução de migrantes, transformação de trabalhadores em migrantes itinerantes, superexploração da força de trabalho e condições subumanas de moradia e habitação.

14 O entrevistado se refere ao trabalho realizado por catadores de pedras e catadores de raiz, atividade que foi possível verificar *in loco* durante a pesquisa de campo realizada pela equipe do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU), durante o mês de outubro de 2016.

Considerações finais

Essas são as condições de existência impostas aos trabalhadores e trabalhadoras nesta fronteira de expansão agrícola, com foco no cultivo da soja, e outras *commodities* onde inicialmente se utilizou o trabalho de peões para desmatamento e retirada de raízes. O processo inicial de abertura daquelas terras ainda mantém atividades manuais, mas, com o aumento significativo das tecnologias para o setor, a tendência é que o ciclo produtivo passe a ser praticamente todo mecanizado. Os trabalhadores que chegaram à região para realizar essas atividades estão na periferia das cidades, subempregados ou em migração para outras frentes.

Isso nos leva à questão central, os incentivos governamentais à grande propriedade têm como decorrência o elevado índice de produção agrícola, entretanto isto não se traduz em produção de alimentos, visto que há poucas opções de gêneros agrícolas oferecidos pela grande propriedade, decorre que o problema alimentar está relacionado à expulsão do trabalhador do campo, uma alternativa a ser pensada diz respeito à reforma agrária que deve ser pensada como parte de uma política econômica orientada para a geração de trabalho e para a distribuição da riqueza.

O debate envolvendo a questão agrária ainda é importante no Brasil e as ações da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), mostram que o tema não foi destruído junto com o processo de concentração territorial. Residem na luta pela terra elementos de tensão, exemplo disso foram os episódios envolvendo este debate nos anos de 1980, quando houve uma tentativa de efetivar o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A meta era assentar mais de sete milhões de famílias, o que decorreu deste episódio foi a organização dos ruralistas para o enfrentamento do PNRA.

O modelo agrário que foi implantado no Brasil torna visível a opção de sucessivos governos pelo econômico, com ênfase na grande propriedade. O resultado desta opção histórica é que o campo brasileiro vem se tornando lugar sem gente, sem recursos naturais e sem produção de alimento. As questões levantadas neste estudo precisam ser pensadas considerando a historicidade dos processos históricos e sociais que são transitórios. Ao buscar dar visibilidade às permanências da História brasileira, a proposta não foi engessá-la sob bases

interpretativas, mas possibilitar a compreensão de que os discursos tais como os que norteiam o documento da Embrapa, contribuíram na produção da realidade do espaço estudado, mas não devem ser naturalizados e podem dar lugar a outros discursos que pensem o humano em lugar dos processos produtivos.

Referências

- D'INCAO, Maria Conceição. **A questão do bóia-fria**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HOBSBAWM, Eric J. **Sobre a História**. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil Contemporâneo**. Cuiabá: UNICEN, 2002.
- IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1978.
- KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- LENHARO, Acir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50. **Revista Brasileira de História**, v. 6, n. 12, mar./ago. 1986.
- LOPES, João Sérgio Leite. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MAITELLI, Gilda Tomasini; ZAMPARONI, Cleusa Aparecida Gonçalves Pereira. **Expansão da soja na Pré-Amazônia Mato-Grossense – Impactos socioambientais**. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2007.
- MENDONÇA, Maria Luisa. A OMC e os efeitos destrutivos da indústria da cana no Brasil. **Caderno de Formação**, n. 2. Recife: Maxprint Editora e Gráfica Ltda., 2006.
- MORAES SILVA, Maria Aparecida de. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

SOARES, Murilo Rodrigues da Cunha. **Lei Kandir** – breve histórico. Consultoria Administrativa. Brasília, nov. 2007.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrário: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1991.

FONTES DOCUMENTAIS

Entrevistas

ANGHBEN, Sadi. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisadores que integraram o Projeto “Impactos econômicos, ambientais, sociais e culturais do avanço da agricultura moderna no Norte Araguaia Mato-Grossense”. Santa Terezinha-MT, Out. 2016.

BASTOS, Carlos Roberto. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisadores que integraram o Projeto “Impactos econômicos, ambientais, sociais e culturais do avanço da agricultura moderna no Norte Araguaia Mato-Grossense”. Santa Terezinha-MT, Out. 2016.

Bancos de dados

IBGE. **Produção municipal**. 2016. Disponível em: <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/download/Produção%20-%20Santa%20Terezinha-1.csv>>. Acesso em: 10 out. 2017.

IBGE. **Produção municipal**. 2016. Disponível em: <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/download/Rendimento%20das%20lavouras%20temporárias>>. Acesso em: 10 out. 2017.

IBGE. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola/Pesquisa Mensal de Previsão e Acompanhamento das Safras Agrícolas no Ano Civil**. 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-links.html>>. Acesso em: 10 maio 2017.

IBGE. **Produção municipal**. 2016. Disponível em: <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/download/Pessoal%20Ocupado-4.csv>>. Acesso em: 20 set. 2017.

Documentários

TENDLER, Silvio. **O veneno está na mesa**. Documentário. 2014.

ROBIN, Marie-Monique. **O mundo segundo a Monsanto**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=gE_yIfkR88M>.

Documento da EMBRAPA

BUAINAIN, A. et al. (Org.) **O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília/Campinas: EMBRAPA/Instituto de Economia da Unicamp, 2014.



Parte II

O CONFLITO EM MARAIWATSÉDÉ

APROPRIAÇÃO DA TERRA INDÍGENA MARÃIWATSÉDÉ NO ARAGUAIA MATO-GROSSENSE¹

Armando Wilson Tafner Junior²

Fábio Carlos da Silva³

Resumo

A intensificação da ocupação da Amazônia no século XX ocorreu por meio de políticas estabelecidas pelo governo federal. O fenômeno da expansão da fronteira agropecuária durante o governo militar acelerou-se de uma forma sem precedentes. Órgãos públicos foram criados para atrair o grande capital nacional e levá-los a expandirem os seus negócios para a Amazônia. Os Ometto implantaram a Agropecuária Suiá-Missu, na Amazônia Mato-Grossense, que estaria hoje localizada no município de São Félix do Araguaia, no norte do estado de Mato Grosso. No local de instalação da empresa, que teve o *status* de maior latifúndio da América Latina, estava localizada Marãiwatsédé. As relações entre os silvícolas e os capitalistas não foram amistosas e se arrastaram de forma perversa durante décadas.

Palavras-chave: São Félix do Araguaia. Xavante. Desmatamento. Conflito Socioambiental.

Introdução

O movimento de expansão da fronteira agropecuária, direcionado ao oeste do Brasil, por meio de políticas públicas federais, gerou conflitos socioambientais de grande complexidade. Estimulada inicialmente durante o primeiro governo Vargas, a Marcha para o oeste avançou em direção à Amazônia

1 Artigo publicado originalmente no periódico PRACS: Revista Eletrônica do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

2 Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

3 Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA).

com o argumento econômico de que havia a necessidade de integralizar o mercado do país. O governo militar, quando ascendeu ao poder, recuperou e intensificou esse objetivo. O discurso do governo federal, tanto na era Vargas quanto no governo militar, não foi difícil de ser compreendido, pois a população residente na região leste do país já tinha em seu imaginário a ideia de que o Brasil, com suas dimensões continentais, apresentava em seus interiores formas pré-capitalistas, onde a produção ainda era manufatureira, e sendo assim, as regiões tidas como longínquas eram economicamente atrasadas, se comparadas com a modernidade que a industrialização proporcionava às regiões que efetivamente eram o centro econômico do país. A Amazônia era então produtora de matéria-prima, e, dentro da política de integração do mercado, seria a região que abasteceria o centro industrializado.

A intensificação dessa política durante o governo militar se deu pela criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que, por meio de incentivos fiscais, atraiu o grande capital nacional (empreendedores paulistas em sua maioria), para investirem na região. A chegada do capital ocorreu sem o conhecimento das comunidades tradicionais e dos camponeses que habitavam as áreas onde esses projetos foram implantados. O avanço do capital que fomentava a expansão da fronteira agropecuária não ia de encontro com os interesses dos povos que já estavam instalados na região, gerando conflitos de interesses e tensões sociais.

Este capítulo tem como objeto de estudo a Agropecuária Suiá-Missu S.A., que foi um dos primeiros projetos aprovados pela SUDAM por meio da política de incentivos fiscais e atraiu as maiores fortunas do país. No caso da empresa mencionada, o Grupo Ometto foi o investidor que decidiu expandir os seus negócios para a Amazônia. As terras que receberiam esse investimento estão localizadas onde hoje é o município de São Félix do Araguaia, no nordeste do estado de Mato Grosso. Lá habitavam os índios Xavante, de etnia seminômade, que denominavam suas terras Marãiwatsédé.

A chegada do capital às terras Xavante

O processo de expansão da fronteira agropecuária em direção ao oeste tinha por objetivo apoiar a iniciativa privada para ampliar os seus negócios na

região. No período da ditadura militar, quando o governo estava sob o comando do Marechal Castelo Branco, ocorreu a implementação de políticas públicas para promover a ocupação da Amazônia pelo capital privado. A transformação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) em SUDAM fez parte deste processo denominado Operação Amazônia. A política de incentivos fiscais, chamada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1990) de “pílula dourada”, atraiu grandes grupos econômicos, sobretudo do Centro-Sul.

Também a SPVEA ganhará nova e mais ampla dimensão. Transformada na SUDAM tornar-se-á, a exemplo do que ocorre na SUDENE em relação ao Nordeste, num órgão capaz de planejamento, coordenação e controle do desenvolvimento da área amazônica [...]. Será delineada uma série de deduções e isenções que irá alcançar, principalmente os impostos de renda, de exportação e importação, e graças à qual terá esta região possibilidades idênticas às do Nordeste quanto à atração de recursos do setor privado, certamente sensível a incentivos tão pragmáticos (discurso de Marechal Castelo Branco no Amapá no dia 2 de setembro de 1966 citado por CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 153-154).

A conduta foi a mesma nos governos que sucederam o de Castelo Branco. O ministro do Interior, General Costa Cavalcanti, ao qual a SUDAM respondia, foi o mesmo durante os governos de Costa e Silva e de Garrastazu Médici, sendo que, em várias oportunidades, afirmou que a participação dos grupos econômicos do Centro-Sul era fundamental para o progresso amazônico.

A conduta do governo militar perante o processo de ocupação econômica da Amazônia pode ser entendida como um patrocínio do poder público aos grandes grupos econômicos. O acesso às terras amazônicas por parte dos capitalistas foi emoldurado por grilagens, falsificações, compras, e, nos projetos aprovados pela SUDAM destinados ao Pará e a Mato Grosso, pode-se constatar que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) emitiram certidões atestando que não havia índios e posseiros nos locais onde seriam executados os projetos. A ocupação das terras de Marãiwatsédé foi marcada pelo confronto entre os atores que lutavam pela demarcação de seus territórios.

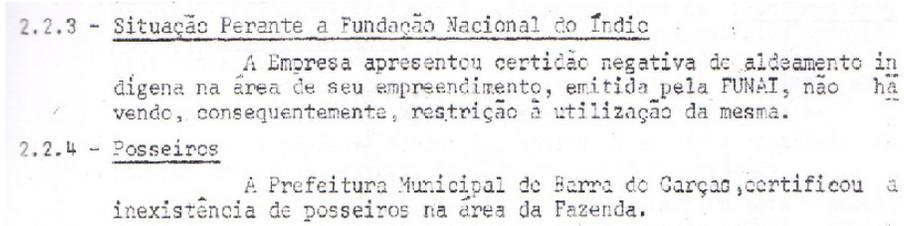


Figura 1: Afirmação de certificação da FUNAI e da Prefeitura de Barra do Garças⁴

Fonte: SUDAM (1966)

Vê-se que a certidão negativa foi emitida pela FUNAI, afirmando que não havia índios na região e foi a prefeitura de Barra do Garças que emitiu o documento, afirmando que não havia posseiros.

Foi dessa forma, com certidões emitidas por prefeituras municipais e pela FUNAI (anteriormente pelo Serviço de Proteção ao Índio), que os projetos agropecuários passaram a ser implantados na Amazônia.

Os empresários investiram nessas empreitadas da ocupação da Amazônia pela pata do boi, sendo que o resultado, hoje, é no mínimo melancólico. Pois o rastro deixado por este processo foi quase sempre marcado pelo sangue. Sangue derramado das nações indígenas e dos posseiros. Sangue derramado dos peões no trabalho de “abertura da mata” (OLIVEIRA, 1990, p. 68).

Os três primeiros projetos aprovados pela SUDAM foram: Cia. Agropecuária Nazareth, em 9 de outubro de 1966, empreendimento de 56.000 hectares, localizado em Conceição do Araguaia, Sul do Pará. Tinha como proprietário João Lanari do Val, empreendedor paulista do ramo de peças automotivas. O segundo projeto, aprovado em 22 de novembro de 1966, foi a Cia. de Desenvolvimento do Sul do Pará (CODESPAR), empreendimento de 52.358 hectares, localizado no município de Santana do Araguaia, Pará. O proprietário era Geremia Lunardelli, conhecido em São Paulo como rei do café, pois na década de 1950 foi o maior produtor de café do mundo. O terceiro projeto aprovado foi a Agropecuária Suiá-Missu, aprovado em 22 de dezembro

⁴ Todos os projetos aprovados com repasse de incentivos fiscais pela SUDAM destinados a Mato Grosso contêm essa afirmação.

de 1966. A área apropriada pela Empresa localiza-se no nordeste Mato-Grossense no então distrito de São Félix do Araguaia, que pertencia ao município de Barra do Garças. No processo aprovado, a área do empreendimento era de 646.824 hectares. Pertencia à família Ometto.

As três famílias descendentes de imigrantes italianos e instaladas em São Paulo fundaram a Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia.

As famílias Do Val, Lunardelli e Ometto resolveram então se organizar e fundaram a Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia – depois Associação dos Empresários da Amazônia [...]. Não por coincidência os três primeiros e únicos projetos que tiveram a aprovação da SUDAM ainda no ano de 1966, foram de empresas dessas três famílias [...]. A partir de 1967 amplia-se exponencialmente a constituição de empresas agropecuárias na Amazônia (POMPERMAYER, 1991, p. 423).

Muitas promessas foram feitas pelos pecuaristas que se associaram a essa organização. A de maior audácia foi a de que, em consequência da implantação de diversos empreendimentos pecuaristas, Belém iria ser o maior porto exportador de carne do mundo, superando o de Chicago, nos EUA, porto que, até então, era o maior exportador de proteína animal (OLIVEIRA, 1990).

A família Ometto adquiriu as terras ao norte de Mato Grosso comprando-as de Ariosto da Riva que conseguiu a posse da terra, segundo seu filho, Vicente da Riva, comprando-a da Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso (CODEMAT). De fato, na década de 1950, essa companhia passou a vender terras devolutas do estado de Mato Grosso para a iniciativa privada. Foi a privatização da floresta. Essa foi a maior fonte de renda do Estado de Mato Grosso na década de 1950. Essa política de venda de terras públicas se estendeu até 1986.

Efetivada a aquisição das terras, por Ariosto da Riva, no então distrito de São Félix do Araguaia, que pertencia ao município de Barra do Garças, este não conseguiu explorá-las diretamente, mas por algumas ações, que julgava ser o beneficiamento da terra, tentou iniciar a sua ocupação. Umbelino de Oliveira (1990) menciona uma parte da entrevista que Ariosto da Riva lhe concedeu.

Para podermos fazer a abertura da estrada de São Félix do Araguaia, nas margens do rio Araguaia, numa extensão de 80 km, nós sobrevoávamos a aldeia todo dia, ao meio-dia, jogando presentes de modo a fazer com que eles não saíssem de lá. Enquanto isto abria-se a estrada até a sede da Suiá (Ariosto da Riva citado por OLIVEIRA, 1990, p. 71).

Em 1962, como não conseguira ocupar produtivamente a área adquirida, Ariosto da Riva vendeu 80% da área para o Grupo Ometto, que registrou a fundação da empresa Agropecuária Suiá-Missu como sociedade limitada, registrada na Inspeção Comercial do Estado de Mato Grosso, atual Junta Comercial sob o nº 5.420, em 21 de novembro de 1962, sendo transformada em sociedade anônima em 16 de julho de 1966, em assembleia geral, sendo arquivada na mesma Inspeção Comercial no dia 21 de julho de 1966 sob o nº 42. Vale salientar que a SUDAM só concedia incentivos fiscais para sociedades anônimas.

A SUDAM foi fundada em 27 de outubro de 1966, 3 meses após a Agropecuária Suiá-Missu se tornar sociedade anônima, o que pode ser um indício de que o Grupo Ometto, devido a sua condição financeira e o *status* de empresários agroindustriais, mas principalmente por meio da atuação política, obteve informações privilegiadas de como funcionariam as leis e de como seriam os trâmites financeiros intermediados pela SUDAM.

O processo foi submetido à SUDAM em 12 de novembro de 1966, sendo o incentivo fiscal total de Cr\$ 7.878.000.000,00⁵. O projeto compreendia a implantação e o desenvolvimento de cinco núcleos: o núcleo sede, que seria instalado em 1966, e os núcleos Fontoura, União, Roncador e Xavante, que seriam instalados em 1969, 1972, 1973 e 1975, respectivamente.

Para tanto, o empreendimento contava, conforme o processo nº 08749/66, com uma área de 646.824 hectares, dos 800.000 hectares que a área da família Ometto possuía⁶. A Agropecuária Suiá-Missu chegou a ter o status de

5 No processo de aprovação este é o valor que consta no repasse total dos incentivos fiscais. No processo de enquadramento após a compra das terras pela Liquifarm S.A., o valor mencionado era de Cr\$ 7.878.000,00.

6 Segundo a matéria da Rede Brasileira de Justiça Ambiental “Suiá-Missu, Mato Grosso: sob ameaças, os Xavantes retornam ao seu território”, a propriedade tinha cerca de 1,5 milhão de hectares, conforme demarcação feita por moradores da região em 1971.

maior latifúndio do mundo⁷. O Jornal da Tarde de São Paulo, em 21 de julho de 1971, publicou uma reportagem acerca da fazenda Suiá-Missu com a seguinte manchete: “Quatro vezes maior que o estado da Guanabara. Um país? Não, uma fazenda” (OLIVEIRA, 1990).

As obras de infraestrutura previstas neste projeto eram: casa grande para a gerência; casa grande para viajantes e hóspedes; casa grande para uso pessoal da administração e hóspedes; sete casas para o pessoal da administração; prédio para arquivo; prédio grande para farmácia, escritórios, armazém e almoxarifados; residência com seis cômodos e mais quatro quartos com 12 camas e banheiros; barracão para abrigar máquinas e veículos; oficina mecânica, serraria; prédio para a Casa de Força; prédio para o alojamento de 50 pessoas (peões e vaqueiros); paiol; caixa d’água a 8 metros de altura para 15 mil litros; duas casas geminadas para trabalhadores; 16 currais; e por fim seis açudes. O projeto previa a criação de 130.000 cabeças de gado até 1978.

Todas as construções mencionadas tinham que estar prontas até 1971 e seriam adquiridos, ainda no ano de 1966, para o início da criação de gado bovino: 186 touros, 2.000 vacas e 2.000 novilhas. O incentivo fiscal fornecido ao Grupo Ometto seria aplicado nas construções e aquisições. A quantia monetária significativa iria gerar 80 empregos permanentes e um desmatamento de 108 mil hectares já no ano de 1967 para o estabelecimento do núcleo sede. Foi por meio da necessidade desse intenso desmatamento que se iniciou a indisposição com os índios Xavante.

Hermínio Ometto, em entrevista concedida a Oliveira (1990), afirmou:

Perto da Suiá-Missu, entre o rio das Mortes e o rio Tapirapés, havia duas tribos de Xavantes, índios caçadores que jamais haviam tido qualquer contato com o homem branco. O primeiro encontro com os indígenas partiu da iniciativa deles próprios. Os nativos foram até a sede da fazenda e, lá chegando, ficaram rodando o avião e rindo. Eles já haviam visto diversas vezes o aparelho em voo a baixa altitude. Provavelmente seguiam a direção do voo, até encontrarem a sede da fazenda. O primeiro contato envolveu cerca de 80 funcio-

7 Otávio Ianni, em sua obra “Ditadura e agricultura” (1979), afirma que o maior latifúndio das Américas era onde estava instalada a Jari Florestal Agropecuária, pertencente ao estadunidense Daniel Ludwig, proprietário da National Bulk Carriers. Este latifúndio estava localizado nos estados do Amapá e do Pará, e tinha uma área de cerca de 5 milhões de hectares.

nários, tudo na base de risadas e mímicas. Com o passar do tempo, os indígenas começaram a frequentar a Suiá-Missu constantemente. Mais tarde, toda a tribo, mais ou menos 150 índios, mudaram para perto da sede, e lá ficaram por quase três anos. Destinamos então uma área de 100 alqueires para que os nativos plantassem milho, arroz, abóbora e mandioca. Mesmo com as lavouras a disposição os Xavantes não abandonavam a caça. Só que a caça não se destinava à subsistência, era simplesmente a manutenção de um costume de um povo. Para evitar eventuais desentendimentos com os índios, determinamos aos colonos não frequentarem o local onde os Xavantes haviam se instalado. Três anos depois a empresa sugeriu ao governo que os indígenas fossem transferidos para uma área ao Norte da fazenda, com uma extensão de 10 mil hectares. Mas o então SPI, hoje FUNAI, e a missão salesiana que trabalhava junto à aldeia, preferiram levá-los para a Missão de São Marcos, em Barra do Garças (OLIVEIRA, 1990, p. 71).

Pelo relato de Hermínio Ometto, havia de fato a presença dos Xavante e de aldeias nas terras da Suiá-Missu, o que contraria a afirmação da FUNAI que consta no processo aprovado pela SUDAM, confirmando a ilegalidade da posse da terra, pois a Constituição de 1934 definiu como indígena toda a terra de posse neste ano.

O artigo 129 afirma que “[...] será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes no entanto, vedado aliená-las” (CONSTITUIÇÃO..., 1934). A Constituição de 1967 (pouco mais de um mês após a aprovação do projeto Agropecuária Suiá-Missu na SUDAM), a primeira promulgada pelo governo militar, acrescenta aos direitos dos indígenas o usufruto, indo para além do direito da posse da terra. O artigo responsável pelo aumento dos direitos dos índios é o 186: “É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes” (CONSTITUIÇÃO..., 1967).

A Constituição de 1967 foi substituída totalmente pela Emenda Constitucional de 17 de outubro de 1969. Com essa emenda, os indígenas tiveram seus direitos, relativos à posse da terra, significativamente ampliados:

Art. 198. As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse

permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

§1. Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas.

§2. A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio (EMENDA CONSTITUCIONAL, 1969).

Ainda que pela burocracia obscura Ariosto da Riva tenha adquirido as terras de forma legal, o trâmite teria que ser impedido de acordo com a Constituição.

Hermínio Ometto termina sua fala com uma referência ao deslocamento dos índios que habitavam a Suiá-Missu para outras terras, localizadas próximas à sede do município de Barra do Garças. Os motivos que acabaram por fazer esse transporte acontecer surgiram por meio da estratégia de ocupação de Ariosto da Riva, iniciada em 1962, ano em que obteve associação com o Grupo Ometto: manter os índios sob seu controle por meio da doação de alimentos jogados por aviões diariamente no mesmo local. Essa ação fazia com que soubessem onde os índios estariam em certa hora do dia, e dessa forma poderiam abrir as estradas sem qualquer possibilidade de conflito. Conforme as relações foram se estreitando, Ariosto da Riva convenceu os índios a transferirem sua aldeia para próximo da sede da Fazenda Suiá-Missu, e “os próprios índios “aceitaram” trabalhar gratuitamente na abertura de picadas, de pastos e de uma pista de pouso, durante cerca de dois anos” (BUENO, 2006, p. 13).

Nesses dois anos de trabalho, surgiram alguns conflitos entre empregados e índios. A tentativa de transformar o índio em mão de obra escrava deu certo enquanto os índios recebiam os “presentes”. Dom Pedro Casaldáliga afirmou que “[...] depois que terminaram as obras os índios passaram a ser um fardo para os donos da fazenda. Não havia mais o interesse em sustentar os índios que começaram a matar os bois da criação da fazenda” (CASALDÁLIGA, 2013).

Devido ao fracasso da continuação do trabalho escravo indígena, os índios foram outra vez deslocados para uma área alagadiça, na qual os

empresários não tinham interesse, pois não era apropriada para a criação de gado, não sendo possível a formação de pasto. A área, que não era apropriada para a bovinocultura extensiva, também não servia para a prática das atividades indígenas. “Lá morreram doze índios adultos. Oito homens e quatro mulheres. Sem contar as crianças...” (CASALDÁLIGA, 2013). As doenças que atingiam os indígenas eram provenientes dos mosquitos presentes nas áreas pantanosas, provavelmente malária, que se aliava com a má nutrição, consequência da impraticabilidade da produção de subsistência nas áreas de várzea.

Era necessário encontrar uma solução, mas os índios não poderiam continuar nas terras do latifúndio, pela lógica dos empresários. Os proprietários da Fazenda Suiá-Missu, família Ometto e Ariosto da Riva, procuraram a missão Salesiana de São Marcos e “[...] persuadiram os seus superiores a aceitarem nela os Xavante⁸ da Suiá” (OLIVEIRA, 1990, p. 72).

Os índios estavam acuados e como não tinham opção perante a sobrevivência de seu povo, e não entendendo realmente o que estava acontecendo por não dominarem a língua portuguesa, aceitaram serem transferidos para São Marcos.

Segundo o velho Tibúrcio, cacique na época, os índios, “concordaram” em serem transportados para São Marcos, onde os salesianos mantinham uma missão para atender a outro grupo, também Xavante e onde afirmavam existir muita caça e não haver mosquitos da malária. Muitos deles acreditaram que estariam voltando para a aldeia antiga (BUENO, 2006 p. 13).

Os índios foram levados por aviões da FAB (Força Aérea Brasileira), o que remete à força política do Grupo Ometto e até mesmo de Ariosto da Riva no alto escalão militar que comandava o país.

O padre Ottorino Panziera, diretor da Missão Salesiana de São Marcos na época, afirmou no dia 29 de janeiro de 2004, em depoimento testemunhal à

8 As tribos Xavante são derivadas de um convívio milenar, que foram se separando umas das outras formando etnias particulares. Por ser Xavante, duas tribos não têm necessariamente os mesmos costumes, podendo até mesmo não ter um bom convívio. Sabendo disto, os responsáveis pela missão salesiana, ofereceram alguma resistência de imediato, que foi inútil diante da pressão dos empresários e dos militares, e o grupo foi transferido sem que nenhuma questão cultural fosse levada em consideração.

5ª vara judicial federal de Mato Grosso referente à ação civil pública de número 950000679-0, no que concerne à devolução das terras do latifúndio aos povos indígenas, que embarcou com os índios no primeiro voo onde foram transportados cerca de 90 silvícolas que viviam na Suiá-Missu. Relatou que viajaram todos em pé por duas horas e meia presos apenas por um cinto de segurança. Outro padre, Bartolomeu Giaccaria, membro da mesma missão na época, testemunhou na mesma audiência que os Xavante não sabiam ao certo onde estavam indo e que acreditavam que seria uma estada temporária.

Baseado em documentações da época, Dom Pedro Casaldáliga escreveu uma Carta Pastoral intitulada: *Uma Igreja na Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*, na qual continha as seguintes afirmações a respeito da deportação dos índios Xavante que viviam na fazenda Suiá-Missu.

Isso acontecia em 1966. Os Xavantes foram transportados em avião da FAB, em número de 263, tendo morrido boa parte deles aos poucos dias depois de chegados a São Marcos, vitimados por uma epidemia de sarampo. Essa porém não é a versão publicada na imprensa, conforme se pode ver na reportagem publicada por O ESTADO DE SÃO PAULO – em 25/04/69. Essa deportação foi presenciada por outros Xavantes da região e quando o Sr. Ministro do Interior Cel. Costa Cavalcanti, em abril de 1969 visitou aldeias dos Xavantes, estes lhe pediam que providenciasse a devolução da terra que lhes pertencia. Anualmente os Xavante voltam caminhando para a sua terra, roubada pela cobiça latifundiária, para apanhar o Pati, árvore por eles usada na confecção de seus arcos e flechas. Mas os proprietários da Suiá-Missu gostam dos índios... (Jornal da Tarde de 21/07/71). Após a deportação, doaram à missão um trator e a importância de Cr\$ 500,00 mensais, durante um ano, para auxiliar na manutenção dos mesmos!!! (CASALDALIGA, 1971, p. 21-22).

Casaldáliga menciona uma epidemia de sarampo nas terras em que os índios Xavante foram deportados. Essa epidemia não consta nos testemunhos dos padres Mário Ottorino Panziera e Bartolomeu Giaccario, porém foi mencionada no Jornal Diário da Noite, em 14 de setembro de 1966, em reportagem que tinha a seguinte manchete: “Morte é recepcionista na aldeia Xavante”, que havia um surto de sarampo nas terras em que os índios seriam instalados. A epidemia já havia feito vítimas entre os Xavante que já estavam alojados lá, e, ainda assim, a

transferência dos Xavante da Suiá-Missu para São Marcos ocorreu. Nas primeiras duas semanas morreram cerca de 1/3 dos índios deportados.

Bueno (2006) define a transferência como um ato genocida. As mortes provocaram divergências entre as duas etnias Xavante, pois passaram a promover acusações mútuas de feitiçaria, causando certa instabilidade no convívio.

Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller, na obra *Amazônia: expansão do capitalismo*, fazem referência a tal reportagem publicada em 25 de abril de 1969, por Allen Augusto.

Mas o que foi percebido nessa primeira viagem é que a fazenda abrigava duas tribos de Xavantes que, anteriormente, nunca tiveram contato com a civilização. E embora não sendo declaradamente hostis, não permitiam a passagem de ninguém além dos limites de seu território. Mas, a medida que a fazenda ia sendo habitada, os índios foram se aproximando. De início, saqueavam as plantações de milho e de arroz. Depois, entrando em contato com os brancos, passaram a viver as expensas destes. Já não sonhavam, mas pediam. Recebiam todos os dias um boi – que exigiam que fosse entregue morto, pois não matavam mais. Com o passar do tempo e com a abertura da estrada, esses índios foram deixando suas aldeias. Desciam o rio Araguaia ou iam para a Ilha do Bananal, do outro lado do rio. Os que restam foram enviados à Missão Salesiana de São Marcos. Hoje, Suiá-Missu já não tem índios para mostrar ou temer (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 154-155).

Essa reportagem demonstra a influência que o Grupo Ometto exercia nos veículos de comunicação. Nesse caso, por meio da Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia, que contava com a colaboração das famílias Do Val e Lunardelli, viabilizou a reportagem no jornal O Estado de São Paulo, um dos mais importantes do Brasil, ainda hoje, que publicou a versão dos capitalistas não relatando as relações ocorridas de fato como foi mencionado por Casaldáliga.

A expansão dos negócios da família Ometto provocou, como mostra a reportagem do Estado de São Paulo, reações de hostilidade dos indígenas seguidas por ações de furto até chegarem ao contato que gerou uma dependência e até mesmo pedidos de esmola e pôr fim à deportação. Os empresários alegavam que era muita terra para pouco índio.

A visita do ministro do Interior Cel. Costa Cavalcanti, citada por Pedro Casaldáliga, que foi o motivo de o repórter acompanhar a viagem a São Félix do Araguaia, teve um pedido por parte dos índios para voltar à sua terra. Este pedido não teve sucesso. Quem fez o pedido foi o cacique Apoena. Em um discurso, em Xavante e em português, direcionado ao ministro que estava presente,

Disse o orador que esperava do ministro providências para que fossem devolvidas suas terras “vendidas por vários governos” e, manifestou a convicção de que o ministro atenderia porque tem a “força dos canhões”. A certa altura, disse o orador: “Somos todos brasileiros. Nós Xavantes, chegamos primeiro”. E protestou contra a invasão de suas terras por estrangeiros e fazendeiros, que “têm uma família só e põem fogo nas matas e nas terras que são nossas; e nós somos muitos” (CASALDÁLIGA, 1971, p. 100).

Enquanto os empresários afirmavam que era muita terra para pouco índio, estes tinham a consciência de que a mata que se tornara um latifúndio era muita terra para uma família só, a Ometto. Na visita à fazenda Suiá-Missu, o ministro Costa Cavalcanti foi “pressionado” pelos empresários quanto ao excesso de burocracia devido à centralização das decisões em Belém, e na falta de infraestrutura na região, que condiz com a questão dos transportes e no tamanho das reservas indígenas que eram consideradas desproporcionais, além do que estava projetada uma estrada que cortaria a reserva indígena. Em resposta aos empresários o ministro Costa Cavalcanti fez a seguinte afirmação: “[...] o índio tem que ficar no mínimo necessário” (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 156).

Os índios que viviam na Suiá-Missu e foram deportados para São Marcos, voltavam para suas terras, distante 457 km, para coletar matéria-prima, para fazer seus arcos e flechas, que era extraída do pati (*Syagrus pseudococos*), palmeira encontrada nas margens de rios e nascentes de água, localizadas nas áreas de transição entre o Cerrado e a Amazônia.

Com a deportação, a implementação da pecuária extensiva na Agropecuária Suiá-Missu poderia ocorrer sem conflitos. Hermínio Ometto, Orlando Ometto, Luiz Ometto e João Ometto Sobrinho visitavam a fazenda constantemente. Viajavam para a fazenda em aviões da TAM (então Táxi Aéreo de Marília) de propriedade de Orlando Ometto. A frota da TAM transportou também para a fazenda cabeças de gado e outros pequenos animais como

porcos e galinhas (CASALDÁLIGA, 2013). O piloto que fazia esse trajeto era o comandante Rolim Amaro, que em 1976 adquiriu 67% da empresa. A sociedade entre Rolim Amaro e o Grupo Ometto continuou até 1993 quando o comandante adquiriu a totalidade da empresa, transformando-a em Transporte Aéreo de Marília (TAM), atualmente denominada LATAM, após a fusão com a companhia área chilena LAN.

As viagens foram se tornando constantes ao longo do tempo. Os familiares foram se inteirando do novo investimento do Grupo Ometto e, como era costumeiro, a propriedade foi dividida entre os familiares. No primeiro quadro acionário, apresentado no momento da aprovação do projeto, constavam apenas três nomes: Hermínio Ometto (33,3%), Orlando Ometto (33,3%) e Luiz Ometto (33,3%). Já em 1971, havia 28 acionistas, sendo 50% do empreendimento controlado por duas pessoas jurídicas pertencentes ao Grupo Ometto e os demais 50%, por 26 membros da família Ometto.

Das obras mencionadas que deveriam estar prontas, em 1971 foram construídas apenas a casa sede; o prédio para o alojamento de funcionários; duas casas geminadas; caixa d'água; almoxarifado; e, por fim, 22 currais. Nesse novo projeto o governo federal destinou ao Grupo Ometto uma verba de CR\$390.000.000,00, mesmo com a Agropecuária Suiá-Missu já apresentando uma receita positiva com a venda de gado de corte.

Conforme o rebanho ia aumentando, crescia a necessidade de maiores investimentos que Ariosto da Riva já não poderia acompanhar financeiramente. Ariosto então vendeu os 20% das terras que lhe cabiam dentro da Suiá-Missu ao Grupo Bordon, que instalou a Bordon Agropecuária da Amazônia.

Mesmo tendo recebido quantia significativa para executar o projeto, o Grupo Ometto não conseguiu cumprir o planejado, vendendo a propriedade para a empresa Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu S.A., que pertencia ao capital estrangeiro. A Liquifarm Brasil S.A., que detinha 99,99% das ações da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu S.A., tinha como principal acionista a Liquipar S.A., que detinha 99,99% das ações da companhia. Esta última tinha como principais acionistas a Liquigás Holding Jersey Ltda. (51%) e a Capitalsin International Ltda. (49%), localizadas em Nassau, Bahamas, um paraíso fiscal. Francisco Matarazzo Sobrinho foi o primeiro presidente da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu S.A.

O Grupo Ometto, com o capital levantado na venda de suas terras, adquiriu uma nova propriedade com 27 mil hectares no norte do Mato Grosso,

no então distrito de Matupá, pertencente na época ao município de Chapada dos Guimarães.

A atuação da AGIP nas terras Xavante

A mudança da razão social e do quadro acionário, assim como a distribuição do capital social da nova empresa, a Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu, foram publicadas em 3 de janeiro de 1974 no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. A Liquifarm também recorreu à SUDAM para receber ainda mais incentivos fiscais para serem investidos no mesmo empreendimento pecuarista, que antes servia ao Grupo Ometto. O incentivo de Cr\$ 18.513.113,00 foi aprovado em 4 de outubro de 1974, ainda que o custo total apresentado no projeto fosse de ordem de Cr\$ 14.373.212,00 divididos em custo de estrutura (Cr\$ 8.056.159,00) e custos operacionais (Cr\$6.317.053,00). Dentro da rubrica custo de estrutura está o que é denominado no projeto de edificações e obras complementares, a saber: 4 casas para o administrador; 18 casas para o pessoal qualificado; 63 casas para o pessoal não qualificado⁹; 3 armazéns; 1 garagem; 1 casa de força; 7 residências coletivas para pessoal não qualificado; 3 residências coletivas para o pessoal qualificado; 4 escritórios; 1 escritório central; 1 almoxarifado; 4 galpões de máquinas e oficinas; 1 hangar; 1 igreja; 1 sede social; 1 escola; 1 ambulatório; 1 galpão para serraria; 1 galpão para carpintaria; 1 caixa d'água de 50.000 litros; 1 galpão para olaria; 57,54km de pontes estivas; 6 açudes; 5 campos de pouso; 478,3km de estradas internas; 98km de estradas externas; e eventuais 5%. Já na rubrica custos operacionais estão: suplementação mineral; vacinação e vermifugação; salários e encargos sociais; manutenções diversas; aquisição de animais; e eventuais (5%) (SUDAM, 1974). Nesse novo processo, a área correspondente ao empreendimento é de 217.600 hectares, um terço da extensão territorial referente à primeira aprovação em 1966.

Assim como fez a família Ometto, a Liquifarm pediu uma nova colaboração financeira em 30 de julho de 1976. Novamente foi aprovada, e os incentivos fiscais repassados foram na ordem de Cr\$1 0.704.033,00, ainda que, no mesmo processo, conste o demonstrativo financeiro da rentabilidade e de coeficientes de avaliação do ano de 1975 da empresa, que apresentou um lucro

⁹ Não há nenhuma explicação nos documentos da SUDAM sobre a diferença entre o que seria pessoal qualificado e pessoal não qualificado.

líquido de Cr\$ 46.444.414,00. No mesmo processo, assim como mencionado no ano de 1974, há uma tabela de custos que chegariam a Cr\$ 28.702.151,00. Fazendo um comparativo com as obras mencionadas no processo anterior, de 1974, as obras descritas no processo de 1976 atenderam e ultrapassaram as metas, a saber: 12 pontes e estivas (não foi colocada a quilometragem, unidade de mensuração prevista no processo anterior); 6 campos de pouso; 585 km de estradas internas; e 98 km de estradas externas. Os itens citados neste processo tiveram suas previsões atendidas. Os outros itens não foram mencionados.

Em 10 de agosto de 1981, em um relatório de atualização financeira e desenvolvimento do projeto, a Liquipar S.A. já aparece diretamente como acionista majoritária com 99,99% das ações. Neste processo consta que havia na propriedade 71.385 cabeças de gado. A Liquigás Holding Jersey Ltda., proprietária da Liquipar S.A., em setembro de 1981 foi adquirida pela Agip Petrolli, multinacional italiana e a razão social no Brasil passou a ser Agip Liquigás. O Vaticano, por meio da IOR (Instituto para Obras de Religião), mais conhecido como Banco do Vaticano, possuía ações da Agip Petrolli, o que não foi negado por Casaldáliga.

A Igreja como qualquer outra instituição pode e deve investir para aumentar o seu patrimônio. [...] Escrevi uma carta para o Vaticano pedindo para que eles deixassem de ser acionistas da Agip. Fui saber que o Vaticano não tinha mais ações da Agip na CPI da terra [em 2003] no Congresso Nacional. Aos inimigos isso era bom né, enchiam a nossa paciência porque diziam: se a Suíá-Missu é do Papa por que o bispo não vai protestar contra ele? (CASALDÁLIGA, 2013)¹⁰.

O processo de atualização financeira foi o último movimento da empresa documentado pela SUDAM e que consta em seu arquivo físico.

Todas essas sucessões de posse, desde a aquisição de Ariosto da Riva perante a CODEMAT até a compra da Agip Petrolli, ocorreram sem que, em nenhum momento, a identidade e o território Xavante fossem respeitados, consultados ou até mesmo um empecilho para a realização de todos os negócios.

Os Xavante que ocupavam Marãiwatsédé se dispersaram, mesmo que ainda voltassem para lá, para apanhar matéria-prima que haviam cultivado em

¹⁰ Entrevista com Dom Pedro Casaldáliga, realizada por Armando Wilson Tafner Júnior, em 2013.

sua terra de origem. Em 1984, alguns índios do grupo original foram para aldeia de Água Boa, na Reserva Indígena Pimentel Barbosa e começaram a articular com a FUNAI, a recuperação de suas terras. A FUNAI constituiu um grupo de técnicos para identificar a Terra Indígena Marãiwatsédé. Esse grupo delimitou uma superfície de 200 mil hectares, sendo que 168 mil hectares eram incidentes na Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu e 32 mil hectares fora de seus limites.

Esse resultado saiu 8 anos depois do início das conversas do Xavante com a FUNAI, no início de 1992. Nesse mesmo ano, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92, realizada entre os dias 3 e 14 de junho. Esse encontro serviu para dar visibilidade para a busca de uma mudança na situação Xavante.

Antes, porém, o cacique Damião Paridzané foi à Itália denunciar o que seu povo sofria, não sendo recebido no Vaticano, um dos principais acionistas da Agip Petrolli, na época. Ainda assim, o seu ato conseguiu atrair a atenção de muitos, e constrangeu a empresa por seus atos contrários aos direitos indígenas no Brasil. Tendo que enfrentar a opinião pública do país em que está instalada a sua matriz, a Agip Petrolli, durante a Eco-92, decidiu devolver as terras aos índios.

A antropóloga Iara Ferraz, em seu dossiê *Brasil: responsabilidades italianas na Amazônia*, elaborado em 1990, relata que a Agip Petrolli estava atuando em 232 mil hectares, sendo 108 mil hectares desmatados, empregando apenas 70 pessoas, tendo um rebanho de 32 mil cabeças de gado, número inferior a 100 mil cabeças, que, segundo o dossiê, estavam sendo criadas pela empresa em 1985. Ferraz (1990) conclui que a diminuição do poder de criação seguido pela venda do rebanho bovino, está inserida em um contexto maior de falência do modelo de desenvolvimento baseado nos incentivos fiscais que buscavam a integração do mercado nacional, mas eram utilizados em uma produção destinada à exportação. A queda de produção não se restringiu à Suiá-Missu, mas também a todas as propriedades que utilizaram o recurso público. Este foi o modelo responsável pela maior parte dos desmatamentos e da degradação ambiental verificados nesta porção de expansão da fronteira agropecuária em direção à Amazônia, promovendo uma concentração fundiária ainda mais acentuada e que se contrapôs, portanto, à reforma agrária e à produção de alimentos voltada para o abastecimento interno no Brasil.

O processo de repatriação Xavante

Após o anúncio da devolução das terras aos Xavante, deu-se início a um movimento político, contra essa devolução, de Marãiwatsédé aos indígenas. Iara Ferraz relata em sua carta denúncia, escrita em junho de 1992, endereçada ao então ministro da Justiça Carlos Borja, que, quando recebeu um comunicado, no dia 17 de junho, feito à FUNAI, de que haveria uma invasão em Marãiwatsédé, o órgão solicitado deslocou um grupo técnico à região, com o objetivo de verificar *in loco* o que estava ocorrendo.

A equipe foi comandada pela própria Iara Ferraz e pelo agrônomo Mariano Mampieri. Chegando ao local, no entroncamento das rodovias BR-158 e BR-242, em um local conhecido como Posto da Mata, o grupo técnico se deparou com um cartaz fixado em um posto de gasolina, convocando os “posseiros da Suiá” para uma reunião que aconteceria no dia seguinte, dia 20 de junho, às 14 horas, e que teria a presença do então prefeito de São Félix do Araguaia, José Antônio de Almeida, o “Bau”.

O cartaz era assinado pelo então candidato a prefeito de Alto Boa Vista, Osmar Kalil Botelho Filho (Mazim) – que perdeu a eleição para prefeito no mesmo ano para Aldecides Milhomem de Cerqueira. Nesta reunião, em 20 de junho, no Posto da Mata, além de Osmar e José Antônio, tiveram a palavra o então funcionário do Fórum, Filemon Costa Limoeiro, que seria eleito prefeito de São Félix do Araguaia no ano de 2008, e Ivair Matias, advogado em São Félix do Araguaia.

A Rádio Mundial FM gravou o encontro. O conteúdo do discurso do encontro do dia 20 de junho de 1992 demonstra uma incitação à invasão de Marãiwatsédé. Um pequeno número de pessoas que participou desse encontro, que é conivente com os mentores do movimento, por conveniência ou por ignorância, absorveu a construção da ideia de invasão perante o repasse desta pelos articuladores políticos. Baseados em argumentos racistas, tratando o índio como um ser inferior, com uma soberba tamanha, políticos da região colocam-se em um altar, atraindo pessoas e organizando-as (ou alienando-as), para entrar em terras que não as pertencem.

Políticos esses que no discurso afirmaram que não queriam os índios na região, pois desvalorizariam as terras que estão perto da reserva de Marãiwatsédé,

e que, possivelmente, algumas porções de terras seriam destes mesmos políticos, que afirmaram que iriam abrir mão das terras da Suiá-Missu em prol dos “posseiros”, como se estivessem somente fazendo um favor à população da região. Apenas Mazim Kalil afirmou que queria um lote.

A articulação política do grupo organizador indica a colaboração do governador do estado de Mato Grosso, e que este ofereceria “todo respaldo ao povo”.

O tom ofensivo direcionado ao povo indígena, conclamando um ódio que surge devido a interesses financeiros de alguns, atinge as necessidades básicas pelas quais passam algumas famílias, e a culpa deste sofrimento passa a ser dos índios e não do sistema excludente que impera no mundo atual. Este ódio criado por estes poucos é semelhante ao já visto em períodos nebulosos ao longo da história da humanidade, como em relação aos negros no período da escravidão ou em relação aos judeus por parte do nazismo alemão, pois, como foi dito por quem estava discursando, os “posseiros” teriam que “[...] tá disposto a qualquer coisa eu até... nossa! Disposto a qualquer coisa!); Baú, então prefeito de São Félix do Araguaia, evitou falar, mas Mazim Kalil, em suas últimas falas, dá a entender que os posseiros teriam que estar preparados para conter o retorno dos índios até mesmo com homicídios, e que a articulação política havia colocado um “caboclo” na “linha de frente”, “bom de serviço” e que a resistência teria de ser a qualquer custo.

Além das questões mencionadas, é nítido, pelo tom ofensivo e pelos relatos de incitação e invasão, que não havia posseiros dentro das áreas devolvidas aos índios da Suiá-Missu, pois nos discursos é afirmado que as terras da Agip eram respeitadas, mas que as dos Xavante não seriam. Há ainda, para ratificar a ausência de produção dos “posseiros” na área, a definição do tamanho dos lotes que seriam invadidos e um mapa que foi elaborado pelos políticos, assinado por Mazim Kalil, que indicava onde os “posseiros” deveriam invadir e onde não seria permitido que eles invadissem.

Muitas famílias advindas de lugares próximos, como os municípios de Alto Boa Vista, São Félix do Araguaia e Porto Alegre do Norte, e de lugares distantes como Goiânia, foram deslocadas para dentro da área da reserva da Suiá-Missu, estimulados pelos políticos locais. As famílias cercaram lotes de 100 hectares, como fora mencionado no discurso, mas comerciantes locais obtinham

lotes acima de 2.000 hectares. Policiais de São Félix do Araguaia também teriam recebido grandes lotes.

Essa foi a base formada para a invasão dos que foram chamados de “posseiros” pelos incentivadores que organizavam lideranças para representarem os invasores, dividindo a terra a ser invadida em regiões, sendo que cada líder representaria uma região. Deu-se início a uma discussão processual para identificar quem eram os verdadeiros donos dessas terras, que tramitou na 5ª Vara Judicial Federal de Mato Grosso, o que deu origem a uma ação civil pública de nº 950000679-0 ainda que essas terras tenham sido devolvidas aos Xavante em um documento assinado publicamente em um evento de ordem mundial.

As terras eram sim, legalmente, dos Xavante, mas estes não conseguiriam entrar, pois os invasores ofereceram resistência. Os posseiros obedeceram às ordens dos políticos da região e se organizaram. Conseguiram judicialmente fazer com que a demarcação da terra fosse anulada e que o trabalho fosse feito novamente, e não somente por técnicos da FUNAI. Em 1996, os Ministérios da Justiça e o Extraordinário de Políticas Fundiárias decidiram criar um grupo de trabalho composto por membros dos dois ministérios, da FUNAI, Inca, Prodeagro, Comissão Pastoral da Terra, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região e representantes da Prefeitura de São Félix do Araguaia e de Alto Boa Vista.

Estabeleceu-se uma guerra de liminares. A Associação de Produtores Rurais da Suiá-Missu (APROSUM) conseguiu impedir a demarcação das terras até o dia 11 de setembro de 1998. Por meio de um decreto presidencial, pôs-se fim às determinações judiciais que ora suspendiam a demarcação, ora sentenciavam que a demarcação poderia ser feita por meio da homologação das terras indígenas de Marãiwatsédé (DIÁRIO..., 1998).

Em meio às atividades de demarcação, quando eram permitidas, um grupo de técnicos compostos por integrantes do INCRA, da FUNAI e da INTERMAT verificaram a situação ocupacional das terras e contaram cerca de trezentas pequenas propriedades concentradas no Posto da Mata, local onde ocorreu a incitação à invasão das terras indígenas, localizado no entroncamento das BR-158 e BR-242, e onde, segundo o testemunho de alguns regionais, havia grandes quantidades de bares, tráfico de drogas e prostituição. Em um sobrevoo, feito na mesma averiguação, foi constatado que havia grandes áreas de pasto

e madeiras, que eram encobertos pelas relações estabelecidas na fachada do Posto da Mata. Assim, uma grande devastação ambiental tomou conta de Marãiwatsédé (BUENO, 2006).

Após a homologação da demarcação das terras, nova guerra de liminares foi estabelecida para decidir sobre a reocupação, ou não, dos invasores. Em 10 de novembro de 2000, o juiz federal da 5ª Vara Federal de Mato Grosso determinou e autorizou o retorno dos Xavante a Marãiwatsédé, mas sem a desocupação dos “posseiros”. A FUNAI teria que coordenar a volta dos Xavante à sua terra. Os índios voltaram, mas não conseguiram entrar na área da TI Marãiwatsédé, ocupando apenas 5% de suas terras, como afirma o cacique Damião em carta entregue à então presidente Dilma Rousseff, a qual veremos mais adiante.

A Aprozum recorreu da decisão no Tribunal Regional Federal (TRF). A decisão então passaria para o Superior Tribunal Federal (STF) que, por meio da relatora, a ministra Ellen Gracie, retificou a decisão judicial vigente.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA TERRAS INDÍGENAS. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DEU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA REFORMAR DECISÃO QUE HAVIA AUTORIZADO A FUNAI A INTRODUIZIR OS SILVÍCOLAS EM RESERVA INDÍGENA DEMARCADA, SEM PREJUÍZO DA PERMANÊNCIA DE POSSEIROS NO LOCAL. 1. Estando a permanência dos posseiros no local garantida por anterior decisão do Tribunal Regional Federal que não é objeto do presente recurso, a questão devolvida a esta Corte cinge-se à possibilidade da convivência provisória destes com os índios a serem introduzidos na área em litígio. 2. A alusão a iminente conflito não se presta a suspender a decisão que autoriza a entrada dos silvícolas nas terras indígenas cuja posse lhes é assegurada pelo texto constitucional, sob pena de inversão da presunção da legitimidade do processo de demarcação. Ofensa ao art. 231 § 2º e 6º da CF. 3. Recurso provido para restabelecer a decisão proferida pelo juízo de origem, autorizando o retorno da Comunidade Xavante à Terra Indígena de Marãiwatsédé, sem prejuízo, por enquanto, da permanência dos posseiros no local onde estão (STF: RECURSO EXTRAORDINÁRIO 416144 MT, 01.10.2004).

Após resolver a questão da “divisão” das terras entre posseiros e índios e ainda a espera da definição de quem as ocuparia, argumentos eram utilizados pelas partes para atrair a opinião pública, sendo divulgados por veículos de comunicação regional. Os índios sempre afirmavam o direito à terra, pois como são uma tribo seminômade, sempre viveram em sua porção de terra, cultivando a sua matéria-prima e realizando rituais que não podem ser feitos em outros lugares¹¹. A APROSUM afirmava que havia três mil famílias instaladas e produzindo na antiga fazenda Suiá-Missu – neste caso o contingente populacional, segundo a Aprosum, seria de no mínimo 10.000 pessoas nas terras indígenas de Marãiwatsédé – e que 166 mil hectares seriam muita terra para pouco índio. Bueno, em seu laudo antropológico, afirma que havia 798 habitantes na área em 2005, e contou 345 edificações residenciais e comerciais. Eram, então, mais de 160 mil hectares para no máximo 800 “posseiros” e havia 700 índios vivendo em uma pequena porção de terra e mais 400 esperando a decisão judicial, pois, na faixa estreita em que viviam os primeiros, os últimos mencionados não cabiam.

A decisão judicial veio em 5 de fevereiro de 2007, determinando que os réus, incertos, desconhecidos e terceiros, se retirassem da Terra Indígena de Marãiwatsédé. O Ministério Público Federal ordenou o cumprimento da sentença em 23 de agosto de 2007, porém, já no dia 17 de dezembro de 2007, o desembargador Fagundes de Deus suspendeu o cumprimento da sentença por meio da concessão de um efeito suspensivo, propondo uma permuta de terras, o que gerou um novo processo. Segundo Fagundes de Deus, os índios deveriam abrir mão de Marãiwatsédé, sendo transferidos para o Parque Nacional do Araguaia.

Em meio ao trâmite desse processo, entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, ocorreu no Brasil a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20. A pressão popular estava novamente ao lado dos silvícolas. Entre a Eco-92, quando foi devolvida as terras aos Xavantes, e a Rio+20 passaram-se 20 anos, e os indígenas ainda não estavam vivendo em suas terras. Cacique Damião estava novamente participando pessoalmente da Rio+20, reivindicando o direito de entrar em suas terras. Damião entregou em mãos a carta para a então presidenta Dilma Rousseff que segue na íntegra:

¹¹ Há diversos rituais culturais dos Xavante. Um deles se remete aos seus mortos e o lugar que seria uma espécie de cemitério Xavante está nas Terras Indígenas Marãiwatsédé (MAYBURY-LEWIS, 1984).

Exma. Sra. Presidenta Dilma Rousseff

Eu, cacique Damião Paridzané, vim à Rio+20 com representantes do povo Xavante exigir que o governo brasileiro garanta a implementação imediata do plano de desintrução da Terra Indígena Marãiwatsédé (MT), permitindo a ocupação integral do nosso território, que foi prometido 20 anos atrás na Eco 92. Nesses 20 anos que se passaram, Marãiwatsédé se transformou na Terra Indígena mais desmatada da Amazônia brasileira, envergonhando todo o nosso país com a devastação criminosas que produtores de soja e de gado estão ainda fazendo na nossa terra sagrada. Vinte anos também não foram suficientes para que a Justiça brasileira tivesse a força necessária para fazer valer a decisão que respeita a Constituição Federal e os povos indígenas, tomada por unanimidade e determinando a retirada dos invasores, pois todos entraram em nossa terra ilegalmente, de má fé. Apesar de termos nosso território reconhecido, demarcado e homologado desde 1998, ocupamos 5% da área que é de nosso direito porque fazendeiros e políticos nos ameaçam, destroem a nossa mata em Marãiwatsédé deixando nossa comunidade sem caça, sem frutos e sem os remédios tradicionais de que precisamos. Eles também despejam agrotóxicos nos rios que abastecem a nossa aldeia, por isso muitas crianças estão doentes, com diarreia, vômito e pneumonia. Enquanto estamos aqui no Rio de Janeiro, recebemos a notícia de que mais uma criança faleceu na aldeia por desnutrição. Nós lutamos e sofremos muito para estar aqui hoje. Não queremos perder a viagem. Viemos a Rio+20 pedir que o governo federal finalmente cumpra a decisão da Justiça, que no mês passado derrubou a liminar que suspendia a retirada dos fazendeiros. Agora, a desintrução está novamente autorizada. Queremos que o governo permita uma transição rápida da terra invadida ao povo Xavante, garantindo assistência para a nossa integridade física, cultural e a recuperação das áreas devastadas nesses 20 anos. Vinte anos de espera é muito tempo. Eu fui criado em Marãiwatsédé antes do contato com o homem branco. Estou lutando há 46 anos. Eu era criança quando o governo retirou minha comunidade nos aviões da FAB em 1966. Desde aquela época estamos lutando para voltar à nossa terra. Estou cansado. Mas não vou desistir. Nunca.

Cacique Damião Paridzané

A justiça brasileira demorou cinco anos para perceber que a proposta do desembargador Fagundes de Deus era inconstitucional. Desse modo, em

29 de junho de 2012, o desembargador Souza Prudente declarou sem efeito a proposta do desembargador Fagundes de Deus.

Assim sendo, o Ministério Público Federal determinou que:

(i) A expedição do ofício à Presidência da FUNAI para que, no prazo improrrogável de 10 dias, apresente, em juízo, o plano de desintração das terras Indígenas de Marãiwatsédé; (ii) apresentado o plano de desintração, determina-se a expedição, *incontinenti*, do mandado de desocupação da área em litígio, com prazo de trinta dias, devendo serem mantidos apenas os indígenas, estando autorizados, de antemão, o desforço policial por parte da Polícia Federal, bem como o auxílio da Força Nacional de Segurança (DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO, 22.10.2012).

A desocupação de Marãiwatsédé começou em 10 de dezembro de 2012. Os representantes do INCRA, da FUNAI, do IBAMA, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Exército participaram dessa desocupação que não foi pacífica¹². Com a desocupação, verificou-se, *in loco*, 242 empreendimentos (casas, fazendas e comércio) pertencentes a não índios e 455 pessoas.

O baixo número de posseiros não é de se espantar, pois o veículo de comunicação impresso Diário de Cuiabá, de 06 de dezembro de 2012, mostra que 2/3 da Terra Indígena Marãiwatsédé estava nas mãos de 22 grandes “posseiros”. Este grupo era proprietário de 32 fazendas, que somavam 166,4 mil hectares. Entre esses proprietários são citados os nomes do Desembargador Manoel Ornellas; do vereador de Rondonópolis Mohamed Zaher; do ex-prefeito de Alto Boa Vista, Aldeides Cirqueira e seu irmão Antônio Cirqueira; do também ex-prefeito de Alto Boa Vista, Antônio Manoel Jordão; e do ex-prefeito de São Félix do Araguaia, Filemon Limoeiro, que na incitação à invasão à Marãiwatsédé, gravada pela Rádio Mundial FM, afirmou que não queria nenhum lote da área invadida. É citado ainda, entre o grupo de latifundiários, o grileiro Gilberto Luiz de Resende, preso em 7 de agosto de 2014, em uma operação da Polícia Federal que expediu 17 mandatos de prisão contra a organização que movimentou

12 No sítio de vídeos YouTube, o qual se acessa por meio da rede mundial de computadores, há diversos documentos audiovisuais desta desocupação. Segue o link de busca feita dentro do sítio, utilizando as palavras “desocupação Suiá-Missu”. Disponível em: http://www.youtube.com/results?search_query=desocupa%C3%A7%C3%A3o+Sui%C3%A1-Miss%C3%BA Acesso em: 09/02/2013.

dezenas de milhões de reais em esquema de grilagem de terras e desmatamento ilegal em Marãiwatsédé.

O INCRA fez o cadastro de 300 unidades familiares para o assentamento dos “posseiros” no município de Ribeirão Cascalheira, conforme divulgação no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2012. Após 20 anos, o Estado atestava o que o bispo Pedro Casaldáliga já apontava sobre o caso: “aos pequenos o INCRA, aos latifundiários, nada!” (CASALDÁLIGA, 2013).

O assentamento, até o fim de 2014, ainda não ficou pronto, e, devido ao não cumprimento das datas para a entrega da estrutura prometida por parte do INCRA, o clima de tensão ainda persiste na região. Os invasores retirados de Marãiwatsédé não estão satisfeitos com apenas promessas do INCRA e voltam à antiga Suiá-Missu para tentar retomar a posse destas. A primeira tentativa foi em 24 de março de 2013. Houve outra tentativa dois meses depois, no dia 3 de junho. A última foi em 24 de janeiro de 2014. As tentativas de invasão, assim como a desocupação, não foram pacíficas, pois houve confrontos entre policiais e posseiros. Segundo a FUNAI, o número total de manifestantes flutuou sempre entre 50 e 60 pessoas. A Polícia Federal ainda estava presente na Terra Indígena da Suiá-Missu em dezembro de 2014.

As consequências da invasão do Território Indígena para a sociedade Xavante

O principal impacto não só da invasão da Marãiwatsédé, mas também da demora do trâmite processual da devolução da terra indígena à sociedade Xavante foi o desmatamento. A relação dos silvícolas com a natureza é o que move uma sociedade indígena, qualquer que seja a etnia. A devastação ambiental interfere diretamente na cultura Xavante. Junto com o desmatamento, vem a contaminação dos solos e das águas, o que prejudica o crescimento vegetativo da tribo.

A piora da saúde dos índios é potencializada pela falta de acesso aos remédios tradicionais, feitos com raízes que não se vê mais em Marãiwatsédé.

Além de não conseguirem fazer a coleta, o conhecimento que deveria ser passado dos mais velhos para os mais novos se esvai junto com as árvores que foram derrubadas. Há uma quebra na transmissão da cadeia de conhecimento

do ethos Xavante, levando à perda da dignidade humana, pois estes passam a depender da ajuda externa para ter acesso a comida, medicamento, e outros bens necessários à vida. O índio passa a mendigar, pedir, esmolar para suprir a sua necessidade, não tendo mais autonomia alguma, afastando-se completamente de seus costumes. Uma geração vem sendo criada dessa forma, e por isso há a necessidade de não parar a prática dos rituais Xavante, com o intuito de garantir a (sobre)vivência de sua cultura, para não esquecerem que sua compreensão do mundo é diferente dos não índios, e fazendo com que aqueles que os criticam, sem ter a compreensão do que é ter uma cultura indígena, não tenham mais como julgá-los.

Para que isso ocorra é urgente a recuperação da floresta. Esse reflorestamento requer uma quantia monetária significativa, o custo não será baixo, e que certamente seria evitado se os índios tivessem obtido acesso fácil a Marãiwatsédé após a Eco-92, conforme mostram os mapas de desmatamento desta seção. Mas, ainda assim, como a terra entregue aos Xavante está praticamente desmatada, o reflorestamento tem que ser feito. Há que ser elaborado um projeto interdisciplinar e com a participação dos Xavante. Várias ciências, como a Biologia, a Geologia, a Antropologia, a Engenharia Florestal, entre outras, devem estar presentes neste projeto. O reflorestamento não pode se restringir a apenas plantio de árvores. A fauna também tem que ser introduzida em Marãiwatsédé, para que esta não se torne uma floresta morta. Além disso, as atividades de caça fazem parte da sociedade Xavante, inclusive de partes de seus rituais.

No casamento, por exemplo, o futuro marido tem que levar uma anta para os pais da futura esposa para oficializar o casamento, entregando-lhe um colar que tem como adorno as unhas da anta, o que simboliza uma espécie de aliança para os não índios. Como haverá casamento Xavante se não há mais anta em Marãiwatsédé? (MAYBURY-LEWIS, 1984; BUENO, 2006).

Estamos varrendo tudo isso do mapa, e em seu lugar estamos pondo um caminhão que atravessa estradas caras, enquanto seu motorista reclama de um governo que não tapa os buracos para ele passar com sua carga de madeira, tomando remédio para manter-se acordado, ficando vários dias longe da família. Trouxemos o desenvolvimento e a soberania nacional contra o atraso e a falta de cultura, seguindo ideologia predominante do centro. E esse ideal de progresso sucateado, corta as terras de Marãiwatsédé por meio

de várias estradas: a BR-158 e a BR-242, que se cruzam no centro da área, justamente onde se constituiu o centro da invasão no local denominado de “Posto da Mata”, onde se pretende [pretendia] criar um município por nome de Estrela do Araguaia, e também a BR-080, no limite Oeste da área. Toda a estrada é presença destrutiva em área indígena. Estas, tendo facilitado a formação desta concentração de invasores, proporcionaram graves impactos (BUENO, 2006, p. 24).

A preocupação de momento remete-se à reprodução do acervo cultural dos Xavante por falta de recursos naturais. O gênero masculino, nesta situação, é o que mais sofre. As mulheres mantêm as suas atividades, como lavar roupas e louças, plantação de hortas, além das atividades de mãe e esposa, mas os homens tiveram suas tarefas impossibilitadas de serem elaboradas, pois não há como caçar, não há como abrir uma clareira para que as mulheres façam suas roças em meio à floresta, conforme prezam os costumes Xavante. Isto implica a perda do *status* dentro de seu próprio grupo, e também perante as comunidades externas à tribo, que passam a colocar adjetivos nos índios homens como “preguiçosos”, “mendigos”, “machistas” (pois só as mulheres trabalham) e “vagabundo”, porque não têm conhecimento da importância da divisão das tarefas na sociedade Xavante, e levam em consideração somente as suas próprias categorias de entendimento para avaliar outras sociedades, e, de forma precipitada, marginalizam a história que há por trás desta situação (MAYBURY-LEWIS, 1984; BUENO, 2006).

O alento que existe é que os Xavante de Marãiwatsédé são organizados. Ainda mantêm os rituais de canto e dança, que ainda podem ser feitos, pois não necessitam de recursos naturais. Espera-se que haja um planejamento e uma execução rápida do que for pensado, para que Marãiwatsédé se recupere em breve, e que não demore mais 20 anos, e para que não haja o risco de desaparecimento da cultura Xavante.

Considerações finais

Marãiwatsédé tem o título de Terra Indígena mais desmatada do país. O repasse da cultura indígena está relacionado diretamente com a natureza. A

maioria das etnias silvícolas, assim como a Xavante, estão sempre (sobre)vivendo em harmonia com a natureza, combatendo o desmatamento com a sua cultura própria. Sem a floresta em pé, os Xavante passam a estar ameaçados de uma extinção cultural, ocasionada pela opressão estritamente econômica, promovida pelo sistema capitalista que é movido pelo lucro, e que se alicerça em duas bases: exploração de mão de obra e degradação ambiental. Essa lógica perversa aflora preconceitos como visto na gravação que está no corpo do texto, fazendo com que seres humanos ajam de forma soberba, colocando-se em uma posição superior, e sem escrúpulos, usando o poder político – que deveria atender ao interesse público – em favor próprio.

A justiça demorou anos para devolver as terras aos Xavante e essa morosidade afetou ainda mais as questões ambientais, atingindo a sociedade Xavante. As áreas de preservação ambiental, como a TI Marãiwatsédé, têm que ser criadas, mantidas e recuperadas, não só para alcançar a preservação por si, mas para dar condições humanas a quem vive da floresta, fazendo com que conhecimentos milenares não acabem e sejam repassados às gerações futuras. Essa necessidade aumenta quando grandes porções de terras, que deveriam ser destinadas à preservação, são utilizadas para produzir de forma ambientalmente incorreta, atendendo ao capital. Quando o desenvolvimento ocorre de forma estritamente econômica, a humanidade não é levada em consideração.

Espera-se que as próximas ações que incidirão sobre a área de fronteira agropecuária prezem pela equidade social e pelo equilíbrio ambiental, fazendo ser possível a coexistência entre diferentes categorias em territorialidades distintas, não promovendo a exclusão que a lógica de acumulação insiste em ratificar.

Referências

CARDOSO F. H.; MULLER G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

CASALDÁLIGA, P. **Escravidão e Feudalismo no Norte do Mato Grosso**. São Félix do Araguaia-MT: [s.n.], 1971.

FERRAZ, I. **Dossiê Brasil**: responsabilidades italianas na Amazônia. Brasília, 1990.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1986.

MAYBURY-LEWIS, D. **A sociedade Xavante**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1984.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas-SP: Papirus, 1990.

POMPERMAYER, M. J. Strategies of Private Capital in Brazilian Amazon. In: SCHMINK, M.; WOOD, C. (Org.). **Frontier expansion in Amazon**. Cainsville: University of Florida, 1991, p. 419-438.

FONTES DOCUMENTAIS

BUENO, I. R. *Lauda Antropológico. Terra Indígena Marãiwatsédé*. Ação Civil Pública nº 950000679-0. Quinta Vara Judicial de Mato Grosso. 17 de abril de 2006.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, de 16 de julho de 1934.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 24 de janeiro de 1967.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Decreto Presidencial. Brasília, 11 dezembro de 1998.

EMENDA CONSTITUCIONAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 17 de outubro de 1969.

CASALDÁLIGA, P. Entrevistas concedidas ao autor em 3, 4, 5 e 6 de dezembro de 2013.

SUDAM. PROCESSO Nº 08749/66. *Parecer de aprovação nº 295/66-AT-STO*. 22 de dezembro de 1966. Belém, 1966.

SUDAM. PROCESSO Nº 03374/74. *Colaboração Financeira de Recursos oriundos do artigo 1º alínea “b” do Decreto-Lei nº 756 de 11 de agosto de 1969*. Belém, 1974.

A LUTA PELA TERRA DOS POSSEIROS DO POSTO DA MATA: DO SONHO DA TERRA AO PESADELO DA DESINTRUSÃO (1990-2015)

Elioni Barros dos Santos¹

Resumo

Dentro da Terra Indígena Marãiwatsédé foi criado o distrito do Posto da Mata a partir da década de 1990, depois que a terra havia sido devolvida aos Xavante que haviam sido expropriados três décadas antes. As terras de Marãiwatsédé foram primeiramente divididas com o auxílio de políticos locais, que estimularam migrantes, posseiros, agricultores e diferentes pessoas de diversas origens sociais a reocupar a área remanescente da fazenda Suiá-Missu e que estava sendo devolvida para os Xavante. Essa situação gerou um conflito fundiário que, depois de duas décadas de disputas jurídicas, resultou na desintrusão desses posseiros não índios das terras que haviam tomado posse e a expulsão dos moradores do Posto da Mata. Este texto buscou identificar a presença de pequenos posseiros na área e compreender as motivações destes em relação à luta pela terra. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa que apontou para o fato de que estes pequenos posseiros foram os que mais sofreram com o descaso do Estado e que eram movidos por uma esperança alimentada por uma fé jurídica por meio dos discursos de algumas lideranças políticas.

Palavras-chave: Conflito. Desintrusão. Distrito Posto da Mata. Posseiros.

Dela provém o alimento, as pedras preciosas e a água; é fonte de vida e de cobiça, envolvida por um poder imanente construída pelas múltiplas criações dos homens (SILVA, 2008)

Introdução

Este texto faz parte de reflexões desenvolvidas ao longo de uma pesquisa realizada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais e que abordou

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado de Mato Grosso, especialista em Ensino de Sociologia pelo Instituto Superior de Educação Ibiturana.

o conflito ocorrido no distrito Posto da Mata que estava dentro de uma área demarcada como Terra Indígena (TI) Marãiwatsédé. A pesquisa abordava o processo de reocupação que ocorreu na década de 1990 e o ato de desintrusão dos não índios (posseiros) da área em 2012, sendo que o principal objetivo foi compreender as motivações que levaram os pequenos posseiros a ocuparem ou comprarem e permanecerem em uma terra envolvida num processo litigioso por ser reconhecida, ainda na década de 1990, como terra indígena e os títulos de terra terem sido considerados nulos ao longo da disputa jurídica.

Esse processo conflituoso perdurou por mais de duas décadas e é semelhante às características de outros conflitos fundiários e étnicos ocorridos em outras regiões do Brasil. Em Mato Grosso, esses conflitos também são resultantes de processos seculares relacionados ao acesso e uso da terra, e que foram agravados nas últimas décadas em função das políticas públicas de expansão da fronteira amazônica. É importante destacar que, a partir década de 1970, devido à implantação dos programas e projetos do governo federal que promoviam os incentivos fiscais, muitas empresas se instalaram na microrregião Norte Araguaia, entre elas a Agropecuária Suiá-Missu. Após sua instalação, foi realizada a transferência dos indígenas Xavante que ocupavam a área para a Missão Salesiana de São Marcos, dentro da TI São Marcos, na segunda metade da década de 1960.

No entanto, nas décadas seguintes, os projetos financiados pelo governo federal não tiveram o retorno esperado e a área que inicialmente era de 692 mil hectares foi vendida, de tal modo que em 1992 a empresa estatal italiana ENI-AGIP, controladora da Agip do Brasil e Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu S.A., era a proprietária da área remanescente. Naquele ano, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a ECO-92, um representante dessa empresa, diante de pressões, assumiu o compromisso público de “doar” para os Xavante a área remanescente da Agropecuária Suiá-Missu, o que veio a acontecer² e impulsionou ainda mais o processo administrativo que tramitava em torno do reconhecimento e demarcação da área, como de TI Marãiwatsédé que veio a ser homologada em 1998.

2 A Eco 92 ou Rio 92 foi realizada de 3 a 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro. A Conferência das Nações Unidas foi um grande evento sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/eco-92.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

Naquele mesmo ano de 1992, um grupo de pessoas de diferentes origens sociais como pequenos posseiros, comerciantes, fazendeiros, funcionários públicos, políticos locais, trabalhadores rurais etc. se reuniu no Posto da Mata, iniciando o processo de reocupar a área remanescente da Agropecuária Suiá-Missu, com cerca de 190 mil hectares, pois os Xavante ainda não haviam retornado à TI. Entre os ocupantes, estavam moradores dos municípios de Alto Boa Vista, São Félix do Araguaia e de outros municípios da região e até mesmo de outros estados.

Essa situação provocou uma disputa judicial entre os “reocupantes” da área e os Xavante de Marãiwatsédé, um conflito que perdurou por mais de duas décadas, mesmo depois de uma decisão jurídica favorável ao retorno dos Xavantes a Marãiwatsédé e à desintrustão/ “expulsão”³ dos ocupantes da área no final de 2012 e início de 2013.

O processo de desintrustão ocorreu com a “expulsão” dos posseiros realizada por uma equipe estruturada com oficiais de justiça, representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelas forças de segurança (Polícia Federal, Força Nacional e Exército), que haviam sido enviadas pelo governo federal.

Logo, a presença de um forte aparato policial caracterizou-se como forma de imposição do poder e da dominação do Estado, que, por meio da força imperativa legitimada, exerceu violência física e simbólica sobre os posseiros. Isso quando tomamos como referência a concepção de *violência simbólica* na definição de Pierre Bourdieu (2007, p. 11):

é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição e de legitimação da dominação, que contribui para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço de sua própria força as relações de força que as fundamentam e contribuem assim, segundo a expressão de Weber para a “domesticação dos dominados”.

3 Embora juridicamente o termo usado seja desintrustão com resultado do processo jurídico, os posseiros/moradores da área considera o processo como uma expulsão devido à presença de um número considerável de integrantes das forças de armadas durante o processo de “desintrustão”, uma forma de imposição de força legitimada e poder estatal.

A presença das forças armadas com uma estrutura arregimentada fez com que a situação se configurasse como um cenário de guerra, de tal modo que exercia uma *violência simbólica*, psicológica e física por meio de coação sobre os posseiros que articulavam resistência quanto à saída da área, mas foram “expulsos” sem obter a proteção e o amparo por parte do Estado em relação ao seu destino, após terem sido tirados de suas casas e das terras que tinham como suas.

A experiência de viver o processo de desintrusão, “expulsão” e presenciar parte da luta dos posseiros são fatos que me colocaram não só na condição de ator social e parte do processo, mas como testemunha deste⁴. Por isso, a escolha deste objeto de pesquisa está intrinsecamente ligada à subjetividade, pois estar inserida neste contexto e vivenciar este momento me instigaram a entender algumas questões que considero relevantes nesse processo.

O envolvimento com o objeto, o fato de fazer parte dessa história, embora eu tenha vivenciado apenas uma pequena parte, foi para mim (e é), muito significativo. Uma condição que não é neutra, assim como toda escolha do objeto, por isso busquei o tempo todo criar um distanciamento a fim de compreendê-lo em sua essência e analisá-lo de forma crítica. Isso foi possível graças à objetividade das Ciências Sociais, traduzida na concepção de Marx Weber, em que o uso dos métodos e procedimentos de análises fazem que o pesquisador se distancie do objeto ao traçar sua historicidade, complexidade e especificidades analisadas.

A partir disso, foi realizada uma pesquisa qualitativa que resultou em alguns dados que, longe da pretensão de expressar a realidade total da área estudada, permitiram construir uma perspectiva da “visão” dos posseiros envolvidos no processo de luta pela terra. A partir dos relatos dos entrevistados, apontamos algumas tendências relacionadas à produção, às condições sociais e econômicas e à origem dos pequenos posseiros, que eram aqueles que não detinham grandes áreas de terra.

⁴ Morei no distrito do Posto da Mata no período de 2006 a 2012. Tendo me mudado do lugar por duas vezes e retornando em pouco tempo. Mesmo sendo um pequeno período como moradora do distrito do Posto da Mata, este lugar se tornou o meu lugar de identidade como forma de pertencimento ao lugar.

Os posseiros e a luta pela terra

Conforme dito, o distrito do Posto da Mata abrangia os municípios de Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia, localizado no “entroncamento”⁵ da BR-158 com a MT-242, se caracterizou como o lugar de resistência e de luta dos posseiros pela posse da TI Marãiwatsédé, a qual pode ser melhor visualizada na imagem a seguir.



Figura 1: Mapa de localização da Terra Indígena Marãiwatsédé

Fonte: AXA (Articulação Araguaia Xingu).

O distrito do Posto da Mata tinha uma estrutura constituída por meios da organização social local e fomentada pelo Poder Público: com duas escolas municipais, uma quadra de esportes, dois campos de futebol, uma pista de avião, uma unidade de saúde, uma praça pública, um banco postal, dois silos (armazém e secador de soja), dois postos de gasolina, cinco supermercados, uma torneraria, duas oficinas de moto, uma oficina de carro, seis igrejas, um barracão comunitário, três açougues, duas farmácias, duas sorveterias, três borracharias, dois lava a jato, uma panificadora, quatro lojas de roupa, duas casas veterinárias, duas lanchonetes, uma loja de material de construção, uma eletroeletrônica, dois hotéis, dois restaurantes, duas *lan houses*, três salões de beleza entre outros tipos de comércio e prestação de serviços.

⁵ Lugar onde se reúne dois ou mais caminhos ou vias públicas.

A população⁶ do Posto da Mata, em sua maioria, estava ligada às atividades rurais, sobretudo a agricultura familiar e a agropecuária, sendo que vários moradores se dividiam entre as atividades rurais e algum tipo de atividade citadina, por exemplo, um pequeno comércio, serviços autônomos, ou atuavam como servidores públicos. A localização favorecia o acesso dos posseiros ao distrito do Posto da Mata que se constituiu como ponto de comercialização, bem como local de acesso aos serviços de saúde e educação, e principalmente como ponto de referência na resistência dos posseiros.

É importante destacar que a categoria de *posseiros do Posto da Mata* remete ao distrito como lugar de resistência dos ocupantes da área, onde se configuraram algumas das ações políticas por parte dos “intrusos” na luta pela terra. Além disso, o nome do referido distrito soa como uma questão de identidade entre grande parte desses atores sociais.

Corroborando com nosso entendimento, parafraseamos Lima (2016), que, ao fazer uma pesquisa sobre a transformação de posseiros em agricultores familiares no município Mato-Grossense de Vila Rica, destacou que o conceito de posseiro pode ser assimilado como resultado das práticas e lutas dos atores sociais que se apropriam deste, como forma de conferir significados aos próprios atos, uma vez que suas atitudes se contrapõem aos modelos existentes para os fazendeiros. Nesse sentido, a apropriação do conceito constitui-se como categoria de luta. Categoria esta formada por agentes sociais de diferentes origens e trajetórias migratórias, os quais muitas vezes apresentam significativa diferenciação social e econômica, como ocorre no caso estudado.

Sob essa perspectiva, a categoria social posseiro do Posto não se constitui enquanto um grupo homogêneo, mas uma coletividade que se organizava com ações políticas em torno da luta pela posse da terra.

Diferenciações e características dos posseiros

Havia diferentes categorias de ocupantes da área do Posto da Mata, como *os posseiros* (trabalhadores rurais ocupantes de pequenos lotes de terra, com mais

6 Não foi possível ter acesso a dados oficiais confiáveis, que mostrassem o número aproximado de pessoas que ocupavam a área no ano da desintrusão. Há muita especulação, sobretudo por parte da mídia local.

de 81 hectares (ha) a 320 ha); *os grileiros*; *os fazendeiros* (+ de 1.201 ha) ocupantes de uma grande área de terra ou empresários rurais, entre outros, os quais se diferenciavam entre si, conforme o uso e o tamanho da terra, posição social, poder econômico e político, entre outras características que destacamos como diferenciação dos ocupantes da área estudada. A maior parte dos entrevistados eram trabalhadores rurais que possuíam baixa escolaridade (o ensino fundamental incompleto).

A criação de gado pode ser vista como principal fonte de renda mesmo para aqueles que criam um pequeno rebanho, pois a venda dos bezerros contribui para pagar as despesas da família. Além disso, a criação de gado exige menor disponibilidade de mão de obra e é de fácil comercialização. Percebemos uma predominância de criação de gado entre os posseiros entrevistados, entre os quais 90% disseram criar gado. O gado era vendido predominantemente para intermediários, e a produção de leite e seus derivados destinava-se principalmente para o autoconsumo e a venda de porta em porta.

Aparece também a criação de pequenos animais, principalmente porcos e aves, sobretudo, galinha caipira, sendo que a maior parte da produção era para o consumo, vendiam apenas o excedente, com exceção de algumas pessoas que criavam entre 200 e 300 aves e que investiam na criação para vender no comércio local e “de porta em porta”.

A produção de culturas como a do arroz era quase inexpressiva, e o feijão nem aparece nos dados, o que indica uma baixa produção e diversidade de produtos agrícolas. Isso pode ser explicado pelo uso das terras para pastagens e a predominância da criação de gado. A expressão “baixa produtividade agrícola” não quer dizer que não havia produção agrícola de grande escala, uma vez que alguns posseiros produziam soja, milho e arroz na referida área, existindo inclusive, dois silos (secadores de grãos). Porém, essa produção não era realizada pelo grupo de posseiros pequenos e médios que fizeram parte da pesquisa.

A ilustração da presença de pequenas posses na área estudada parte sobretudo do objetivo deste trabalho de averiguar a presença de pequenos posseiros na área, visto que a ideia disseminada foi de que a área era ocupada somente por fazendeiros, políticos e outros detentores de capital econômico. Esses dados indicam a presença significativa de pequenos posseiros, os quais representam 69% do número de posses entre os entrevistados, e 31% dos entrevistados com área considerada de minifúndios.

Outra característica relevante de diferenciação dos posseiros era a venda da força de trabalho, que era para a maioria dos posseiros uma atividade temporária para complementação da renda familiar, sendo que a contratação ocorria apenas em períodos específicos. Logo, compreendemos que estes atores sociais tinham como principal fonte de renda e como forma de vida o trabalho na terra. Estas análises nos permitem refletir à luz do pensamento de IANNI (1978, p.190) sobre as diferentes concepções de terra para duas categorias sociais, o posseiro e o fazendeiro:

Para o posseiro (camponês) a terra é o seu principal meio de produção, depois do próprio trabalho, que o posseiro só pode desempenhar na terra. Para o fazendeiro (burguês) a terra é um entre outros meios diretos de produção, dentre os quais se colocam também a maquinaria agrícola, o jipe o caminhão, o avião, o crédito bancário, o incentivo fiscal, a força de trabalho do peão, do vaqueiro e outros.

O sonho em busca de terra

No início da década de 1990, ocorreu um fluxo migratório intenso para a área, principalmente entre os anos 1990 e 1995. Esses migrantes, em sua maioria trabalhadores rurais, eram oriundos de diferentes regiões do país, grande parte do estado de Goiás. Embora não seja o foco deste trabalho, podemos apontar duas hipóteses possíveis para explicar o fluxo migratório neste período.

Nos primeiros anos de reocupação da área, foi o tempo em que se espalhou a notícia, pelas redes de parentesco e compadrio, quando ocorreu um fluxo migratório. Em segundo lugar, pode ser relacionada ao incentivo dado pelos políticos durante a reunião que ocorreu no Posto da Mata em 1992.

Podemos dizer que esses dois fatores impulsionaram a migração de muitos agricultores pobres em direção à Amazônia, os quais seguiam esta rota em busca de um sonho, o de encontrar uma área de terra “livre” ou com um preço mais acessível em relação ao local de origem, onde pudessem trabalhar e sustentar suas famílias.

Essas perspectivas nos remetem ao trabalho de Santos (1993) sobre a migração do Sul do país para a Amazônia, as motivações e as perspectivas dos

migrantes que foram para o município Mato-Grossense de Canarana. Para o autor, a busca por terras em Mato Grosso se dava devido à ideia disseminada de que havia vastas extensões de terra livres na Amazônia e, especificamente, em Mato Grosso (SANTOS, 1993, p. 80).

É importante ressaltarmos que, muitos dos posseiros entrevistados disseram que não tinham conhecimento sobre a problemática do processo de demarcação da área como terra indígena no momento em que ocuparam ou adquiriram a área de terra. Tal situação traz à tona mais um elemento de diferenciação dos posseiros. Ou seja, alguns são posseiros “invasores”⁷ que reocuparam a área inicialmente e possivelmente sabiam da intenção de “doação” da área aos Xavante. E outros são posseiros que compraram o direito de posse e hipoteticamente não sabiam do conflito e disputa judicial com os Xavante.

Esses apontamentos também evidenciam a comercialização do direito de posse por aqueles que reocuparam a área inicialmente e confirmam as diferentes trajetórias dos que foram “expulsos” em 2012. Depois de realizar uma pesquisa sobre o conflito na região, Rosa (2015, p. 230) ressaltou que “[...] é possível considerar a taxação de ‘invasores’ e ‘intrusos’ como injusta diante de múltiplas possibilidades oriundas de diferentes trajetórias e da diferenciação social entre os *posseiros da Suiá* que foram expulsos em 2012”.

Logo, consideramos que os posseiros do Posto da Mata, motivados pelo sonho de ter uma área de terra para cultivar, compraram ou ocuparam uma área de terra que estava “desativada” e improdutiva, colocando o processo de reocupação da área na perspectiva da função social da terra, ou seja, terra de trabalho e produção.

Do sonho à construção de um lugar

A construção do distrito do Posto da Mata se deu por meio da luta e esforço dos posseiros. Um começo difícil, sem infraestrutura e com muito sofrimento. O sr. João Quintanilha relata como foi a sua chegada e os anos em que viveu e criou sua família nesse lugar.

7 Embora tenha usado o termo “invasão” para se referir aos primeiros posseiros que ocuparam “conscientemente” a área em 1992, o conceito de reocupação permanece na análise como perspectiva dentro da lógica legítima de luta pela terra.

Olha os meus primeiros passos foi uma história muito marcante, muito sofrida. Quando nós chegamos era mato, não tinha estrada não tinha nada, nós ocupamos 30 alqueires de terra, e dentro desses trinta alqueires de terra, nós desbravamos (a terra). Nós realizamos nosso sonho, formamos (pasto), fizemos cerca, fizemos as estradas, casa de moradia, tudo. Então nós chegamos porque nós tínhamos sonhos. Chegamos com uma família pobre, que não tinha dinheiro não tinha nada, tudo do braço, sofremos muito, mas a esperança superava o sofrimento (Relato do sr. Quintanilha, 2014)⁸

Não há como negar a trajetória marcante desses posseiros que foram em busca do sonho de ter uma terra, de conquistar a melhoria de vida com muito esforço e poucos recursos financeiros construíram uma vida neste lugar e em coletividade formaram uma comunidade unida na luta pela terra.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos posseiros no início do processo de reocupação, havia uma organização social da comunidade realizada por meio da união para resolver questões pertinentes ao grupo. Como é o caso da construção da escola, relatada pelo sr. João Quintanilha.

Assim como eu falei que quando nós chegamos pra lá minhas meninas era tudo criança, ela lá não tinha escola, era um ranchinho de paia cercado de tela, aí tinha até uma crítica que eles estudava no galinheiro, pôs o nome lá de galinheiro. A comunidade se reuniu e fez um colégio, próprio, e esse coleginho era um colégio de madeira de tábuas, mas que veio também acolher muitas crianças, veio muitas crianças que veio de fora apostando lá na região, e começou a escola fundamental lá nesse coleginho. Aí na gestão do prefeito Miguel Milhomem ele fez a primeira sala de aula, que era uma extensão do colégio lá de São Félix. As minhas meninas andava 6 quilômetros de bicicleta pra estudar nela, aí na gestão do prefeito Deusimar do lado do Alto Boa Vista, ele criou a escola Betel, na minha terra (Relato do sr. João Costa Quintanilha, 2014).

Ao relatar a construção da primeira “escolinha”, como falou o sr. Quintanilha, é visível a emoção em seus olhos, a voz trêmula relata os primeiros anos de vida dentro da Suiá-Missu e a união da comunidade para construir a primeira escola do Posto da Mata.

⁸ Entrevista com o sr. João Costa Quintanilha concedida à sra. Elioni Barros dos Santos, em março de 2014, para elaboração do trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Todavia, à medida que o distrito foi crescendo, também foi aumentando o interesse pelo lugar, e posteriormente os investimentos e ações por parte do poder público, alimentando ainda mais a esperança daqueles que depositaram seus sonhos no então “promissor distrito de Estrela do Araguaia”. Um exemplo disso foi a construção de duas escolas públicas com infraestrutura razoável para os padrões da região, investimento fomentado pelo poder público.

De acordo com os dados do censo escolar⁹ referentes ao ano de 2012, a Escola Municipal Boa Esperança tinha um total de 119 alunos matriculados no ensino fundamental (anos iniciais e finais). Além dessa escola, o distrito tinha outra unidade escolar, a Escola Municipal de Educação Fundamental Rural Nova Suiá, que pertencia ao município de São Félix do Araguaia. Os dados do censo escolar apontam que no ano de 2012, ano da “expulsão” dos posseiros da área, a escola Nova Suiá contava com 27 funcionários, 305 alunos matriculados na pré-escola, nos anos iniciais e nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA)¹⁰.

A presença de dois estabelecimentos de ensino (com um total de 424 alunos no ano de 2012) demonstra que havia uma organização social local que era fomentada pelo poder público. O número expressivo de alunos também aponta que havia uma presença significativa de moradores na área estudada. Outras estruturas também evidenciam o investimento do poder público. É o caso da praça pública construída no distrito e que foi fotografada.

9 Disponível em: www.sduc.mt.gov.br Acesso em: 11 fev. 2013

10 Disponível em: <http://academia.qedu.org.br/censoescolar/notas-tecnicas> Acesso em: 27 nov. 2015



Figura 2: Praça pública no centro do Distrito Posto da Mata (2012)

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015)

A praça já havia se tornado o lugar de referência, de encontro dos amigos, para as crianças brincarem entre outras atividades de fim de tarde e noite, mesmo que tenha sido implantada em 2011, um ano antes da desintrustão. A presença do poder público por meio da implantação de estruturas como escolas, praças, e até o programa Luz para Todos, reforçava a esperança dos posseiros que acreditavam na vitória jurídica e na permanência deles na área. O relato do sr. Neto Figueiredo corrobora esta opinião para entender esta perspectiva.

Eu não acredito que nós sai daqui tão cedo. Eu comprei isso aqui e tô organizando devagarzinbo, eu não... Pra tirar você imagina o governo indenizar uma estrutura dessa que tá todinha na cidade hoje. O próprio Governo colocou, tá colocando energia pro pessoal, Luz para Todos. Se fosse pra sair o governo federal não estaria fazendo o investimento que está fazendo aqui. Eu não acredito, em hipótese nenhuma pra achar que nós vamos sair daqui. Enquanto eu puder melhorar minha estrutura aqui, eu vou melhorar (Relato do sr. Neto Figueiredo, 2010)¹¹.

¹¹ Relato disponível no documentário *Vale dos Esquecidos*. Direção Maria Raduan, 2010.

Era por meio da atuação da Associação dos Produtores Rurais da Suiá-Missu (APROSUM) que os posseiros recorriam à justiça e se organizavam de diversas formas. A APROSUM foi criada em 1992, sendo portadora do número de CNPJ 00479.260/0001-91. Conforme o relato do sr. Quintanilha, era por meio da Associação que os posseiros se organizavam:

O órgão que nós sempre nos apostava era na associação que trazia por título o nome de (Associação dos Pequenos Produtores) APROSUM. Então essa associação trazia a organização e apresentação tanto, na sociedade i juridicamente, tinha a pessoa que era o procurador dela, dessa associação, i a comunidade acreditava nela, porque era a única que poderia ter a organização social no meio do povo. Falava, respondia, e que apresentava também, foi um momento muito bom, não foi ruim, porque associação ela luto, o povo luto, na sua organização, mais infelizmente nos perdemos (Relato do sr. Quintanilha, 2014).

Os posseiros acreditavam na possibilidade de ganhar judicialmente o direito legal de permanência e posse da terra, e que isso seria possível por meio da legalidade jurídica e da luta de seus atores sociais.

Esse momento de luta pela terra se constituiu para além de uma simples estratégia, como enfatizou o sr. Quintanilha, *foi também um momento muito bom*. O momento muito bom, descrito pelo entrevistado, se dava pela esperança de permanência na terra que mantinha estes atores sociais unidos, constituindo um sentimento de coletividade. O Senhor Quintanilha relata:

Nós passamos lá vinte anos com essa briga. Em 92 que foi criada a associação, até 2013. Né, lá nos plantamos nós colbemos, nós criamos nossa família, minha meninas chegou, uma chegou com 12 anos a outra chegou com 9. Lá quando elas saiu tinha, os filhos delas já estava com 12 anos, 13, i nós passamos esse temporal lá perdido, deixamos tudo o que tinha pra trás, nós fizemos. Que nós chegamos nos apostou na região, uma região muito boa, produtiva, e essa foi a nossa questão (Relato do sr. João Quintanilha, 2014).

Os relatos apontam para a inserção social desses atores sociais, construída em mais de vinte anos de luta. Toda uma história de vida, um recomeço *deixando tudo que tinha pra trás*, acreditando que o lugar era bom e produtivo. O acreditar, um ato de “fé”, ora religiosa, ora jurídica, se consolidou junto com a formação do distrito do Posto da Mata, o qual se tornou ponto de resistência dos posseiros e também símbolo de uma luta, da construção de uma vida e da formação de uma comunidade. Uma comunidade unida no *front* de luta pela terra, uma coletividade construída por meio da organização política e social.

Todavia, a incerteza da permanência na terra deixava os posseiros em constante estado de insegurança, a qual serviu de instrumento para argumentações e promessas, sobretudo por parte dos políticos, que as faziam por via direta pelos discursos políticos e muitas vezes por meio dos argumentos jurídicos.

A permanência na terra, a esperança, as promessas e os argumentos jurídico-políticos

No contexto de luta pela posse da terra os discursos e práticas ganham projeção específica, em que os atores neles inseridos projetam seus sonhos e desejos, na esperança de conquistar a tão sonhada terra (GUIMARÃES NETO, 2002). Neste caso em análise, havia duas esperanças: a esperança dos Xavante que lutavam para tomar posse da área que se tornará o TI Marãiwatsédé por meio de um processo político-administrativo, e a esperança dos posseiros que lutavam para permanecer na terra que estavam ocupando e pretendiam ganhar o direito legal sobre esta. Estas esperanças foram mediadas pelo Estado.

Os posseiros tinham a esperança e a fé de que ganhariam o direito legal de posse e permanência nas terras que ocupavam. Vários relatos demonstram a esperança dos posseiros, como é o caso da sra. Dolores da Silva Barros, trabalhadora rural e aposentada, que comprou uma área de terra de 17 hectares na área em estudo, permanecendo nela até o processo de desintrusão, “expulsão”. Quando questionada sobre os motivos que levaram os posseiros a permanecerem na área mesmo diante da possibilidade de perderem a causa, ela fez o seguinte relato:

Porque o povo precisava das terras, os ricos estava aproveitando pra criar seus gados porque criava já tinha o pasto feito, os pobres porque precisava

pra plantar colher, e aí chegava gente pra comprar e não vendia porque estava precisando daquela terra, e não vendia porque tinha esperança de ganhar aquela terra um dia, de ganhar e os políticos garantia, os políticos garantia, os prefeitos, sempre a Associação, tudo garantia que o povo que ia ganhar essas terras, e aí nunca ganhou, veio foi pra tirar todo mundo (Entrevista com a sra. Dolores da Silva Barros, 2015)¹².

Essas falas, afirmando o apoio dos políticos que garantiam a vitória e a permanência nas terras, eram repetidas pelos posseiros. Por isso eles continuavam ocupando e trabalhando na área. Assim, a necessidade de terra para trabalhar e o apoio nos discursos políticos faziam com que os posseiros encontrassem forças para lutar pela permanência na área. Essa luta, que unia todas as categorias de ocupantes da área, ganhou dimensão política e social durante o processo de reocupação, mesmo frente ao conflito de demarcação da área como Terra Indígena Marãiwatsédé. A dimensão da luta e o conflito de interesses é explicitada no relato do sr. Alcides Zinigani.

Não tinha aperto, nós não tínhamos 2 aperto, nós permanecendo lá dentro até no final, porque nós tinha trabaiaí, nos queria trabaiaí, e deixamos correr pra ver o que ia dá. [...] ¹³ Não era, aí depois do momento, não tinha muita esperança de ganhar a terra também não, nos tinha esperança o seguinte, que talvez nos ia vencer, ganhar as terras né, aí nos conseguia trabaiaí. Só que eu desde já eu falei, quando começa assim, índio não perde questão, e aí nos permanecem até no final. Esperando também o seguinte, que, se for passar a terra pros índios, o INCRA tinha que dar uma assistência pra nós, tinha que dar uma outra área, ou colocar nos né, aí nos foi atrasando os plantio, dando zebra, e assim quentemo até no final. Até no final eu quentei sem raiva e sem brabeza (Entrevista com o sr. Alcides Zinigani, 2015).

Havia também uma esperança de que a saída somente por meio do processo de desintrustão lhes daria o direito de serem assentados pelo INCRA, o que para muitos posseiros não ocorreu até o momento.

Outro elemento possível de sustentação da permanência na área foi o levantamento das benfeitorias feito por meio do *Laudo de Vistoria e Avaliação de*

12 Entrevista com a sra. Dolores da Silva Barros concedida à sra. Elioni Barros dos Santos, em março de 2015, para elaboração do trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

13 Nesse trecho, o entrevistado é questionado com a seguinte pergunta: Vocês tinham muita esperança de que iam ganhar a causa? O que fazia com que vocês tivessem esperança?

Benfeitorias (1998), que sinalizava para uma possível indenização (que não ocorreu até o momento) no caso de sair da área.

Aliadas a esses aspectos de natureza objetiva, as motivações dos posseiros se constituíam sobretudo na esperança de permanência nas terras e de ganhar o direito legal sobre estas. Essa esperança era alimentada pelas promessas feitas por lideranças políticas, tanto locais como estaduais, e nos discursos jurídicos. Neste sentido, os discursos jurídicos que asseguravam a legitimidade da posse se baseavam nos possíveis erros do processo.

A delimitação da área, que deixava de fora as aldeias dos Xavante devido à ocupação por posseiros e a implantação de assentamentos na área das aldeias dos Xavante; a Certidão Negativa da FUNAI, que atestava não haver índios aldeados na área em 1971 e 1974, a qual possibilitou chegar à conclusão de que, se não havia índios aldeados e não havia aldeias antigas, a área não era de *ocupação tradicional dos Xavante*; o argumento da ilegalidade da “doação” que se sustenta na ausência de documentos que provem a doação por parte da empresa, então proprietária legal da área; a legitimidade da posse que se fundamenta na legalidade da área como propriedade privada e que, segundo a legislação brasileira, é passível de posse por meio da ocupação mansa e pacífica; a regularização da área por meio da compra de escrituras legalmente registradas em cartório.

Desse modo, os argumentos jurídicos elencados anteriormente com bases legais, aliados aos discursos políticos, são fatores que aparentemente favoreciam a permanência dos posseiros na área, mesmo considerando que era uma área reconhecida legalmente como Terra Indígena. Sob tais perspectivas dos posseiros, ocorreu um confronto entre o legal e o legítimo, a justiça e a injustiça.

O movimento de resistência e luta

O entroncamento da BR-158 e a MT-242, onde estava localizado o distrito do Posto da Mata, foi um lugar estratégico para os posseiros realizarem algumas ações políticas, entre elas, o bloqueio das estradas. Sendo a BR-158 a principal via de interligação da microrregião do Norte do Araguaia, favorecia a organização e a visibilidade das manifestações dos posseiros. Durante as manifestações, as pessoas se reuniam no posto de combustível, no entroncamento das rodovias MT-242 e a BR-158, que eram fechadas com carcaças de carros velhos, conforme ilustra a Figura 3.



Figura 3: Posto da Mata e bloqueio da BR-158 e da MT-242

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2012)

A ação estratégica de bloquear as vias de acesso que cruzavam o distrito, principalmente a BR-158, foi utilizada várias vezes pelos posseiros e seus aliados, tornando-se uma das principais ações políticas utilizadas pelos posseiros para chamar atenção das autoridades políticas.

Os posseiros fizeram várias viagens a Brasília e Cuiabá, além da realização de algumas ações políticas. Algumas caravanas eram compostas somente por mulheres, com exceção de alguns homens que faziam parte da organização para acompanhar as mulheres. O apelo das mulheres que diziam: *mulheres unidas jamais serão vencidas* como forma de sensibilizar a população se mesclava com os choros e orações pedindo clemência para a presidente Dilma Rousseff. A fotografia a seguir foi registrada durante uma manifestação em Brasília (Figura 4).



Figura 4: Manifestações em Brasília

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2012)

Assim, com muita luta, sacrifícios de longas viagens, dispondo de tempo, desgaste físico, emocional e financeiro, foi constituído o processo de luta e resistência dos posseiros, que também buscaram aliança com indígenas Xavante. Em 2012, ao serem informados da decisão judicial favorável aos Xavante, os posseiros por meio da APROSUM, com os seus aliados, mais uma vez organizaram uma manifestação de bloqueio da BR-158.

O ano de 2012 foi marcado não só pelo epicentro da “expulsão” dos posseiros, mas também pela intensificação das manifestações e luta dos posseiros e Xavante. Os posseiros intensificaram suas manifestações devido à decisão judicial favorável aos Xavante. Os Xavante encontraram em 2012 o momento propício para ganhar visibilidade para sua causa e sensibilizar a opinião pública. Este momento foi o evento Rio+20.

O evento, que tinha como tema as questões ambientais, parecia ser uma reedição da Eco 92, que ocorrera vinte anos antes. A presença das lideranças dos Xavante e seus aliados no evento e a estratégia de divulgação de sua história por meio da mídia, principalmente com enfoque nos 20 anos de espera para tomar posse da TI Marãiwatsédé foram algumas das articulações dos Xavante e dos seus aliados. Embora não se tenha uma dimensão do alcance destas ações, “neste evento ficou evidente que parte da luta dos Xavante ocorreu através da sensibilização da opinião pública da “sociedade brasileira” (ROSA, 2015, p. 265).

O fato é que, apesar das alianças e articulações políticas dos posseiros, das argumentações jurídicas, das várias manifestações como as viagens a Brasília, bloqueio de estradas, e de toda organização social dos posseiros que ocupavam a área por mais de vinte anos, estes foram “expulsos” no final do ano de 2012 e início de 2013 de forma violenta por meio das forças de segurança que cumpriam uma decisão judicial provisória favorável aos Xavante.

O pesadelo: o Estado e a violência na “expulsão”/desintrusão dos posseiros

O processo de desintrusão se efetivou por meio da retirada dos ocupantes da área e devolução desta aos indígenas, que haviam sido expulsos daquela área. No caso estudado, os ocupantes não eram um grupo homogêneo. Portanto, vamos nos ater aqui às consequências do processo de desintrusão na

vida dos posseiros que ocupavam pequenas áreas (posses) [“pequenos posseiros”], que são o objeto deste trabalho. Este grupo se caracteriza pela posse de pequenas áreas, e por serem desprovidos de capital, sendo o grupo que mais sofreu, e ainda sofre as consequências da desintrustão.

A desintrustão dos posseiros do Posto da Mata, que teve o seu *epicentro* em 30 de dezembro de 2012 se constitui como um acontecimento histórico social com duas percepções distintas. Por um lado, os Xavante que ganharam a batalha jurídica e que tinham o direito legal sobre a TI Marãiwatsédé agora tomam posse da área que eles consideram como *território tradicionalmente ocupado por seus antepassados*. Em contrapartida, este mesmo acontecimento foi um pesadelo para os posseiros do Posto da Mata que construíram parte de suas vidas naquelas terras, lutaram e investiram recursos financeiros. Para eles, foi o fim de um sonho, para muitos foi e ainda é um pesadelo.

Nessa trama social, passados vinte anos de luta pela terra, esses atores “vitimados pela ausência do Estado” foram “expulsos” de forma violenta sob a tutela do mesmo Estado que, de forma criminosa, fez-se ausente por não ter ali atuado por meio de políticas públicas. Esta omissão resultou na perda irreparável de centenas de famílias que tinham se dedicado por décadas a construir uma nova vida em suas posses.

A Figura 5 ilustra parte do documento jurídico entregue aos posseiros¹⁴.

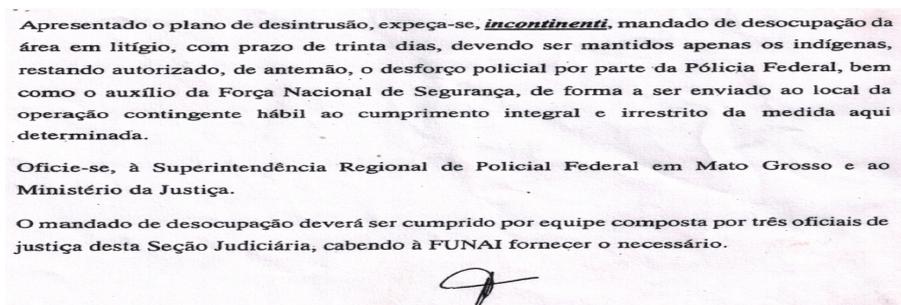


Figura 5: Parte do mandado de desocupação da TI Marãiwatsédé (2012)

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2012)

¹⁴ Destaco que nem todas as pessoas que ocupavam a área receberam o mandato de desocupação da área. Porém, o próprio documento assegurava esse procedimento.

Observa-se no documento acima que o ato dos mandatários do Estado era o de cumprir, com rigor e força policial necessária, o processo de “expulsão” dos não indígenas. Portanto, não havia quaisquer decisões em estabelecer diálogos, como se, entre os não indígenas, não houvesse pessoas de idade avançada, crianças, mulheres e incapazes. Há de se lembrar que essas famílias não estavam embaixo de barracas temporárias, mas haviam construído casas de alvenaria, estavam organizadas em espaço urbano com escolas, comércio, iluminação pública e demais equipamentos sociais. Portanto, o Estado e seus respectivos órgãos que deveriam ser responsáveis por manter a ordem, acabaram fomentando a desordem.

Na imagem a seguir podemos visualizar o cenário que se formou quando da ação da polícia contra as famílias residentes no Posto da Mata, o qual foi comparado a um “cenário de guerra”, principalmente pela presença intimidadora da Polícia Federal.



Figura 6: Policiais federais junto com os posseiros

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2012)

Muitas eram as formas de intimidação por parte do aparato policial, inclusive com sobrevoos de helicóptero sobre o distrito do Posto da Mata, que eram realizados quase todos os dias.

A força policial arregimentada para operacionalizar a ordem judicial, o conflito estabelecido em decorrência do desespero da população de “posseiros” oferecendo resistência à ordem judicial de “destituição de bens” construídos ao longo dos anos naquele local deu vazão a muitas contendas, pois muitos afirmaram sair dali somente mortos, como observamos na expressão “só morto” pichada em carcaça de carro (Figura 7).



Figura 7: Carcaça de caminhão pichada com protesto dos posseiros do Posto da Mata

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2012)

O grande aparato policial para operacionalizar a ordem judicial pode ter sido devido aos discursos dos posseiros que afirmavam resistir ao processo de desintrustão. A evidência de resistência dos posseiros era propagada de várias formas. A expressão “só morto”, pichada na carcaça do carro evidenciava a maneira como os posseiros demonstravam que resistiriam. Os discursos em prol de atos de resistência eram reproduzidos entre os posseiros e nas entrevistas que concediam aos veículos de comunicação. A resposta a essa atitude era

sempre violenta, somando-se assim a dupla violência acima mencionada, física e simbólica, por meio do aparato ali utilizado, com armas, bombas de gás lacrimogêneo entre outras armas utilizadas pelos policiais para operacionalizar a ordem de desintrusão.

De acordo com relatos de uma moradora do Posto da Mata, um dos momentos mais tensos do processo de desintrusão ocorreu no dia em que foram entregues as notificações aos posseiros. Notificações essas que estabeleciam o prazo de trinta dias para desocupação da área. *Os policiais fecharam as vias de acesso ao povoado e foram montando barreiras onde os oficiais de justiça estavam entregando as notificações* (Relato da sra. B. S.)¹⁵.

Nas imagens a seguir, podemos visualizar a barreira feita pelos policiais e parte da praça pública. A praça que outrora fora palco de muitas alegrias, lugar de conversar e sonhar, de crianças brincar e correr, se tornou palco de choro e desespero.



Figura 8: Barreiras de policiais no Posto da Mata (2012)

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2012)

O cenário era assustador e algumas pessoas passaram mal, como foi o caso do sr. Neto Figueiredo. A sra. Luzia da Silva Candido, moradora do Posto da

¹⁵ A entrevistada não será identificada, pois optou por manter seu anonimato.

Mata desde o ano de 2006, relata esse momento de tristeza e desespero: *Foi muita tristeza, muita tristeza, quando eles não quiseram socorrer o Neto, falaram que pode deixar morrer mesmo, vai morrer um bucado mesmo. Foi um policial que disse, eu não sei quem foi, mas falaram, foi um deles lá, eles eram muitos* (Relato da sra. Luzia da Silva Cândido, 2015)¹⁶.

Ao falar da tristeza e lembrar-se dos momentos de angústia que viveu durante o processo de desintrustão, dona Luzia se emociona ao relatar o desprezo com que foram tratados. Isso fica evidente quando ela relata a fala do policial, dizendo: *pode deixar morrer, vai morrer um bucado mesmo*.

Para além da presença dos policiais, o relato do sr. Alcides nos traz a dimensão do aparato instrumental para operacionalizar a ação contra os posseiros e da ideia disseminada de que estes se tratavam de pessoas dispostas a brigar, matar ou morrer.

ai veio a imprensa das autoridades, veio o quartel, viu o caminhão de cachão de mortos, com uma carreta cheia de cachão pra morto, vieram armada para briga, mais o povo ai, que era como era falado, que era tudo bandido, e tudo ladrão não, era povo honesto e trabalhador, podia ter algum, bandido, ladrão, porque isso existe, mas não era bandido e nem ladrão. Então não deu crime, ano deu mortandade, não deu sangue, porque o povo também foi honesto. Mas eles vieram preparado para a guerrilha (Relato do sr. Alcides Zinigani, 2015).

O aparato que estava no local para operacionalizar a desintrustão demonstrava que a equipe estava preparada para possíveis confrontos sangrentos com os posseiros. Apesar de relatar que não sofreu abuso por parte dos policiais, o sr. Alcides Zinigani aponta para possíveis abusos de autoridade por parte dos policiais com outras pessoas no momento da entrega da notificação:

Não eles não foram ignorantes não. Pra mim eles não vieram ignorantes não. Eles vieram com as boas me deram o aviso, tudo, se eu precisasse ajuda para sair com a mudança eles me ajudavam, sobre máquina, carro, eu estava com o trator tudo quebrado lá dentro, mas eu não quis não, porque é lei, eu não quis mexer não, então não foi eles não vieram ruim comigo não. Nunca tiveram

16 Entrevista com a sra. Luzia da Silva Cândido concedida a Elioni Barros dos Santos em novembro de 2015, para elaboração do trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

bondade comigo, agora com outra certa gente eles tiveram ruindade, abuso, tudo isso, fazia, agora com nós não (Relato do sr. Alcides Zinigani, 2015).

Embora os policiais estivessem cumprindo uma ordem judicial, observa-se que havia um desrespeito com os posseiros. Destaca-se a falta de apoio aos posseiros, que foram “expulsos” de forma violenta e sem assistência dos direitos humanos. Apesar da resistência inicial da maioria dos posseiros, passados quase noventa dias de tensão o movimento de resistência foi perdendo força, o que levou as forças armadas a realizarem a tomada do distrito, o que ocorreu na madrugada de 30 de dezembro de 2012. Fecharam estradas e proibiram a movimentação das pessoas dentro do perímetro urbano, o que desarticulou o movimento de resistência dos posseiros, que não tinham alternativa senão a de se retirar com seus pertences da área.

Após a desarticulação da resistência dos posseiros, a força policial fez um levantamento das pessoas que ainda estavam no distrito, dando um prazo de no máximo dez dias para a desocupação da área. A partir desse momento, o desespero se alastrou ainda mais. O cenário era desesperador. A Figura 9 ilustra o cenário destruidor da área durante o processo de desintrusão, “expulsão”. As pessoas desmanchando casas, igrejas, pontos comerciais, e tentando juntar o máximo de materiais que pudessem para o recomeço em outro lugar.



Figura 9: Posseiros desmontando casas

Fonte: Arquivo pessoal do autor (2012)

Dona Luzia relata: *carreguei as coisas, desmanchei a casa nova que eu tinha acabado de fazer, deixei a maioria das coisas para trás, eu saí no caminhão da FUNAI, eles não quiseram levar tudo* (Relato da sra. Luzia da Silva Candido, 2015). Dona Luzia demonstra emoção ao relatar o prejuízo de ter que desmanchar uma casa que havia acabado de construir, tendo que deixar a maioria de seus pertences para trás.

Assim, pouco a pouco, por conta própria ou com a ajuda de parentes e amigos, os posseiros foram deixando a área e levando o que podiam retirar e que tinham condições de carregar. Porém muitas coisas ficaram para trás, pois as condições muitas vezes eram precárias. Muitas pessoas não desmancharam suas casas, pois tinham esperança de retornar, outras tiraram o que podiam aproveitar.

Entretanto, logo após a saída dos posseiros, as casas foram destruídas pelas forças de segurança. Toda a força que era anunciada, propagada por meio de enfáticas frases do tipo: *só morto* e que parecia ser uma decisão partilhada pelo grupo parece que foram soterradas nos escombros das casas destruídas. E assim como estas construções, fruto de muita luta e trabalho, os sonhos destes posseiros também foram destruídos e soterrados.

É Natal. Para onde ir?

Era Natal. E com certeza daqueles que jamais seriam esquecidos pelos que ali estavam, sejam crianças ou adultos, jovens ou experientes. Todos vivendo um momento único, com um verdadeiro espírito de fim e de começo, não de fim e começo de ano, mas de fim dos sonhos, da convivência com os amigos de tantas lutas, e do começo, ou melhor, do recomeço.

Depois de serem “expulsos” da área, esses posseiros, apesar da dor e desilusão, levam consigo mais uma esperança, desta vez, a esperança de receberem indenização do Estado e serem assentados pelo INCRA, que teria que criar um assentamento rural para instalar os posseiros desalojados pelo processo de desintrustão que se enquadrassem no perfil da reforma agrária.

Conforme observado no despacho do juiz substituto Marlon Sousa, uma ação deveria resultar em outra de igual relevância. Isso quer dizer que o processo de desintrustão deveria ser condicionado à existência de um assentamento

próximo à área para atender aos que foram “expulsos” da área e se encaixavam na clientela da reforma agrária.

Para atender a essa demanda, foi criado no final de 2012, em caráter de urgência, o Projeto de Assentamento Casulo (PCA), denominado Vida Nova. Dada a natureza de sua criação e seu público-alvo, este deveria ter prioridades em vários programas e projetos do governo, uma vez que seu objetivo era atender a uma demanda urgente e a uma clientela em condições de vulnerabilidade.

Todavia, o que se viu foi um descaso do Estado em relação a estes posseiros “expulsos” da área sem ter para onde ir. Além do mais, o assentamento não tinha infraestrutura básica, como água e energia. Tudo o que receberam foi um kit de lona e cordas para construírem seus barracos. Muitos, principalmente os mais desprovidos de capital econômico, foram acampar em escolas e quadras de esportes no município de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e Espigão do leste, vulgo Baianos.

Observa-se, na Figura 10, que muitos dos posseiros construíram suas casas no lote recebido do INCRA no PCA Vida Nova, utilizando o material das casas que desmancharam no Posto da Mata.



Figura 10: Casas no PCA Vida Nova/Alto Boa Vista-MT

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015)

A situação que se observa na imagem reflete a situação [realidade] que grande parte dos posseiros “expulsos” da área em 2012 viveram.

A “expulsão” e os direitos humanos

A forma como ocorreu o processo de desintrustão, “expulsão” (acho que basta dizer uma vez qual o significado de “desintrustão” no início do texto) dos posseiros e a violação aos direitos humanos resultou em denúncias sobre os fatos, cujas ações foram encaminhadas à Câmara dos Deputados. Segundo o diretor Nacional dos Direitos Humanos, o sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira, o processo de desintrustão da TI Marãiwatsédé *não saiu nos formatos que dialogasse com a conduta que observasse algumas questões relacionadas a Direitos Humanos, em especial ao que diz respeito aos grupos mais vulneráveis, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência.*¹⁷

Os direitos violados, principalmente dos grupos mais vulneráveis, demonstram o descaso do Estado com estes posseiros. É pior, diante de uma constatação iminente e inaceitável em processos futuros em outras situações similares, não podemos aceitar que se faça desses posseiros cobaias e vítimas de um Estado ausente, usurpador e ineficiente em relação aos processos de regularização fundiária.

É igualmente inadmissível que esse Estado opressor faça apenas uso da força para atingir seus objetivos, sem cumprir igualmente sua função de criar políticas públicas voltadas ao bem comum, para criar uma sociedade mais justa e igualitária como consta na Carta Magna deste país.

Após muitos anos de luta, depois de ter construído uma vida, ter feito roças, estradas, casas, depois de plantar, colher, criar famílias, criar vínculos com o lugar, estes posseiros foram “expulsos” de suas casas e se veem em um novo recomeço. Um recomeço sem teto e sem apoio do Estado.

É Ano Novo. *E agora, José?*

É Ano Novo. Sim, é início de 2013! Como esquecer aquele início de ano? É no começo do ano que nossas forças e esperanças se renovam, que renovamos

¹⁷ Relato do sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira, diretor dos Direitos Humanos da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Disponível em: <www.questaoidigena.org> Acesso em 22 maio 2016.

nossos sonhos e projetos, que buscamos recomeçar. E agora? Estes posseiros que tinham o sonho de possuir uma área de terra para se reproduzirem, viveram um pesadelo, ficando sem rumo, sem direção e sem amparo. Mas estes atores sociais que são marginalizados, são destituídos de seus direitos, são trabalhadores que têm esperança na vida e juntam suas forças para continuar a luta pela sobrevivência e pelo direito à terra para viver e trabalhar. Para recomeçar...

*agora, José?
A festa acabou,
a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José?
e agora, você? [...]*

(Carlos Drummond de Andrade "E agora, José?")

Considerações finais

O processo de expropriação dos Xavante no início da década de 1960, assim como o processo de desintrusão dos posseiros ocorrido no final de 2012 e início de 2013, são acontecimentos permeados de diferentes concepções e conflitos característicos de região de fronteira.

Para os Xavante, a luta pela terra se constituiu sob a concepção de território, que tem um sentido de pertencimento. Para além dessa perspectiva, a luta dos Xavante pela TI Marãiwatsédé foi uma luta política, um processo de territorialização. Por outro lado, para os não índios, esta TI se constituiu como o lugar da prosperidade, da melhoria de vida, do trabalho e do comércio, onde a luta pela terra ganhou projeções específicas.

O Estado, que no período da ditadura militar incentivou a entrada de grandes empresas capitalistas nos territórios ocupados por populações tradicionais, indígenas e agricultores pobres, apoiando a expropriação do território Xavante, tempos depois retira os não índios da mesma área, agindo assim de forma incoerente.

Diante dessas ações colidentes, podemos perceber que o Estado é governado por pessoas, e que, em momentos históricos diferentes, essas pessoas

que o representam pautam suas ações relativas a um determinado problema, a partir de concepções distintas. Observamos uma ambiguidade do Estado nesta trama social, ora utilizando-se da força e da violência física e simbólica e ora sendo ausente por não ter atuado de maneira eficiente para fazer cumprir os direitos daqueles que se encontravam em condições de vulnerabilidade.

E mais uma vez o Estado demonstra o seu descaso com esses posseiros, que depois de serem “expulsos” sofrendo violência física e simbólica, ficam sem a devida assistência, vivendo em condições degradantes, debaixo de barracos de lona, sem água tratada, sem energia e principalmente sendo violentados e marginalizados por uma sociedade que desconhece a trajetória destes atores sociais.

O Estado, que tem o dever de garantir os direitos civis e sociais, neste caso, violou os direitos, principalmente dos grupos mais vulneráveis os pequenos posseiros (trabalhadores rurais, mulheres, crianças, adolescentes e idosos). Por isso, não podemos aceitar que violência como essa, ocorrida no Posto da Mata, volte a acontecer em processos futuros de regularização das terras, tampouco nos calarmos perante um Estado que está transformando muitas famílias de posseiros em vítimas de sua ineficiência em relação ao acesso à terra.

*Enfim, essa é a triste história real e vivida por homens humildes e trabalhadores que depositaram seus sonhos e esperanças naquela terra onde ninguém os defendeu.*¹⁸ E assim como a história dos homens, a luta pela terra continua...

Referências

BARROZO, João Carlos. A questão agrária em Mato Grosso: a persistência da grande propriedade. In BARROZO, João Carlos. **Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)**. São Leopoldo-RS: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.

¹⁸ Vídeo “História Suiá-Missu” publicado em 04.10.2014. Direitos autorais reservados ao Sr. Rodrigo Pereira Luz. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xalqo8qnPOg> Acesso em: 24 maio 2016.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde: Política de colonização no Brasil Contemporâneo**. Tangará da Serra: UNICEN, 2002.

LIMA, Maria do Rosário Soares. **A transformação de posseiros em agricultores familiares: história e memória da reocupação de Vila Rica-MT (1980-2010)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grossos, Cuiabá, 2016.

MARTINS SOUZA, Maria Aparecida. A luta pela permanência na terra: a resistência dos posseiros de Santa Terezinha. In: BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini e Caniato Editorial, 2008.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1997.

QUITANEIRO, T. et al. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte, 2003.

ROSA, Juliana Cristina da. **A luta pela terra Marãiwatsédé: povo Xavante, Agropecuária Suiá Missu, posseiros e grileiros do Posto da Mata em disputa (1960-2012)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia**. Tradução de Lúcia Mathilde Enddlich Orth com revisão do próprio autor. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993. [De qual idioma?]

SILVA, Aldina Cássia Fernandes da. O fetiche das terras: dos sonhos e desejos à nova vida. In: BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini e Caniato Editorial, 2008.

SOARES, Luiz Antônio Barbosa. *Trilhas* e caminhos: povoamento não indígena no vale do Araguaia - parte Nordeste do Estado do Mato Grosso, na primeira metade do século XX. In: BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX)**. São Leopoldo: Oikos/Unisinos; Cuiabá/MT: EdUFMT, 2010.

FONTES DOCUMENTAIS

Documentos jurídicos

MOREIRA LEÃO, João. **Laudo de Perícia Judicial da Reserva Indígena Marãiwatsédé**. 2003. (Laudo)

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. **Relatório de identificação da área indígena “Marãiwatsédé”**. Brasília: FUNAI, Portaria n. 9, de 20 de janeiro de 1992. (Laudo)

ROSA BUENO, Inês. **Laudo Antropológico Terra Indígena Marãiwatsédé**. Ação Civil Pública número 950000679- MPF (2006) (Laudo)

Entrevistas

Alcides Ziniganim. 17 de janeiro de 2015. Local: Residência da entrevistada no município de Alto Boa Vista, Mato Grosso. Entrevistadora: Elioni Barros dos Santos. (Entrevista)

B.S.S. 15 de novembro de 2015. Local: Residência da entrevistada no município de Confresa, Mato Grosso. Entrevistadora: Elioni Barros dos Santos. (Entrevista)

Dolores da Silva Barros. 18 de janeiro de 2015. Local: Residência do entrevistado no município de Alto Boa Vista, Mato Grosso. Entrevistadora: Elioni Barros dos Santos. (Entrevista)

João Costa Quintanilha. 25 de março de 2014. Local: Residência do entrevistado no município de Bom Jesus do Araguaia, Mato Grosso. Entrevistadora: Elioni Barros dos Santos. (Entrevista)

Luzia da Silva Candido. 15 de novembro de 2015. Local: Residência da entrevistada no Distrito de Vila Campinas, município de Bom Jesus do Araguaia, Mato Grosso. Entrevistadora: Elioni Barros dos Santos. (Entrevista)

O PROCESSO HISTÓRICO DE RENITENTE ESBULHO DOS XAVANTE DA TI MARÃIWATSÉDÉ E SUA RELAÇÃO COM A TESE DO MARCO TEMPORAL

*Juliana Cristina da Rosa*¹

*Paulo Sergio Delgado*²

Resumo

Este texto tem como principal objetivo analisar o processo histórico de esbulho e remoção de parte do povo Xavante que habitava em 1960 o que hoje se constitui a TI Marãiwatsédé. Os Xavante foram compulsoriamente removidos de seu território na década de 1960, de modo que suas terras fossem apropriadas pelos empresários Ariosto da Riva e do Grupo Ometto, que adquiriu do estado de Mato Grosso mais de 692 mil hectares para a consolidação da Agropecuária Suiá-Missu nos quais foram desenvolvidas atividades agropecuárias nas décadas seguintes, até que foi fragmentada. Em 1992 a ENI/Agip Petróleo prometeu devolver a área remanescente de cerca de 192 mil hectares aos Xavante, porém foi reocupada por posseiros naquele mesmo ano, sendo desintrusada somente em 2012, quando os Xavante puderam retomar o seu território. Esse processo histórico de esbulho territorial e reocupação que impediu o seu retorno será analisado a partir do conceito jurídico de *renitente esbulho* e questionando a tese do marco temporal, uma vez que os Xavante não deixaram de lutar pelo retorno a Marãiwatsédé e havia situações históricas específicas que os impossibilitaram de a ocuparem em 1988 quando a Constituição Federal garantiu o direito ao reconhecimento do direito dos povos indígenas sobre os territórios tradicionalmente ocupados.

Palavras-chave: Xavante. Marãiwatsédé. Esbulho renitente. Marco Temporal.

O renitente esbulho territorial dos Xavante de Marãiwatsédé em 1966 e 1992

1 Cientista social, historiadora e membro do Núcleo de Estados Rurais e Urbanos da UFMT.

2 Antropólogo, professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Mato Grosso, membro do Núcleo de Estados Rurais e Urbanos da UFMT.

Para se compreender a não aplicabilidade da tese do Marco Temporal no caso do reconhecimento, demarcação, homologação da TI Marãiwatsédé e a consequente desintração dos não índios, é preciso analisar as controvérsias jurídicas envolvendo a referida tese, bem como o processo histórico marcado pelo renitente esbulho sofrido pelos Xavante. Para que esse objetivo seja possível, será necessário adotar um procedimento analítico por meio do qual se possa perceber as interpretações e as controvérsias jurídicas envolvidas em cada um dos principais eventos que ocorreram ao longo do processo de luta pela terra pelos Xavante de Marãiwatsédé, que são: 1) a remoção dos Xavante para fora de Marãiwatsédé em 1966; 2) a devolução das terras remanescentes da agropecuária Suiá-Missu para os Xavante, seguida da invasão da área por posseiros e grileiros em 1992; 3) a disputa jurídica que se estendeu por duas décadas; 4) a desintração dos não índios de Marãiwatsédé em 2012. Todos esses eventos tiveram interpretações jurídicas, por vezes baseadas nos estudos antropológicos realizados na área e que resultaram em laudos antropológicos que subsidiaram decisões em diferentes instâncias.

Porém, para além das interpretações jurídicas, a narrativa histórica pode fornecer elementos analíticos capazes de contextualizar eventos e o próprio processo histórico de luta pela terra de Marãiwatsédé. Logo, o primeiro evento emblemático do processo tem relação com a venda das terras dos Xavante para o empresário Ariosto da Riva, que mais tarde se associou com o Grupo Ometto e passou a instalar uma fazenda e desenvolver atividades econômicas ligadas à criação de gado a partir da década de 1960, mesmo com a presença documentada dos Xavante. Dentro de um contexto de expansão da fronteira, as terras de Marãiwatsédé foram enquadradas como pertencentes à Amazônia Legal, e por isso passíveis de atividades econômicas de particulares com incentivos fiscais estatais, conforme Rosa (2015).

No ano de 1966, após a instalação da sede da fazenda e a abertura de picadas e estradas, os Xavante foram removidos de Marãiwatsédé, depois de o estado do Mato Grosso ter comercializado suas terras para a consolidação da Agropecuária Suiá-Missu que inicialmente detinha o domínio sobre uma área com mais de 695 mil hectares. O grupo de Xavante de Marãiwatsédé foi transportado com aviões da Força Aérea Nacional (FAB) e deixados na missão salesiana de São Marcos, onde foram vitimados por uma epidemia de sarampo que provocou a morte do cacique Caetano e de outras lideranças, que se juntaram

ao expressivo número de mortos. Após essa situação, os sobreviventes não foram bem recepcionados pelos outros grupos Xavante³ daquela terra indígena e passaram décadas formando novas aldeias e se espalhando dentro daquela e outras terras indígenas.

Essa remoção dos Xavante se deu num contexto que legitimava esse tipo de situação, de forma que não foi realizada em sigilo, gerando uma série de fontes documentais que atestam sua execução, como fotografias que estão no arquivo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e que apresentam uma visão sobre a remoção dos Xavante. Para efeito de exemplo, as fotografias abaixo trazem um recorte da cena onde os Xavante estavam pousando para fotografias na frente da aeronave ou aglutinados aguardando para adentrar nesta.



Figura 1: Embarque de Xavante em aviões da FAB em 1966

Fonte: Arquivos FUNAI

Essa fonte documental permite a visualização de que a remoção dos Xavante por meio de aeronaves ocorreu de fato, e a aparente tranquilidade dos indígenas que são retratados não pode sinalizar que todos estavam convencidos ou de acordo de serem transportados para longe de Marãiwatsédé, sendo essa uma questão permeada por controvérsias, analisadas por Tafner e Rosa (2017).

Outra fotografia que pode ser considerada como fonte documental importante pertence ao arquivo pessoal de Dário Carneiro, retratado ao centro do grupo de Xavante que permaneceram na frente da aeronave naquela ocasião.

³ Conforme Maybury-Lewis (1984) o povo Xavante não constitui uma unidade política. Antes do contato os grupos mantinham autonomia e hostilidade entre si. No contexto da situação de aldeamento, a transferência dos Xavante de Marãiwatsédé para a Missão de São Marcos colocou em convívio num mesmo espaço grupos que outrora eram inimigos entre si.



Figura 2: Dário Carneiro com os Xavante antes do embarque

Fonte: Arquivo Dário Carneiro⁴

Essas fontes documentais e outras que foram inseridas no *Relatório de Identificação da Área Indígena “Marãiwatsédé”*, elaborado em 1992, sob a coordenação da antropóloga Patrícia Mendonça de Rodrigues, são elementos de prova dentro do processo de delimitação e reconhecimento da TI Marãiwatsédé e utilizadas pelos procuradores da FUNAI e do Ministério Público Federal (MPF) durante o longo processo de disputa jurídica sobre as terras de Marãiwatsédé.

Entretanto, pode-se considerar que a remoção dos Xavante de Marãiwatsédé não foi o único processo de esbulho territorial sofrido em meio ao interesse dos indígenas em retornar às suas terras. Depois de duas décadas de maior aproveitamento econômico da área, por meio de atividades pecuárias, os primeiros proprietários da Agropecuária Suiá Missu venderam parte da área de 695 mil hectares a terceiros e incorporaram novos associados, de modo que, na década de 1990, a área remanescente da Suiá Missu foi adquirida⁵ pela Liquifarm,

⁴ Arquivo disponível no documentário “Vale dos esquecidos”. Direção: Maria Raduan, 2010.

⁵ Essa dinâmica empresarial de vendas e assimilações foi pesquisada por Ferraz e Mampiere (1994).

ficando sob o controle da empresa estatal italiana ENI (Ente Nazionale Idrocarburi)/Agip Petroli, tendo como filial a Agip Petróleo do Brasil S.A. Naquele contexto, a área remanescente, de aproximadamente 192 mil hectares, carregava no nome de Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu S.A. Não obstante, isto repercutiu negativamente para Agip Petroli, estigmatizada de ser uma empresa que havia expropriado e removido um povo indígena de seu território tradicional, de tal modo que ocorreu uma repercussão internacional sobre o fato que resultou em pressões canalizadas na Eco-92. Na ocasião, o representante da ENI/Agip Petroli se pronunciou sobre a questão prometendo devolver a área remanescente aos Xavante, o que veio a ser formalizado um ano depois, depois de pressões dos indígenas e de aliados.

Naquele mesmo ano de 1992, foi elaborado o laudo antropológico, que é a primeira peça jurídica do processo administrativo de demarcação e reconhecimento de terras indígenas conduzido pela FUNAI, sendo que a demarcação ocorreu levando em consideração a área remanescente da Suiá-Missu. Para a FUNAI e os Xavante, o processo administrativo seguiria com a homologação que garantiria a legitimidade jurídica do retorno dos indígenas a Marãiwatsédé. Mas, com o apoio logístico e organizacional de políticos locais, posseiros e grileiros se reuniram num local de dentro da área da Suiá-Missu conhecido como Posto da Mata, com o objetivo de se contraporem à devolução da terra aos Xavante, bem como agilizar a ocupação e divisão da área entre si. Essa reunião, além de ser transmitida por rádio, foi gravada e fotografada, e posteriormente relatada pela antropóloga Iara Ferraz que fazia pesquisas na região. A fotografia abaixo apresenta uma perspectiva daquela situação.



Figura 3: Reunião no Posto da Mata 1992

Fonte: Arquivo Prelazia de São Félix do Araguaia (1992)

Essa reunião, transmitida por rádio regional, se tornou o evento catalizador para que diferentes agentes sociais tomassem a iniciativa de ocupar e tomar posse de parte da área remanescente da Suiá Missú, conforme analisada por Rosa (2015). Deste modo, naquela reunião, a área remanescente inicialmente foi dividida conforme um mapa manuscrito que circulou naquela ocasião (Figura 4).

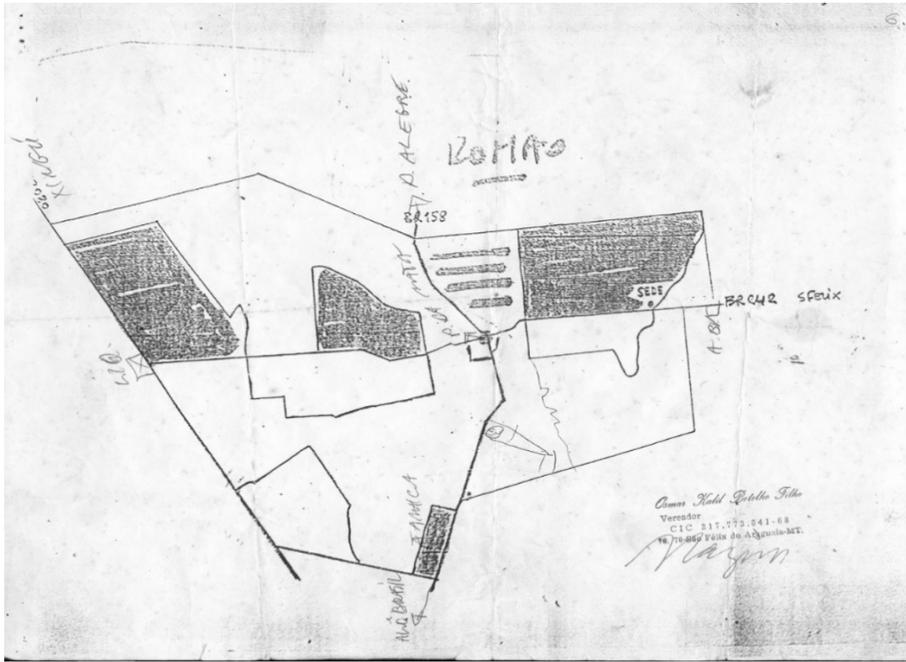


Figura 4: Mapa da distribuição da área de Marãiwatsédé entre os posseiros

Fonte: Arquivo Prelazia de São Félix do Araguaia (1992)

Por meio da observação desse mapa manuscrito, é possível identificar que a área remanescente da Suiá Missu foi dividida conforme interesses econômicos e políticos das lideranças da reunião do Posto da Mata, sendo que a própria fonte documental apresenta carimbo e assinatura de um político local: “Osmar Kalil Botelho Filho – vereador de São Felix do Araguaia/MT”.

A partir de então, um novo esbulho territorial dos Xavante se consolidou por meio da reocupação da área por posseiros em busca de terra para morar e plantar, grileiros interessados na comercialização da área (mesmo que emitindo títulos sem validade jurídica), trabalhadores rurais e urbanos adquirindo títulos de terra, além de empresários e agricultores que tomaram posse de áreas de médio e grande porte onde desenvolveram atividades produtivas ligadas à pecuária bovina e agricultura de soja e milho em grande escala destinada na maior parte à exportação. Esses diferentes agentes sociais reocuparam a área remanescente da

Suiá Missu entre os anos de 1992 e 2012, quando ocorreu a desintração dos não índios de dentro da área demarcada, homologada, portanto, administrativamente e juridicamente reconhecida como TI Marãiwatsédé.

É importante ressaltar que o direito dos Xavante à terra não foi respeitado primeiramente na década de 1960, pois, o governo estadual, mesmo tendo informações sobre a presença dos Xavante em Marãiwatsédé, vendeu a área para terceiros, além do governo federal ter apoiado logisticamente a remoção dos indígenas da área. Dessa forma, dentro de um contexto político e econômico marcado pelo autoritarismo e desenvolvimentismo, os Xavante tiveram seu território esbulhado pela primeira vez, em desrespeito ao seu direito originário à terra⁶. Esse direito também não foi respeitado em 1992, quando os Xavante obtiveram a promessa de devolução de seu território, mas tiveram suas terras reocupadas por não índios que os consideraram como um problema para o “progresso da região”, conforme discursos proferidos durante a reunião do Posto da Mata, tal qual a transcrição abaixo:

Nós reiteramos; agradecemos a presença de todos e quero deixar bem claro que nós não somos mentores de invasão de propriedade. O Mazinho explicou muito bem aqui: essas terras aqui são ricas, estão no centro do nosso município, é uma região que agora o progresso está chegando através de asfalto de rodovias - e a “Suiá” foi uma das maiores fazendas do Brasil e talvez do mundo. Venderam algumas áreas, mesmo assim restou 217 mil hectares de terra. E quando a empresa estava intacta, nós toda vida respeitamos a “Suiá” e a propriedade - que nós somos um defensor intransigente da propriedade - porque nós temos que respeitar a propriedade para ser respeitados (Discurso de José Antônio de Almeida “Baú”, 1992).

Se esses políticos que auxiliaram na organização da reunião do Posto da Mata de fato respeitassem o direito à propriedade privada, não teriam realizado as ações de ocupação e grilagem, uma vez que foi a ENI/Agip Petrolí, a proprietária da área remanescente da Suiá Missu, que devolveu a terra aos Xavante, e tal decisão deveria ter sido respeitada, dentro dessa lógica. Contudo, a ação foi contrária: após a promessa de doação da área, as articulações foram iniciadas, e pelos discursos do Posto da Mata é possível identificar que os interesses

6 Em 1960 estava em vigor a Constituição do de 1946, que estabelecia em seu Artigo 216: “Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem”.

econômicos ligados à ideia de progresso eram a motivação principal, atrelados a um discurso preconceituoso sobre os Xavante, como pode ser identificado no seguinte pronunciamento:

[Falando em levar os índios embora] *deixa essa área pro pessoal que está querendo trabalhar, que está querendo produzir! Porque amanhã, esse pessoal que veio de fora, daqui a 2 anos que venham visitar São Félix! Venham visitar essa região produtiva! Vocês não vão comer fruta de fora não! Vão comer daqui, o arroz, o feijão, batata, é ... abacaxi, manga, tudo é da região aqui, não vai trazer de fora não! é produzido aqui. Agora... o dia que eles produzir... se quiser, se for pra trabalhar... se índio produzisse... (Discurso de Filemon Gomes Costa Limoeiro, 1992).*

E eu falei pro Dr. Renato Grillo que essa “ojeriza” do nosso povo em relação aos Xavantes é muito antiga. Os Xavantes, quando habitavam essa região, eles atacaram São Félix e mataram uma família. Os índios Karajá já também não aceitam os Xavantes, porque os Xavantes mataram os índios Karajá. O Xavante é um índio arrogante. Então eu disse pra ele que essa briga é antiga, não é de hoje. E ele nem sabia disso. Ele não sabia que os índios atacaram e mataram gente lá dentro de São Félix, na fazenda Caracol. Naquela época o povo também andou matando índio. Então os índios já deixaram a nossa região — estão numa reserva grande (Discurso de Filemon Gomes Costa Limoeiro, 1992).

Os discursos estavam baseados na concepção de que era preciso desenvolver a região por meio da produção de alimentos, que, pela lógica do político, seria impossível se as terras fossem ocupadas por indígenas, alinhadas com uma argumentação de que havia na região uma “ojeriza” ao povo Xavante, tanto por parte de não índios como de outros indígenas, como os Karajá. Esses argumentos podem ser mais bem compreendidos por meio da leitura da transcrição completa dos discursos trazidos por Rosa (2015), e que permitem compreender a dimensão do movimento contrário ao retorno dos Xavante a Marãiwatsédé e impedindo que o mesmo ocorresse após a devolução da área remanescente da Suiá Missu.

Todavia, o que se pode perceber é que, tanto em 1966 quanto em 1988, os Xavante de Marãiwatsédé não tiveram seu direito à terra respeitado – seja por meio da não aplicabilidade do preceito constitucional (CF/46 – Artigo

216), seja por articulações políticas locais em 1992 – e que tem como pano de fundo diferentes interesses econômicos, que permaneceram influenciando todo o processo jurídico posterior a 1992. Apesar disso, não deixaram de reivindicar o retorno a Marãiwatsédé, desde que foram removidos na década de 1960, mesmo fragilizados e divididos, com ações individuais ou coletivas, como a narrada pelo antigo gerente da Agropecuária Suiá Missu na época:

***Aí os sobreviventes, eles não quiseram mais ficar na missão.** Eu não estava sabendo disso porque eu estava a seiscentos quilômetros de distância e não estava sabendo. Pensei que já tinham se readaptado e os padres tivessem resolvido o problema. Aí, passados alguns meses, eu tô lá na fazenda quando surgem meia dúzia de índios. Eu lembro até hoje quem eram, quais são, muitos deles estão vivos ainda, bem velhinho, mas vivos. Esses índios chegaram a pé, mal podiam andar porque andaram muito, né. Aí eu fui num lugar separado com eles e ficamos conversando e **eles falaram pra mim que queriam voltar. Voltar pra Suiá.** Eles e todo o resto, o restante da tribo, da aldeia. Aí eu falei ‘agora sim que vai ser, né’. Aí eu chamei o gerente e falei **‘olha os índios querem voltar’**, aí ele falou pelo rádio e aí foi decidido que eles não podiam voltar pra fazenda porque já tinham saído de livre e espontânea vontade com autorização de Serviço de Proteção ao Índio, né, e não podiam retornar pra fazenda, não tinha mais espaço (Relato oral de Dário Carneiro, 2010. Grifos nossos).⁷*

A negação ao retorno tinha relação direta com o fato de que a remoção dos Xavante foi considerada legal e legitimada pela participação do governo federal, conforme Tafner e Rosa (2017).

A luta pela terra empreendida pelos Xavante se deu ao longo dos anos, com a participação ativa em pesquisas que resultaram em artigos e no primeiro laudo antropológico na década de 1990, bem como a viagem do cacique Damião Paridzané para a Itália para pressionar a oficialização da doação por parte da ENI/Agip Petrolí, além de articulações com aliados em busca de apoio institucional, de organizações não governamentais e órgãos estatais.

Em 1993, foi publicada a Portaria nº 363 do Ministério da Justiça que reconheceu Marãiwatsédé como Terra Indígena dos Xavante, e em 1998, um Decreto Presidencial homologou a TI, de modo que o processo administrativo

⁷ Relato oral disponível no documentário “Vale dos esquecidos”. Direção Maria Raduan, 2010 (32min 14s).

de reconhecimento foi seguido pelo registro em cartório da área demarcada como propriedade da União, conforme dispositivos legais presentes na Constituição Federal de 1988, pelo Decreto 1.775/96 e Estatuto do Índio (6.001/73). Não obstante, a despeito de todos estes trâmites jurídicos e administrativos, os Xavante ainda não puderam retornar ao seu território tradicional, pois este se encontrava intrusado.

Após essa série de conquistas jurídicas da década anterior, no ano de 2003 os Xavante decidiram voltar a Marãiwatsédé, mesmo sabendo que suas terras haviam sido reocupadas por não indígenas que não haviam sido ainda desintrusados. E novamente foram impedidos de adentrarem na área demarcada, permanecendo acampados às margens da rodovia MT-158 por mais de seis meses, durante os quais, enfrentaram problemas com alimentação e condições sanitárias precárias, o que resultou no falecimento de duas crianças. Posteriormente, adentraram a uma pequena área até que, em 2012, puderam ocupar toda a TI Marãiwatsédé, quando ocorreu a completa desintrusão dos não índios.

A análise do processo histórico da luta pela terra de Marãiwatsédé fornece elementos empíricos para problematizar o conceito jurídico de renitente esbulho e a tese do Marco Temporal, o que será apresentado a seguir.

A tese do Marco Temporal e sua relação com a TI Maraiwatsédé

Em 19 de março de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) estava envolvido no julgamento da Petição (PET) 3.388-4/RR, oriunda de uma ação popular que alegava que o processo administrativo de delimitação da TI Raposa Serra do Sol estaria repleto de equívocos. Naquela ocasião, o STF decidiu sobre a manutenção da demarcação, mas o relator do processo, o ministro Carlos Ayres Britto, trouxe reflexões e teorizou sobre alguns elementos que tiveram influência significativa no Acórdão que fixou 19 salvaguardas institucionais à Terra Indígena Raposa Serra do Sol e trouxe a tese do Marco Temporal.

O ministro relator, Carlos Ayres Britto, apresenta seu voto por meio de *tópicos ou segmentos temáticos*⁸, buscando o máximo de objetividade na Constituição de 1988, pois constata que há sobre o tema Raposa Serra do Sol uma profunda divergência entre

8 STF. Petição 3,388. Rel. Min. Carlos Ayres Brito. Julgado em 27.08.2008. p. 07.

cientistas políticos, antropólogos, sociólogos, juristas, indigenistas, oficiais das Forças Armadas, ministros de Estado, pessoas federadas, ONGs e igrejas. Razão de sobra para que busquemos na própria Constituição, e com o máximo de objetividade que nos for possível, as próprias coordenadas da demarcação de toda e qualquer terra indígena em nosso país⁹.

Assim, enfrentando *questões propriamente jurídicas da causa*¹⁰, o Ministro Carlos Ayres Britto apresenta no décimo tópico *O conteúdo positivo do ato de demarcação das terras indígenas*, no qual o seu entendimento sobre a tese do marco temporal ficou evidente no seguinte trecho do texto que apresentou enquanto relator do referido processo:

I – **o marco temporal da ocupação**. Aqui é preciso ver que a nossa Lei Maior trabalhou com data certa: a data da promulgação dela própria (5 de outubro de 1988) como insubstituível referencial para o reconhecimento, aos índios, “dos direitos sobre as terras que tradicionalmente **ocupam**”. Terras que tradicionalmente ocupam, atente-se, e não aquelas que venham a ocupar. Tampouco as terras já ocupadas em outras épocas, mas sem continuidade suficiente para alcançar o marco objetivo do dia 5 de outubro de 1988. Marco objetivo que reflete o decidido propósito constitucional de colocar uma pá de cal nas intermináveis discussões sobre qualquer outra referência temporal de ocupação de área indígena. Mesmo que essa referência estivesse grafada em Constituição anterior. É exprimir: **a data de verificação do fato em si da ocupação fundiária é o dia 5 de outubro de 1988, e nenhum outro**” (Grifos do texto)¹¹.

Diante da interpretação da Constituição de 1988 de forma objetiva pelo ministro Carlos Ayres Britto, aqueles povos indígenas que não ocupavam a área em 1988 não teriam o direito ao pleito. Na mesma direção, o ministro Marco Aurélio, ao proferir seu voto vista, no qual interpreta haver vícios no processo demarcatório da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, igualmente parece aceitar a tese do marco temporal: *Aliás, surge paradoxo no que se assenta que a posse indígena*

9 STF. Petição 3.388. Rel. Min. Carlos Ayres Brito. Julgado em 27.08.2008. p. 07.

10 STF. Petição 3.388. Rel. Min. Carlos Ayres Brito. Julgado em 27.08.2008. p. 07.

11 STF. Petição 3.388. Rel. Min. Carlos Ayres Brito. Julgado em 27.08.2008. p. 42-43.

*a ser reconhecida e preservada é a existente à data da promulgação da Constituição*¹². Não obstante, ampliando seu argumento em favor da tese, o mesmo ministro, após retomar a definição de marco temporal do ministro Carlos Ayres Britto, toma de volta outro voto seu proferido no julgamento do Mandado de Segurança nº 21.575-5 MS que era resultante da disputa entre fazendeiros e os Guarani, que estavam há 27 anos longe dessas terras. Naquele voto, que fora vencido no Colegiado do STF, o ministro Marco Aurélio assevera que “a atual Carta não assegura aos indígenas o retorno às terras que outrora ocuparam, seja qual for a situação jurídica atual e o tempo transcorrido desde que as deixaram”¹³.

A questão envolvendo o retorno de indígenas para as terras foi colocada a partir da problemática envolvendo os não índios: “Imagine-se o que poderá vir a acontecer com áreas em que hoje existem grandes cidades e que outrora foram ocupadas por índios”¹⁴.

Ao considerar que as terras indígenas são bens da União, o problema seria o alcance do dispositivo do artigo 231 da Constituição Federal de 1988, que assegura o direito dos povos indígenas às suas terras tradicionalmente ocupadas. Ao tomar como apoio seu voto referente ao Mandado de Segurança nº 21.575-5 MS, para proferir o voto vista, o ministro Marco Aurélio procura desarticular a realidade histórica do preceito constitucional. Para o ministro, a temporalidade de referência no texto constitucional é o tempo presente de 5 de outubro de 1988. Portanto, na visão do ministro, se naquela data havia ocupação indígena, se reconhece que o direito sobre a terra e os títulos sobre ela são considerados nulos, e a terra indígena é igualmente reconhecida como bem da União. Diante disso, “surge o problema alusivo ao interesse jurídico dos fazendeiros que possuem título de propriedade legitimado pelo INCRA em área posteriormente demarcada”¹⁵, ou seja, títulos legítimos sobre terras ocupadas tradicionalmente, mas sem a presença indígena. Neste caso, na interpretação do ministro Marco Aurélio, deixa de ter o alcance do artigo 231 da CF de 1988 a situação em que a terra não estivesse ocupada pelo povo indígena, ainda que de ocupação tradicional, considerando os títulos de propriedade como válidos.

12 STF. *Petição 3.388*. Voto vista do Ministro Marco Aurélio. Julgado em 18.03.2009, p. 89.

13 STF. *Petição 3.388*. Voto vista do Ministro Marco Aurélio. Julgado em 18.03.2009, p. 123.

14 STF. *Petição 3.388*. Voto vista do Ministro Marco Aurélio. Julgado em 18.03.2009, p. 123.

15 STF. *Petição 3.388*. Voto vista do Ministro Marco Aurélio. Julgado em 18.03.2009, p. 126.

Diante do exposto acima, é preciso confrontar a interpretação da Constituição de 1988 pelos ministros com a realidade empírica. Aqui é possível identificar uma reflexão bastante pertinente envolvendo o título de terra da Agropecuária Suiá Missu, um título legal. O *Laudo de Perícia Judicial da Reserva Indígena Marãiwatsédé* (2003) identificou que a área de 169.241,2291 hectares remanescente dos 695.843,8510 hectares poderia ser encontrada na cadeia dominial por meio da matrícula nº 7585 e Registro Torrens nº 05 que haviam sido devidamente registrados no Cartório de Registros Imobiliários de São Félix do Araguaia, de acordo com o laudo fundiário de Moreira Leão (2003, p. 68-69). Essa legalidade da referida matrícula se deve ao fato de que foi o estado de Mato Grosso que vendeu mais de 450 mil hectares de terras a Ariosto da Riva pelo valor de Cr\$20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), conforme Certidão Vintenária¹⁶ da “Fazenda Suiá Missu”. Outros 242.646,922 hectares foram comprados pelo mesmo proprietário por meio de 25 outros títulos primitivos de até 10 mil hectares adquiridos por terceiros e vendidos todos para Ariosto da Riva, conforme identificado por Moreira Leão (2003, p. 10).

Portanto, assim como a TI Raposa Serra do Sol, os títulos de propriedade de não índios remetiam, por meio de cadeia dominial, a uma matrícula primitiva válida pela legalidade da compra da terra em questão. A diferença, entretanto, é que a matrícula primitiva da Agropecuária Suiá Missu não garantiu a indenização aos posseiros que se instalaram na área após 1992, pois os títulos com novas matrículas dela derivados foram considerados nulos por incidirem sobre TI demarcada naquele mesmo ano e homologada seis anos depois.

Assim, a questão da legalidade dos títulos de propriedades parece ser um elemento que constitui um argumento legítimo, pois se os proprietários atuais têm títulos de terra legais, não haveriam de ser deslocados ou ainda indenizados para a implementação de uma TI de povos indígenas que não estavam ali presentes. Por vezes, como o caso da TI Raposa Serra do Sol, os proprietários estavam ocupando as terras em litígio por mais de cem anos, sem a presença constante de indígenas¹⁷. O que não está suficientemente analisado no texto-

16 Certidão Vintenária registrada no 1º Serviço Notarial e Registros da Comarca de Barra do Garça, Estado de Mato Grosso sob número 7.585, livro 3-L de 10 de janeiro de 1963.

17 No caso dos posseiros que ocuparam a área remanescente da Suiá Missu, um dos principais argumentos era de que estavam ali há décadas e que desconheciam qualquer presença do povo Xavante.

voto dos ministros Carlos Ayres Britto e Marco Aurélio é o motivo pelo qual o povo indígena que reivindica retornar não estava mais presente naquele local no ano em que a Constituição Federal consolidou os seus direitos aos territórios tradicionalmente ocupados.

Rosa e Delgado (2017, p. 132) observam que “[...] o ministro Carlos Ayres Britto amarrou o direito dos povos indígenas garantido no artigo 231 da CF/88 à cadeia dominial de títulos de propriedades, e tão pouco se aventa ao histórico processo de violência, mortes e esbulho territorial daqueles povos”, como no caso em análise.

Ao analisar a instrução processual da Ação Popular, o ministro Marco Aurélio interpreta que houve uma série de falhas no processo e chama atenção às consequências da conclusão dado ao caso em exame no STF, pois, “[...] - estando em jogo tema impregnado da maior importância jurídica, econômica e social, presente a determinação de imediata retirada de todos os cidadãos não-índios das terras demarcadas, brasileiros ou não, tal como consta no voto do relator -, a conclusão implicará, na prática, a impossibilidade de os mesmos interessados terem apreciadas as pretensões arguidas em outros processos, perdendo, sem serem ouvidos, o direito ao uso de todas as ferramentas de prova”¹⁸.

Se analisado o processo de reocupação por parte de posseiros e grileiros, que culminou com a desintração destes e de outros não índios que permaneceram dentro da TI Marãiwatsédé entre 1992 e 2012, se observará que muitos desses eram o que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) denomina “clientes de Reforma Agrária” que não estão em condições de adquirir terras ou residência por meio de compra, ou ainda são trabalhadores e pequenos agricultores que investiram todos os recursos financeiros para a aquisição de títulos de terra vendidos de forma ilegal oriundos da matrícula primária da Agropecuária Suiá Missu. A desintração de 2012 realizada com força policial estadual, federal e o Exército foi executada de modo truculento, seguida de uma ineficiência sistêmica de reassentamento desses clientes de Reforma Agrária.

Portanto, a preocupação do ministro Marco Aurélio é legítima e necessária, mas não o suficiente para apaziguar as disputas por terra que envolvem proprietários e posseiros, tampouco garante o direito de os povos indígenas pleitearem a retomada de territórios dos quais foram removidos, seja por meio

¹⁸ STF. Petição 3.388. Voto vista do Ministro Marco Aurélio. Julgado em 18.03.2009, p. 28.

do uso da força, seja por outros meios como o convencimento ou a adoção de violência simbólica ou psicológica que culmine na fuga de grupos de indígenas. No caso dos Xavante de Marãiwatsédé, fica evidente que a ocupação das terras no ano de 1988 não era possível, pois o povo indígena em questão já havia passado pelo primeiro esbulho territorial e removido para outra área a mais de quinhentos quilômetros dali, padecendo com uma epidemia de sarampo, dissipando-se e pleiteando o retorno ao território de forma limitada pelas condições materiais de existência.

Diante dessa problemática, é preciso ponderar que a não ocupação das áreas pleiteadas pelos indígenas no ano de 1988 pode ter relação direta com impedimentos gerados por remoções, ameaças, violência, características do esbulho territorial historicamente praticado contra diferentes povos indígenas. Nesse sentido, o conceito jurídico de renitente esbulho pode auxiliar o debate envolvendo a tese do marco temporal.

O conceito jurídico de renitente esbulho

No acórdão referente ao julgamento da PET 3.388/RR, o STF, depois da apresentação da interpretação do ministro relator Carlos Ayres Britto e de debates envolvendo as 19 salvaguardas institucionais, reconheceu que em muitos casos não existiam condições e possibilidades de ocupação da área em disputa pelos povos indígenas que pleiteavam o reconhecimento de uma terra indígena. No texto final do acórdão ficou consignado que

A tradicionalidade da posse nativa, no entanto, não se perde onde, ao tempo da promulgação da Lei Maior de 1988, a reocupação apenas não ocorreu por **efeito de renitente esbulho** por parte de não-índios. Caso das “fazendas” situadas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, cuja ocupação não arrefeceu nos índios sua capacidade de resistência e de afirmação da sua peculiar presença em todo o complexo geográfico da “Raposa Serra do Sol” (Grifo nosso)¹⁹.

19 STF Acórdão Petição 3.388. Julgado em 24.09.2009. p. 71-85. p.77.

Numa primeira leitura, o texto parece resolver o problema envolvido na questão da tese do marco temporal, porém o conceito de renitente esbulho definido no Agravo no Recurso Extraordinário 803462/MS, no qual ficou consignado que este não poderia ser confundido com ocupação anterior ou com uma desocupação forçada, pois “para configuração de esbulho, situação de efetivo conflito possessório que, mesmo iniciado no passado, ainda persista até o marco demarcatório temporal atual (vale dizer, na data da promulgação da Constituição de 1988)” precisa de um “conflito que se materializa por circunstâncias de fato ou, pelo menos, por uma controvérsia possessória judicializada”²⁰.

Nesse sentido, ao analisar o caso da TI Marãiwatsédé, seria preciso considerar que apenas a remoção dos Xavante de suas terras em 1966 não se configuraria como esbulho territorial, sendo necessário que estes tivessem em meio a um conflito ou processo jurídico pela posse da terra no ano de 1988. Ademais, os Xavante de Marãiwatsédé na época haviam estabelecido contato com os não índios por menos de cinco anos, e, sendo uma sociedade ágrafa que pouco ou nada conhecia dos meandros jurídicos que atingia as terras que ocupavam antes de serem removidos, não tinham condições efetivas de judicialização da causa. Assim, como foi sendo construído, o conceito de renitente esbulho se atrela à tese do marco temporal de tal modo que um povo indígena para reivindicar o direito sobre um território apontado como tradicionalmente ocupado, ainda que dele removido pela força, precisaria comprovar que esteve inserido num processo conflituoso na disputa por este. Segundo Silva (2016, p. 12), “[...] irrogar os ônus sobre a renitência, com o que impõe aos índios esbulhados a obrigação de provar os fatos”. Esse entendimento poderia reverter a responsabilidade sobre o ônus da prova, caindo sobre os povos indígenas, em contraposição à atual situação na qual são os proprietários dos imóveis incidentes sobre a área em litígio que devem comprovar a legalidade dos seus títulos.

Para Silva (2016, p. 16), o STF reconhece como esbulho territorial aquelas situações nas quais ocorreu um “conflito que se materializa por circunstâncias de fato” ou uma “controvérsia possessória judicializada”.

20 STF Inteiro Teor do Acórdão. AG. REG. No recurso extraordinário com agravo 803.462 Mato Grosso do Sul – 09.12.2014.

às vezes, se sente nas entrelinhas que os julgadores entendem que os índios é que provocam o conflito. O esbulho é praticado pelos não-índios, de sorte que os ônus do conflito e sua solução deveriam recair nesses esbulhadores e não sobre os índios. Quando exige deles que, mesmo iniciado no passado, sua resistência persista até o marco demarcatório temporal atual (vale dizer, na data da promulgação da Constituição de 1988), conflito que se materializa por circunstâncias de fato ou, pelo menos, por uma controvérsia possessória judicializada. Vale dizer, requer-se dos índios um comportamento típicos dos não-índios no que tange à luta pelos seus direitos, não se levando em conta que os direitos dos índios não são dos indivíduos como tal mas da comunidade e que os índios e as comunidades indígenas são sujeitos ao regime tutelar de competência da União (Lei 6.001, de 1973, art. 7º).

Melo (2018, p. 149) escreveu uma obra crítica em relação à concepção da tese do marco temporal, argumentando que os processos jurídicos envolvendo demarcações de terras indígenas, se constitui como “[...] uma questão essencialmente política, a definição da terra constitui uma disputa travada num contexto de relações francamente assimétricas, marcadas pelo desequilíbrio de forças e de poder.” E, de fato, colocar sob os povos indígenas a responsabilidade de apresentar provas de que passaram por um processo de esbulho territorial que possa ser configurado juridicamente como renitente esbulho é um problema intrínseco nessa percepção. A apresentação do ônus da prova seria dificilmente executada por povos indígenas, que não têm as mesmas condições de elaboração de instrumentos jurídicos e condições financeiras e políticas apresentadas por muitos de seus adversários jurídicos envolvidos numa demarcação de terra.

Apesar de o movimento indígena estar se articulando nas últimas décadas, ter conseguido aliados e defensores de suas lutas por direitos, é notória a desproporção de poder entre esses povos e setores da sociedade civil, aglutinados em grupos de interesse, que reúnem setores produtivos com uma significativa representatividade em termos políticos no Legislativo nacional. O exemplo mais expressivo desse poder tem relação direta com a composição e articulação em torno da “bancada ruralista” que atua no Congresso Nacional, de modo a transformar os processos de demarcação de terras indígenas por meio de diferentes estratégias, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 e a Proposta de Súmula Vinculante das salvaguardas institucionais do caso Raposa

Serra do Sol apresentada pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Cabe ressaltar que a Constituição Federal de 1988 delegou para o STF a responsabilidade de garantir que os direitos das minorias fossem garantidos, mesmo em situações que desagradassem o desejo da maioria, de forma a tentar conter um problema inerente à democracia, que seria justamente a impossibilidade de minorias serem consideradas no jogo político.

Essa conjuntura política pode auxiliar a problematizar como e por que o argumento de que as 19 salvaguardas institucionais referentes ao julgamento da PET 3.388-4/RR, incluindo a tese do marco temporal, foi sido sustentado por setores produtivos, organizações e bancadas políticas contrárias à forma com que as demarcações de terras indígenas são realizadas, ou seja, amparadas pelos artigos 231 e 232 da CF/88, Decreto 1775/96, Portaria 14/96 do MJ e outros dispositivos jurídicos.

A adoção das 19 salvaguardas institucionais como súmula vinculante

No Diário Oficial da União (DOU), de 20 de julho de 2017, foi publicado o Parecer nº 001/2017 da Advocacia Geral da União (AGU), que havia sido acolhido pela advogada geral da União, Grace Maria Fernandes Mendonça. Nesse parecer, foram apresentadas as justificativas que embasaram o entendimento de que 19 salvaguardas referentes ao julgamento da PET 3.388-4/RR deveriam ser consideradas como as diretrizes que norteariam as ações da administração pública federal no caso de processos onde terras indígenas estivessem sendo demarcadas ou em processo de reconhecimento. Ou seja, o poder Executivo adotaria como prática as orientações oriundas das 19 salvaguardas oriundas do STF, ainda que imersas numa série de controvérsias jurídicas presentes em Silva (2016), Melo (2018), Osowaski (2017), Pegorari (2017), entre outros.

O texto do parecer da AGU trouxe a seguinte argumentação:

As difíceis e complexas questões jurídicas e sociais envolvidas no caso Raposa Serra do Sol exigiram do Supremo Tribunal Federal o desenvolvimento de processos de interpretação criativa da Constituição, especialmente de seus artigos 231 e 232, que perfazem o sistema de direitos e garantias fundamentais dos índios. Assim era de se esperar, tendo em vista o conturbado histórico de quase

três décadas de infindáveis conflitos em torno da terra indígena, um complicado contexto social e político que tornou premente e necessária a construção interpretativa, a partir do texto constitucional, das dezenove salvaguardas institucionais às terras indígenas, no intuito de definir um quadro normativo constitucional que pudesse oferecer segurança jurídica aos processos de demarcação das terras e, assim, efetivar os direitos fundamentais dos índios.²¹

Ainda em 2012, a AGU havia feito uma tentativa de considerar como efeito vinculante 19 salvaguardas institucionais ao publicar a Portaria nº 303 que previa a interpretação e aplicação daquelas. Contudo, os embargos contra a PET 3.388-4/RR impediam que os efeitos vinculantes pudessem ser de fato efetivados antes do encerramento daquele processo. No entanto, em 2017, o Parecer da AGU apresentou o texto no qual defende a “estrutura argumentativa” e a “eficácia e autoridade do STF”, reiterando o “dever da Administração Pública de observar as decisões do STF”²². Porém, nem todos os ministros do STF concordam sobre o efeito vinculante das 19 salvaguardas institucionais, por não considerarem que exista um conteúdo positivo que possa normatizar os demais processos de reconhecimento e demarcação de terras indígenas. No entendimento do ministro Roberto Barroso, as 19 salvaguardas institucionais foram uma “decisão atípica”, de modo a não poderem ser consideradas portadoras de efeitos vinculantes a outros casos.

A decisão do STF sobre a demarcação da Raposa Serra do Sol não vincula juízes e tribunais quando do exame de outros processos relativos às terras indígenas diversas, explicou o ministro Barroso ao analisar outro ponto dos embargos da PGR. A decisão vale apenas para a reserva em questão. Nesse sentido, Barroso lembrou que a Corte já negou reclamações em outros casos, que alegavam desrespeito à decisão tomada nesta Petição.²³

Apesar disso, o parecer da AGU expressou textualmente quais seriam os pontos que deveriam ser adotados:

21 ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. Parecer n. 001/2017/GAB/CGU/AGU.

22 ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. Parecer n. 001/2017/GAB/CGU/AGU.

23 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. [Notícia] Plenário mantém condições fixadas no caso Raposa Serra do Sol. Quarta-feira, 23 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=251738> Acesso em: 23 set. 2017.

Como se vê, a Corte Suprema tem entendimento muito consolidado a respeito de dois tópicos fundamentais para a demarcação das terras indígenas: 1) a data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988, como marco temporal de ocupação da terra pelos índios, para efeito de reconhecimento como terra indígena; 2) a vedação à ampliação de terras indígenas já demarcadas²⁴.

A questão dos efeitos vinculantes, apesar de estar imersa em controvérsia jurídicas envolvendo os próprios ministros do STF, se consolidou por meio do parecer da AGU e provocou novos debates envolvendo a tese do marco temporal que pode (ou não) ser aplicada a diferentes casos de demarcação e reconhecimento de terras indígenas, como o caso da TI Marãiwatsédé, que, mesmo antes do parecer, já foi envolvido na tentativa de aplicabilidade da referida tese como forma de deslegitimar o pleito dos Xavante pelo retorno às suas terras.

A tese do marco temporal usada no caso da TI Marãiwatsédé

A parte contrária ao retorno dos Xavante para dentro da área delimitada da TI Marãiwatsédé acionou a tese do marco temporal por meio de uma apelação civil que foi uma das estratégias adotadas por esta em meio à batalha jurídica que ocorria antes da desintrusão de 2012. O juiz Pedro Francisco da Silva, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região do estado de Mato Grosso, elaborou um texto jurídico que embasou sua decisão desfavorável ao pleito, deixando claro que, de fato, os Xavante não estavam ocupando a área em disputa em 1988:

25. Pode-se até admitir a asserção de que não havia mais índios naquelas terras por ocasião da promulgação da Constituição Federal de 1988, mas não se pode negar a verdade de que isto se deu em razão da referida expulsão, urdida maliciosamente pelos dirigentes da Agropecuária Suiá-Missu, na década de sessenta. Talvez não houvesse índios naquelas terras no ano de 1988, mas decerto que ainda havia a memória de seus antepassados, traduzida no “sentido anímico e psíquico de continuidade etnográfica”, no dizer do Min. Carlos Britto, no julgamento do caso que ficou conhecido como “Raposa Serra do Sol” [PET n. 3.388/RR]²⁵.

24 ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. Parecer n. 001/2017/GAB/CGU/AGU.

25 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO. Apelação Civil n. 2007.01.00.051031-1/MT de 25.08.2010, p. 05.

O texto aponta para elementos não materiais que extrapolam a ocupação física dos Xavante em Marãiwatsédé que agrega o “sentido anímico e psíquico de continuidade etnográfica” do povo indígena, que havia sido utilizado pelo do Ministro Carlos Ayres Britto, e que estava alinhado com elementos constituintes dos laudos antropológicos elaborados por Rodrigues (1992) e Rosa Bueno (2006) durante a luta pela terra. Esses elementos foram levantados nas pesquisas que subsidiaram esses laudos antropológicos, sobretudo a partir de entrevistas com os Xavante, nas quais os indígenas apresentaram a sua perspectiva com relação à identidade do grupo vinculada ao território. Ademais, os Xavante trouxeram, por meio da memória coletiva, a versão da história da luta pela terra por meio de relatos orais, que foram somados a outras fontes documentais, de modo a subsidiar a interpretação do juiz que compreendeu que a situação dos Xavante envolvia o esbulho territorial. No texto, o juiz apresenta o seu entendimento sobre o processo de luta pela terra de Marãiwatsédé:

22. O Laudo Pericial Antropológico, fartamente instruído por documentos históricos, corrobora as assertivas contidas no Parecer da FUNAI, não deixando margem a nenhuma dúvida de que a comunidade indígena Xavante Marãiwatsédé foi despojada da posse de suas terras na década de sessenta, a partir do momento em que o Estado de Mato Grosso passou a emitir título de propriedade a não-índios, impulsionados pelo espírito expansionista de “colonização” daquela região brasileira.

23. As provas dos autos revelam, escandalosamente, as condutas espúrias praticadas pelos dirigentes da Agropecuária Suiá-Missu, no ano de 1966, quando promoveram uma verdadeira expulsão dos indígenas de suas terras. Primeiro submetendo-os a extrema necessidade de sobrevivência, em função da acentuada degradação ambiental, que resultou na drástica redução dos meios de subsistência e posterior alocação dos mesmos em uma pequena área alagadiça onde ficaram expostos a inúmeras doenças.

24. Em seguida, dissimulando os atos de violência num suposto espírito humanitário, articularam a transferência da comunidade indígena Xavante Marãiwatsédé para a Missão Salesiana de São Marcos para, alguns anos depois, requerem junto à FUNAI uma certidão atestando a inexistência de aldeamento indígena nas

referidas terras, a fim de respaldar a obtenção de financiamento junto à SUDAM²⁶.

O juiz entendeu então que o esbulho territorial seria a principal justificativa para a não aplicabilidade do marco temporal, buscando a comprovação do renitente esbulho no primeiro laudo antropológico, que foi uma das principais peças jurídicas do processo de demarcação e homologação da TI Marãiwatsédé.

Considerações finais

No caso da TI Marãiwatsédé, a ação judicial que tentou utilizar a tese do marco temporal foi perdida em função de uma série de provas da remoção forçada dos Xavante que impediu que estes ocupassem a área pleiteada no ano de 1966, somadas ao entendimento do juiz acerca de elementos não materiais que os atrelavam àquele território.

Entretanto, outros casos de conflitos fundiários envolvendo a demarcação de terras indígenas podem gerar novos processos jurídicos que terão como desafio a relação com a tese do marco temporal. Ainda, em casos como os dos povos indígenas que passaram por esbulho territorial, o desafio será no sentido de estes terem que provar que passaram pelo processo de renitente esbulho. Diante disso, os laudos antropológicos são peças jurídicas fundamentais para subsidiar decisões jurídicas com base em elementos empíricos que podem ou não refutar a tese do marco temporal.

Melo (2018, p. 148) afirmou que “[...] a imposição de um limitador temporal aos direitos originários dos povos indígenas não se coaduna com o Estado pluriétnico estabelecido”. Nesse sentido, compete ao STF, a quem cabe a garantia desse Estado pluriétnico, debater e deliberar sobre o conteúdo e as implicações da tese do marco temporal e se abrir para as contribuições teóricas da Antropologia e História²⁷ para subsidiar suas reflexões em termos empíricos,

26 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO. Apelação Civil n. 2007.01.00.051031-1/MT de 25.08.2010, p. 04.

27 Essa argumentação tem como base o caso do texto que formula a tese do marco temporal referente à PET 3388 RR apresentado pelo ministro Carlos Ayres Brito, que não dialogou com profissionais da área da Antropologia e História, preferindo textos opinativos e jornalísticos publicados em meios de comunicação tradicionais.

uma vez que cada caso apresenta suas peculiaridades históricas e os povos indígenas possuem uma relação entre identidade e território que são específicas.

Referências

MAYBURY-LEWIS, David. **A sociedade Xavante**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1984.

MELO, Cristina. **Terras indígenas**: identidade, reconhecimento e marco temporal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

OSOWSKI, Raquel. O Marco Temporal para demarcação de Terras Indígenas, memória e esquecimento. **Revista Mediações**, v. 22, n. 2, p. 320-246, jul./dez. 2017.

PEGORARI, Bruno. A tese do “marco temporal da ocupação” como interpretação restritiva do direito à terra dos povos indígenas no Brasil: um olhar sob a perspectiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos. **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista**, v. 4, n. 5, p. 242-262, fev.2017.

ROSA, Juliana Cristina da. **A luta pela Terra Marãiwatsédé**: povo Xavante, Agropecuária Suiá Missu, posseiros e grileiros do Posto da Mata em disputa (1960-2012). 2015. Dissertação (Mestrado História), UFMT, Cuiabá-MT, 2015.

ROSA, Juliana Cristina da; DELGADO, Paulo Sergio. A controvérsia jurídica sobre a tese do marco temporal e o conceito do renitente esbulho sob o olhar empírico: os Xavante e a TI Marãiwatsédé. **ACENO**, v. 04, n. 08, p. 127-145, ago./dez. 2017.

TAFNER JR., Armando Wilson; ROSA, Juliana Cristina da. A remoção dos Xavante de Marãiwatsédé na década de 1960: o esbulho da terra para a abertura da empresa Agropecuária Suiá Missu S.A. **Revista Mediações**, Londrina-PR, v. 22, n. 02, p. 125-145, jul./dez. 2017.

FONTES DOCUMENTAIS

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. **Parecer nº 001/2017/GAB/CGU/AGU**. Brasília, 2017

FERRAZ, Iara. **Viagem A Suiá Missu**. 1991. Disponível em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/dbarquivos/iara-ferraz-laudo-funai.pdf%CB%83>>. Acesso em: 06 abr. 2014. (Artigo)

FERRAZ & MAMPIERI. Suiá Missu: um mito refeito. IN: ISA Instituto Socioambiental, **Povo Indígenas no Brasil**. 1991/95, 1994. (Artigo)

MOREIRA LEÃO, J. **Laudo de Perícia Judicial da Reserva Indígena Marãiwatsédé**. 2003. (Laudo)

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. **Relatório de identificação da área indígena “Marãiwatsédé”**. Brasília: FUNAI, Portaria n. 9 de 20/01/1992. (Laudo)

ROSA BUENO, Inês. **Laudo Antropológico Terra Indígena Marãiwatsédé**. Ação Civil Pública número 950000679- MPF (2006). (Laudo)

SILVA, José Afonso da. **Parecer sobre a situação do direito indígena à terra**. 2016, p. 2-25. (Parecer)

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Petição 3.388**. Rel. Min. Carlos Ayres Brito. Julgado em 24.09.2009, p. 1-121.

_____. **Acórdão Petição 3.388**. Julgado em 24.09.2009.

_____. **Súmula n. 650**. Julgada em 24.09.2003.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Plenário mantém condições fixadas no caso Raposa Serra do Sol**. Quarta-feira, 23 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=251738>>. Acesso em: 23 set. 2017. (Notícia)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO. **Apelação Civil n. 2007.01.00.051031-1/MT**, de 25.08.2010.

VALE DOS ESQUECIDOS. Documentário-longa Metragem. Direção: Maria Raduan. Fotografia: Sylvestre Campe, color, (72 min.): Tucura Filmes, Brasil, 2010. Disponível em: <<http://valedosesquecidos.com.br/#ficha-tecnica/maria-raduan>> Acesso em: 25 abr. 2012.

AVANÇO DO CAPITAL E SUAS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO RURAL NA MICRORREGIÃO DO NORTE ARAGUAIA MATO-GROSSENSE

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa¹

Rogério Rego Miranda²

Resumo

Este artigo trata da redefinição territorial de Mato Grosso com foco na Microrregião do Norte Araguaia do Estado, tal processo está amparado no ideal da Nova Fronteira, que recorrentemente organizou os planos de desenvolvimento para o país e se constitui em elemento básico das definições e orientações da economia regional. Investir no desenvolvimento da região, sob o prisma dos agentes do capital que atuam na referida região, constitui uma forma, no campo discursivo, de melhorar as condições de vida da população e racionalizar o uso do espaço e dos recursos naturais. Entretanto, o que se observa é a eliminação de nações indígenas, a exclusão de trabalhador pelos processos de tecnificação e mecanização agrícola, isso aliado à transformação do espaço em enormes campos para a produção agrícola com perfil monocultural. O espaço da Nova Fronteira agrícola vem sendo historicamente redefinido por meio de um discurso falacioso, pois a fixação ao território foi um privilégio dado a produtores rurais que chegam contemporaneamente àquele território já capitalizados e contam com recursos subsidiados pelo Governo Federal. A crise do projeto de modernidade impõe a necessidade de um novo padrão de desenvolvimento que leve em conta a geração de populações excedentes, efeito colateral da concentração de terra, capital e renda. Em um horizonte de expectativa histórica, é preciso problematizar o formato de ocupação territorial que vem ganhando espaço na Microrregião do Norte Araguaia Mato-Grossense; é fundamental para a existência das futuras

1 Professora no Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso - Campus de Rondonópolis. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos-NERU/UFMT.

2 Professor Adjunto I no Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) - Campus de Marabá.

gerações a proposição de um novo projeto de sociedade que considere práticas de uso e ocupação do solo que primem pela produção alimentar em lugar de um modelo de cultivo predatório do humano e do meio.

Palavras-chave: Trabalho. Estado. Desterritorialização. Norte Araguaia Mato-Grossense.

Entre as possibilidades narrativas criadas pelo referido trabalho, optamos por tratar de um movimento desterritorializador, intensificado no território brasileiro a partir da intervenção estatal em benefício da grande propriedade e da modernização produtiva destinada a estas. Tais incentivos estatais ampliaram a desigualdade social, ao promoverem os mecanismos reconfiguradores de territorialidades.

No tocante às discussões sobre produção de novas territorialidades, partilhamos as ideias de Haesbaert (2012) em sua concepção de que o Estado brasileiro atuou na função de desterritorializador, obrigando os trabalhadores a uma busca constante por reterritorialização. Ao manter ligações com os vários lugares por onde passam ao longo de suas trajetórias, tais grupos humanos passam por um processo de multiterritorialização. Essas questões podem ser lidas sob a ótica da produção de Mía Couto, que pensa no campo da literatura em questões que dizem muito acerca das desterritorializações pelas quais os seres humanos passam ao longo da existência.

Mía Couto (2003), utilizando-se de uma narrativa sem pretensões de realidade, diz muito acerca da história e das pessoas no tempo, ao tratar de um lugarejo chamado “Luar-do-Chão”, de onde todos os moradores queriam partir e de onde todas as fugas empreendidas caminhavam no sentido de uma busca por outros lugares. Tal situação transparece na fala de “Abstinência”, tio da personagem central “Mariano”, que retorna ao lugar depois de anos, por ocasião da morte do avô. Nesse encontro, foi estabelecido o seguinte diálogo: “Você foi daqui de Luar-do-Chão. Esta é a minha maneira de me ir embora, entende?”; um diálogo que se dá quando Mariano surpreende o tio e descobre o comportamento noturno que difere do “tio Abstinência” que conhecera a vida toda e que se apresentava durante o dia. Esta escrita denuncia a busca empreendida pelos humanos, que os afasta de suas origens e os reconstrói

mediante o estabelecimento de novas relações. Na narrativa do literato, o rio separa o lugar conhecido, espaço de nascimento e de perpetuação das tradições, do horizonte desbravado pelo aventureiro que se dispõe atravessá-lo,

Nenhum país é tão pequeno como o nosso. Nele só existem dois lugares: a cidade e a Ilha. A separá-los, apenas um rio. Aquelas águas, porém, afastam mais que a sua própria distância. Entre um e outro lado reside um infinito. São duas nações, mais longínquas que planetas. Somos um povo, sim, mas de duas gentes, duas almas (COUTO, 2003, p. 18).

Os deslocamentos humanos impõem alterações em trajetórias pessoais, motivadas por fatores especialmente de ordem econômica. Para a composição das narrativas sobre a microrregião do Norte Araguaia Mato-Grossense na contemporaneidade, é fundamental o estabelecimento de um exercício histórico de diálogo temporal que permita pensar as políticas de constituição territorial no Brasil dos Anos de 1970, promotor de alteração nas trajetórias humanas e do espaço brasileiro

No Brasil a problemática da perda de territórios passa pelo aspecto material, uma vez que a concentração de terras gera perda daqueles espaços por um grande contingente de grupos humanos, que, ao buscarem na fronteira novos espaços de existência, vão promovendo a multiterritorialização de seus espaços geográficos e de suas experiências pessoais, que marcam as trajetórias dos trabalhadores impondo perdas e negação das condições de existência.

As narrativas presentes nos diálogos propostos por Mia Couto podem ser lidas em sintonia com as reflexões feitas por Haesbaert (2012) em “O mito da desterritorialização”. Entre os vários elementos que compõem a escrita deste autor, está a simbiose entre processos que se dão inicialmente no campo pessoal para em seguida serem lidos sob a ótica de relações mais amplas e complexas,

[...] voltei no caminhão da mudança. Teria de ficar alguns meses para acabar os estudos. Aos oito anos de idade, morando com desconhecidos, uma nova territorialização era preciso. Lembro quanta falta sentia da família e como tudo ali tinha cheiros, sabores e cores completamente outros. Até descansar ficava mais difícil. Era como se fôssemos obrigados a reconstruir um lar, um território, aos oito

anos. Mas logo as férias, o retorno ao campo, àquele “rancho” de sapé e chão batido, fogão de chapa de ferro e concreto, açude para buscar água. E reencontros muitos, incluindo os irmãos que estudavam com os avós na “cidade grande” (HAESBAERT, 2012, Prólogo).

Os diálogos entre literatura vista como a narrativa de ficção e outras narrativas presentes nos campos histórico, geográfico e sociológico não têm nenhuma pretensão de objetividade, “[...] distanciadas de qualquer pretensão de objetividade, de universalidade ou de sistematicidade, e inclusive de qualquer pretensão de verdade, nem por isso renunciam a produzir efeitos de sentido.” (LARROSA, 2013, p.07). As subjetividades que atravessam a escrita são perpassadas pelos diferentes tempos históricos que compõem a vida de quem escreve além de sua preocupação com o que escreve. Assim o conceito de tempo é fundamental para esta narrativa, pois permite dialogar com grupos distintos, ocupando diferentes temporalidades, por entender que tais temporalidades diversas em certo momento passaram a ocupar um mesmo espaço regido por uma lógica alheia a muitas personagens que ocupam tais cenários, tendo em vista que,

O homem se faz ao se desfazer: não há mais do que risco, o desconhecido que volta a começar. O homem se diz ao se desdizer, no gesto de apagar o que acaba de ser dito, para que a página continue em branco. Frente à autoconsciência como repouso, como verdade, como instalação definitiva na certeza de si, prende a atenção ao que inquieta, recorda que a verdade costuma ser uma arma dos poderosos e pensa que a certeza impede a transformação (LARROSA, 2013, p. 41).

Consciente da impossibilidade de atingir a “verdade dos fatos”, pretensão inclusive relegada aos Metódicos³ do século XIX, que ganha muito da produção historiográfica, especialmente didática em momentos adiantados do século XX, as narrativas aqui empreendidas devem ser lidas sob a ótica do

3 Referência à Escola Histórica Metódica, especialmente nos estudos científicos realizados no campo da História ocorridos na Alemanha, cuja figura central da chamada “Escola Científica Alemã” foi Leopold Von Ranke, que defendia a História como uma ciência objetiva que se ocupava de narrativas sustentadas na documentação oficial que daria conta de fatos, “tais como realmente aconteceram”.

humano, cujos processos de desterritorialização o afetaram em sua constituição histórica.

O deslocamento de trabalhadores pelo Brasil foi marcado por trajetórias pessoais que contam as experiências vividas por grupos humanos, atravessadas por disputas políticas que transcendem o limite do pessoal, como palimpsestos⁴, constantemente apagados para dar origem a novas escritas, do mundo e de si mesmo. Neste sentido, Haesbaert (2012), ao pensar o que intitula “O Mito da desterritorialização”, alerta para o fato de que a nova dinâmica do capitalismo está promovendo o “fim dos territórios”, o que impera neste cenário é a multiterritorialidade, entendendo que o território pode ser “definido, em primeiro lugar, pela ‘consciência’ ou pelo ‘valor’ territorial, no sentido simbólico” (HAESBAERT, 2012, p. 42). Depreende-se disso que há uma nova dinâmica do capitalismo, marcado pelo fim dos territórios e pelo predomínio da “multiterritorialidade”.

As questões problematizadas por Haesbaert são consoantes à lógica do agronegócio na região estudada. O relato do responsável pelo setor agrícola em uma empresa rural do município de Porto Alegre do Norte, Fazenda Piraguassu do Grupo Itaquere, fez referência à modalidade sazonal de trabalho, utilizada para “catar pedras”. Esses trabalhadores são submetidos a um tipo de trabalho intermitente e a nenhuma estabilidade; para eles a desterritorialização é imposta pelas condições materiais de existência imposta pela sociedade em que vivem.

A dinâmica histórica de ocupação não indígena do Norte Araguaia Mato-Grossense, contraria a lógica daqueles que, por algum motivo, permaneceram na Luar-do-Chão, narrada por Mia Couto “... que ele era como a montanha. Tinha raiz mais funda que o mundo. Mas às vezes lhe raspava a asa de um sonho – e ele deslugarjava”. (COUTO, 2003, p. 120).

A necessidade humana de se “deslugar” foi historicamente estimulada pelo Estado Brasileiro, alimentando sonhos que se traduziram em perdas para muitos e em enriquecimento fácil para poucos. Os espaços aqui pensados foram sendo reorganizados em função dos movimentos de desterritorialização. A constituição e a perda de territórios passam pelas interpretações dadas por Marx à questão, que teria sido o primeiro teórico a dar ênfase ao papel desterritorializador exercido pelo capital,

4 Papiro em pergaminho, cujo texto original foi raspado para dar lugar a outro, para ser reutilizado.

Em seu discurso, a ausência do termo não impede a profunda análise das formas com que o modo de produção capitalista “desterritorializa” os modos de produção preexistentes para reterritorializar segundo sua própria dinâmica. A expropriação do campesinato, transformado em trabalhador “livre” em meio a fenômenos como a apropriação privada da terra e a concentração fundiária, e, no outro extremo da pirâmide social, a velocidade com que os estratos mais privilegiados da burguesia destroem e reconstróem o espaço social, sob o famoso dito de que “tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado”, seriam as referências mais marcantes do movimento de des-re-territorialização capitalista (HAESBAERT, 2012, p. 175).

Como demarcado no excerto acima, é importante frisar que todo movimento de desterritorialização incide em um processo simultâneo de reterritorialização (por isso o *continuum* des-re-territorialização), ainda que esta signifique uma nova territorialização em outras bases, sejam elas econômicas, políticas e culturais, ou mesmo realize-se em condições extremamente precarizadas, em que se observa a instabilidade e/ou insegurança socioespacial, além da fragilização identitária entre os grupos sociais e seu espaço imediato; a mobilidade sem um lugar definido ou a imobilidade devido ao descontrole territorial, os aglomerados de exclusão.

A digressão ao pensamento marxista na busca pela problematização de um passado que se presentifica é resultado de um esforço teórico de compreensão da dinâmica dos tempos históricos no ofício do historiador, mas também de todo pesquisador que entende o passado como constituidor dos lugares sociais ocupados pelas pessoas no presente, o que permite afirmar que esforços teóricos empreendidos no século XIX não devem ser descartados por modismos historiográficos. É fundamental compreender a historicidade da produção no campo da História, para não ser ingênuo a ponto de descartar esforços teóricos riquíssimos.

O exercício teórico de pensar o tempo histórico permite perceber que os discursos de desenvolvimento e progresso, historicamente produzidos para justificar o movimento de reocupação do estado de Mato Grosso, saem em defesa de um modelo de propriedade concentrador de capital, terra e renda fundamentados em uma cultura do capital. Ao perseguir a produção que se dedica a pensar e historicizar o conceito de tempo é possível dar visibilidade

à constituição histórica de longa duração dentro dos “estratos de tempo” (KOSSELECK, 2014).

Tomando os diferentes tempos históricos como ponto de inflexão é possível afirmar que a preocupação do historiador, assim como do cientista social, é o presente. “[...] Graças aos “estratos de tempo” podemos reunir em um mesmo conceito a contemporaneidade do não contemporâneo, um dos fenômenos históricos mais reveladores” (KOSSELLECK, 2014, p. 9). Isso indica que não há uma relação de causa e efeito determinante de que o estudo do passado possibilite compreender o presente e formular interpretações do futuro em um modelo de história *Magistra Vitae* (BLOCH, 2001).

O tempo na perspectiva não está restrito às explicações de causa e efeito, assim os mecanismos de constituição histórica estão ancorados na historicidade dos acontecimentos que vai construindo a dinâmica da História,

Os tempos históricos consistem em vários estratos que remetem uns aos outros, mas que não dependem completamente uns dos outros. Antes, porém, uma observação etimológica: Herder já afirmara a existência de tempos próprios e enfatizara que cada organismo vivo contém sua própria medida de tempo, criticando assim a determinação apriorística de Kant (KOSSELLECK, 2014, p. 20).

Revela-se aqui uma recorrente preocupação com o presente, em que se percebe que o discurso de progresso, o qual ganhou força no Brasil sob a égide do desenvolvimentismo, tem suas raízes no século XVIII europeu. Foi a partir desse período que se gestou uma sociedade construída pelo humano, que nega ao humano as condições de existência,

A tecnologia da informação sobre a superfície ilimitada do globo conduziu à onipresença de forças que submetem tudo a cada um e cada um a tudo. Ao mesmo tempo além dos espaços e dos tempos históricos, explora-se o espaço planetário, ainda que seja apenas para fazer com que a humanidade vá pelos ares no processo em que ela mesma se empenhou (KOSSELLECK, 1999, p. 09).

O século XVIII é representativo das modificações que foram impostas ao mundo a partir dos ideais da burguesia, amparada nos conceitos da Filosofia,

especialmente por meio das ideias iluministas. As discussões a respeito do papel do Estado ganharam força no momento em que era preciso acionar esse discurso para propor que as ações do Estado deveriam atender também aos interesses da burguesia, a classe social revolucionária do período, assim era fundamental defender a participação política do cidadão, “[...] Os cidadãos não se submetem apenas ao poder estatal: juntos, formam uma sociedade que desenvolve suas próprias leis morais, que se situam ao lado das leis do Estado” (KOSELLECK, 1999, p.51).

A partir dessa produção discursiva fundamentada durante o século XVIII, o Estado foi sendo subordinado a uma Cultura do Capital de orientação burguesa, “[...] Estes, ao emitirem seu juízo, constituem as leis morais, como os negociantes determinam um valor de mercado” (KOSELLECK, 1999, p. 51). Para ampliar seu poder, a burguesia foi minando a participação do Estado. O endividamento, a concentração do poder econômico nas mãos da burguesia foram os antecedentes de um Estado mínimo,

O déficit anual do Estado, que em 1788 cresceu para 200 milhões, transformou-se duplamente em capital moral da sociedade, justamente porque a sociedade via que seu devedor concentrava o poder político. “Quase todos os súditos são credores do senhor ... que é escravo, como todo devedor” – assim Rivarol se referia à situação inicial da época da Revolução Francesa. A sociedade, financeiramente poderosa, e o Estado absolutista confrontavam-se, sem que as tentativas de reforma pudessem suprimir as diferenças. Na interação do capital financeiro (que também era, nas mãos da sociedade, um bem moral) com o endividamento financeiro do estado (que, em virtude da sua autoridade política, dissimulava ou negava imoralmente suas dívidas) está um dos impulsos sociais mais fortes da dialética da moral e da política (KOSELLECK, 1999, p. 53).

Essa digressão acerca do século XVIII é uma forma de pensar a historicidade da construção do Estado, algo que diz muito de políticas que levam em conta os interesses de determinada classe social. A burguesia foi se constituindo como protagonista dos benefícios concedidos pelo Estado, ao passo que minava o poder estatal pelo endividamento e crises sucessivas. As ações que beneficiaram a elite agrária brasileira são decorrentes de processo similar, bem

como as redefinições territoriais do Norte Araguaia Mato-Grossense.

A produção intelectual do século XIX sistematizou essas questões de subordinação do Estado aos interesses do capital. Os estudos de Marx (2014) discutem em profundidade este processo de construção de uma cultura do capital, a qual Koselleck atribui ao enfraquecimento do Estado e ao fortalecimento da burguesia. Marx (2014) se ocupou dos mecanismos que historicamente foram moldando e solidificando a desigualdade social, o que para ele teria início com a chamada acumulação primitiva de capital,

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista (MARX, 2014, p. 836).

A questão central é a sujeição do trabalhador “[...] O progresso se constituiu numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista” (MARX, 2014, p. 837). Sob este prisma o progresso representou ao trabalhador, em vez de sua libertação, resultante dos mecanismos de modificação das condições de trabalho, uma nova configuração, a de não ser mais necessário no processo produtivo.

A alusão de Marx à existência de um país no qual “as ovelhas devoram os seres humanos” (MARX, 2014, p. 841), refere-se à expulsão dos camponeses dos campos de cultivo agrícola na Inglaterra do período. Este processo motivou a diáspora dos trabalhadores rurais que desterritorializados das áreas de cultivo agrícola tiveram que se sujeitar à atividade fabril, reterritorializando-se nos espaços urbanos. O filme *Tempos Modernos* de Charles Chaplin é uma leitura da obra de Marx, que entende o cercamento dos campos ingleses como o mecanismo para a constituição das grandes propriedades na Inglaterra. Nessa obra cinematográfica, Chaplin apontou para a problemática da inserção tecnológica no processo de produção, demonstrando a competição entre o trabalhador e a máquina, cujas consequências foram apontadas por Marx:

A História não oferece nenhum espetáculo mais horrendo que a extinção progressiva dos tecelões manuais ingleses, arrastando-se durante decênios e consumindo-se finalmente em 1838. Muitos deles morreram de fome; muitos vegetaram por longos anos com suas famílias, com uma renda de 2½ *pence*s por dia (MARX, 2014, p. 490).

Os mecanismos criados durante o século XIX para atender a essa população de desabrigados mostram as permanências históricas se comparados com a situação dos migrantes que atravessam o estado de Mato Grosso e que dependem de casas de passagem para garantirem a sobrevivência, “[...] A competição entre a tecelagem a mão e a tecelagem a máquina prolongou-se na Inglaterra, antes de introduzir-se a nova lei de assistência à pobreza de 1834, porque se completava com subsídios paroquiais os salários que caíam muito abaixo do mínimo” (MARX, 2014, p. 491).

Entre 1852 e 1862, houve considerável aumento na fabricação inglesa de lã, enquanto o número de trabalhadores empregados ficou quase estacionário (MARX, 2014). Fato similar aconteceu nos processos produtivos da contemporaneidade, como é possível notar nos discursos dos agentes do capital que atuam na Microrregião do Norte Araguaia Mato-Grossense, ao tratar da redução dos postos de trabalho, que caminha *pari passu* com a mecanização das grandes fazendas que foram se estabelecendo na Microrregião.

As narrativas de redução dos postos de trabalho ao longo do século XIX podem ser confundidas com as narrativas dos agentes do agronegócio na contemporaneidade: “[...] No velho sistema, eu empregava 63 pessoas; depois de introduzir maquinaria aperfeiçoada, consegui reduzi-las para 33, e, recentemente, em virtude de novas e extensas modificações, pude diminuí-las de 33 para 13” (MARX, 2014, p. 511).

A tecnificação, responsável pela substituição humana, é positivada pelos gestores do agronegócio na Microrregião Norte Araguaia Mato-Grossense. A CASE⁵, empresa fabricante de equipamentos tecnológicos agrícolas, demonstra

5 O inventor Jerome Increase Case fundou a CASE em Racine, em 1842, para construir máquinas debulhadoras. Mais tarde, a empresa ganhou reconhecimento mundial como primeira construtora de motores a vapor para uso agrícola, tornando-se a maior fabricante desse setor no mundo. Por volta de 1912, a CASE se estabeleceu na indústria de equipamentos para construção como fabricante de máquinas para estradas, tais como rolos compactadores a vapor e motoniveladoras. A empresa

em um vídeo/propaganda a possibilidade de substituição do trabalhador agrícola pelo maquinário com controle central, sem necessidade de interferência humana.

Em outra área onde foram realizadas atividades de pesquisa, o responsável pelo setor agrônômico falou de forma bastante entusiasta sobre a área sob sua responsabilidade agrônômica, uma fazenda com 34 mil hectares de cultivo de soja. Ao ser questionado sobre o número de trabalhadores empregados na propriedade “[...] aqui nós temos a pecuária que tem cerca de 60 funcionários. No restante da agricultura, cerca de 200 funcionários. E nós temos 40 funcionários que é na parte de armazenamento” (SATO, 2016). Entretanto, nas atividades mais insalubres, como “catação de pedras”, recorrente na região para a limpeza das áreas de pastagens para posterior cultivo de soja, é comum o emprego de mão de obra sazonal “[...] porque aqui tem um problema de sazonalidade, (...) sazonal a gente contrata só o pessoal de catação de pedra, catação de raiz.” (SATO, 2016).

A sazonalidade narrada pelo responsável técnico de uma das fazendas da microrregião Norte do Araguaia Mato-Grossense, de forma naturalizada, deve ser pensada na perspectiva daqueles que empreenderam as viagens que os colocaram em contato com paisagens e experiências tão estranhas, onde o ritmo imposto ao corpo, que permanece por várias horas curvado para o exercício de catação de pedra ao longo de oito horas diárias, diz muito acerca da negação humana que foi imposta a um conjunto de trabalhadores.

Os estranhamentos vividos por estes trabalhadores em contato com novas paisagens, novos tipos de vegetação, em um ambiente onde fauna e flora são estranhas, além de outras experiências como “[...] o ‘nervosismo’ do ônibus que quase vira no caminho, a chuva torrencial, o frio intenso na noite e a falta de roupa adequada (...). Há pasmo, do fazendeiro demonstrando destreza nos tiros, [...]”. (FIGUEIRA, 2003, p. 125). As dúvidas e medos que afetaram os grupos humanos em deslocamento que foram estudados por Ricardo Rezende Figueira são análogas às dos trabalhadores braçais que atravessam o estado de Mato Grosso e chegam ao Araguaia na perspectiva de encontrar o trabalho que lhe permita a reprodução humana.

construiu seu negócio no ramo de equipamentos de construção através de várias aquisições, iniciando com a American Tractor Corporation, em 1957. Em meados de 1990, a CASE se expandiu para ser a fabricante mundial líder de equipamentos de leve a médio porte na área de construção. Em 1999, a CASE se tornou parte da CNH Global, negociando mundialmente várias das marcas líderes no setor de equipamento agrícola e de construção. Informações Disponíveis em: <https://www.casece.com/latam/pt-br/a-case/historia>. Acesso em: 05/03/2018.

A pobreza continua a ser a marca da população que migra pelos caminhos das rodovias atravessando o Estado de Mato Grosso. A Rodovia BR-158, que cruza a Microrregião objeto deste artigo, também constitui um importante caminho de passagem daqueles que encontram, na sazonalidade e na realização de atividades tão insalubres como catar pedras, a única possibilidade de reprodução do humano.

O processo que conduz os sujeitos históricos à reterritorialização afeta muitas vidas. Os caminhos migrantes dos desterritorializados do progresso foram os descaminhos históricos da formação social no Brasil. Para compreendermos essa desterritorialização dos migrantes (a qual implica muitas vezes uma reterritorialização precária), faz-se necessário discutir o processo de reestruturação produtiva desenvolvida pelo capital.

Harvey (2008) intitula essa reestruturação, que se realiza por volta da década de 1970 em diante, como *acumulação flexível*, que se ampara na flexibilidade dos processos de trabalho, no mercado de trabalho, nos produtos e no consumo. Geograficamente, implica alterações rápidas dos padrões de desenvolvimento desigual, no que se refere aos setores e às regiões, em outras palavras, emergem diversos empregos no “setor de serviços”, bem como novos complexos industriais são construídos de maneira seletiva em áreas denominadas subdesenvolvidas, além de promover a *compressão do espaço-tempo*, devido às inovações na comunicação e no transporte possibilitarem uma conectividade global entre os locais e uma relativização das distâncias devido às tecnologias existentes, especialmente as da informação (cibernética, informática, eletrônica etc.) que consubstanciam, mediante o controle dos agentes hegemônicos, grandes empresas atreladas ao sistema financeiro, por exemplo. “[...] A técnica da informação tem um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo, em todos os lugares, a convergência dos momentos, assegurando a simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico” (SANTOS, 2002, p.23).

A compressão do espaço-tempo não se realiza para todos, visto que há uma elevada desigualdade quanto ao acesso às tecnologias existentes, devido às geometrias do poder, em que,

[...] diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos posicionam-se de formas muito distintas em relação a esses fluxos e inter-

conexões. Não me refiro simplesmente à questão de quem se movimenta e de quem não o faz, embora essa questão seja um elemento importante; trata-se também do poder em relação aos fluxos e ao movimento. Diferentes grupos sociais têm relacionamentos distintos com essa mobilidade diferenciada: algumas pessoas responsabilizam-se mais por ela do que outras; algumas dão início aos fluxos e movimentos, outras não; algumas ficam mais em sua extremidade receptora do que outras. Algumas são efetivamente aprisionadas por ela (MASSEY, 2000, p. 179)

Essa acumulação flexível, no entanto, acarretou enormes mudanças no mundo do trabalho, que igualmente passa por flexibilizações propostas pelo modelo neoliberal, que, em virtude do desemprego estrutural e da conseqüente elevada quantidade de mão de obra excedente, além do enfraquecimento dos sindicatos, propõe uma redução do emprego regular em favor do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 2008). Essa modalidade de subcontrato pode ser constatada por meio da fala de um dos entrevistados, “[...] tem um pessoal que eu contratei que são polivalente. Logo que eu cheguei eu contratei uns oito para ir fazendo esse serviço sabe? Vai juntando, vai catando [...] tem uns 8, 10 que vão fazer esse trabalho” (BASTOS, 2016).

Se por um lado ocorre uma diminuição considerável do operariado industrial e fabril, principalmente devido ao desemprego estrutural; por outro lado, contraditoriamente, há um crescimento do *subproletariado* devido às diversas formas do trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, geralmente articulado à economia informal e ao setor de serviços, como é o caso dos catadores de pedras nas fazendas com áreas para preparo do cultivo de soja na Microrregião Norte Araguaia Mato-Grossense. Todo esse quadro apresentado contribui para um processo de *heterogeneização* – maior participação das mulheres no mercado de trabalho –, *complexificação* – a entrada da mulher no mercado do trabalho complexifica ainda mais o debate da consciência de classe, que envolve relações de identidade e heterogeneidade e, agora, amplia-se para a questão entre classe e gênero – e *fragmentação* – exigência de força de trabalho mais qualificada para determinados ramos e/ou setores produtivos, assumindo o trabalhador atividades específicas ou polivalentes. Esses são considerados desqualificados, assumindo a forma de trabalhadores temporários, parciais, subcontratados, terceirizados e da economia informal, concorrendo para a segmentação da classe trabalhadora – do trabalho.

A precarização dessa classe trabalhadora apresenta formas históricas e territoriais diferenciadas ao longo do processo de desenvolvimento capitalista. E, atualmente, ela vem apresentando um significativo aumento em termos quantitativos, mas de maneira heterogênea e fragmentada, assumindo diferenciações nos territórios, com elevado grau de precarização nos lugares onde as políticas sociais e de proteção aos direitos são menos eficientes (THOMAZ JR., 2006).

Essa precarização tem relação direta com o processo de acumulação do capital, que deve ser interpretada como uma revolução em processo permanente, com transformações internas de suas bases, homogeneizando e hierarquizando relações, porém diferenciando estruturas e mercantilizando tudo, apresentando instrumentos novos de renovação e de autoexpansão e construindo condições materiais de diferenciação e heterogeneidade que possibilitem distintas vantagens.

Nesse processo de acumulação, estão presentes formas de expropriação comuns ao que Marx (2002) denominou *acumulação primitiva*, que é anterior à acumulação capitalista, todavia é condição para esta, pois ela constitui o “processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (MARX, 2002, p. 828), o qual é marcado pela violência, apropriação privada e precarização extrema das relações de trabalho. Nesse processo dissociador, o território inicialmente ocupado pelo camponês vai se tornando concentrado. Essa concentração dos domínios territoriais pode ser notada na fala de um administrador de fazendas na região “[...] O gado tem... tem... doze mil [hectares] abertos de área de pastagem e tem oito mil [hectares] de lavoura. Mas a gente usa o gado na lavoura também. Faz a integração” (BASTOS, 2016). Essa acumulação primitiva e suas formas de predação, violência e degradação social não corresponde a uma fase do modo de produção, mas uma forma coexistente com a acumulação capitalista (BRANDÃO, 2010).

A acumulação primitiva discutida por Marx identifica uma gama de processos como a mercantilização e apropriação privada da terra e a expulsão de populações camponesas, mas que só foram levados a cabo pela ação do Estado, que possui o monopólio da violência e as definições de legalidade, papel ainda hoje crucial ao desenvolvimento do capitalismo. Essas características da acumulação primitiva persistem na *geografia histórica do capitalismo* até o presente momento, a exemplo da expulsão de camponeses; a existência de um proletariado sem-terra;

a privatização de bens antes considerados coletivos; a supressão de produções e consumos familiares; a substituição da produção agropecuária familiar pelo agronegócio e o uso da mão de obra escrava, implicando um forte processo de desterritorialização do trabalhador.

Os agentes que veem a possibilidade de usos do solo e dos recursos naturais sob outra perspectiva, que não o acúmulo de capital e produção em larga escala para atender aos mercados consumidores exógenos foram assim definidos por um gestor de empresa rural da região:

Olha, eles são muito atuantes. Parece que esse pessoal assim tem uma visão deles, própria. Que querendo ou não querendo, entra em antagonismo com o que o agronegócio pensa. Só que os grandes grupos hoje, eles tem mais responsabilidade que propriamente os assentamentos que o pessoal tem feito ultimamente (SATO, 2016).

A acumulação primitiva envolve um duplo processo de “apropriação e cooperação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão” (HARVEY, 2004, p.122).

[...] o resultado é muitas vezes deixar vestígios de relações sociais pré-capitalistas na formação da classe trabalhadora, assim como criar diferenciações geográficas, históricas e antropológicas no modo de definir a classe trabalhadora (HARVEY, 2004, p.122).

Pelo fato de a acumulação primitiva perdurar e não corresponder a um momento do processo de desenvolvimento do capitalismo, esta irá se tornar uma forma de *acumulação por espoliação* (HARVEY, 2004). Ela tem relação com a crise de *sobreacumulação* (excedentes de capital ociosos), pois possibilita a liberação de ativos com custos muito baixos, os quais podem ser adquiridos pelo capital sobre acumulado dando-lhes lucratividade.

No caso da acumulação primitiva no período descrito por Marx, haveria a apropriação privada da terra e a expulsão daqueles que nela viviam, tornando-os proletários sem-terra, com a conseqüente transferência da terra para a acumulação do capital. No contexto atual a privatização abre margens para a apropriação do capital sobreacumulado, além da desvalorização de ativos de capital e da força de

trabalho, proporcionadas por algum tipo de crise, que em geral é administrada para racionalizar o sistema e é orquestrada pelo Estado. Com efeito, existe uma relação umbilical entre a acumulação por espoliação e a reprodução ampliada do capital.

Chesnais (1995) também aponta processos predatórios na relação capital e trabalho, mediante o novo momento do processo de acumulação denominada pelo autor mundialização do capital⁶. Assim como assinala Harvey (2008), as tecnologias da informação aplicadas à produção industrial e à teleinformática foram utilizadas pelos agentes econômicos hegemônicos para organizarem seu processo de internacionalização e igualmente para alterar sua relação com a classe trabalhadora, que começou a ser abalada pela desregulamentação e flexibilidade nos contratos salariais, além da diminuição da resistência dos trabalhadores, que levou à precarização contratual e à diminuição dos salários, mesmo nos países centrais da economia capitalista, visto que as novas tecnologias e as mudanças nas relações de trabalho, no que se refere à intensidade do trabalho e à precariedade do emprego, facilitaram aos grupos norte-americanos e europeus produzirem áreas especializadas com salários diminutos e com baixa proteção social, constituindo, assim, uma geografia da superexploração dos trabalhadores em determinados locais para a superacumulação do capital em outros locais do mundo, havendo no caso extremo a acumulação por espoliação.

Esse processo de reestruturação produtiva leva à constituição de uma grande massa de desempregados que, uma vez desterritorializados e colocados forçadamente na condição de migrantes, parecem padecer da dissonância entre o direito (condição temporária de migrante) e o fato (condição permanente de migrante) de ser migrante, em outras palavras, para esse sujeito não existe muita clareza sobre se a migração vem a ser um estado provisório que se prolonga indefinidamente ou se se refere a um estado imutável, mas que perpetua o anseio de que seja tal estado passageiro (SAYAD, 1998), ou seja, pela precarização da sua territorialidade o sujeito-migrante possui poucas condições de se territorializar permanentemente.

Os lugares sociais acessados pelos trabalhadores decorreram do projeto de modernidade imposto à região. A presença da marcha para Oeste

6 Para Chesnais (1995), a mundialização do capital corresponde a um novo momento do longo processo de formação do mercado mundial, bem como da internacionalização do capital, inicialmente sob sua face financeira e, posteriormente, sob sua face de produção no exterior.

nos programas de organização nacional e conseqüente retomada do “espírito bandeirante” tinha nesses dois projetos sua maior tradução (RICARDO, 1970). Esses programas contribuíam na expansão das relações capitalistas de produção direcionados ao campo brasileiro sob a égide do Governo Civil Militar. O mundo rural brasileiro vinha passando por um conjunto de transformações estruturais naquele momento. A teoria da colonização tratada por Marx em “O Capital”, especialmente ao problematizar a tese de Wakefield sobre a questão da colonização dos Estados Unidos, ajudam a pensar as bases para o estabelecimento de uma cultura do capital na região objeto desta pesquisa em historicidade tão diversa.

As políticas de incentivo governamental, além de contribuírem para a configuração da grande propriedade, impulsionaram a produção de mercadorias agrícolas, nas quais toda uma cadeia para venda de insumos agrícolas foi montada, fortalecendo o capital em detrimento do trabalhador rural, tanto no passado quanto na contemporaneidade.

Considerações finais

No Norte Araguaia Mato-Grossense, o trabalho produzido por meio da mediação entre os seres humanos e a natureza foi sendo paulatinamente substituído, por um processo altamente contraditório no qual a modernização agrícola promoveu a mudança da paisagem, contribuindo para o cultivo dos campos de soja, altamente padronizados que cansam o olhar do viajante que atravessa a Rodovia BR-158 que atravessa a Microrregião do Norte Araguaia Mato-Grossense.

Esses processos de modernização foram excludentes humanos na região estudada; a dicotomia nas relações que se estabelecem em cenários regidos pela lógica do descarte humano está presente na existência de produtores agrícolas de grãos e de grandes empresas que transformam os empreendimentos agrícolas em êxito econômico a partir da intensa utilização de tecnologia, subsidiada pelo Estado, que coloca à disposição a estrutura de escoamento da produção, o que dinamiza o processo de transporte. Esse grupo tem ainda em seu benefício ampla oferta de trabalho, o que lhes permite definir os valores a serem pagos pelo trabalho realizado nas fazendas.

De outro lado estão os pequenos produtores, que encontram grandes dificuldades para permanecerem na região. A exemplo de outras regiões do país, é muito comum que, com a inexistência de terra para a reprodução da pequena propriedade, o pequeno produtor se transforme em vendedor de sua força de trabalho, tendo esta precarizada e substituída pelos equipamentos agrícolas que passaram a fazer seu trabalho no campo.

Os representantes do grupo capitalizado, até o momento, foram ganhadores no jogo do mercado, situação que pode inclusive ser alterada devido à crescente dependência que esses vêm adquirindo em relação aos grandes conglomerados transnacionais.

O grupo formado por trabalhadores rurais e pequenos proprietários agrícolas foi historicamente derrotado, expropriado e excluído do processo de produção. O Estado é o mediador desse conflito e o responsável por fazer a balança dos benefícios pender para o lado do primeiro grupo, garantindo-lhes instrumentos jurídicos legais em forma de benesses fiscais ou de aparato coercitivo militarizado.

Ao dar visibilidade a essa dicotomia, este estudo pretende contribuir para repensar os processos de modernização, em que a grande produção de grãos dele decorrente, sobretudo no pós-1980, não enriqueceu a economia nacional, que se mantém ligada ao mercado mundial e a empresas que até o momento venceram a concorrência.

O grande investimento em tecnologia que resultou dos processos de modernização subsidiados pelo discurso de progresso produzido e reproduzido ao longo da história do Brasil é poupador de força de trabalho, engrossa uma massa de trabalhadores sem salário, eliminando as possibilidades de existência desse grupo. O intenso uso do solo e dos demais recursos naturais trazem ainda a problemática de destruição dos ecossistemas da região, uma das questões sobre as quais é fundamental a referência, diz respeito ao intenso uso de agrotóxicos e como decorrência o sério problema de envenenamento do solo, do ar e da água, que coloca o Brasil no triste *ranking* de países que mais consomem agrotóxicos no planeta.

As análises sobre o passado mostraram, no momento do avanço do agronegócio aliado às políticas de um governo que vem insistindo em recorrer a medidas de cunho conservador como a extinção do Ministério do

Desenvolvimento Agrário, que há retrocessos das políticas públicas para o campo em um país que tem a marca de ser um dos que apresentam maior concentração territorial do planeta. Problematizar o lugar dos trabalhadores rurais é fundamental para pensar o “horizonte de expectativa” da sociedade brasileira.

Referências

ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses do mundo do trabalho. In: _____. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez/Editora da Unicamp, 1995, p. 39-56.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.) **Capitalismo globalizado e recursos territoriais:** fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador.** Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade – Revista do Instituto de Economia da Unicamp**, Campinas, n. 5, p. 1-30, dezembro de 1995.

COUTO, Mia. **Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando Fora da Própria Sombra:** a escravidão por dívida no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **O novo imperialismo.** São Paulo, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo:** estudos sobre história. Tradução de

Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

_____. **Crítica e Crise:** uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo - Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana:** danças, piruetas e mascaradas. Tradução de Alfredo Veiga Neto. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da economia política: livro I. Volume I. Tradução de Regina Sant'Anna. 27.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio (Org.). **O espaço da diferença.** São Paulo: Papyrus, 2000. p. 176-185.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste.** São Paulo: Ed. José Olympio, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora. In: Antonio Thomaz Júnior; Marcelo Dornelis Carvalhal; Terezinha Brumatti Carvalhal. (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI.** Presidente Prudente: Editorial Centelha, v. 2, p. 130-167, 2006.

Entrevistas

BASTOS, Carlos Roberto. Entrevista. Santa Terezinha-MT, 2016.

SATO, Sérgio Miotto. Entrevista. Porto Alegre do Norte-MT, 2016.

A PRODUÇÃO DE LEITE POR AGRICULTORES FAMILIARES FRENTE À EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS NO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE, MATO GROSSO E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA LOCAL

Luiz Antônio Barbosa Soares¹

Jhony Neves de Souza²

Resumo

Na primeira década do século XXI, o município de Canabrava do Norte, assim como toda região Norte Araguaia Mato-Grossense, foi alvo da implantação vertiginosa e consolidação da agricultura mecanizada para o cultivo de soja e milho como *commodities* dentro da lógica do agronegócio. Porém, o município teve parte de seu espaço configurado por meio da ocupação e posse de terra realizada anteriormente e regularizada como assentamentos rurais que são produtores de alimentos e principalmente fornecedores de leite para uma agroindústria local. O resultado dessa dinâmica é a expansão do cultivo de soja e milho que ocorre paralelamente à produção de leite pela agricultura familiar, porém a produção de leite resulta numa maior dinamização da economia local.

Palavras-chave: *Commodities*. Agronegócio. Produção de Leite. Agricultura Familiar. Canabrava do Norte.

Introdução

O estado de Mato Grosso ocupa um dos primeiros lugares na produção de soja e milho no Brasil, sendo que essa produção tem uma significativa parcela destinada à exportação, de modo que esses grãos são comercializados como *commodities*, dentro de um arranjo produtivo denominado agronegócio. Essa produção se consolidou por intermédio da agricultura mecanizada e carece de

1 Graduado em História e Química na UNEMAT. Mestre em História na UFMT. Atualmente é o Diretor Regional Político, Pedagógico e Financeiro do Campus Universitário do Médio Araguaia (UNEMAT).

2 Graduado em Ciências Sociais na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

uma quantidade expressiva de áreas agricultáveis nas quais os investimentos em relação a maquinaria, adequação do solo e uso de insumos agrícolas se aplicam, de modo que novas áreas estão sendo incorporadas à produção.

Além dos investimentos privados no agronegócio, esse arranjo produtivo contou com o apoio institucional do Estado Brasileiro, e, a partir da década de 1990, instituíram-se legislações nacionais específicas para este setor da economia. Promoveram-se isenções e, em alguns casos, a redução da carga tributária como o caso da Lei Kandir³, e criaram-se linhas de financiamento com juros reduzidos para o custeio da produção e aquisição de maquinários modernos e outros implementos agrícolas. No caso do estado de Mato Grosso, no mesmo contexto, foram criados fundos de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias para o cultivo de grãos e algodão⁴.

Esse apoio governamental nas primeiras décadas do século XXI segue alguns elementos presentes na Revolução Verde e no processo de incentivos financeiros por parte dos Estados na consolidação de pesquisas e tecnologias agrícolas que resultaram na mecanização e na produção em larga escala em áreas até então consideradas inadequadas para a produção de grãos como a soja, tal qual analisado por Barrozo e Rosa (2017). De acordo com Barros (2014, p. 17), “a adaptação ao Cerrado, como se sabe, abriu amplas áreas ao cultivo. Ademais, o sistema de plantio direto, muito ajustado ao solo brasileiro, permitiu duas e até mesmo três safras em uma mesma área, otimizando a produção e o uso de insumos, e elevando a produtividade por área”. Aperfeiçoaram-se as técnicas de plantio, cultivo e colheita, que, somados ao avanço dos estudos climáticos, possibilitaram que, em algumas áreas, sejam feitas até três colheitas anuais sem a utilização da irrigação.

Esses investimentos em pesquisas agronômicas e novas tecnologias trouxeram resultados significativos na forma de produção da agricultura mecanizada de grande escala nas últimas décadas. Com a adoção de adubação e calagem de “precisão”, somada à opção por sementes com boa qualidade

3 Lei Complementar da União nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o Imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Entre outras determinações, esta lei isenta a cobrança de ICMS sobre os produtos agrícolas destinados à exportação (soja, milho e outros).

4 Exemplo é a Lei nº 8.549, de 31 de agosto de 2006, que em seu Art. 14 cria o Fundo de Apoio à Cultura da Soja (FACS), no estado de Mato Grosso.

genética, ocorreu um aumento em mais de 100% da quantidade de produção por área ocupada. Barros (2014, p. 16) afirma ainda que, nas últimas duas décadas, ocorreu um aumento na produção de mais de 200%: “Em 1975, a colheita de grãos foi de 45 milhões de toneladas, expandiu-se para 58 milhões em 1990 e, finalmente, atingiu 187 milhões em 2013”. Além da produção, a colheita se consolidou como oportunidade de negócio com a indústria de produção de máquinas agrícolas, que a cada ano apresenta novos produtos com sofisticados aparatos tecnológicos de mecânica e informática⁵.

De acordo com Barrozo e Rosa (2017, p. 185):

Outro fenômeno que ocorreu juntamente com a expansão da soja diz respeito à ‘integração’ da cultura da soja com a pecuária bovina de corte através de confinamentos. A racionalização da produção foi realizada na medida em que o milho ou o milheto produzido na entressafra da soja é utilizado como alimento para o gado bovino que por sua vez fornece esterco usado na adubação do solo.

Assim, a produção de grãos pode ser somada à criação de gado bovino e pode explicar um dos motivos pelos quais o aumento da produção e da área cultivada com soja não resulta na queda da produção de carne bovina, como ocorreu na microrregião Norte Araguaia e foi analisada por Barrozo e Rosa (2017).

Nesse contexto, o Mato Grosso se consolidou como um dos maiores produtores de soja e milho, além do algodão, que em parte são *commodities* destinadas ao mercado exterior. Entretanto, apenas o aumento da produtividade não garante que o arranjo produtivo do agronegócio se consolide por meio da lucratividade, uma vez que são necessárias novas áreas de expansão dessa produção. É dentro dessa conjuntura que o Norte Araguaia Mato-Grossense e o município de Canabrava do Norte estão situados.

⁵ Existem máquinas que trabalham diuturnamente no campo conduzidas por controle remoto.

A expansão do cultivo da soja e milho na microrregião Norte Araguaia

Na última década, a microrregião do Norte Araguaia, que até então tinha como principal produto de sua economia a pecuária, passou a ser o foco de investimentos por parte de agricultores e empresários do agronegócio. O aumento dessa produção pode ser observado por meio dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).⁶

Tabela 1 - Área plantada na microrregião Norte Araguaia – Mato Grosso

Lavoura temporária	Variável X ano				
	Área plantada (hectares)				
	2008	2009	2010	2011	2012
Soja	78.740	95.555	104.219	128.387	224.495
Milho	22.570	20.400	17.353	38.940	82.759

Fonte: IBGE (2012)

Tabela 2 - Produção na microrregião Norte Araguaia – Mato Grosso

Lavoura temporária	Variável X ano				
	Quantidade produzida (hectares)				
	2008	2009	2010	2011	2012
Soja	243.486	284.737	318.305	411.485	694.851
Milho	67.693	70.706	52.925	149.856	410.934

Fonte: IBGE (2012)

Essa produção de soja e milho pode ser relacionada com a produtividade desses cultivos, pois, segundo Barrozo e Rosa (2017, p. 184-185):

⁶ Além dessas fontes estatísticas oficiais, este artigo tem como base a realização de uma pesquisa de campo e de dados secundários por meio de análises quantitativas e qualitativas. Coletamos dados da indústria BRAVALAT de processamento de leite situada neste município e dados oficiais produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA); a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Centro de Pesquisa de Alimentos (CPA).

Sobre a produção da soja, em 2005 a área plantada no Norte Araguaia foi de 104.650 hectares, com uma produção de 301.561t, o que aponta uma produtividade de 2,88t/ha, aproximada com a média de produtividade do estado que é de 2,9t/ha, Dez anos depois em 2015, foram plantados 611.140 hectares de soja onde se produziram 1.991.157t do grão. A produtividade da soja no Mato Grosso no ano de 2015 foi de 3,1t/ha, quando o Norte Araguaia superou os números do estado, produzindo 3,25 t/ha demonstrando o que Bernardes (2009) denominou como o ‘avanço da técnica’.

Logo, não apenas o significativo aumento da área plantada e da produção são importantes, mas a produtividade se coloca como fator explicativo dessa nova dinâmica relacionada à agricultura mecanizada e destinada, em grande parte à exportação, dentro da lógica do agronegócio. Na microrregião do Norte Araguaia, a maior parte da produção de soja e milho é destinada à exportação *in natura* como *commodities* e uma pequena parte é vendida para os criadores locais de gado bovino.

Como resultado desse complexo processo de reocupação territorial e expansão da soja e milho ocorreu uma série de mudanças em termos econômicos. Atualmente a microrregião Norte Araguaia possui um PIB de R\$1.926.621,00 e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) médio passou de 0,487 em 2000 para 0,663 em 2010, além de uma renda *per capita* de R\$10.754,26, segundo dados oficiais do IBGE. Esses índices podem ser comparados com os de Mato Grosso, o que revela que a renda *per capita* do estado foi maior, com uma média anual de R\$13.668,00 e o IDHM em todo estado girando em 0,725 no último Censo do IBGE em 2010 (BARROZO; ROSA, 2017, p. 184).

Barrozo e Rosa (2017) ressaltam ainda que essa nova dinâmica econômica da microrregião Norte Araguaia não é observada em todos os municípios, pois o crescimento chegou a “46,11% em Ribeirão Cascalheira, 49,35% de Alto Boa Vista, 51,1% em São Félix do Araguaia, 81,9% em Bom Jesus do Araguaia e principalmente em São José do Xingu, que cresceu 100,5%” (BARROZO; ROSA, 2017, p. 184). Em contraposição, não ocorreu um aumento expressivo em municípios como Novo Santo Antônio, Luciara e Serra Nova Dourada, onde as condições de relevo e solo dificultam a expansão do cultivo da soja e do milho. No caso do município de Canabrava do Norte, a produção dessas *commodities* se

Canabrava do Norte possui como principais características naturais uma vegetação típica de Cerrado, tendo também uma área de várzeas que alaga sazonalmente, denominada varjão. O clima apresenta duas estações bem definidas: verão e inverno; o primeiro é caracterizado como o período de estiagem, que ocorre entre maio e novembro; o segundo é o período de maior incidência de chuvas, que ocorrem entre novembro e março. Os solos predominantes são o latossolo vermelho-amarelo, com manchas de terra vermelha estruturada de alto teor de acidez, e nas áreas dos varjões, nos mais descampados, são comuns os quartzos areníticos (FERREIRA, 2001).

Segundo o IBGE (2010), o município de Canabrava tem uma população de 4.786 habitantes, dos quais 2.095 constituem a população rural, que representa 44% da população do município; a população urbana equivale a 2.691 habitantes, representando um percentual de 56% da população do município. Os dados do IBGE mostram que a população que reside no campo representa quase 50% da população do município.

Para além dessas características geográficas, naturais e populacionais, é fundamental compreender como esse município foi ocupado e seu espaço configurado por diferentes grupos sociais. Milton Santos (2012, p. 78) define o espaço como sendo “o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais”, de modo que é possível discorrermos sobre a constituição histórica deste espaço denominado Canabrava do Norte e suas especificidades dos diferentes arranjos produtivos existentes neste município nas primeiras décadas do século XXI.

Para compreendermos a dinâmica da construção desses espaços, é fundamental que compreendamos que a paisagem que se destaca nestes municípios deriva das ações humanas que se consolidaram ao longo do processo de configuração espacial, onde a paisagem foi criada e recriada com antigas casas construídas com barro e cobertas com palhas, barracões com modernas estruturas metálicas no campo, as estradas, as pastagens e as grandes lavouras de soja e milho, de diferentes momentos históricos. Como afirma Santos (2012, p. 74), “a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço”.

A criação oficial do município se deu pela Lei Estadual nº 5.896, de 19 de dezembro de 1991, porém a ocupação de seu território e a constituição de sua paisagem remete a suas origens nos movimentos migratórios de sertanejos/posseiros oriundos dos estados do Pará, de Goiás e do Maranhão que ocorreram ainda no século XX. De acordo com Soares (2004, p. 07):

A partir da primeira década do século XX, constituem-se vários povoados na parte nordeste do estado de Mato Grosso, margem direita do rio Araguaia: Furo de Pedra (1909), Lago Grande, Crisóstomo, Santa Terezinha, Luciara (1934), São Félix do Araguaia (1942) e Porto Alegre do Norte (1946), sendo este último nas margens do rio Tapirapé. São pequenos povoados que se constituíram ao longo do rio Araguaia num complexo contato interétnico, entre os sertanejos/posseiros e as sociedades indígenas Kaiapó, Xavante, Karajá e Tapirapé.

A partir de 1950, esses migrantes avançam alguns quilômetros na direção oeste ocupando o espaço onde constituíram o povoado de Canabrava, onde passaram a residir e plantar. Nas décadas seguintes, esses migrantes que se haviam fixado como posseiros se envolveram em disputas pela posse da terra, pois, a partir da década de 1960, empresários e agricultores passaram a adquirir terras situadas nessa área por meio de compra de escritura de terceiro ou mesmo do próprio estado de Mato Grosso.

Esses conflitos agrários ocorreram com muita intensidade na microrregião norte de Mato Grosso até a década de 1990, sendo impulsionados também por movimentos de posseiros e trabalhadores rurais que adentraram em áreas escrituradas ou não de fazendas e empresas agropecuárias, reivindicando a implantação de projetos de assentamentos rurais. Esses conflitos têm origem ainda na década de 1970, quando a microrregião Norte Araguaia e o território do município de Canabrava do Norte foram inseridos na Amazônia Legal, onde o governo federal visava ao desenvolvimento econômico e a integração nacional, desenvolvendo políticas públicas consideradas como uma questão de segurança e de manutenção da soberania territorial. Dentro dessa lógica, o governo federal planejou e implantou uma política econômica para a Amazônia Legal, criando a

Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)⁸ e o Banco da Amazônia S.A. (BASA). Segundo Barrozo (2008, p. 20):

A SUDAM e o BASA, através de incentivos fiscais e créditos subsidiados, ofereceram vantagens irrecusáveis para os empresários do sul-sudeste se instalarem na Amazônia. Centenas de empresas, atraídas pelos “incentivos fiscais”, pelas terras abundantes de baixo custo, e pelo crédito farto e barato, apresentaram projetos à SUDAM, dos quais muitos foram aprovados.

Sendo assim, o que parecia contraditório do ponto de vista do desenvolvimento do Capitalismo, que é o investimento do setor industrial e banqueiro em atividades agrárias, tornou-se um bom negócio. Estes empresários passaram a investir em fazendas agropecuárias, sendo que a maior parte do capital era oriundo de financiamento e isenções fiscais, ocorrendo a participação de capital estrangeiro nestes empreendimentos. Conforme IANNI (1986, p. 17-20):

A ditadura instalada no País propiciou todas as condições econômicas e políticas convenientes a uma intensa e ampla concentração e centralização do capital, sob o controle da empresa estrangeira, nacional e associada. Foi nesse contexto que o Estado brasileiro foi levado a adotar a política de “economia aberta”, isto é, para o imperialismo. Desse modo, inaugurou-se uma época de desenvolvimento capitalista intenso e generalizado, na indústria e agricultura, na cidade e no campo. Na prática da ditadura estava dando seguimento aos compromissos assumidos com as forças imperialistas que participaram do Golpe do Estado.

No mesmo sentido, Martins (1999, p. 106) assinala que o Estado Brasileiro adotou ações políticas e jurídicas para conter os movimentos sociais que reivindicavam as reformas, particularmente a Reforma Agrária já realizada em vários países do mundo:

8 Tinha como função coordenar a ação federal na Amazônia, sendo a principal encarregada da elaboração e execução do Plano de Valorização, diretamente ou mediante convênios com entidades públicas ou privadas, utilizando como agente financeiro o Banco da Amazônia S.A. (BASA).

O impasse histórico, a contradição entre terra e capital, que sustentava a luta remanescente pela reforma agrária, se resolveria pelo caminho inesperado e pelo antimodelo de um capitalismo rentista. Para administrar e controlar os problemas sociais e políticos que pudessem advir dessa opção, o regime militar editou o Estatuto da Terra e promoveu a reforma constitucional que tornaria aquela reforma agrária possível.

Não houve por parte do governo federal a implantação de um amplo programa nacional e efetivo de Reforma Agrária na Amazônia Legal que não fosse por meio da colonização de novas áreas. Entretanto, a formação de assentamentos rurais ocorreu paralelamente nas áreas da Amazônia Legal, entre elas aquelas que vieram a ser delimitadas como pertencentes ao município de Canabrava do Norte.

Os assentamentos rurais de Canabrava do Norte e o desafio da regularização fundiária e permanência na terra

Segundo Barrozo (2007, p. 36), “durante a metade da década de 1980 ocorreu um grande avanço de posseiros, pequenos agricultores e trabalhadores rurais, que ocuparam a região” do Araguaia. Diante desse movimento, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passou a desenvolver conceitos e ações que possibilitassem a regularização fundiária dessas áreas. O INCRA⁹ assim define assentamento rural:

O Assentamento Rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo INCRA a uma família em condições econômicas para adquirir e manter um imóvel por outras vias¹⁰.

9 O governo federal pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), uma autarquia federal que tem como “missão prioritária executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional”.

10 INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/AssentamentoRural> Acesso em: 04 dez. 2015.

Ainda de acordo com o INCRA (2015), existem diferentes tipos de projetos de assentamentos rurais no país, que podem ser: Projeto de Assentamento Rural Federal (PA); Projeto de Assentamento Rural Agroextrativista (PAE); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS); Projeto de Assentamento Rural Florestal (PAF); Projeto de Assentamento Rural Casulo (PCA)¹¹. Além dos assentamentos rurais criados pelo INCRA, existem outras modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA que foram criados e mantidos pelo estado e municípios, são eles: Projeto de Assentamento Rural Estadual (PE); Projeto de Assentamento Rural Municipal (PAM); Programa Nacional de Crédito Fundiário (antigo Programa Cédula da Terra (PCT)); Reservas Extrativistas (RESEX); Território Remanescentes Quilombola (TRQ); Reconhecimento de Assentamento Rural de Fundo de Pasto (PFP) e Floresta Nacional (FLONA)¹².

Na microrregião Norte Araguaia de Mato Grosso, segundo informações do INCRA, o modelo predominante é o Projeto de Assentamento Rural Federal (PA), que é assim definido:

Projeto de Assentamento Rural Federal-PA: Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União¹³.

Ademais, a maior parte dos assentamentos rurais desta microrregião Norte Araguaia são oriundos de Regularização Fundiária¹⁴ e não de Projetos

11 INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/AssentamentoRuralcriação#grupo1> Acesso em: 21 nov. 2015.

12 INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/AssentamentoRuralcriação#grupo1> Acesso em: 21 nov. 2015.

13 INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/AssentamentoRuralcriação#grupo1> Acesso em: 21 nov. 2015.

14 O processo de Regularização Fundiária, grosso modo, consiste no reconhecimento por parte do governo federal do direito de posse da pessoa ou família que esteja ocupando uma área de terra há vários anos. Este processo é realizado pelo INCRA. Após a regularização o assentamento rural passa a existir oficialmente e assentados podem ter acesso aos créditos específicos de financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

de Assentamento Rural planejados e executados pelo INCRA, como o caso do município de Confresa onde os treze assentamentos rurais existentes em seu território são originados de ocupações.

O município de Canabrava do Norte tem uma área de 71.175 hectares ocupada por assentamentos rurais, com 903 famílias assentadas, em quatro Assentamentos Rurais Federais e um Projeto de Assentamento Rural Estadual do Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT). São cinco assentamentos rurais, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Assentamentos rurais em Canabrava do Norte-MT

Nome do PA	Nº de famílias	Área (ha)	Criação	Fase
PA Canabrava	440	35.467,8700	01.04.1987	Em consolidação
PA Manah	136	8.720,1460	15.08.1995	Criado
PA Tatuiby	155	11.879,5000	24.10.1997	Criado
PE Canabral	110	10.885,8715	01.04.2002	Criado
PA Tabajara	62	4.224,8487	05.12.2002	Criado

Fonte: INCRA (2015)

Cada um desses assentamentos rurais possuem diferentes processos históricos de ocupação e regulamentação fundiária. O PA Canabrava foi criado em 01.04.1987 e sua área é de 35.467.87, conforme dados da Tabela 3, mas as primeiras famílias instituíram suas posses na área em 1960. Logo, o PA teve sua origem na luta de famílias que almejavam possuir uma área de terra. No ano de 1987, por meio de um processo de regularização fundiária, ocorreu o reconhecimento oficial por parte do Estado de que estas famílias tinham o direito de posse da referida área.

O PA Manah foi criado oficialmente em 1995 e sua área é de 8.720 hectares, tendo 136 famílias assentadas. O PA também é oriundo de processo de luta pela terra entre os posseiros e a fazenda Manah, que fixaram suas posses na área a partir do ano de 1987. Os PA Tatuiby e Tabajara também são resultados de regularização fundiária. Já o PE Canabrava I é um projeto de assentamento rural realizado pelo Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT)¹⁵ que

¹⁵ É uma autarquia estadual criada pelo governo do estado de Mato Grosso no ano de 1976 com o objetivo de atuar no ordenamento e regularização de terras públicas deste estado.

regularizou a área já ocupada. Como consta na Tabela 3, o assentamento (PE) Canabrava I tem uma área de 10.885,8715 hectares, dividida para 110 famílias.

A permanência na terra tem sido um grande desafio para os agricultores e os criadores de gado que tomaram posse das áreas não apenas no caso do município de Canabrava do Norte, mas de toda a região. Muitas outras famílias ocupantes de áreas de terra nesta região de Mato Grosso ainda aguardam a regularização de seus lotes, que nas primeiras décadas do século XXI foi orientada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2015) por meio do

Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil atende as áreas rurais devolutas de domínio Estadual e consiste numa ação social de regularização fundiária garantindo segurança jurídica aos agricultores familiares e o acesso às demais políticas públicas do governo, entre elas o crédito rural e a assistência técnica.

O processo de regularização fundiária, de acordo com o MDA (2015), passa por três etapas: cadastro, georreferenciamento e titulação:

O Cadastro dos imóveis rurais é feito por meio do levantamento de informações relativas às propriedades tais como: dados pessoais do produtor, de sua família, condições da propriedade em termos de posse e uso, situação econômica e de exploração do imóvel. O **Georreferenciamento** consiste na medição precisa e atualizada das propriedades por meio da utilização de aparelhos GPS, via satélite. Com isso, é possível reduzir as disparidades existentes entre área declarada na escritura e situação real do imóvel.

Titulação. Os imóveis passíveis de regularização poderão nesta etapa receber o título de posse. Para isso, é preciso comprovar - por meio de documentos - que mora na terra, vive dela e pratica a agricultura familiar.

O reconhecimento do direito de posse realizado pelo INCRA por meio do processo de regularização fundiária, segue critérios rigorosos. O primeiro nome do cadastro é sempre o da mulher, sendo que cada família tem direito a um módulo rural (ou fiscal). Essa medida de módulo rural é variável de acordo com cada município e, conforme o INCRA (2015), sua definição é

derivada “do conceito de propriedade familiar e, em sendo assim, é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico”¹⁶. O conceito de módulo rural está diretamente ligado à propriedade familiar e à produção dessas famílias, e tem relação ao tamanho da área, que, conforme a Lei nº 8.629¹⁷, leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município. Dessa forma, é definido o que são um minifúndio, pequena, média e grande propriedade e latifúndio.

Minifúndio é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal; **Pequena Propriedade** é o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; **Média Propriedade** – é o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; **Grande Propriedade** – é o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais (INCRA, 2015).

Essa variação de medida do módulo fiscal se diferencia nos estados, inclusive entre os próprios municípios de Mato Grosso, sendo que, nos municípios mais próximos da capital, o módulo fiscal é menor; nos mais distantes e com terras menos férteis, é maior. O menor módulo fiscal de Mato Grosso é do município de Cuiabá com 30 hectares e o maior é de 100 hectares estabelecidos para alguns municípios do interior, entre eles Comodoro. Como já foi citado, o tamanho do módulo fiscal está diretamente relacionado com “a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico”. No caso da microrregião Norte Araguaia, seus municípios têm o módulo rural fixado em oitenta hectares.

Essa definição interfere na regularização fundiária das áreas que os assentados tomaram posse, pois, em alguns casos, o tamanho supera o do módulo rural normatizado para o município. Esse entrave, entre outros, são elementos que dificultam a regularização fundiária, e casos como o do PA Canabrava são comuns, com uma demora de cerca de vinte anos para ter sua área regularizada.

16 INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/qual-e-a-diferenca-entre-modulo-rural-e-modulo-fiscal> Acesso em: 19 nov. 2015.

17 Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no capítulo III, título VII, da Constituição Federal.

A busca pela regularização fundiária das áreas de terra ocupadas ocorre por eliminar a instabilidade social existente e também possibilita que os assentados tenham acesso ao financiamento público para desenvolver atividades produtivas, sobretudo ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Logo, existe uma relação direta entre a luta pela regularização fundiária e a possibilidade de permanência na terra, pois esses posseiros e assentados, categorizados como agricultores familiares, precisam de financiamento público para obterem o capital necessário para iniciarem suas atividades produtivas.

A luta pelo acesso e permanência na terra consolidou vários movimentos sociais no Brasil nas últimas décadas; o próprio MDA reconheceu oficialmente a necessidade dessas políticas públicas:

O movimento sindical dos trabalhadores rurais há muitos anos vinha defendendo uma política agrícola diferenciada aos pequenos produtores. Em 1994, depois da Jornada de Luta (atual Grito da Terra), liderada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape). No ano seguinte, a proposta foi aprofundada com definição de taxa de juros, fonte de recursos e foco no agricultor familiar. Foi instituído, então, o **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por meio da Resolução 2.141, de 24 de agosto de 1995**, “destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família”¹⁸ (*Grifo nosso*).

A criação de um programa de crédito específico para apoiar financeiramente a agricultura familiar representou um marco importante para o setor, sendo, criado após várias reivindicações dos movimentos sociais e pelo reconhecimento por parte de alguns órgãos estatais quanto à importância estratégica para o desenvolvimento social e econômico do país.

A agricultura familiar mantém cerca de 12 milhões de pessoas economicamente ativas no campo, produzindo, gerando renda,

18 MDA. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-20-anos-de-apoio-aos-agricultores-familiares> Acesso em: 05 out. 2017.

interiorizando o desenvolvimento e alimentando aos brasileiros. Segundo o diretor de Financiamento e Proteção à Produção da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, João Luiz Guadagnin, o Pronaf comemora 20 anos com indicadores de excelência. A inadimplência é menor que 1%, o que demonstra que os agricultores familiares sabem gerenciar seus empreendimentos, produzir, comercializar, obter renda e honrar seus compromissos¹⁹.

Diante disso, a agricultura familiar ganhou visibilidade no país com a publicação destes dados expressivos com a manutenção de “12 milhões de pessoas economicamente ativas” e ser um dos programas de financiamentos públicos com o menor índice de inadimplência: “menor que 1%”. O PRONAF destina-se à agricultura familiar, promoção da renda à família do campo, direcionadas também a cenários agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rurais e outros. De acordo com o MDA (2016):

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), como a Emater, para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou a Unidade Técnica Estadual (UTE). O agricultor deve estar com o CPF regularizado e livre de dívidas. As condições de acesso ao Crédito Pronaf, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são

19 MDA. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-20-anos-de-apoio-aos-agricultores-familiares> Acesso em: 05 out. 2017.

definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho²⁰.

O PRONAF apresenta uma diversidade de linhas de créditos, A, AC, Mais Alimentos, entre outros. Segundo o MDA (2016):

As linhas do Pronaf A e A/C são destinadas a assentados beneficiários do PNRA ou PNCF. Os produtores que se encaixam no grupo A podem pleitear o crédito para financiar atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. No âmbito do PNRA, o limite de crédito é de R\$ 25 mil por beneficiário. O crédito para os assentados do grupo A/C é destinado ao custeio de atividades agropecuárias, não-agropecuárias, diretamente ou não, vinculadas ao investimento. O limite é até R\$ 7,5 mil, podendo ser concedidos até três créditos de custeio²¹.

Nota-se que essas linhas de crédito se direcionam e atendem às especificidades da agricultura familiar, e que este programa impulsionou a agricultura familiar na microrregião Norte Araguaia e no município de Canabrava do Norte, onde identificamos durante a pesquisa de campo que a linha A foi a mais acessada. Atualmente a linha *Mais Alimentos* também está sendo acessada por se tratar de um recurso de maior volume que também pode ser utilizado para investimento em infraestrutura da propriedade. O MDA (2016) ressalta que

O Mais Alimento Produção Primária é uma linha de crédito do Pronaf que financia investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade familiar. Contempla os seguintes produtos e atividades: açafrão, arroz, cana-de-açúcar, café, centeio, feijão, mandioca, milho, palmácea para produção de palmito, soja, sorgo, trigo, erva-mate, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, ole-

20 MDA. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa#sthash.Kupl8MHx.dpuf> Acesso em: 07 mar. 2016.

21 MDA. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/prazo-para-saldar-d%C3%ADvidas-do-pronaf-e-ac-encerra-dia-30#sthash.Zoo1B1Rx.dpuf> Acesso em: 07 mar. 2016.

ricultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. Por meio desta linha de crédito são financiados projetos individuais de até R\$ 150 mil e coletivos de até R\$ 750 mil, com juros de 2% ao ano, até três anos de carência e até dez anos para pagar. Para financiamento de estruturas de armazenagem o prazo pode chegar a 15 (quinze) anos, com carência de três anos. Cabe destacar que os financiamentos destinados às atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura podem chegar a R\$ 300 mil. Os contratos do Pronaf Mais Alimentos Produção Primária são vinculados ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF)²².

A proposta dessa linha de crédito contempla os interessados de diversas atividades que contribuiriam para essas famílias permanecerem em suas terras. Essas políticas de incentivos proporcionaram melhores expectativas para as famílias do campo de acordo com as entrevistas realizadas com moradores de assentamentos rurais de Canabrava do Norte que tiveram acesso aos créditos deste programa. Um dos moradores do Assentamento Rural Manah relatou que, com os recursos do PRONAF,

*compro gado leiteiro, gado branco, sementes, pagamos horas máquinas, enfim, diversas coisas foram compradas com o dinheiro do PRONAF no Assentamento Rural. Inclusive arame para fazer fez, cerca, Pagou diarista, pessoa para ajudar o parceleiro. O resultado final foi muito bom. Dinheiro que todo mundo ficou satisfeito. A forma de pagamento muito fácil, fácil não, boa, pagar nunca e fácil, mas foi boa a forma de pagamento. O PRONAF contribuiu de uma forma positiva, que hoje você pode andar fazer pesquisa no Assentamento Rural, com certeza contribuir para a permanência sem sombra de dívida.*²³

O relato acima mostra que os investimentos do recurso foram aplicados de diferentes formas, mas destinadas à atividades produtivas ligadas à criação de gado bovino de corte e de leite. O entrevistado relatou ainda que *muitas pessoas daqui tiveram acesso ao PRONAF. O que foi falho aqui foi a assistência técnica. Essa não só no Manah como todos os Assentamentos Rurais da região nossa aqui a assistência técnica e precária.*²⁴

22 MDA. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/maisalimentos/> Acesso em: 07 mar. 2016.

23 Relato Oral de um agricultor (presidente) do Assentamento Rural Manah realizada no dia 02 de janeiro de 2016.

24 Relato de J.D.G., agricultor do assentamento rural Manah, realizada em 02 de janeiro de 2016.

A questão da assistência técnica para a agricultura familiar ainda é um desafio no estado de Mato Grosso, que adotou novas ações governamentais para apoiar a agricultura familiar, como a criação e manutenção da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF) e a implementação de legislação que obriga as unidades escolares estaduais e municipais adquirirem um percentual mínimo de 30% da alimentação escolar da agricultura familiar.

Porém, a assistência técnica ainda é carente de políticas públicas mais eficazes. O aparato tecnológico, a pesquisa e assistência técnica, que estão disponíveis para a agricultura, estão direcionados para o atendimento aos grandes empreendimentos agrícolas, ou seja, para a agricultura mecanizada. De acordo com Barros (2014, p. 20 e 21),

Embora várias tecnologias modernas sejam igualmente aplicáveis a diversos tamanhos de propriedade, ***é claro que existem ganhos de escala e redução de custos à medida que a área cultivada eleva-se***. Por exemplo, estima-se que o custo de uma saca de café produzida em uma situação de mecanização é 20% menor do que o custo da mesma saca utilizando-se tratores e colheitas manuais e tradicionais. ***Isso tende a colocar em desvantagem as propriedades menores, particularmente aquelas que estão em áreas não mecanizáveis*** (Grifos nossos).

O autor afirma que “existem ganhos de escala e redução de custos à medida que a área cultivada eleva-se. [...] Isso tende a colocar em desvantagem as propriedades menores, particularmente aquelas que estão em áreas não mecanizáveis”. Do ponto de vista puramente econômico, é inquestionável a afirmação. Mas a questão que permeia esta constatação coloca em polos opostos a agricultura mecanizada e a agricultura familiar, pois induz à conclusão de que a primeira é mais produtiva que a segunda. São dois modelos/arranjos produtivos distintos com características próprias: equipamentos tecnológicos, emprego de mão de obra, impactos ambientais, mercado consumidor, utilização da terra, diversidade produtiva, entre outras. Então comparar os dois modelos, agricultura mecanizada e agricultura familiar, a partir de uma única variável, *escala de produção e custo*, pode produzir concepções enviesadas que não correspondem à realidade.

As políticas econômicas adotadas com intuito de modernizar o campo trouxeram grandes desastres para a agricultura familiar. Martins (2014, p. 25) cita que

Avassaladores programas de modernização econômica na agricultura têm suprimido a liberdade política da sociedade tanto em países capitalistas quanto em países socialistas. A modernização econômica foi responsável por graves episódios de fome em países como a União Soviética nos anos 1920. Aqui mesmo no Brasil, a modernização agrícola, com a erradicação do café, a partir dos anos 1950, destruiu o colonato, desenraizou os agricultores que foram transformados em boias-frias e temporários, favelizou as cidades, degradou suas vítimas. No Rio Grande do Sul, a disseminação da soja corroeu a economia autárquica da agricultura familiar na opção absoluta pela agricultura mercantil de exportação. Quebrou o equilíbrio e a lógica própria da economia camponesa de excedentes e mergulhou as populações rurais nas vicissitudes da tirania do mercado que as empobreceu.

Esses casos citados por Martins (2014) são exemplares de desencontros de políticas públicas de modernização do campo e a agricultura familiar. Foram ações oficiais desencadeadas pelo Estado, ao longo da história, que provocaram desagregações (e até extinção) de arranjos produtivos estruturados pelos agricultores familiares.

A produção pecuária de Canabrava do Norte

A primeira especificidade do município de Canabrava do Norte diz respeito à existência de uma agroindústria de processamento de leite denominada BRAVALAT, situada no seu perímetro urbano, algo que não é comum nos municípios da microrregião Norte Araguaia. Essa agroindústria funciona a partir do fornecimento de leite, sua matéria-prima, produzido nas proximidades. Na pesquisa de campo que realizamos no meio rural do município, identificamos que a pecuária de corte e a de leite são as atividades econômicas predominantes da agricultura familiar. Essa produção pode ser identificada pelos dados oficiais relacionados à pecuária.

Tabela 4 – Produção do rebanho animal no município de Canabrava do Norte

Tipo de rebanho	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Bovino	160.798	173.891	229.437	213.087	193.501	194.535
Equino	1.374	2.211	2.215	2.230	2.084	2.147
Suíno	2.637	2.760	2.765	2.781	2.084	2.948
Ovino	747	1.843	1.847	1.856	176	362
Galináceos	15.447	25.021	25.070	25.194	6.471	7.942

Fonte: IBGE, 2015. Produção agrícola municipal (2015)

Os dados da Tabela 4 mostram que entre os anos de 2009 e 2012 o rebanho bovino teve um aumento significativo, mas que nos anos subsequentes ocorreu uma queda neste rebanho. Porém, ao analisarmos todo o período, constatamos que, na média, houve um crescimento desta atividade produtiva. Ressaltamos que nestes dados estão incluídos o rebanho de corte e o leiteiro, e que, por conta disso, os números não podem indicar somente as tendências da produção de leite oriundas da criação de gado leiteiro por parte de agricultores familiares, pois a criação de gado de corte é uma prática de médios e grandes fazendeiros do município.

Porém, outros dados oriundos da agroindústria local indicam que a produção de leite é um dos destaques da agricultura familiar, principal fonte de renda para este setor da economia. É uma atividade produtiva de grande volume diário, sendo que o processamento do leite é realizado no próprio município por uma unidade da empresa Bravalat. Na Tabela 5 constam os dados de produtores, localização e produção.

Tabela 5 - Produção de leite em Canabrava do Norte, julho de 2015

Nome da linha	Nº de produtores	Quantidade de leite em litros
Plataforma	18	24.322
Jandaia I	28	59.402
Jandaia II	24	41.782
Tanque coletivo Deusdete	02	9.885
Tanque coletivo Macuco	12	18.682
Tanque coletivo Natinho	02	4.029
Tanque coletivo Setor	03	9.068
Tanque coletivo Cedro	08	11.472
Tanque coletivo Setor Ilha	04	4.310
Tanque Individual	21	124.803
Total	122	307.755

Fonte: BRAVALT- CPA (agosto de 2015)

A Tabela 5 tem como base a produção de leite do mês de julho de 2015, quando a produtividade foi baixa por conta das condições climáticas que afetam a produção de leite. Cada uma destas linhas é constituída por um grupo de produtores circunvizinhos que depositam sua produção diária de leite em tanques que mantêm o leite resfriado até o seu transporte para o laticínio. Na linha Plataforma, somente 18 produtores entregam o leite, somando mensalmente 24.322 litros de leite. Na linha Jandaia I, 28 produtores entregam mensalmente um total de 59.402 litros de leite. Na linha Jandaia II, o leite é entregue por 24 produtores, com um total mensal de 41.782 litros de leite. As linhas Deusdete, Macuco, Natinho, Setor 08, Setor Cedro e Setor Ilha possuem tanques de resfriamento coletivos, nos quais 31 produtores fornecem mensalmente 57.446 litros de leite. Os dados apontam que o conjunto das linhas situadas no município de Canabrava do Norte podem fornecer mensalmente para a Empresa Laticínio Bravalat cerca de 307.755 (trezentos e sete mil e setecentos e cinquenta e cinco) litros de leite produzido por 122 produtores.

Essa empresa também processa o leite produzido em outros municípios circunvizinhos como Confresa, Porto Alegre do Norte e Santa Terezinha, que juntos somam mensalmente 1.349.139 litros de leite. A soma total do leite que o laticínio Bravalat adquire dos produtores do município e das demais cidades citadas que chega a 1.669.594 litros de leite mensal. Este total multiplicado pelo

valor de R\$0,85 pago pelo leite do tanque individual resulta no valor em real de R\$1.419.154,90 (um milhão e quatrocentos e dezenove mil e cento e cinquenta e quatro reais e noventa centavos).

Naquele mesmo período, o Laticínio Bravalat processou 1.669.594,00 de litros de leite, que é a soma do leite produzido em Canabrava do Norte e nos municípios circunvizinho citados. Por se tratar da única agroindústria processadora de leite da região, a Bravalat estipula o preço do litro de leite, que apresenta variações. No ano de 2015, no tanque coletivo o valor dado é de R\$0,73 a R\$0,79; no tanque individual é de R\$0,78 a R\$0,85; o carreteiro é de R\$0,70 a R\$0,78; o leite entregue na plataforma é de R\$0,79 a R\$0,85.

Para compreendermos melhor o impacto positivo deste arranjo produtivo do leite, é preciso observar que o quantitativo de litros de leite fornecido somente pelos agricultores do município de Canabrava chega a 307,755 litros de leite mensal, e que essa quantidade, multiplicada pela valor do litro de leite de R\$0,85 centavos, resulta num montante de R\$261.591,75 (duzentos e sessenta e um mil e quinhentos e noventa e um reais e setenta e cinco centavos) que circulam a partir dessa produção e é recebido pelas famílias fornecedoras de leite. Logo, o dinheiro é inserido na economia local, na compra de mercadoria e serviços, e esses números revelam a importância da contribuição da agricultura familiar na economia do município.

Além da produção do leite que proporciona a entrada de recursos financeiros mensalmente, a pecuária também produz bezerros para venda no mercado regional. Para a maior parte dos agricultores familiares, a venda de bezerros é a principal fonte de renda familiar. Paralelamente, o município produz gêneros alimentícios e *commodities*.

A produção agrícola de gêneros alimentícios e de *commodities* em Canabrava do Norte

Os dados oficiais do IBGE também apontam para uma produção não expressiva de gêneros alimentícios. A Tabela 6 mostra a área plantada de arroz, feijão e mandioca e a quantidade produzida entre os anos de 2009 e 2014 no município de Canabrava do Norte, Mato Grosso.

Tabela 6 - Área plantada em Canabrava do Norte- MT

Lavoura temporária	Variável X ano					
	Área plantada (hectares)					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Arroz em casca	400	3.800	400	100	-	725
Feijão em grão	-	-	-	-	-	731
Mandioca	300	850	150	150	150	150

Fonte: IBGE (2015)

Os dados da Tabela 6 apontam que ocorreu uma variação significativa na área utilizada para a plantação de arroz no período de 2009 a 2014, tendo seu auge no ano de 2010, com uma área de 3.800 hectares, reduzida em 2012 para 100 hectares no município de Canabrava do Norte. Quanto à produção de feijão, não foi possível identificar os dados anuais sobre a área destinada à sua plantação, impossibilitando a análise comparativa com os anos anteriores a 2014. Ao analisar os dados sobre a área destinada ao cultivo da mandioca, verifica-se que houve um decréscimo da área desta cultura considerando o período analisado.

A prática do cultivo do arroz, feijão, mandioca não é exercida em grande escala nesse município, pois quem cultiva esses alimentos são produtores rurais que plantam principalmente para consumo próprio, motivo pelo qual as áreas cultivadas são variáveis e pequenas.

Por outro lado, neste mesmo período 2009 a 2014, nota-se um aumento crescente da área plantada e de produção da agricultura mecanizada que cultiva soja e milho. Em 2009 foram cultivados 1.440 hectares e, em 2014, a área plantada passou para 21.100 hectares. Vejamos nas Tabelas 7 e 8.

Tabela 7 - Área plantada com soja e milho no município de Canabrava do Norte-MT

Lavoura temporária	Variável X ano					
	Área plantada (hectares)					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Soja	1.440	1.970	4.600	5.025	15.000	21.100
Milho	650	700	3.000	3.125	8.500	13.200

Fonte: IBGE (2015)

Tabela 8 - Quantidade produzida de soja e milho no município de Canabrava do Norte-MT

Quantidade produzida em toneladas – Soja e milho						
Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Soja	4.320	5.910	14.214	17.487	45.000	63.300
Milho	1.170	1.260	9.000	16.875	42.500	79.200

Fonte: IBGE (2015)

Por intermédio da Tabela 7, é possível constatar que a área plantada com milho foi ampliada de 650 para 13.200 hectares em seis anos. Aumentou a quantidade absoluta produzida e a quantidade por área, 79.200 toneladas em uma área de 13.200hectares. A soja também teve um aumento extraordinário tanto da área plantada, 21.100 hectares, quanto da quantidade produzida, 63.300 toneladas. Com base nessa análise, percebe-se que o espaço ocupado pela soja na região Norte Araguaia vem aumentando anualmente.

Apesar da expansão do cultivo desses grãos, a dinâmica dessa produção e comercialização não pode ser observada por meio de empresas de processamento locais, como ocorre com o laticínio Bravalat. A produção não é processada localmente e é destinada, em grande medida, ao comércio internacional como *commodities* que são isentas de ICMS, de modo que o município não recebe recursos de sua produção. O maior impacto econômico dessa produção tem relação com os recursos relacionados à prestação de serviço que tem relação com o cultivo da soja e do milho.

Ademais, os impactos ambientais decorrentes da agricultura mecanizada que utiliza insumos ainda não podem ser satisfatoriamente mensurados, como o caso de agrotóxicos e sementes transgênicas que geram uma série de controvérsias científicas, conforme Barrozo e Rosa (2017). Apesar do reaproveitamento de áreas degradadas pela pecuária, o cultivo de soja e milho se expande sobre novas áreas do cerrado, contribuindo para os números inequívocos acerca do desmatamento na região.

Considerações finais

A partir da análise dos dados sobre o município de Canabrava do Norte, constatamos que o aumento da produção da agricultura mecanizada de soja e do milho não provocou a redução das culturas de arroz, feijão e mandioca, praticadas pelos agricultores familiares, hipótese levantada inicialmente pelos autores deste projeto de pesquisa. O mesmo ocorre com a produção de leite, que se manteve e se consolida como a principal atividade econômica do município, apesar da expansão da produção de *commodities*.

A agricultura familiar impacta econômica e socialmente de forma positiva a economia deste município, pois mantém mais de 40% da população economicamente ativa e residindo no campo. Portanto, os recursos financeiros oriundos da agricultura familiar têm sua maior circulação na economia local.

Em contraposição, os recursos financeiros oriundos da agricultura mecanizada não impactaram significativamente a economia municipal, uma vez que todos os insumos agrícolas são adquiridos de grandes centros comerciais e os produtos (soja e milho) são comercializados de forma *in natura* e a *granel* também com empresas exportadoras, restando apenas a movimentação decorrente da prestação de serviços a essa atividade produtiva.

Referências

BARROS, José Roberto Mendonça de. O passado no presente: a visão do economista. In: BUAINAIN, A. et al. (Org.) **O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília/Campinas: EMBRAPA/Instituto de Economia da Unicamp, 2014.

BARROZO, João Carlos (Org.) **Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

BARROZO, João Carlos; Rosa, Juliana Cristina da. O Norte do Araguaia Mato-Grossense como uma nova fronteira de expansão da soja (2000 a 2015). **Diálogos Latinoamericanos**, v. 26, p. 172-188, 2017.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.113p.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Governo de Mato Grosso, 2001.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1986.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social: Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999. (Editado em fev. 2000)

MARTINS, Jose de Souza. A modernidade do “passado” no meio rural. In: BUAINAIN, A. et al. (Org.) **O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília/Campinas: EMBRAPA/Instituto de Economia da Unicamp, 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SOARES, Luiz Antonio Barbosa. **Trilhas e caminhos: povoamento não- indígena no Vale do Araguaia – parte nordeste do estado de Mato Grosso, na primeira metade do século XX**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

FONTES DOCUMENTAIS

Acrisio Luiz do Reis. 02 de janeiro de 2016. Local: Residência do entrevistado no município de Canabrava do Norte, Mato Grosso. Entrevistador: Jhony Neves de Souza. (Entrevista)

Juscelino Dias Glória. 02 de janeiro de 2016. Local: Residência do entrevistado no Assentamento Rural Manah, município de Canabrava do Norte, Mato Grosso. Entrevistador: Jhony Neves de Souza. (Entrevista)

A LUTA PELA TERRA NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO INCRA DE VILA RICA-MT (1980-2010)

Maria do Rosário Soares Lima

Resumo

Este texto tem como propósito apresentar algumas reflexões sobre a formação dos assentamentos rurais do município de Vila Rica-MT por meio da luta pela terra. Para compreender a formação dos assentamentos rurais, foi preciso analisar a formação de fazendas e empresas agropecuárias, que, após o fim dos incentivos fiscais e financiamentos fomentados pelos governos militares, se tornaram improdutivas, sendo que seus “proprietários” criaram estratégias de comercializar as terras no INCRA. Paralelamente, os posseiros, em meio à luta pela terra, adotaram estratégias de reocupação dessas áreas, para depois solicitar, no órgão competente, a regularização fundiária dos lotes. Nesse contexto, o município Mato-Grossense de Vila Rica formou em seu território oito assentamentos rurais, e para compreender toda essa complexa transformação foi utilizada fontes documentais (escritas e orais), que forneceram elementos para uma análise sobre esse processo.

Palavras-chave: Reocupação. Posseiro. Vila Rica. Assentamento Rural.

Por onde passei, plantei a cerca farpada, plantei a queimada.

Por onde passei, plantei a morte matada.

Por onde passei, matei a tribo calada, a roça suada, a terra esperada...

Por onde passei, tendo tudo em lei eu plantei o nada.

(Pedro Casaldáliga- *Confissões do latifúndio*, 2006).

Introdução

A Amazônia Legal e seu processo de ocupação e reocupação apresenta dinâmicas de resistências e estratégias de sobrevivências dos diferentes sujeitos que a habitam (índios, quilombolas, sertanejos, seringueiros, ribeirinhos e outros

povos). Esses grupos se veem diariamente diante da obrigatoriedade de criar e recriar táticas para enfrentar as novas territorialidades impostas pelos grupos empresariais capitalistas em sua lógica, para os quais a terra é um objeto de negócio. Para as populações tradicionais, a terra é uma condição de trabalho e sobrevivência.

A partir da década de 1950, o processo de integração da Amazônia, que foi intensificado no governo militar, “desencadeou um processo rápido e violento de expropriação, domínio e controle das áreas já povoadas por populações tradicionais daquela região” (BARROZO, 2010, p. 8). Nesse processo, havia o incentivo do Estado à colonização privada, que tinha por objetivo atingir a população que “sobrava” no processo de modernização agrícola do Centro-Sul do país.

Nesse cenário, o município de Vila Rica, localizado no nordeste de Mato Grosso foi constituído. A formação de Vila Rica-MT teve seu desenvolvimento intensificado a partir da década de 1980 por quatro projetos agropecuários: Aracati, São Marcos, Porangaba e Promissão. Posteriormente, essas agropecuárias foram transformadas em projeto de colonização privada, com a criação da empresa de Serviço Auxiliares da Agropecuária Ltda. (SERVAP), que procurou a efetivação do projeto de colonização por meio da empresa Colonizadora Vila Rica - MT Ltda. Logo, o município inseriu-se em múltiplos contextos de reocupação da terra, e veremos alguns a seguir.

A transformação das fazendas agropecuárias em assentamentos rurais por meio da luta pela terra

Das sete fazendas agropecuárias que deram origem ao processo de formação do município de Vila Rica, três foram transformadas em projetos de assentamento rural, em um período inferior a duas décadas: fazendas Ipê, Aracati e São José. Algumas das narrativas oficiais sobre a colonização do município declaram que a Fazenda Porangaba cedeu parte da área à colonizadora Vila Rica-MT Ltda., para realização de um loteamento do espaço urbano.

As áreas remanescentes dessas fazendas agropecuárias foram reocupadas por meio das estratégias de lutas/resistências utilizadas pelos

colonos, posseiros, parceiros e pelos assentados¹. Assim, por meio da dinâmica de reocupação e uso da terra, foram constituídos oito desses projetos (Tabela 1).

Tabela 1 - Assentamentos rurais de Vila Rica-MT

Assentamentos	Nº de famílias	Área (ha)	Data de criação
Alvorada	50	3.265.6	29.12.1995
Itaporã do Norte	300	10.641	11.07.1996
Bom Jesus	63	4.457	25.07.1996
Aracati	45	2.110	05.12.1996
Ipê	228	12.099	28.12.1998
São José	252	14.262	28.12.1998
São Gabriel	50	1.985	28.12.1998
Santo Antônio	300	12.100	10.04.2001
Total	1.065	60.919	-

Fonte: INCRA (2017)

Na formação de assentamentos rurais existem sujeitos históricos que, para o INCRA, são considerados “clientela de Reforma Agrária”, os quais se autodenominam de maneiras diferentes: “parceiros” ou “assentados”. Nos assentamentos rurais do Araguaia, a denominação mais utilizada é “posseiro”, sobretudo quando se referem aos primeiros tempos de formação do assentamento rural, no sentido de reafirmar que, entre os agricultores familiares, há aqueles que se autodenominam posseiros como identidade de luta pela posse da terra, remetendo a um imaginário que os liga, umbilicalmente, a uma ação também de corajoso, lutador e desbravador, uma vez que ocupou, resistiu e conquistou a posse da terra. Portanto, trata-se de uma identidade política, construída na luta pela terra.

Logo, o termo posseiro aparece também como um símbolo da resistência aos projetos agropecuários e às grandes fazendas que expropriam os trabalhadores rurais sem-terra, uma vez que muitos já se encontravam na área, bem antes dos fazendeiros e da implantação dos projetos agropecuários.

¹ São autodenominações das pessoas que residem nos assentamentos rurais de Vila Rica. No decorrer da pesquisa, analisaremos como estas foram construídas neste contexto histórico.

Ao tomar como referência o relato de um assentado de Vila Rica, no assentamento rural São José, é possível afirmar que a denominação posseiro está associada às estratégias e condições de luta pelo acesso à terra:

me vejo como posseiro. Ser posseiro no Araguaia é assumir que lutamos contra os fazendeiros que viviam do dinheiro emprestado do Banco; sei o quanto foi difícil conseguir essa terrinha e com ela poder alimentar a minha família (Entrevista com o agricultor familiar José Roberto, em março de 2015).

Trata-se de uma situação de enfrentamento na luta pela terra, visando garantir a sobrevivência e as condições mínimas de sustento da família (IANNI, 1981). O historiador Puhl (2013, p. 31) chama atenção para as características que definem o posseiro, conceito construído a partir da percepção de que esses agentes sociais têm,

ocupação antiga de áreas devolutas ou sem documentação privada; o uso direto da terra no trabalho de produção agropecuária; a residência e o trabalho da família na posse, a resistência à retirada ou expulsão levada a efeito por grileiro.

O conceito de posseiro pode ser compreendido enquanto resultado das práticas de luta, ocasião em que os atores sociais se apropriam desse conceito para se autoneostrar e, ao mesmo tempo, atribuir sentido às próprias atitudes de desafio ao sistema, de enfrentamento aos modelos existentes para os fazendeiros, constituindo-se enquanto uma categoria social formada por sujeitos históricos de diferentes origens e trajetórias migratórias, os quais, muitas vezes, apresentam uma significativa diferenciação social (PEREIRA, 2013).

Devido à diversificação em relação à situação econômica e cultural entre as pessoas que são denominadas clientela da Reforma Agrária em Vila Rica-MT, o critério de distribuição dos lotes nos assentamentos rurais passou a ser objeto de questionamento por parte de alguns agricultores familiares. No município de Vila Rica, notou-se que as origens de seus assentamentos rurais foram distintas, mesmo que nos dados oficiais, indicados na Tabela 1, todos fossem regularizados e reconhecidos pelo INCRA, nas décadas de 1990 e 2000.

Verificados os dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Vila Rica, da Comissão Pastoral da Terra-CPT e da Prelazia de São Félix do Araguaia, os quais foram também confrontados com os testemunhos orais dos assentados, detecta-se que alguns dos assentamentos rurais datavam da década de 1980.

Reafirma-se aqui que tais trajetórias estão vinculadas à história do Araguaia, a qual é marcada por uma série de conflitos no que tange à luta pela terra, considerada como direito, pelo qual, muitas vezes, os posseiros e os indígenas pagaram com as suas próprias vidas ou com as de seus parentes.

Uma carta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Rica-MT evidencia a complexidade em torno da luta pela posse da terra. Esse registro foi apresentado ao presidente do INCRA como base para a análise da situação das terras consideradas improdutivas, a maioria remanescente da Colonizadora Vila Rica-MT Ltda., e que a desapropriação destas era condição necessária para a sobrevivência dos trabalhadores que as reocuparam.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VILA RICA - MT.
Carta nº 002/90

Ilmo. Sr.
Representante do INCRA
BRASÍLIA - DF.

Vila Rica-MT., 08 de Maio de 1.990.

Senhor Presidente.

Sabemos que em esse Município de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, composta aproximadamente de 12 mil habitantes, sendo que quase a metade da população são trabalhadores de baixo nível econômico de vida, sem condições de adquirir uma área de terra para trabalhar.

Nesse Município é um dos município do baixo Araguaia de maior produção agrícola nestes últimos anos, com possibilidades de aumentar ainda mais sua produção. Um dos objetivos seria a desapropriação das terras devolutas e improdutivas existente em esse Município, favorecendo assim muitos trabalhadores que necessitam da terra para sobreviverem, muitas vezes são obrigados a trabalhar por uma mão-de-obra barata, por não possuírem seu pedaço de chão para plantar.

Diante disto pedimos a V. Exa., a imediata desapropriação das áreas devolutas e improdutivas de esse Município, especialmente nas áreas remanescentes da Colonizadora Vila Rica. Para isso é necessário que seja feito um levantamento de toda o Município.

A luta pela terra é uma das nossas metas, a terra é para quem nela trabalha, este é um meio de amenizar a miséria e a fome de nesse país.

Certes de sermos atendidos em nossas reivindicações, desde já nossos agradecimentos, subscrevo-me.

Atenciosamente.

Sindicato dos Trab. Rurais de Vila Rica

Figura 1: Carta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para o INCRA (1990)

Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Rica-MT

Ressalta-se que a exposição dos argumentos dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Rica teve por base a compreensão de que as terras remanescentes da colonizadora eram “improdutivas”, segundo os critérios do Estatuto da Terra. Nessa situação, os proprietários deixavam de cumprir a função social da terra, oportunizando sua desapropriação legal para fins de Reforma Agrária.

Apesar das reivindicações formalizadas via cartas, ofícios e outras formas de solicitação feitas aos órgãos responsáveis pela Questão Agrária no Araguaia Mato-Grossense, alguns depoimentos orais descreveram a reocupação das fazendas como uma ação implantada de maneira pacífica, por parte dos posseiros. Porém, ocorreram também atitudes e práticas de violência por parte de alguns fazendeiros. A luta pela posse da terra no município de Vila Rica ocorreu de forma conflituosa, embora não tão violenta como em outros municípios Mato-Grossenses, a exemplo de Santa Terezinha, Porto Alegre do Norte e outros.

Vale destacar que muitas pessoas que reocuparam as áreas de fazendas, hoje assentamentos rurais em Vila Rica, eram, em sua maioria, membros associados ao sindicato dos trabalhadores rurais daquele município. Quando estávamos em atividade de visita a um dos assentamentos, uma entrevistada relatou que,

o papel do sindicato geralmente era o de solicitar a regularização da terra, bem como o processo de formação e o de organização da base, no caso os trabalhadores pobre sem terra, principalmente os filiados do STR (Entrevista Clainir, Vila Rica, em março de 2015).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Rica também fazia a mediação entre os assentados e o Poder Público, sobretudo com o INCRA. Foi ele que orientou a criação das associações:

[...] nós do sindicato trabalhávamos, visando evitar os conflitos e o processo de despejo, reivindicando a desapropriação, a demarcação dos lotes, homologação, cadastramento. [...] E depois pleiteava as linhas de crédito para habitação e alimentação/fomento, depois as demais linhas do, Pronaf A, Pronaf C e outros investimentos de custeio. É assim que começa os assentamentos, esse processo é geral em todo lugar. Quando digo que agente (nós) do sindicato, evitava o conflito não estou dizendo que conseguimos, tivemos muitos momentos complicados. Houve ameaças de morte, teve despejos de posseiros, teve gente que perdeu tudo que havia plantado quando foram expulsos da terra. Ainda bem, que sempre podemos contar com o suporte da Igreja e da CPT, se não fosse essas instituições nós estaríamos numa situação muito pior. Assentamento é luta, nessa região do Araguaia. Hoje fico vendo muitos assentados vendendo suas terras a preço de nada e reclamando de dificuldades, fico pensando: o povo parece que às vezes esquece a luta (Entrevista com Clainir, Vila Rica, em março de 2015).

Os serviços voltados para melhoria da infraestrutura, como estradas, pontes e outras benfeitorias, nos “primeiros tempos” de formação dos assentamentos rurais, eram feitos pelos próprios moradores. A prefeitura alegava não dispor de recursos para investir em assentamentos rurais que ainda não haviam sido regularizados. Essa situação foi praticamente semelhante em todos os assentamentos rurais oriundos da reocupação de fazendas de Vila Rica-MT. Os espaços públicos, como escola, barracão da associação, igreja, campo de futebol etc. eram, geralmente, localizados nas antigas sedes das fazendas, fato que se repetiu praticamente em todos os assentamentos rurais estudados de Vila Rica-MT.

Os assentamentos rurais do município de Vila Rica-MT

O processo de formação dos assentamentos rurais no município Mato-Grossense de Vila Rica não ocorreu de modo linear, e não obedeceu a uma padronização. Portanto, faz-se necessário problematizar a formação de cada um deles individualmente, lançando mão de diferentes fontes documentais. Alguns possuem documentos e outros têm sua historicidade guardada apenas na memória dos assentados, daí a importância de se conhecer as singularidades descritivas desses “adereços sociais”, procurando trazer para o diálogo a forma constitutiva de cada um deles.

A trajetória construída pelos agricultores familiares está, quase sempre, presente em suas memórias, sendo esta constituída a partir da habilidade que os indivíduos têm em compreender suas experiências de vida, bem como o interesse deles em contá-las, uma vez que as lembranças se revelam de forma mais concisa quando o relembrar dos acontecimentos está correspondendo aos seus próprios interesses e necessidades (THOMPSON, 1992).

Daí a importância de atentar, também, ao que não está dito ou ao que não pode ser dito pelo narrador. Neste caso, o silenciamento sobre determinados temas constitui relativa importância para intensificar a segurança que o entrevistado tem ou quer passar nas próprias narrativas. Para tanto, eles selecionam o que dizem e aquilo que não deve se tornar público. Um exemplo ocorreu com um dos assentados, chamando a atenção pela forma como ele gesticulava ao contar sua trajetória de vida, ocasião em que foi possível perceber

o quanto as questões não ditas tornam-se relevantes na prática de trabalhos que dependem da metodologia das fontes orais, como no caso da presente pesquisa (THOMPSON, 1992).

Ao relatar a sua trajetória de vida, o entrevistado, sentado em uma cadeira encostada a uma árvore e com as pernas balançando, passava, “aos meus olhos”, a sensação de ser uma pessoa muito tranquila para falar sobre si e seus afazeres. Revelava estar muito orgulhoso do sítio que tinha, mas, no decorrer da entrevista, foi perceptível que, quando o assunto não o agradava, por se tratar de algo que o marcou como experiência que não lhe remetia boas lembranças, ele parava de balançar as pernas e baixava a cabeça. A projeção de futuro foi um assunto que, evidentemente, não o agradou, afirmando:

[...] sofro muito só em pensar o que possa acontecer; se eu morrer primeiro, ela vai ter que vender e dividir entre os filhos, pois não dará conta de cuidar sozinha. Se é ela quem morre primeiro, sou eu quem terá que vender. Isso sim é doído pra nós, depois de tanta luta pra organizar, o sítio terminar nas mãos de sei lá quem. Esse sítio pra mim não tem preço, mas é uma pena que nossos filhos não pensam igual. Quando eles querem um dinheiro dizem “mãe, pai, me manda aí tanto”, mas vejo que o forte deles não é morar no sítio (Entrevista com João Neto, assentamento São José, em março de 2015).

O relato possibilita refletir sobre os diversos significados produzidos a respeito da concepção e das formas de uso da terra para os agricultores familiares, como a posse da terra, a relevância das lutas e conquistas, assim como a busca pela continuidade da tradição na convivência com o espaço rural. Além da preocupação prática com a falta de continuidade familiar no trabalho do sítio, existe uma preocupação com o futuro incerto, capaz de apagar da memória o vínculo desse agente histórico com a terra. Percebe-se o desejo de eternizá-lo e o valor sentimental da terra que, para ele, não tem preço.

A narrativa possibilita também identificar o papel dos agentes históricos na construção da trajetória agrária de Mato Grosso. As pesquisas não dão muita importância aos assentamentos rurais, mas particularmente às trajetórias de vida dos agricultores familiares.

Por outro lado, as evidências mostram que os assentados exercem um papel importantíssimo na formação da área rural. Nesse sentido, eles não podem

estar à “margem” das lutas travadas pelas instituições às quais estão vinculados. No caso de Vila Rica-MT, as entidades que se destacam nas narrativas sobre a luta pela terra são: a CPT, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Prelazia de São Félix do Araguaia e o INCRA.

Assentamento rural Alvorada

O assentamento rural Alvorada está localizado na divisa do município de Vila Rica-MT com o estado do Pará. Esse assentamento rural resultou da ocupação da fazenda Santaninha, em 1993, porém o ato de regularização data de 1995, ou seja, somente depois de dois anos das terras ocupadas é que estas foram regularizadas pelo INCRA, transformando-as em projeto de assentamento rural.

Consta em documentos (atas, ofícios, relatórios e projetos de assistência técnicas)² do STR de Vila Rica-MT que os primeiros moradores do assentamento rural Alvorada vieram principalmente dos estados de Mato Grosso e do Pará, e “no período compreendido de 1993 até 2009 as principais dificuldades do assentamento rural estavam relacionadas à falta de estradas” (MELO, 2011, p. 43). Este assentamento está localizado em uma área onde há predominância de relevo acidentado, condição que motivou os assentados a investir na pecuária, inibindo, assim, o avanço da agricultura familiar, devido às dificuldades para o escoamento da produção agrícola: hortaliças, legumes, verduras e frutas. Essa situação ainda é um desafio para o desenvolvimento desse assentamento rural. Apesar dos problemas permanentes nele, existem uma escola, uma associação de pequenos agricultores, uma rede de energia elétrica e o abastecimento de água.

No assentamento rural Alvorada, como em outros, a questão das políticas públicas de saúde, habitação, estrada e educação são consideradas conquistas importantes para a permanência das famílias no campo. Nessa acepção, o relato de um dos assentados ilustra a concepção dos seus moradores quanto às condições de vida no assentamento rural:

[...] foi bom mudar para cá, me sinto realizado, porque consegui algo para sobreviver e cuidar da minha família [...] quando chegamos aqui quase

² Esses documentos foram analisados pela autora e fazem parte do acervo documental do Sindicato dos Trabalhadores de Vila Rica-MT.

não tinha devastação de mata, só tinha aproximadamente 2,5 alqueires de derrubada e era muito difícil a chegada neste local, pois os primeiros meios de transporte eram o trator, porque as estradas eram bem difíceis, atoleiros e sem pontes. Atualmente, as melhorias são muito grandes nas estradas, nos transportes, na educação, na habitação e na saúde (Entrevista com Edno Venâncio, projeto Santaninha, realizada por Carlos Aberto de Melo, em 2011).

O relato remete às dificuldades vivenciadas pelos posseiros nos primeiros tempos de formação do assentamento rural, comum aos demais. Coube aos posseiros “cavar” e buscar as próprias condições de sobrevivência, já que o Poder Público não assegurou a infraestrutura básica.

No assentamento Alvorada, as informações do STR e dos assentados permitiram compreender que nele não ocorreu conflito entre posseiros e fazendeiro. Trata-se de uma área que não estava vinculada somente à fazenda Santaninha, tendo sido a devastação do meio, para a formação de pastagens, fruto da ação dos próprios posseiros.

Assentamento rural Itaporã do Norte

O Assentamento Rural Itaporã do Norte resultou de um processo de reocupação, por parte de posseiros, no ano de 1986. Naquele período, houve tentativas de desapropriação, prisão e ameaça contra a vida dos posseiros, fato confirmado por meio de documentos, como a declaração em que um dos posseiros denunciou as ameaças de morte:

DECLARAÇÃO

Francisco Guimarães, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 672 646 - SSP/MT, residente e domiciliado em Vila Rica -MT

Declara:

No dia 10 de dezembro de 1988, às 11 horas da manhã, eu estava em minha casa, na área São Lucas, juntamente com minha esposa Sra. Maria dos Reis, ela doente e acamada.

Chegaram lá em casa, 03 homens: Srs: Gilmar Canalli, Elio (genro do Sr. Ivo Liell e o outro filho do Sr. Ivo, que trabalha na Cooperativa. Esse se dizia Promotor da Justiça.

Os três chegaram armados: um com revólver, outro com uma espingarda 28 e o outro com uma espingarda 22. O Filho do Sr. Ivo me perguntou, quem tinha mandado eu entrar na Fosse, e se eu não tinha medo de morrer na cadeia, pois já sou um velho. E foi me ameaçando e intimidando.

Depois de ter falado isso, os 03 foram embora.

Passado 03 dias, no dia 13 de dezembro, eu estava no Posto de Gasolina em Vila Rica, chegou o genro do Sr. Ivo, de nome Elio, e fez muitas ameaças contra nós posseiros. Falou que vai fazer o despejo, que nós não vamos ser indenizados, e que o Juiz deu ordem para ele matar dois posseiros que são: Sr. Lucas e Raimundão.

Sendo verdade isso que declarei

Subscrevo-me:

Francisco Guimarães

Vila Rica, 15 de dezembro de 1988

Figura 2: Denúncia de ameaça de morte de posseiro

Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Rica-MT

O documento denuncia a ação violenta de intimidação sofrida por parte de um dos posseiros, no ano de 1988. O significado dessa fonte de pesquisa permite que se conheça mais claramente o *modus operandi* dos pretensos proprietários da terra, assim como a forma com que tentavam manter seus domínios, não somente no campo da justiça, do direito, mas também na criação de cenários em que o medo pudesse fazer parte da rotina dos posseiros e de seus familiares.

A criação de um ambiente tenso e conflituoso, com riscos à vida de qualquer um dos familiares, era uma das estratégias utilizadas pelos “senhores”, pretensos proprietários das terras em conflito. Apesar do embate e das ameaças, somente dez anos depois o INCRA regularizou a situação dos posseiros.

Um dos principais problemas do assentamento rural decorreu da demarcação dos lotes no período, sendo que o tamanho variava de 25 a 150 ha. O tamanho do lote oscilava em decorrência da forma de reocupação anterior à regularização, seguida pelo INCRA.

As parcelas menores estão abaixo do mínimo estipulado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que é de 35 hectares. Segundo o Estatuto da Terra (1964), esta era a área mínima que garantia condições de desenvolvimento e potencialização da função social da terra. Essa perspectiva teve por base a ideia de que um lote menor que 35 ha não garantiria as condições sociais e econômicas de seus moradores e trabalhadores.

Ao observarmos essa questão nos assentamentos rurais analisados, é perceptível que muitos acabaram tendo que conciliar as atividades declaradas na posse com outras formas de trabalhos assessoriais, visando garantir as condições econômicas da propriedade.

Em 1996, foram cadastradas 184 famílias de posseiros que objetivavam adquirir recursos/créditos para financiamento das atividades naquele assentamento rural. Desse total, 30 famílias não estavam aptas a conseguir o crédito.

Assentamento rural Bom Jesus

Refletir a partir da história do assentamento rural Bom Jesus é trilhar mais uma vez a trajetória de vida daqueles que migraram para Vila Rica-MT em busca de melhores condições de vida. Essas pessoas foram atraídas pela propaganda da terra fértil e da abundância. Nas informações disponibilizadas pelo S'TR de Vila Rica-MT, os ocupantes desse assentamento eram, majoritariamente, migrantes oriundos dos estados de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná, Pará e, minoritariamente, do Nordeste.

Ao se aventurarem nas matas para desbravá-las, acreditavam que as terras da Amazônia seriam capazes de proporcionar a qualidade de vida almejada. Essa expectativa pode ser observada no excerto da carta-convite para a comemoração do 17^o aniversário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Rica-MT, datada de 30.05.2004:

[...] imaginando eles que iriam ter o crescimento econômico e uma vida melhor para sua família sem conhecer os riscos, quantas vidas foram ceifadas nas derrubadas. Aí chega a maldita maleita a tão sofrida malária, onde muitas famílias perderam vidas, sofrimento com a dor [...]. E os que conseguiam reagir com muita fraqueza, sem forças para trabalhar e já com dívidas acabaram vendendo sua terrinha, quando acabou o dinheiro. E agora o que fazer? Isso já era por volta do início de 1986, onde a opção foi ocupar terras devolutas da região, pois o dinheiro tinha acabado e voltar para traz, donde vieram não era possível. Iniciou-se a ocupação da área do Itaporã do Norte e da Colônia Bom Jesus.³

Esse documento possibilita compreender que a narrativa oficial não traduzia as representações constituídas pelos trabalhadores e antigos colonos. Afinal, na época da formação do assentamento rural, muitos posseiros, convivendo com os efeitos da colonização para todos aqueles que acreditaram nos discursos construídos pelo colonizador sobre um lugar bom de viver, acabaram arriscando as próprias vidas na luta pela terra.

Com o passar do tempo, eles se depararam com doenças, dificuldades financeiras e a desilusão da riqueza da terra fácil. Diante da falta de alternativas de trabalho e de sobrevivência, os posseiros vislumbraram a possibilidade de reocupar fazendas improdutivas como a única saída para a sobrevivência, conforme relatado na carta: “[...] e quando acaba o dinheiro, o que fazer?” (STR, 2004).

O relato a seguir evidencia as estratégias dos posseiros para reocupar uma área privada, e como conseguiram a aprovação do INCRA:

³ A carta na íntegra faz parte de coletânea de recorte de textos e noticiários sobre a luta dos movimentos, numa espécie de livro artesanal, o qual está disponibilizado nos arquivos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Rica-MT.

[...] eu participei das ocupações em 1986-1987, no caso do assentamento Bom Jesus, que era antes a antiga Fazenda COBEC, onde 60 famílias foram reocupando a área. [...] sei do caso do Bom Jesus, que, depois que organizamos a reocupação, nós recorremos ao Sindicato e fizemos o primeiro contato com o INCRA. Queríamos saber se havia interesse por parte do INCRA em negociar a compra dessa propriedade, porque na época o INCRA ainda fazia a negociação, digo, compra de áreas que já estavam ocupadas. Hoje, como você sabe, o INCRA não faz mais esse tipo de coisa, a estratégia é outra. Hoje, compra-se a propriedade, para depois entregar a antiga fazenda aos assentados. [...] eu, na época, tinha dezesseis anos, eu era meio perdido com essas coisas, a organização foi feita basicamente pelo o meu pai e outros companheiros nossos, (outras pessoas, né). Só sei que eles fizeram um levantamento sobre a situação das fazendas em Vila Rica-MT e descobriram que esta área estava sem produzir, era uma fazenda empenborada no banco, ou seja, já era uma área do banco. Então, os organizadores do processo de reocupação entenderam que seria mais fácil a negociação entre o dono e o INCRA e, assim, facilitaria aquisição do título da terra e a formação do assentamento (Entrevista com Ivani Galo, assentamento Bom Jesus, Vila Rica, em março de 2015).

O relato nos possibilita cogitar que os posseiros que reocuparam a área da fazenda Bom Jesus eram conhecedores não só das diretrizes definidas pelo INCRA para a criação de assentamento rural, mas também da situação da Questão Agrária de Vila Rica-MT. Isso fica evidente, principalmente ao eleger uma fazenda que estava comprometida pelo endividamento no banco pela tática de efeito positivo, uma vez que facilitou a ação do INCRA na aquisição da fazenda, tendo em conta o interesse do proprietário de negociar a venda.

Outra situação que nos chama atenção foi a atuação dos filhos junto com os pais na reocupação da fazenda, o que contribuiu para a projeção de desmembramento familiar ou de ampliação do capital econômico da família. Ao mesmo tempo, demonstrou que os posseiros tinham a pretensão de continuar uma tradição vinculada à terra, passando suas heranças para os filhos, porém incorporando-os na luta e na labuta da terra e na busca pela sobrevivência a partir da propriedade rural.

Pelo relato a seguir, os posseiros se apossavam de áreas não produtivas:

A ocupação de fazenda, na época, era a única forma que as pessoas sem-terra tinham para conseguir uma pequena área, era o que nós entendíamos ser mais fácil para conseguir ter acesso à terra. Hoje, a gente vê que não precisa ser só

assim, pois é melhor procurar comprar a fazenda e planejar o assentamento. [...] Éramos todos daqui mesmo de Vila Rica-MT, éramos pessoas que tinha conhecimento sobre a luta pela terra, um bom entrosamento, e essas pessoas trabalhavam em prol da colonização, reuniram essas famílias e foram ocupar, até organizamos em dois grupos no primeiro momento, onde um grupo entrou por um local e o outro grupo entrou por outro lado da fazenda, mas quando teve o desbravamento descobrimos que estávamos ocupando a mesma área, porque o acesso era muito difícil, a gente não tinha como fazer um mapa direito da fazenda, então, tivemos que entrar de 8 a 12 km na mata, até descobrir a área toda (Entrevista com Ivani Galo, assentamento Bom Jesus, Vila Rica, em março de 2015).

O testemunho oral nos possibilita afirmar mais uma vez que havia um conhecimento aprimorado da estrutura fundiária de Vila Rica-MT, pois os posseiros não reocuparam áreas das fazendas que estavam produzindo, mas optavam por estabelecer as disputas em terras sob condições ilegais. Por isso, eles reocupavam as áreas improdutivas, para diminuir a possibilidade de conflito e aumentar a chance de negociação entre os proprietários e as instituições governamentais. Para essas definições, eles faziam reuniões para escolher qual área de fazenda seria reocupada e a estratégia na reocupação.

A maioria dos posseiros ocupantes dos lotes do assentamento rural Bom Jesus foi composta de “ex-colonos” do Sul, que migraram para Vila Rica-MT, compreendidos aqueles que vieram em função da ação da colonizadora e que perderam o capital financeiro, por endividamento no banco. Estes migrantes passaram de colonos para sem-terra, depois tornaram-se posseiros ou vendedores da força de trabalho, trabalhadores rurais e também urbanos. Porém, outros posseiros eram oriundos das áreas de colonização ou de fazendas agropecuárias:

[...] andávamos aí de 8 a 12 km na mata, guiados através de picadas apenas, essas picadas já eram existentes desde a época da colonizadora. Essa fazenda que nós reocupamos era uma área vizinha da colonizadora. Isso acabou facilitando a localização. Além da falta de estrada, tinha a malária, a falta de transporte. E eu mesmo fui uma das pessoas que primeiro chegou ao assentamento [...], fiquei 21 dias na mata, ali roçando, demarcando a minha área. E foi assim, a nossa luta, para conseguir o pedaço de chão pra produzir o sustento da minha família. [...] na época, ficou determinado, entre todos nós, numa reunião que fizemos, era para cada um de nós ficar apenas com 100 hectares. [...] por isso, no assentamento Bom Jesus não tem ninguém com mais

100 hectares. E teve gente que não conseguiu permanecer no assentamento, venderam e teve outros que desistiram, não aguentaram aquele sofrimento todo. Nós sempre trabalhamos na associação, para que nenhum lote passasse de 100 hectares, pois já era a determinação do INCRA. E nós já conhecíamos as regras do INCRA e trabalhávamos desde a fase de organização da ocupação com elas. A nossa lógica era no sentido de facilitar a regularização, e de forma que pudesse também aumentar o número de famílias no assentamento (Entrevista com Ivani Galo, assentamento Bom Jesus, Vila Rica, em março de 2015).

O relato de Ivani nos remete à concepção já descrita da formação de outros assentamentos rurais, em que os posseiros eram conhecedores das diretrizes do INCRA em relação ao processo de criação e regularização dos assentamentos rurais. Isso nos leva a crer que a reocupação das fazendas não ocorria de forma tão espontânea, como aparece em outras narrativas sobre assentamentos rurais. Havia entre os posseiros estratégias de organização e planejamento. Isto porque promoviam ações que exigiam atividades táticas e estratégicas que permeavam a disposição da luta pela terra. Apesar dessas definições de princípios organizativos da luta para evitar reocupações equivocadas e de desvio dos conflitos, o entrevistado falou sobre as ameaças que sofreram no período em que lutaram para conquistar a terra:

Nós estávamos fazendo os nossos serviços lá, cuidando da roça. E daí apareceram eles dizendo que eram os legítimos donos da área, mas não conseguiram apresentar documento, não conseguiram apresentar nada. Nós desconfiávamos deles. No fundo, sabíamos que estavam tentando nos enrolar. E acabou que eles tiveram que se retirar de lá. E nós, através do INCRA e do Sindicato, (são essas as instituições que assumiram a nossa causa), ficamos com a terra e estamos assentados lá até hoje. Somos 63 famílias [...] Na verdade, 1987 é o período de reocupação, porque o INCRA veio atuar em 1992, quando foi criado o assentamento. Ficou esse período, aí todo, em fase de negociação com o antigo dono da fazenda. O INCRA e o Sindicato fizeram o levantamento da área, estudo geográfico, e assim por diante, e nós juntos acompanhando tudo (Entrevista com Ivani Galo, assentamento Bom Jesus, Vila Rica, em março de 2015).

Nesse caso, o testemunho remete à ação de outro tipo de agente social envolvido nos conflitos agrários do assentamento rural: o grileiro, expressão

utilizada localmente para identificar aquele sujeito social que reocupava uma área de terra, não com o objetivo de morar e cultivar, mas, ao contrário, para adquirir o “direito” sobre ela e poder comercializar, posteriormente.

Também é possível identificar, na narrativa, a valorização dada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Rica-MT, destacando que ele agia, juntamente com o INCRA, na regularização do assentamento rural. A formação do assentamento rural Bom Jesus deu-se de forma particular. Os posseiros que reocuparam a área tinham dificuldade financeira para garantir sua sobrevivência, e isso se configurava como impedimento de retorno aos seus lugares de origem, não conseguindo mais vislumbrar outro meio de sobrevivência senão a ocupação de terra ociosa.

Diante das necessidades, os posseiros criaram estratégias inteligentes de ocupação, escolhendo as áreas com maior chance de desapropriação, bem como lançaram mão de estratégias de resistência do grupo na luta contra o grileiro. Semelhantes estratégias também devem ser compreendidas em uma relação com o perfil dos reocupantes, que incluía aqueles com certo grau de instrução sobre as questões relacionadas à política de regularização de assentamentos rurais. O conhecimento da legislação facilitou o acesso às políticas que versavam sobre a desapropriação, parcelamento e uso de terras devolutas, e/ou improdutivas, que não cumpriam a função social da terra e que deveriam ser utilizadas para fins de Reforma Agrária.

Assentamento rural Aracati

A luta pela terra não passa somente por um processo de conquista territorial, mas avança em direção à necessidade de permanência dos assentados, garantida por meio de apoios e políticas públicas. No caso de Vila Rica-MT, os assentamentos rurais Aracati e Itaporã do Norte talvez sejam os dois que mais se identifiquem com a situação de violência, uma vez que foram resultantes do processo de reocupação da fazenda Aracati, que, na época, era de propriedade do senhor Rubens Mendonça, apresentado nas narrativas oficiais como “o pioneiro” de Vila Rica-MT. A reocupação da área provocou conflito entre posseiros e o proprietário da fazenda, havendo até ameaça de morte.

O conflito fundiário tornou-se mais complexo com a organização e atuação do STR e da CPT. Em 1990, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município denunciou internacionalmente a ação de empresários e fazendeiros, conforme mostra a carta reproduzida na Figura 3.

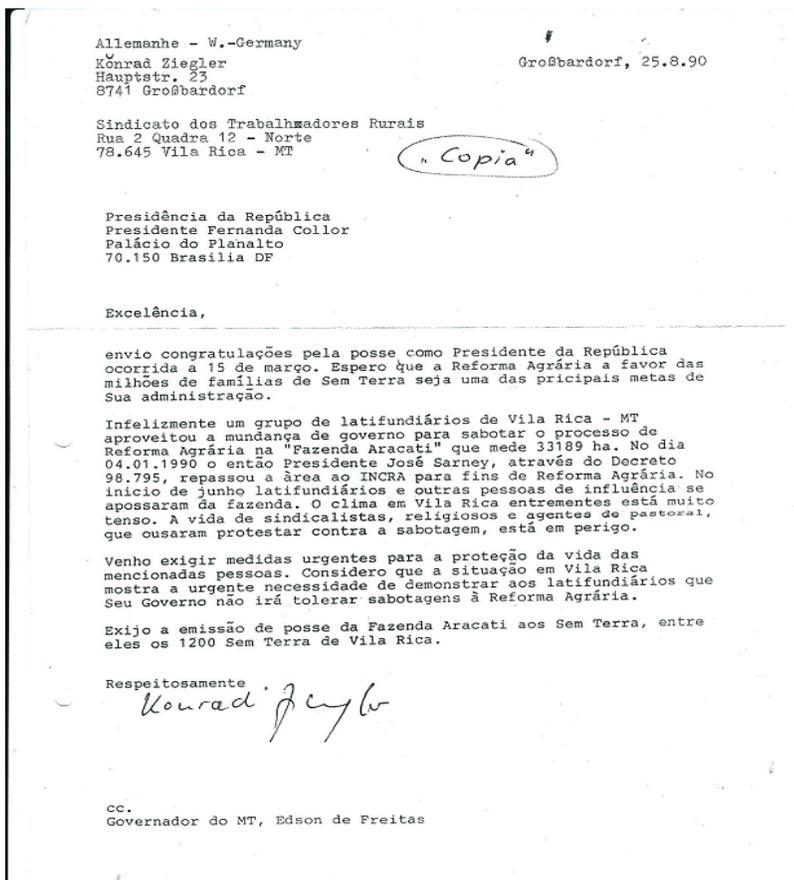


Figura 3: A Carta da Alemanha

Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Rica-MT

Essa articulação internacional do STR de Vila Rica-MT demonstra a capacidade de ação mobilizadora dos grupos sociais camponeses atrelados à luta pela terra, revelando o nível de organização política e conhecimento legal sobre os procedimentos jurídicos adotados pelos órgãos federais no processo de criação e regularização de assentamentos rurais.

Vale ressaltar que a situação vivenciada pelos posseiros da fazenda Aracati ganhou repercussão nacional e internacional, possível de verificação pela cópia das cartas enviadas ao Presidente da República, por várias entidades, inclusive de países como Espanha, Itália, Alemanha e outros.

Em 1993, a equipe do INCRA compareceu, pela primeira vez, na área, visando regularizá-la por meio de um contrato de arrendamento com o proprietário da fazenda Aracati. No entanto, tal regularização ocorreu somente quando a fazenda em questão foi desapropriada para fins de Reforma Agrária, sendo criado, então, o assentamento rural, ocasião em que se deu o retorno dos posseiros que haviam sido expulsos.

Na época, foi respeitada a demarcação realizada anteriormente pelos próprios posseiros, na primeira fase da reocupação. Em consequência dessa situação, quando não foram estabelecidos critérios de demarcação, os lotes do assentamento rural Aracati possuem, até hoje, áreas diferenciadas.

A análise dos documentos dos arquivos disponibilizados pelo STR de Vila Rica-MT, no período de 1990 a 1992, revela que pouco se fez em prol da infraestrutura da área ocupada pelos agricultores familiares, uma vez que apenas se verificou a edificação de uma pequena escola de tábua, cercas, currais e construção de estradas, fruto do trabalho e recursos dos próprios moradores.

Assentamento rural Ipê

Para conseguir compreender a formação do assentamento rural Ipê, foi necessário visitar o local para perceber suas especificidades. O contato direto entre pesquisador e entrevistados, acompanhados por conhecidos, foi bastante significativo, uma vez que dessa proximidade foi possível aos entrevistados e às entrevistadas apropriar-se de suas memórias, o que possibilitou relembrar a luta pela sobrevivência, o que faz de homens e mulheres sujeitos da própria história.

O assentamento rural Ipê teve origem na compra da fazenda Ipê, que havia sido ocupada antes, numa ação apoiada pelo STR. O INCRA apresentou a possibilidade de fazer um assentamento rural modelo, planejado de acordo com as diretrizes do MDA para criação de assentamentos rurais. A luta pela conquista do seu espaço social de produção ocorreu em 1999, quando os posseiros ocuparam

a área da fazenda Ipê e fizeram a divisão dos lotes, abrindo estradas, por meio de “picadão”, embora a maior parte da área já estivesse ocupada com pastagens.

Em carta aberta, escrita pela Comissão Municipal de Reforma Agrária, na mesma década, as lideranças do movimento tentavam esclarecer à população de Vila Rica-MT sobre os acontecimentos e, ao mesmo tempo, chamar a atenção das autoridades vinculadas à questão agrária. Simultaneamente, esse documento revelou uma concepção da estratégia e da luta pela posse da terra, pois tanto os dirigentes do STR como as outras instituições viram-se na condição de aliados do INCRA e da Prefeitura Municipal de Vila Rica-MT.

Por esse documento, a Comissão Municipal de Reforma Agrária do município era composta por representantes de instituições e entidades vinculadas à questão agrária, e visava consolidar um assentamento rural que atendesse aos padrões estabelecidos pela política de criação de assentamentos pelo INCRA. Logo, havia interesse dos órgãos governamentais e do STR para a conquista do que viria a ser o primeiro assentamento rural do Araguaia Mato-Grossense. Ele foi construído com base no imaginário idealizado pelo Plano de Reforma Agrária da época:

[...] a partir de 1998 foi instituída “A Comissão Agrária do Município de Vila Rica-MT”, com o objetivo de coordenar às atividades ligadas a Questão Agrária no âmbito municipal. Esta comissão em parceria com o INCRA e sociedade envolvida, organizou os trabalhos de classificação dos sem terras, selecionando 500 em uma relação de 1700 inscritos no Sindicato dos Trabalhadores e Prefeitura, para assentá-los na Fazenda Ipê, até então objeto de desapropriação para fins da reforma agrária. A relação de classificados feita conforme legislação competente e os métodos estabelecidos pela própria comissão foram apresentados ao INCRA, que fez o cadastramento no SIPRA- Sistema de Informação de Projetos da Reforma Agrária. Além de organizar esta classificação, a comissão conscientizou os futuros assentados a evitar a invasão da Fazenda e sim aguardar as devidas providências que seriam tomadas pelo INCRA para que o assentamento fosse feito com clientes da reforma agrária, trabalhadores sem-terra, e que pudesse ser modelo para a região. [...] para a decepção das 500 famílias de trabalhadores (as) sem-terra sipradas⁴ e de pessoas

4 Neologismo criado a partir da sigla SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária. Siprados são denominados os trabalhadores (as) que estão inseridos naquele sistema, ou seja,

ligadas ao processo, um grande número de estranhos, entre eles fazendeiros, comerciantes e pequena parte dos sem-terra siprados, invadiram a área da fazenda Ipê, entre a reunião de 26/03/99 a 30/03/99, despeitando os que há dois anos, honesta e sofridamente aguardavam a tramitação legal. Com a chegada dos representantes do INCRA, a Comissão Municipal de Reforma Agrária, representantes de outras intensidades, diante do fato da invasão e o processo de assentamento, concluiu-se que: [...] fosse solicitada com urgência a retirada dos invasores, pelas autoridades em níveis: federal, estadual e municipal (STR, 2015).⁵

Os envolvidos no processo de organização do assentamento ficaram desapontados ao serem surpreendidos pela invasão da área por outros agentes que não tinham sido selecionados no Sistema de Informação de Projetos da Reforma Agrária, tampouco atendiam aos critérios do programa. A partir do depoimento do gerente da fazenda Ipê, à época, é possível compreender de forma mais clara as estratégias adotadas pelos posseiros e pelo fazendeiro no processo de loteamento do assentamento rural Ipê:

Em 1997, começou a fofoca de venda da área que se prolongou por dois anos. Tinha ordem de não deixarem invadir, possuía uma patrulha de vigia dia e noite. O INCRA inicia a negociação com o gerente da época, que era autorizado pelo proprietário. A pessoa responsável ia para Cuiabá- MT, São Félix do Araguaia- MT, Rio de Janeiro e Uberaba, em Minas Gerais, para se reunir com o dono e discutir as propostas. Como demorou a desapropriação, as pessoas começaram a invadir a área, realizaram várias reuniões com as pessoas para que mantivessem a calma (Entrevista Ideu, Fazenda Ipê, em 2006).

Ressalta-se que o relato, estampado em linguagem específica, repete a ideia de que a reocupação foi uma “invasão”, numa perspectiva comum entre os proprietários de terra que não compreendiam a luta pela terra. Ao contrário do que está expresso na Carta Aberta, o ex-gerente atribuiu a “invasão” à “morosidade” na efetivação do processo de desapropriação da terra, apesar de também fazer

cadastrados no SIPRA, que por seu turno é gerenciado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

⁵ A carta na íntegra está disponibilizada nos arquivos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Rica-MT, analisados pela autora da pesquisa em março de 2015.

referência às reuniões que ocorreram no sentido de manter os agricultores familiares informados sobre o processo de desapropriação da fazenda, para efeito de criação do assentamento rural. Sua consolidação só ocorreu a partir de denúncias feitas pela Comissão Municipal de Reforma Agrária, com anuência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Comissão Pastoral da Terra e de outras entidades envolvidas com a Questão Agrária e luta pela terra de Vila Rica-MT.

De acordo com o depoimento de uma assentada, a qual também era, na época, da diretoria do STR de Vila Rica-MT e estivera desde o processo inicial da formação do assentamento rural:

[...] os primeiros três anos do assentamento foram de dificuldades para os assentados, pois o mesmo não possuía infraestrutura, como estrada, pontes e etc.. Somente 70% das famílias receberam crédito para fomento, enquanto as demais famílias ficaram à mercê, sem apoio do Poder Público por um bom tempo (Entrevista com Clainir, Vila Rica, em março de 2015).

O período compreendido entre 2001 e 2010 foi o de maior alavancada do assentamento rural Ipê, visto ter recebido um percentual significativo de recursos vinculados às linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, como: PRONAF-A, PRONAF-A/C, PRONAF-C, PRONAF-D e PRONAF-Mulher.

O assentamento rural São José

O assentamento rural São José, em Vila Rica-MT, resultou de uma reocupação que teve início no ano de 1995, ocasião em que os próprios “posseiros” demarcaram seus lotes e construíram casas provisórias, que eram cobertas de palha e lona. Segundo relato de um dos assentados, a estruturação dos lotes, em termos de construção estrutural e preparação do solo para o cultivo, era realizada por meio do trabalho dos próprios assentados: eu e a minha esposa fizemos tudo isso, plantamos tudo que tem nesse sítio, tudo escolhido por nós, cada plantinha dessa aqui é do sítio que a gente vive (Entrevista com João Neto, assentamento São José, em março de 2015).

Outro relato permite identificar algumas ocorrências instigantes relacionadas à formação do assentamento rural São José:

[...] o Projeto de assentamento São José é resultado da invasão, invasão não, essa não é a palavra apropriada para designar o que fizemos. Na verdade, nós ocupamos uma fazenda que já não estava mais produzindo. Geralmente, quem fala invasão são pessoas que se colocam contra os assentamentos rurais [...]. Em 1997, isso tudo foi ocupado por pessoas que moravam na cidade, Sem-terra e filhos de pequenos agricultores [...]. E foi assim que a antiga Fazenda São José se transformou em um assentamento rural, ou melhor, PA São José, é assim que a gente costuma chamar (Entrevista com Clainir, Vila Rica, em março de 2015).

Nessa narrativa, percebem-se diferentes denominações de agentes históricos em cena. O argumento principal é que não se trata de “invasores”, e sim “moradores da cidade”, “sem-terra” e “filhos de pequenos agricultores”, demonstrando uma construção de identidade ligada à terra e à necessidade de sobrevivência daqueles que reocuparam a fazenda São José, uma vez que foram legítimos reocupantes, como os “filhos de pequenos produtores” que precisaram de mais terra para se reproduzir socialmente e continuar o vínculo familiar com a terra.

Fazendeiros, proprietários, filhos de pequenos agricultores, moradores da cidade e sem-terra se identificam como posseiros que participaram da luta pela terra, e o assentamento rural se deu a partir dessa luta, que ocorreu graças à união dos posseiros:

Na verdade, a gente não era bobo, quando ocupamos uma área que irá ser assentamento. Não adianta querer crescer o olho, pois o INCRA tem o seu modo de medir a terra, então, o certo é tirar o sítio no tamanho certinho, assim não complica. Nós agíamos em conjunto, meio assim, uns por todos (Entrevista com Clainir, Vila Rica, em março de 2015).

Percebemos que os posseiros se adaptavam aos critérios do INCRA e tinham, na união, uma ferramenta política capaz de fortalecê-los e agregar conhecimentos e experiências como estratégias para conseguir o direito à terra.

[...] acho que éramos em média umas 200 ou 250 pessoas que ocuparam e já foram demarcando suas áreas usando foice, facão, machado e motosserra, alguns que tinham motosserra, a maioria era com a foice e o machado na estrada no Rio São Marcos com água. Fizemos os barracos, derrubando, plantando arroz, milho e pensando em formação de pasto (Entrevista com João Neto, assentamento São José, em março de 2015).

O relato permite visualizar a capacidade de união e organização dos posseiros. A diferenciação social entre eles não travou essa organização:

Muita gente pobre, pobre mesmo. Mas não posso negar, que um ou outro que ocupou a terra como posseiro, quando na verdade não tinha o perfil. Por mais que o Sindicato fala, “acompanha e orienta sempre”, passa algum que está fora do padrão dos agricultores familiares. É assim, às vezes nem o sindicato e nem o INCRA tem como controlar tudo, até porque as pessoas têm um comércio ou algum outro meio de ganhar dinheiro, mas não está no nome dela e daí o que há de fazer é complicado, achar que vai controlar essas coisas tudo (Entrevista com João Neto, assentamento São José, em março de 2015).

Entre os próprios posseiros era evidente que nem todos possuíam o “perfil” de agricultores familiares ou, segundo critério do INCRA, se enquadravam como “clientela de Reforma Agrária”. Era recorrente a percepção de que os órgãos e as entidades que acompanharam o processo não tinham condições objetivas para definir, com precisão, quem tinha o perfil de agricultor familiar e quem deveria ser impedido de tomar posse dos lotes que constituem o assentamento rural São José.

Para além da questão da diferenciação dos posseiros, outro fato importante é que eles adquiriram lotes de qualidade duvidosa, uma vez que a terra estava em situação de degradação extrema, porém aceitaram-na, visto não dispor de capital para investir em tecnologia de melhoramento do solo, somado à falta de infraestrutura e dificuldade de acesso para uma parte dos assentados:

[...] tem uma parte que foi denominada de Jamaica, por ser de difícil acesso, era muito complicado para a gente chegar lá. Coitados dos que foram para aquela parte de lá, sofreram o isolamento, não tinha entrada por causa do rio São Marcos e assim ficaram por um bom tempo. Aí é o que digo sempre, já foi difícil pra gente, imagina para aqueles coitados de lá (Entrevista com João Neto, assentamento São José, em março de 2015).

Além da diferenciação entre os posseiros, o entrevistado destaca que não ocorreram conflitos entre o proprietário da fazenda São José e eles. No entanto, as dificuldades foram inúmeras, sobretudo para aqueles posseiros que ocuparam as áreas mais distantes da estrada:

[...] aqueles primeiros tempos era o que podemos chamar de tempos das dificuldades. É como eu te disse antes, aqui não teve conflito como teve em outros assentamentos. Acho que isso foi porque o fazendeiro devia para o banco, pois fez empréstimo para manter a fazenda, assim diz o povo, mas sabe se isso é verdade. [...]. Então, isso fez com que não houvesse conflito entre os fazendeiros e os posseiros (Entrevista com João Neto, assentamento São José, em março de 2015).

O relato revela indícios de que o dono da fazenda São José tinha manifestado interesse em vender a área para o INCRA, devido à contração de dívidas, mas a ênfase na versão de que não houve conflito é também uma estratégia dos posseiros. Durante a década de 1990, mais precisamente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi adotada a política da não regulamentação das terras que tivessem sido reocupadas por intermédio de conflitos. Quando ocorriam disputas, a terra não era reconhecida pelo INCRA como área passível de desapropriação, para transformá-la em um assentamento rural.

Essa política se justificava pelo dispositivo reconhecido juridicamente como “usucapião”, segundo o qual o posseiro só teria direito à terra quando esta fosse reocupada de forma “mansa e pacífica”.⁶ Em um assentamento rural planejado, o primeiro ato consistia na aquisição da área, para depois ocupá-la por meio da distribuição dos lotes, de acordo com critérios estabelecidos pelo INCRA.

Na análise de outros documentos disponibilizados pelo STR, percebe-se que, por um período superior a um ano, os posseiros foram vítimas de ameaças e boatos de que o dono da fazenda faria o despejo, ação que não chegou a se efetivar. Logo, o STR Vila Rica-MT entrou com pedido de desapropriação da fazenda e, em seguida, o INCRA deu andamento ao processo de sua regularização, começando a discussão e o encaminhamento para a compra de toda a área. Consta que o INCRA procurou regularizar o assentamento rural por meio de

6 A “ocupação mansa e pacífica” é um princípio consagrado pela Lei de Terras de 1850.

uma ação conjunta com o STR, com vista à necessidade de agilizar a organização do cadastro dos agricultores familiares por meio da associação, que já existia. Foi através dela que os agricultores se mobilizaram para construir estradas e escolas. Somente depois de um ano da reocupação, a prefeitura passou a operar de forma mais efetiva, juntamente com o INCRA, com o objetivo de consolidar o assentamento rural São José. Depois da regularização, foi liberado crédito para a aquisição de gado e melhoria na infraestrutura:

[...] no dia que cheguei, tinha três cancelas trancadas. Tinha o pessoal dali, que não queria que a gente entrasse. O gerente não deixava a gente entrar, mas tinha um menininho pequenino, do tamanho daquele ali. Aí, eu trazia balinha, bombom e dava pra ele. Aí, quando ele me via, corria para abrir a cancela. De Vila Rica-MT pra cá eu vinha de bicicleta com uma “carguinha” na garupa. Eu trazia só foice de ferramenta. Aí, vinha e passava meio debaixo dos arames e ia roçando. Roci um pedaço de mato e voltei pra Vila. Fui trabalhar para ganhar dinheiro para comer. “Aí quando foi um dia o José Roberto falou: o fogo está acabando de queimar a sua roça”. Que horas? Umás oito horas da noite eu passei lá e fogo estava acabando de queimar a sua roça”. Cheguei aqui, estava tudo queimado. Aí eu trouxe umas panelinhas e já “barrequei” aqui. Trouxe um rapaz para furar o poço. Furou o poço eu fiz o barraquinho. Aí... amiga velha, aqui era só mato! (Entrevista com João Neto, assentamento São José, em março de 2015).

O testemunho demonstra a necessidade que estes agentes históricos têm em enfatizar que a posse da terra dava-se com muito sacrifício dos posseiros, que contavam com a ajuda de outros que avisavam e auxiliavam a cuidar da roça. Portanto, a integração e a solidariedade faziam parte do cotidiano de vida deles, principalmente sabendo da necessidade de alguns de sair da “posse” para trabalhar na área urbana ou mesmo em outras propriedades rurais, em busca de sobrevivência, motivo pelo qual não podiam morar exclusivamente na “posse”.

Os “posseiros” enfrentaram dificuldades para “abrir”, fazer o plantio e para construir as casas em seus lotes, pois, sem apoio do poder público, tiveram que edificar as suas próprias condições de sobrevivência, seja na construção de barracos, casas ou cultivo das roças. Também havia problema de ordem financeira, que implicava a condição elementar de sobrevivência no lote, uma vez que nem todos possuíam recursos para se manter nos espaços socialmente

delimitados, até que as roças começassem a produzir para a alimentação dos membros das famílias.

Alguns posseiros precisaram conciliar as atividades no lugar de produção com outras atividades, como derrubar mata para retirar madeira para vender para as serrarias ou trabalhar em outros sítios para conseguir dinheiro suficiente para suprir as necessidades de sustento da família. Durante o período da pesquisa de campo, eram frequentes as narrativas afirmando ser o trabalho assalariado uma prática recorrente entre a maioria dos posseiros mais pobres. Uma estratégia foi o trabalho acessório nas áreas urbanas:

[...] e pra mim comer aqui, eu trabalhava uma semana na minha terra e depois a trabalhar na diária para os outros. Trabalhava uma semana para o Valdemar Senna, outra semana para o Aguiarro, outra para o dono do hotel Marajó. E daí por diante eu, às vezes, tirava madeiras para vender. A minha esposa trabalhava no colégio, e eu fazia meus bicos. Ela também me ajudava muito. Pegava o salarinho dela para comprar coisa em casa. Então, “morreu” tudo assim as nossas dificuldades, foi com eu e ela trabalhando para manter a posse. Nós pegamos primeiro uma cesta básica, que chamava fomento [...], eu não me lembro do valor, se não me engano, foi mil e alguma coisa (Entrevista com João Neto, assentamento São José, em março de 2015).

Naquele contexto, alguns posseiros eram comerciantes, servidores públicos e até antigos funcionários da fazenda São José, detentores de maior poder aquisitivo, e que por isso eram os principais contratantes dos posseiros que precisavam vender sua força de trabalho.

Assentamento rural São Gabriel

O assentamento rural São Gabriel, no que se refere a sua constituição, possui características semelhantes ao assentamento rural São José, uma vez que também foi resultado do processo de ocupação da fazenda São Gabriel, no ano de 1999. Segundo os moradores, na época em que a fazenda foi ocupada, praticamente toda a área era ainda coberta de mata virgem. As primeiras picadas demarcatórias foram realizadas pelos posseiros, sendo que a equipe do INCRA somente foi ao local para realizar o cadastramento dos interessados. Os lotes foram distribuídos por meio de sorteio, viabilizando a liberação de fomento.

Como em todos os demais assentamentos rurais do município de Vila Rica, no início os assentados do São José enfrentaram muitas dificuldades, como a falta de infraestrutura, sobretudo de estradas. A década de 2000 pode ser considerada um marco importante na história do assentamento São José, pois, naquele período, ocorreu uma melhoria significativa na infraestrutura, em função das ações dos poderes públicos federal e municipal.

O período de 2001 até 2010 foi marcado por um amplo aumento nas ações do poder público, com oferecimento de capacitação/formação aos agricultores familiares e a liberação de créditos PRONAF A, A/C. Tais políticas sociais públicas, segundo relato oral, tinham como objetivo a compra de gado leiteiro, construção de curral, contratação de máquinas de esteira, construção de casas, de pontes e estradas.

Por meio de projetos, depois da implantação do Programa Luz para Todos⁷, os assentados conseguiram os resfriadores, contemplando toda a área do assentamento rural. Uma das metas do aparelho do Estado era que os posseiros se tornassem produtores de mercadorias e também consumidores, para que entrassem no processo de produção econômica capitalista.

Assentamento rural Santo Antônio do Beleza

Foi ressaltado anteriormente que cada um dos assentamentos rurais de Vila Rica-MT tem diferentes características de ocupação, como é o caso do assentamento rural Santo Antônio do Beleza, que foi reocupado por colonos que não conseguiram comprar lotes de terra da colonizadora ou perderam suas terras no financiamento do banco. Também participaram seus filhos que, no “desmembramento” familiar, se apropriaram delas. Até então, não havia aparecido o dono do título requerendo o direito de propriedade daquela área de terra em que foi constituído o assentamento rural.

Tal situação se deu também pelo fato de a Colonizadora Vila Rica-MT não ter assegurado terras, no INCRA, aos colonos e trabalhadores rurais desprovidos de capital para aquisição de lotes da colonizadora. Estes ocuparam áreas destinadas, até então, pela colonizadora para as fazendas. Somente depois

⁷ Programa social criado pelo governo federal em 2003 com objetivo de levar energia elétrica à zona rural que ainda não a possuía.

que a área foi ocupada, em 2001, é que o INCRA regularizou os lotes para os “ocupantes”.

Os posseiros que reocuparam a área da Colonizadora Vila Rica-MT, denominada Santo Antônio do Beleza, são, em sua maioria, oriundos dos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná e se fixaram na área como assentados, mas atualmente se identificam como agricultores familiares, parceiros, colonos ou proprietários.

Considerações finais

Percebe-se, ao analisar a formação dos assentamentos rurais em Vila Rica, que as políticas públicas oriundas de demandas dos movimentos sociais, dos sindicatos dos trabalhadores rurais e de diferentes agentes históricos, tornaram-se fundamentais para compreender o universo da agricultura familiar nesse município. Salienta-se aqui ainda o apoio e o auxílio de entidades, como a CPT e o STR do município de Vila Rica-MT, dos agentes da pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia, hoje Diocese.

A situação dos assentamentos rurais de Vila Rica-MT é percebida como resultado da luta dos posseiros em torno da aquisição e da posse da propriedade da terra. Os assentamentos rurais de Vila Rica-MT são resultantes de conflitos e demandas sociais envolvendo diferentes atores históricos que lutaram pelo direito de acesso à terra. Dos oito assentamentos rurais de Vila Rica, apenas um foi planejado pelo INCRA. Os demais resultaram da reocupação da terra pelos posseiros.

Os diferentes sujeitos históricos que constituíram a luta pela terra, tendo por base os assentamentos rurais de Vila Rica-MT, deixaram de ser posseiros. Os ex-colonos, trabalhadores rurais e grileiros tornaram-se agricultores familiares, categoria social que permite acesso aos recursos e incentivos públicos.

Referências

BARROZO, J. C. A questão agrária em Mato Grosso: a persistência da grande propriedade. In: BARROZO (Org.). **Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX)**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2010.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, O. **Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979. (Coleção Sociologia Brasileira, v. 11)

_____. **A luta pela terra**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.

MARX, K. **O capital**. São Paulo. Boitempo, 2011.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. 2013. Tese (Doutorado em História) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PUHL, J. I. **O tempo do grilo: posseiros da gleba São Domingos (1979-1983)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FONTES DOCUMENTAIS

Documentos oficiais

BRASIL, Ministério da Saúde/ Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa/ Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília, 2013.

INCRA. **Incra nos Estados – Informações Gerais sobre os assentamentos de Reforma Agrária**. Atualizado em 31.12.2017.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VILA RICA-MT. **Declaração de ameaça de morte**. Vila Rica-MT, 1988. Arquivo

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VILA RICA-MT. **Carta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para o INCRA.** Vila Rica-MT, 1990. Arquivo.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VILA RICA-MT. **Carta Denúncia.** Vila Rica-MT, 1990. Arquivo.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VILA RICA-MT. **Carta convite de 30.05.2004.** Vila Rica-MT, 2004. Arquivo.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VILA RICA-MT. **Carta aberta.** Vila Rica-MT, 2015. Arquivo.

Entrevistas

Clainir, agricultora familiar, membro da direção do STR, entrevista realizada pela autora em março de 2015.

Edno Venâncio, morador do projeto de Santaninha desde o ano 1993, entrevista realizada por Carlos Aberto de Melo, em 2011.

Ideu, ex-gerente da fazenda Ipê, entrevista realizada por Regina Célia em 2006.

Ivani Galo, agricultora familiar do assentamento Bom Jesus e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Rica-MT, entrevista realizada pela autora em março de 2015.

João Neto, agricultor familiar do assentamento São José, entrevista realizada pela autora em março de 2015.

José Roberto, agricultor familiar, realizada pela autora em março de 2015.

Sobre o livro:

Capa: 31 cm por 23 cm / Miolo: 16 cm por 23 cm

Tipologias usadas: Garamond (10/11/12 pt), Candara (8 pt).